

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
NÍVEL DOUTORADO**

HERMES GILBER UBERTI

**ABENÇOANDO NEÓFITOS, TECENDO REDES SÓCIO-FAMILIARES NA
FREGUESIA DE SÃO VICENTE (VALE DO JAGUARI - RS, 1854-1912)**

**SÃO LEOPOLDO, RS
2016**

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
NÍVEL DOUTORADO

HERMES GILBER UBERTI

**ABENÇOANDO NEÓFITOS, TECENDO REDES SÓCIO-FAMILIARES NA
FREGUESIA DE SÃO VICENTE (VALE DO JAGUARI - RS, 1854-1912)**

Tese de Doutorado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em História
da Universidade do Vale do Rio dos
Sinos, como requisito parcial para a
obtenção do grau de Doutor em História

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira

São Leopoldo, RS
2016

U14a Uberti, Hermes Gilber
Abençoando neófitos, tecendo redes sócio-familiares na Freguesia de São Vicente (Vale do Jaguari - RS, 1854-1912) / Hermes Gilber Uberti. -- 2016.
264 f. : il.; color. ; 30cm.

Tese (Doutorado em História) -- Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo, RS, 2016.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira.

1. História - Família - Rio Grande do Sul. 2. Família - Redes. 3. Compadrio. 4. Vale do Jaguari - RS. 5. Família - Trajetória. I. Título. II. Moreira, Paulo Roberto Staudt.

CDU94: 316.356.2 (816.5)

Hermes Gilber Uberti

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Tese de Doutorado

**ABENÇOANDO NEÓFITOS, TECENDO REDES SÓCIO-FAMILIARES NA
FREGUESIA DE SÃO VICENTE (VALE DO JAGUARI - RS, 1854-1912)**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em História, na área de concentração de Estudos Históricos Latino-Americanos.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira (UNISINOS - ORIENTADOR)

Prof. Dr. Fábio Kühn (UFRGS)

Prof. Dr. Luís Augusto Ebling Farinatti (UFSM)

Prof.^a Dr.^a Máira Ines Vendrame (UNISINOS)

Prof. Dr. Marcos Antônio Witt (UNISINOS)

Dedico este trabalho para meus pais,
Seu Hermes e Dona Leontina.
Ele “bolicheiro”,
Ela, em parte de sua vida, empregada doméstica.
Pessoas simples que aprenderam na escola da vida
e entre os saberes adquiridos destaca-se
a preocupação para que os filhos frequentassem os bancos escolares.
Meu reconhecimento pelas inúmeras renúncias
que vocês fizeram ao longo da vida,
para que o filho pudesse estudar.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho é o resultado da colaboração e esforço de uma série de pessoas, sem dúvida nenhuma foi escrito a muitas mãos fazendo valer a máxima do mestre Paulo Freire de que conhecimento se produz a partir da interação enquanto processo coletivo.

Inicialmente, não poderia deixar de agradecer ao “Patrão Velho lá das Alturas” e a “Mãe Aparecida” pela força, proteção e saúde.

A Mariete, eterna amada. Meu sincero agradecimento pelo companheirismo ao longo da jornada e minha gratidão pelo apoio, principalmente nos momentos difíceis. Nos quais, algumas vezes até tropeçamos, mas juntos, de mãos dadas, recuperamos o equilíbrio e seguimos em frente, cada vez mais fortalecidos.

Ao Paulo Henrique e à Ana Paula. Ele “gauchão dos quatro costados”, ela menina do sorriso meigo e cativante. Pela compreensão por todas as vezes que encurtamos a “prosa sobre as coisas do campo”, deixamos de jogar cartas ou de lermos juntos no final dos dias, a fim de que o pai pudesse se dedicar às leituras, aos artigos, as transcrições das fontes manuscritas, ao processo de seriação dos registros e à redação da tese.

Ao pai Hermes, a mãe Leontina e a irmã Angelita, pelo exemplo de trabalho, honestidade e espírito de luta, a fim de superar os obstáculos que a vida nos apresenta sempre de cabeça erguida.

Ao Seu Ari e a Dona Mafalda, respectivamente sogro e sogra, por estarem sempre por perto, de modo especial pela disponibilidade naquelas horas que nós mais precisamos.

Aos cunhados (Taciano, Iara, Odirlei e Luciandra) e aos sobrinhos Jeferson, Daniel, Alexandre e Júlia pela acolhida ao longo de nossas andanças pelas “bandas de Sapiranga”, muito grato pelo apoio e incentivo.

Aos primos, mais do que primos, amigos Elison e Aida, os precursores em nossa família a trilharem os caminhos do doutorado, suas trajetórias acadêmicas nos foram muito instigadoras.

A tia Eva, minha segunda mãe, e ao primo Tailor parceiro inseparável de minha infância.

Aos grandes contadores de histórias, tio Eurides e os avós Agenor e Giacomo, que influenciaram para que nos tornássemos professor/historiador. Todos eles hoje contando histórias lá no céu.

Não menos importante foi o papel do Paulo, caro orientador, companheiro de time e de ideais políticos, graças pelas muitas vezes que me acolheu em seu apartamento em Porto Alegre. Minha gratidão também deriva do fato de ter sido extremamente compreensivo em relação as minhas correrias que muitas vezes impactaram na prorrogação dos prazos. Mais do que um orientador, um amigo.

A secretária Sainora do PPGHistória da UNISINOS pela amabilidade, solicitude e eficiência com que sempre resolveu meus problemas burocráticos. De modo geral a cordialidade de todos os funcionários da UNISINOS.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES - que possibilitou a bolsa de estudo viabilizando a realização deste estudo.

Meus agradecimentos também se estendem ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História, de modo especial aos professores Dr.^a Ana Silvia Volpi Scott, Dr.^a Eliane Fleck, Dr.^a Eloísa Capovila da Luz Ramos, Dr. Luiz Fernando Medeiros Rodrigues, Dr.^a Maria Cristina Bohn Martins e Dr. Martin Dreher pelo auxílio ao longo da caminhada, através do material disponibilizado e pelas discussões estabelecidas.

Não posso deixar de agradecer ao pessoal dos arquivos, sem a prestatividade deles não teria sido possível o desenvolvimento da pesquisa. De modo especial, a historiógrafa Anelda Pereira de Oliveira. Entre uma caixa e outra da documentação de São Vicente, pelos corredores do Arquivo Judicial Centralizado, compartilhamos muitas histórias.

Ao longo da jornada, contraí dívidas intelectuais com muitos colegas. Um agradecimento aqueles que disponibilizaram gentilmente seus achados junto aos arquivos: Alejandro Gimeno, Jonas Vargas, Leandro Fontella, Luís Augusto Farinatti e Max Ribeiro. Não posso esquecer também daqueles que compartilharam leituras e trocaram ideias: Denize Terezinha Leal, Jonathan Fachini, Natália Pinto e Tiago César.

Ao colega Enio Griggio companheiro de viagens, nossas conversas ao longo do itinerário Santa Maria - Porto Alegre - Santa Maria com certeza encurtaram bastante o tempo em que passávamos dentro do ônibus.

Aqueles que gentilmente se dispuseram a reler este texto quando os olhos deste historiador já estavam marejados pelo cansaço e viciados pela intimidade que adquiriu

com as experiências dos personagens aqui descritos. Nossa gratidão a Joze Toniolo, Leandro Daronco, Leandro Fontella, Mariete Taschetto e Monique da Silva.

Aos colegas do IF Farroupilha, de modo especial aqueles que pararam para “ouvir e escutar” as histórias “daquelas gentes que viveram em São Vicente”: Alcionir de Almeida, André Hellvig, Bruna Medeiros, Carla Costa, Caroline Dorneles, Cristina Thowsem, Daiele da Rosa, Deise Link, Diego Zeni, Édison Brito, Fernanda Ziegler, Fernanda Machado, Francielli Dias, Gisiele Welker, Janete de Conto, Janine Amaral, Joze Toniolo, Luciana Dalla Nora, Luciene Lopes, Monique da Silva, Sidinei Sobrinho, Tobias De Prá e Vantoir Brancher.

Não posso deixar de mencionar também aqueles que seguiram outros rumos, mas que foram companheiros importantes ao longo da jornada: César Bisi, Cristina Costa, Eduardo Giuliani, Leandra Zafalon Jaekel, Paula Vergara, Tânia Dubou e Vinicius de Oliveira.

Pelas palavras de incentivo merecem meu reconhecimento Aldemir Lencini da Silva, Ana Maria Haesbaert da Silva, Cleci Vogelei, Dimon Rosalino, Enelita Stuker, Eron Haesbaert, Eliseo Gimenes, Flaudiane Dela Justina, Jeferson Rodrigo Londero, José Luis Vieira Eggres, Josiane Fagundes, Maria Emília Curvelo Lima, Nelcinda Weber, Nídia Heringer, Oscar Pacheco, Rodrigo Mendes e Vera Maira Fantinel.

EPÍGRAFE

Ah o tempo...
Curioso inimigo que inventamos.
Passamos tanto tempo
Sem saber ao certo
O tempo que passamos.

Há o tempo de temporais
Tempos que já foram,
Não voltam mais.

Há tempo para recuperar
Tempos perdidos sem perder
Tempo com os carnavais.

Há tempo tanto quanto
Tempo desejar.
Tempo que sempre acaba
De tanto acabar não
Há tempo que acabe mais.

Há o tempo da noite, do dia.
Temperatura da vida.
Tempos de alegria,
Tempos infernais.

Ah o tempo...
Curiosa categoria kantiana.
Tempo das horas, meses anuais.
Semanas intercaladas com tempos a mais.

Há tempo de ir em frente,
Voltar atrás.
Ah o tempo...

Pensamento: pesa o momento.
O tempo pesa demais (ou não)
Tempo de olhar pra dentro.

Tempo: templo e espaço de reflexão.
Cada um tem seu tempo.
Vê o inimigo? Dentro ou fora?
'Peraí'. (Não) vá embora.

Ah o tempo e seus 'ais'.
Compreende agora?
É por isso que às vezes demora:
Sempre há tempo demais.

Sidinei Cruz Sobrinho

RESUMO

A presente tese tem como objetivo estudar as trajetórias de cinco núcleos familiares que viveram na freguesia de São Vicente entre meados do século XIX e princípio do XX. A escolha recai sobre os ramos familiares dos Antônio Betim, dos Alves da Conceição, dos Oliveira Sanches, dos Victorino dos Santos e dos arranjos familiares do padre Boaventura Garcia. Analisamos as redes sociais firmadas por essas famílias como estratégias de grupos que ocupavam diferentes posições na hierarquia social. Indivíduos que com o objetivo de angariar reconhecimento social e segurança econômica, configuraram malhas de caráter horizontal e vertical. Nesse sentido, a prática social do compadrio adquire papel de relevo enquanto mecanismo de estabelecimento e ou ratificação de alianças que envolviam relações de reciprocidade, pois engendraram laços de parentesco (sanguíneo, afim e ou simbólico), teias políticas, de clientela, de vizinhança, profissionais e de crédito, por onde circulavam bens materiais e imateriais. Ao longo desta tese buscaremos responder principalmente, qual o papel que as redes sociais firmadas pelos núcleos familiares tiveram no processo de reconhecimento social obtido por esses agentes históricos.

Palavras-chave: Família. Redes. Compadrio. Estratégias. Trajetórias.

RESUMEN

Esta tesis tiene como objetivo estudiar las trayectorias de cinco familias que vivían en la parroquia de San Vicente a mediados del siglo XIX y principios del XX. La elección recae en las ramas de Antonio Betim, de los Alves da Conceição, de los Oliveira Sanches, de los Victorino dos Santos y arreglos familiares del sacerdote Boaventura Garcia. Analizamos las redes sociales firmadas por estas familias como las estrategias de los grupos que ocupan diferentes posiciones en la jerarquía social. Los individuos con el fin de elevar el reconocimiento social y la seguridad económica, configuran las mallas de carácter horizontal y vertical. En este sentido, la práctica social del compadrazgo adquiere papel significativo como el establecimiento del mecanismo y de la ratificación o de alianzas que involucran relaciones recíprocas porque engendrado el parentesco (de sangre, orden y o simbólica), telas de políticas, de clientela, vicinagen, profesional y de crédito, por donde circulaban los bienes materiales e inmateriales. A lo largo de esta tesis, trataremos de responder en especial el papel que las redes sociales firmadas por los núcleos familiares tenían en el proceso de reconocimiento social obtenido por estos agentes históricos.

Palabras clave: Familia. Redes. Compadrazgo. Estrategias. Trayectorias.

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS.....	15
LISTA DE TABELAS	16
LISTA DE GRÁFICOS	17
LISTA DE MAPAS	18
PRIMEIRAS PALAVRAS	19
Capítulo 1	36
“UM PEDACINHO DE RIO GRANDE”:	36
A COMUNIDADE DE SÃO VICENTE.....	36
1.1 A estância e a aldeia	38
1.2 O templo	47
1.3 “Degradados filhos das Evas”: batismo e ilegitimidade.....	52
1.4 Contando “as gentes”.....	57
1.5 Os assentos batismais e o “jogo de cores”	62
Capítulo 2	75
FACES E INTERFACES DO PARENTESCO SIMBÓLICO.....	75
2.1 Os Alves da Conceição.....	76
2.2 “Por detrás da pia”: O balanço das redes.....	80
2.3 Agregando compadres: laços de dependência e solidariedade.....	86
2.4 A hierarquia dos lugares	91
2.5 “Além da pia”: o oratório	98
2.6 Assumindo outros papéis: Viúva e Dona	101
Capítulo 3	110
SOB AS BÊNÇÃOS DA IGREJA:	110
A “SAGRADA FAMÍLIA”.....	110
3.1 “Como usualmente se tem concedido a todos os cidadãos brasileiros”: Os apossamentos no rincão de São Xavier	111

	13
3.2 A troca de anéis matrimoniais: a sedimentação de laços de vizinhança	116
3.3 As redes de um posseiro “cidadão”	127
3.4 “A única certeza incerta”: As mortes de Paulina e Honório.....	132
3.5 Zelar e cuidar: o compadre tutor.....	136
Capítulo 4	142
UM CERTO CAPITÃO JOÃO.....	142
4.1 “O fardão vistoso, os bonés galantes, o coruscar das dragonas, o tintinar das espadas roçagantes”: A Guarda Nacional e as teias de clientela.....	143
4.2 “Um verdadeiro especialista na arte de apadrinhar”: os padrinhos preferenciais	149
4.3 “Entre ilegítimos e legitimados”: As práticas de legitimação	157
4.4 As ocupações econômicas e “a roda” dos compadrios.....	164
Capítulo 5	176
“EL CABALLERO ANDANTE DE LA RELIGIOSIDAD”	176
5.1 “Rosto e verso”: batizando e apadrinhando.....	177
5.2 “Amores extraños, extraños amores”: amores sacrílegos.....	187
5.3 Vontades testadas	194
5.4 Vontades legadas	197
ÚLTIMAS PALAVRAS.....	209
FONTES MANUSCRITAS	214
FONTES IMPRESSAS	220
REFERÊNCIAS	221
ANEXOS	254

LISTA DE ABREVIATURAS

AASM – Arquivo da Arquidiocese de Santa Maria

AJC – Arquivo Judicial Centralizado

AMDB – Arquivo da Mitra Diocesana de Bagé

AHRS- Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

APERS - Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Crescimento populacional de São Vicente entre 1858-1910	58
Quadro 2: Número de batizados segundo o ano de nascimento.....	61
Quadro 3: Presença do qualificativo Dona nos registros de São Vicente	104
Quadro 4: Relações de compadrio estabelecidas a partir da prole de Honório de Oliveira Sanches e Paulina Francisca da Conceição	121
Quadro 5: Padrinhos e madrinhas preferenciais nos registros de batismo de São Vicente (1854-1912).....	153
Quadro 6: Ofícios dos compadres e ano em que foram estabelecidas as relações de compadrio de João Victorino Filho	166
Quadro 7: Nomes mais presentes nos registros de batismo de São Vicente (1854-1912)	183
Quadro 8: Origem dos nomes repassados aos batizados em São Vicente (1854-1912)	186
Quadro 9: Sobreposição de nomes nas cerimônias de batismo de São Vicente (1854-1912).....	186

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Condição dos batizados junto à freguesia/paróquia de São Vicente entre 1854-1912.....	54
Tabela 2: Condição jurídica dos crioulos nos registros de batismo de São Vicente entre 1854 a 1876	70
Tabela 3: A cor e a condição de nascimento nos registros de batismo de São Vicente (1854-1880).....	71
Tabela 4: Natureza de filiação dos crioulos nos registros de batismo de São Vicente entre 1854 a 1876	83
Tabela 5: Estatuto jurídico dos compadres/comadres de mães escravas nos registros batismais de São Vicente (1854 -1887).....	85
Tabela 6: Locais onde ocorreram os batizados na comunidade de São Vicente entre 1854-1912.....	92
Tabela 7: A condição de nascimento e o local do batizado (1854-1912).....	97
Tabela 8: Tipos de escrituras registradas por João Victorino Filho ou que fizeram menção a ele	169

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Designativos de cor nos assentos de batismo entre 1854-1880	65
Gráfico 2: Distribuição dos batismos de São Vicente por faixa etária (1854-1912)...	123
Gráfico 3: Sazonalidade dos nascimentos e das cerimônias de batismo em São Vicente	125

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Território de São Vicente á época da emancipação de São Gabriel (1883).....51

PRIMEIRAS PALAVRAS

Histórias são como holofotes e refletores que iluminam partes do palco enquanto deixam o resto na escuridão. Se iluminassem igualmente o palco todo, de fato, não teriam utilidade. [...] As histórias ajudam as pessoas em busca do entendimento, separando o relevante do irrelevante, as ações de seus ambientes, a trama de seus antecedentes e, os heróis ou vilões que se encontram no centro do roteiro [...] Dizem que esta seria uma ótima história se não omitisse isto ou aquilo, é o mesmo que afirmar que essas janelas seriam ótimas para podermos ver através das paredes se não fossem emolduradas e separadas pelas próprias paredes que estão entre elas.

Zygmunt Bauman

No dia 24 de setembro do ano de 2015 a Comissão de Família do Congresso Nacional aprovou o projeto do Estatuto da Família definindo-a como a união entre homem e mulher, sendo o casamento o espaço privilegiado para geração de filhos. No entender dos deputados da comissão que aprovaram o Estatuto essa seria a forma de proteger a família¹ tradicional existente desde tempos imemoráveis. Família essa que estaria sendo colocada em cheque por outras formas contemporâneas de organização dos núcleos familiares. Mas afinal de contas: que família é essa dita como tradicional? Esses outros arranjos aos quais os setores conservadores da sociedade brasileira insistem em não chamar de família constituem-se num fenômeno contemporâneo? A geração de filhos dentro do casamento sacramentado seria a tônica em épocas passadas? Acreditamos que ao posicionar os “holofotes” na direção das redes sócio-familiares poderemos contribuir no entendimento das dinâmicas das famílias do passado no que diz respeito a arranjos familiares que foram formados as margens da legislação canônica vigente entre meados do século XIX e princípio do XX.

Nesse sentido, a presente tese tem como objetivo estudar as trajetórias de cinco núcleos familiares que viveram entre meados do século XIX e princípio do XX, tendo como “palco” à freguesia² de São Vicente. A escolha recai sobre os ramos familiares dos Antônio Betim, dos Alves da Conceição, dos Oliveira Sanches, dos Victorino dos Santos e dos arranjos familiares do padre Boaventura Garcia. O “roteiro” centra-se na análise das redes sócio-familiares que foram exploradas no decorrer da tese como estratégias de grupos que ocupavam diferentes posições na hierarquia social. Indivíduos que com o objetivo de angariar reconhecimento social e segurança econômica,

¹ Segundo o **GRANDE DICIONÁRIO HOUISS DA LÍNGUA PORTUGUESA** família se constitui no “núcleo social de pessoas unidas por laços afetivos, que geralmente compartilham o mesmo espaço e mantém entre si relação solidária”. Disponível em: <http://houaiss.uol.com.br/>, acesso em 05/2016.

² Freguesia do ponto vista administrativo “correspondia à menor divisão administrativa do território, e se ligava a uma capela ou paróquia” (HASTENTEUFEL, 1987, p. 41).

configuraram malhas de caráter horizontal e vertical. Nesse sentido, a prática social do compadrio adquire papel de relevo enquanto mecanismo de estabelecimento e ou ratificação de alianças que envolviam relações de reciprocidade³, pois engendraram laços de parentesco (sanguíneo, afim e ou simbólico)⁴, teias políticas, de clientela, de vizinhança, profissionais e de crédito pelas quais circulavam bens materiais e imateriais. Ao longo desta tese buscaremos responder principalmente, qual o papel que as redes sociais firmadas pelos núcleos familiares, que nos emprestam seus nomes para seguirmos a senda da onomástica, tiveram no processo de reconhecimento social obtido por esses agentes históricos.

Antes de explicarmos, de forma mais acurada, nosso objeto de estudo, bem como nossa proposta de trabalho, cabe contar um pouco da trajetória deste pesquisador-professor, ou seria professor-pesquisador, pois é difícil separar um do outro. Minha graduação foi realizada junto a Universidade Federal de Santa Maria, entre 1994 a 1997. Durante aquele período participamos de pesquisa sobre conflitos agrários envolvendo indígenas, mais precisamente os kaigangs, e colonos no norte do estado do Rio Grande do Sul. Talvez isso ajude a entender, conforme veremos no primeiro capítulo, o porquê do destaque do passado indígena de São Vicente.

Uma vez concluída a graduação passamos a exercer a docência, em março de 1998, junto às escolas estaduais Dona Joaquina e Florismundo Eggres da Silva, ambas situadas no município de Mata/RS, minha *aldeia* natal, onde atuamos até o final de 2011. Em meio a muitas aulas, eram muitas mesmo, comecei a desenvolver pesquisas sobre os fatos fundantes de Mata e de certa forma, podemos dizer que esta tese, começou a ser concebida por volta de 2001. Foi naquele ano que “descobrimos” junto ao Museu Fragmentos do Tempo um documento cuja assinatura do remetente, em

³ A categoria de reciprocidade aqui será abordada como “*fundamento de toda sociabilidade e comunicação humanas*” (LANNA, 2000, p.173), uma “*rocha matriz das relações e das civilizações humanas*”, mediante a qual “*as coletividades se obrigam mutuamente*”, que correspondia à troca de “*gentilezas, banquetes, ritos, serviços militares [...] danças, festas*” (MAUSS, 1974, p. 44-45). Ao mesmo tempo, a reciprocidade das dádivas imbricava “*a universalidade da triplíce obrigação de dar, receber e retribuir*”, enquanto uma relação mútua reversível entre dois sujeitos ou partes que transferiam bens (materiais e imateriais) e “*serviços realizados mediante contrapartida ou equivalência entre uns e outros*” (SABOURIN, 2008, p.137).

⁴ Em relação ao parentesco o mesmo será tratado enquanto uma noção cultural relacional, podendo ser estabelecido a partir de outros vínculos que não necessariamente a co-habitação e a consanguinidade. Assim, os círculos de parentesco também derivavam de escolhas, muitas delas pautadas em princípios políticos, sociais e econômicos, entre elas as matrimoniais (parentesco afim). Além disso, às relações de compadrio/apadrinhamento (parentesco simbólico, ritual ou fictício), se constituíam em elementos importantes no alargamento da parentela e na definição de quem era parente. Sobre a temática ver: Zonabend (1998), Scott (1999 e 2008a), Moreno (2004 e 2011), Socolow (2005), Ricardo Cicerchia e Joan Bestard (2006), Brügger (2007) e Machado (2008).

virtude da abreviatura nos sobrenomes, não nos possibilitava identificar quem era. Tratava-se de um tal de João que estava convidando seu compadre e amigo Randolpho José da Silva Pereira para uma reunião que iria acontecer na casa de moradia do Barão de Candiota⁵.

Ao longo desses anos juntamos milhares de páginas em documentação, não me atrevo a arriscar em dizer um número, pois há um bom tempo perdi a conta. A última contagem foi feita à época da dissertação, no ano de 2011, onde eram cerca de 3.200, “de lá pra cá” deixamos de contar, nos pareceu desnecessário. O que mudou no transcurso desse tempo é que além de termos descoberto o nome completo de João Victorino Filho e os tramados nos quais ele estava envolvido, as fontes manuscritas possibilitaram que muitos outros personagens “cruzassem nosso caminho”, o que nos instigou a olhar vários aspectos da História da Família dentro da espacialidade denominada de Vale do Jaguari⁶. Cabe dizer que não foi das tarefas mais fáceis acompanhar as trajetórias desses núcleos familiares, pois no decorrer do século XIX a região⁷ fez parte dos territórios de Rio Pardo, São João da Cachoeira, São Borja, São Gabriel e finalmente São Vicente.

Entre 2007 e 2008 cursamos junto ao Centro Universitário Franciscano a especialização Ensino e Pesquisa em História: Novas Abordagens que resultou na monografia *A estância de São Rafael e a família Silva Pereira: Patrimônio e trajetórias familiares (1845-1865)*. Costumamos dizer que a especialização foi um momento ímpar, pois oportunizou, entre outros aspectos, a retomada do “ritmo” acadêmico, o contato com as tendências historiográficas e nos possibilitou ver o que estava sendo desenvolvido em termos de pesquisa. Apropriamo-nos dos novos objetos, abordagens e problematizações, bem como das dimensões e dos domínios que possibilitaram a ampliação dos “canteiros” do historiador.

Além disso, foi durante a fase das disciplinas que conheci Paulo Moreira e conversamos sobre a possibilidade do mestrado junto a UNISINOS. O que se

⁵ MUSEU FRAGMENTOS DO TEMPO, **Carta do compadre João Victorino Filho a Randolpho José da Silva Pereira**. São Vicente, 24 de setembro de 1876.

⁶ Região situada na porção central do Rio Grande do Sul. Ao longo do século XIX se converteu num importante corredor entre as vilas situadas no planalto (norte) e a região da campanha (sul), paralelamente desenvolveu um papel de articulação entre as porções leste e oeste da província. No que tange aos seus balizadores territoriais ao norte seria a Serra de São Martinho e o rio Jaguari, ao sul o rio Toropi, a leste a região do planalto e a oeste o rio Ibicuí (BOLZAN, 1998). Atualmente a micro-região do Vale do Jaguari (ver anexos figura 1) possui uma área de 11.268 km², uma população de cerca de 117.000 habitantes e é formada por nove municípios: Cacequi, Capão do Cipó, Jaguari, Mata, Nova Esperança do Sul, Santiago, São Francisco de Assis, São Vicente do Sul e Unistalda (FEE, 2016).

⁷ Sobre o conceito de região ver, entre outros: Silva (1990), Oliven (1992) e Santos (1997).

concretizou no período de 2009 a 2011, quando construímos a dissertação “*A benção que se pede e a benção que se dá*”: *Redes sócio-familiares de camadas intermediárias (Randolpho José da Silva Pereira, 1841-1914)*. Trabalho esse que versou sobre as redes sociais estabelecidas pelo estancieiro remediado Randolpho que lhe possibilitaram tornar-se um sujeito que galgou prestígio dentro da paisagem agrária do Vale do Jaguari. Mas a trajetória do personagem nos serviu para deslindar um emaranhado de relações que conectavam indivíduos da “aldeia” de São Vicente a personagens na Corte, no Rio de Janeiro. Cabe dizer que foi durante o trabalho de pesquisa e escrita da dissertação que descortinamos a possibilidade de fazer um estudo partindo das mesmas bases, mas ampliando o número de famílias e agregando outros tipos de fontes manuscritas. Entre as novidades elenca-se o processo de seriação⁸ dos registros de batismo que nos serviram para tentar entender, entre outros aspectos, as razões dos altos índices de ilegitimidade.

Poucos meses depois da entrega da dissertação já havíamos sido selecionados para iniciar a etapa que ora se finda. Simultaneamente fui aprovado no concurso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IF Farroupilha) e nomeado para exercer a docência no *campus* Alegrete. O que dizer desse tempo e do doutorado. Talvez as palavras que melhor sintetizam esse período sejam “foi um tempo de aflição/eram quatro condução/ duas pra ir/ duas para voltar”. A aflição no sentido de cumprir os prazos, mas principalmente para tentar conciliar o trabalho, o doutorado (disciplinas, leituras, pesquisas em arquivos, transcrição das fontes, orientação e o que dizer do complicado trabalho de transcrição e depois revisão dos 8.902 assentos), mas sem nunca deixar de lado a família. No que toca “as conduções” foram bem mais do que quatro. Os deslocamentos semanais tinham como ponto de partida Santa Maria e passavam por Porto Alegre, São Leopoldo, Santa Maria, Alegrete e Santa Maria. “Não me perguntes onde fica o Alegrete”, pois os deslocamentos diários de Santa Maria até ele o tornaram um lugar extremamente distante.

No segundo ano do doutorado as andanças diminuíram consideravelmente, pois fomos removidos para o *campus* de São Vicente do Sul, muitas portas se abriram o que possibilitou alguns novos documentos. Mas principalmente muitas histórias que tratavam da Redução de São José e do índio Carapé, dos campos de criação da missão

⁸ Sobre o método serial e o processo de quantificação, bem como as possibilidades de utilização desses recursos ver, entre outros: Labrousse (1962), Furet (1981), Cardoso e Brignoli (2002), Bacellar, Bassanezi e Scott (2005) e Barros (2011).

de São Miguel, que emprestou seu nome para um cerro onde ainda hoje se procura ouro dos padres jesuítas, do Cavajuretan e seus campos de invernar cavalos da nação, do erval que a *indiada* tinha lá no rincão da Timbaúva, da sesmaria dos Chagas e do general João Antonio da Silveira. Não poderia deixar de relatar as idas ao cemitério, onde “encontrei” muitos dos personagens que apareceram nos capítulos vindouros. Em 2014, nova mudança, o convite para trabalhar na reitoria do IF Farroupilha em Santa Maria, local onde desempenho minhas atividades laborais.

Cabe-nos ainda dizer sobre a importância deste trabalho, que se justifica por tratar da temática da família num tempo e espaço que até o presente momento não despertou maiores interesses por parte dos historiadores. Uma vez que, a maior parte das obras sobre a família no Brasil se direciona para o período colonial e algumas para o imperial⁹. Nosso recorte (1854-1912) nos oportunizou observar a passagem do império à república, analisando o impacto que o estabelecimento dos registros civis de casamento teve sobre os registros religiosos.

Outra questão de relevância está ligada ao espaço onde a maior parte da trama se desenrola, uma vez que tivemos acesso a um pequeno número de trabalhos que se propuseram a estudar a área mais central do Estado. Ainda no que toca a questão do locus queremos destacar que nosso trabalho não é uma monografia local, pois contempla personagens, situações conjunturais e estruturas que extrapolam um município. Tão pouco é um trabalho de história regional, haja vista que, mesmo reconhecendo a importância do espaço enquanto categoria, ele não se constituiu na espinha dorsal da análise.

Vale dizer que a escolha das cinco famílias se deu em virtude de pertencerem a diferentes esferas do tecido social¹⁰. Nesse sentido, acompanharemos as trajetórias de dois núcleos familiares que figuravam entre os setores subalternos¹¹, uma família de

⁹ Ver, entre outros: Freyre (1966 e 1977), Prado Júnior (1977), Costa (1981 e 1990), Abreu (1982), Silva (1984 e 1993), Marcílio (1986 e 1998), Samara (1989 e 2003), Holanda (1995), Bacellar (1995, 1997 e 2001), Figueiredo (1997), Faria (1998 e 2000), Vainfas (1999), Lodoño (1999), Venâncio (1999 e 2009), Vianna (2005), Brugger (2007), Muaze (2008) e Machado (2008).

¹⁰ Tecido social entendido enquanto “*o substrato a partir do qual e para dentro do qual o indivíduo gira constantemente e tece suas finalidades na vida. Esse tecido social é o curso real de sua mudança como um todo, porém, não é obra da intenção nem do planejamento de ninguém*” (ELIAS, 1993, p. 194).

¹¹ Trata-se de setores plurais que, grosso modo, podem ser definidos como aqueles sujeitos que figuram nos estratos menos favorecidos da sociedade. Indivíduos “desclassificados” socialmente, mas nem por isso menos importantes nos processos históricos conforme tem sido demonstrado por uma série de trabalhos que se propuseram a estudar esses agentes históricos. Em relação aos subalternos, ver, entre outros: Ginzburg (1987 e 1989), Burke (1989), Sharpe (1992), Davis (1997), Thompson (1997 e 2001), Loriga, (1998), Charle (2006), Chalhoub (2008) e Cicerchia (2009).

remediados¹² e duas famílias que faziam parte da elite local¹³, destacando as estratégias utilizadas por elas na busca de notoriedade. Também pesou na seleção o fato de terem deixado prole¹⁴ numerosa e/ou se fazerem muito presentes nos apadrinhamentos. Por ocuparem tanto a sede do povoado quanto o meio rural e por desempenharem diferentes ofícios. Ademais, também foram escolhidos em função de termos conseguido localizá-los em diferentes fontes manuscritas, o que nos permitiu ver esses agentes desempenhando outros papéis além daqueles que os registros batismais permitem visualizar.

Em relação ao recorte cronológico, vale dizer que o mesmo não possui caráter estanque, na medida em que algumas situações analisadas extrapolaram os balizadores temporais. O ano de 1854 foi instituído como marco inicial em virtude de ter sido o momento em que a capela de São Vicente foi elevada a condição de capela curada de São Gabriel, o que, em tese, representou a presença mais constante dos padres e fez com que os registros religiosos passassem a apresentar maior regularidade. Já o delimitador final foi pensado pelo fato de que em 1912 ocorreu o falecimento de Boaventura Garcia, pároco de São Vicente por 36 anos seguidos, responsável pela produção de 6.392 assentos do total analisado.

Temos presente a importância da articulação entre teoria-prática. Diante disso optamos por fazer uma discussão teórica pontual nesta parte introdutória, mais direcionada as categorias principais que alicerçam nossa análise e que se fazem presentes ao longo dos cinco capítulos da tese. Apresentaremos os conceitos estruturantes desta tese, que são: família, compadrio e redes. Quanto a outras categorias (comunidade, apadrinhamento, regalismo, romanização, Dona, tutela, entre outras) foram tratadas no decurso dos capítulos. Desse modo, as imprescindíveis questões

¹² Sheila de Castro Faria (1998) assim define as famílias e ou pessoas que se situavam no setor intermediário, uma vez que não possuíam patrimônio suficiente para figurar entre os abastados, mas ao mesmo tempo seus bens materiais os distinguiam dos pobres.

¹³ Segundo Flávio Heinz (2006, p. 7-9) “*trata-se de um termo empregado em um sentido amplo e descritivo, que faz referência a categorias ou grupos que parecem ocupar o ‘topo’ de estruturas de autoridade ou de distribuição de recursos*”. Destarte, as elites são definidas pela “*detenção de um certo poder ou então como um produto de uma seleção social ou intelectual*”, o estudo da referida categoria social “*seria um meio de determinar quais os espaços e os mecanismos do poder nos diferentes tipos de sociedade ou os princípios empregados para o acesso às posições dominantes*”. Sobre o conceito de elite ver também: Silva (2004), Costa (2006), Reguera (2006), Khün (2006 e 2014), Sampaio (2007), Farinatti (2007 e 2014), Fagundes (2009), Kulzer (2009), Barbosa (2009), Cancela (2009 e 2011), Vargas (2010, 2011 e 2013a), Comissoli (2011) e Martiny (2011).

¹⁴ Iremos nos valer da ideia de prole, proposta por Klep (2004, p. 350-351) por apresentar “*um caráter mais amplo valorizando a noção de filhos de todas as idades*”, tendo em vista que mesmo filhos maiores de 18 anos, independente do lugar onde vivam, se na casa paterna ou em outro espaço, continuam sendo considerados sua prole.

teórico-metodológicas estão distribuídas “ao longo do trabalho (não comendo, portanto, um capítulo à parte)”, nem o “resultado de uma construção prévia que produzisse moldes pré-estabelecidos, onde o material ‘garimpado’ nos arquivos fosse inserido, muitas vezes a força” (MOREIRA, 2009, p.15).

No que toca o referencial teórico, método e técnicas de pesquisa, muita da inspiração desse trabalho foi buscada na micro-história social italiana¹⁵. Entre seus principais expoentes destacamos Giovanni Levi, que a entende como a "uma prática historiográfica em que suas referências teóricas são variadas e, em certo sentido, ecléticas. O método está relacionado [...] aos procedimentos reais detalhados que constituem o trabalho do historiador, e assim a micro-história não pode ser definida” somente pelas “microdimensões de seu objeto de estudo” (1992, p. 133). Jacques Revel a definiu como não se constituindo “absolutamente uma técnica, menos ainda uma disciplina”, podendo ser pensada como uma opinião “historiográfica ávida ao mesmo tempo de novidades e certezas. Deve na verdade ser compreendida como um sintoma: como uma reação a um momento específico da história social, da qual propõe reformular certas exigências e procedimentos” (In: LEVI, 2000, p. 8). Essa “outra leitura do social”, na visão de Edoardo Grendi, possibilita tratar “os temas mais diversos de investigação a partir de uma perspectiva sintética e integradora, ao mesmo tempo em que atenta para a densidade e singularidade dos seus objetos” (apud LIMA, 2006, p. 158-159).

Entre as contribuições trazidas por esse procedimento historiográfico destacamos o desenvolvimento de análises a partir de uma escala menor de observação, que se colocam atentas a pequenas realidades cotidianas, mas que permitem visualizar de forma mais detida aspectos que podem ser negligenciados na escala macroanalítica. Trata-se de um jogo de escalas no qual o grande, visualizado através do “telescópio”, passa a ser visto mais de perto por meio do “microscópio”. Essa renovação nos procedimentos analíticos proporcionou aos pesquisadores trabalhar com categorias interpretativas mais palpáveis. Ao mesmo tempo, trouxe a possibilidade mais concreta da verificação experimental, de modo especial, propiciou ganhos em termos de profundidade em

¹⁵ A micro-história surgiu a partir da década de 1970, nascendo junto a um grupo de historiadores italianos que passaram a divulgar suas pesquisas através da Revista *Quaderni Storici*. Sua origem estaria ligada a crise pela qual os sistemas estruturalistas utilizados nas explicações da ciência histórica estavam passando. Pouco depois, transpôs as fronteiras da Itália encontrando boa aceitação entre historiadores de vários países, de modo especial entre os espanhóis e franceses. Segundo Justo Serna e Anaclet Pons (2012) a outra corrente que caracteriza essa tendência historiográfica é a chamada micro-história cultural. Segundo estes autores, enquanto a micro-história social privilegia os aspectos sociais e econômicos, a micro-história cultural, em virtude das influências recebidas da antropologia, direciona seu foco para os estudos culturais desenvolvidos a partir de uma descrição densa do objeto analisado.

relação ao objeto analisado. Menciona-se ainda o fato de ter demonstrado a complexidade do social, a realidade multifacetada, as assimetrias sociais das comunidades de pequenas localidades, que muitas vezes apresentam um contexto muito diferente dos grandes esquemas abstratos que tendem à generalização.

Entre as possibilidades trazidas a cena pelo referido procedimento analítico, destacamos o conceito de estratégia que, segundo o entendimento de Revel, “serve para qualificar, de maneira mais prosaica, os comportamentos dos atores individuais ou coletivos que foram bem-sucedidos [...] mas sem perder as noções de fracasso, de incerteza e de racionalidade limitada” (Idem, p. 26). Os escritos de Simona Cerutti (1998) também nos auxiliam para pensarmos a questão das estratégias sociais, principalmente quando alertou sobre os perigos das pré-determinações de grupos tentando defini-los *a priori*, bem como de suas ações, o que pode incorrer numa lógica mecanicista da sociedade, onde “as regras do jogo são definidas pelas próprias relações sociais, mesmo que seus efeitos muitas vezes ultrapassem a vontade ou a consciência do indivíduo” (Idem, p. 188).

O olhar micro-historiográfico também nos auxiliou na abordagem das trajetórias¹⁶ individuais e familiares, pois esse tipo de análise pode revelar a “multiplicidade de espaços e de tempos sociais, pelo novelo de relações sociais que se criam em volta do mesmo indivíduo” (REVEL, 2010, p. 439). Ao observarmos as redes de relações podemos ter um panorama das experiências desses indivíduos, das relações que eles mantiveram com outros agentes históricos. Outra possibilidade fica por conta de acompanharmos esses sujeitos em diferentes tipos de fontes manuscritas, observando os papéis sociais que representaram no transcurso de suas vidas, fazendo emergir os contextos nos quais estavam inseridos. Tal como foi demonstrado por Levi (2000), ao estudar o padre exorcista Giovan Battista Chiesa, vigário do vilarejo de Santena, que desempenhou o papel de mediador entre centro e periferia, numa época de construção do estado moderno na península Itálica.

Cabe destacar também o método onomástico, por meio do qual o nome de certa forma passa a “conduzir” o enredo. O nome enquanto fio condutor se constitui num exercício metodológico proposto por Carlo Ginzburg e Carlo Poni, que ganhou evidência com o conhecido texto *O nome e o como* (1989). Embora os autores

¹⁶ Alexandre de Oliveira Karsburg, ao definir o conceito de trajetória, o faz em oposição ao de biografia. Dessa forma, enquanto que a biografia “*deve contemplar a totalidade da vida do indivíduo, problematizar os vários momentos da existência*” (2005, p. 33), a trajetória “*não tem por obrigatoriedade abordar toda a vida do sujeito; antes, procura centrar as análises num período determinado*” (Idem, p. 35).

reconheçam que são tributários ao demógrafo francês Louis Henry, um dos pioneiros no desenvolvimento desse tipo de investigação, a experiência micronominativa ganhou evidência a partir das abordagens de microanálise proposta por Ginzburg e Poni. A investigação micronominal que aqui propomos, encontra-se nas linhas que partem e convergem para o nome. Buscaremos verificar, a partir do “buraco da agulha”, as relações dos indivíduos, que olharemos de forma mais atenta, com outros agentes e grupos históricos, que tipos de fios os enredavam, bem como o que circulava através dessas teias.

Entre os resultados que a “bússola preciosa” trouxe ao *metieur* dos historiadores cita-se a oportunidade de reconstituir trajetórias conferindo papéis de protagonismo a indivíduos de pequeno *quilate*, que até então estavam condenados ao ostracismo historiográfico. Entretanto, o historiador tem que ter alguns cuidados quando resolve “afogar-se em nomes” (FRAGOSO, 2002), pois se corre o risco de submergir e não voltar à tona, de ser asfixiado pelos próprios nomes. Rodrigo Weimer (2013) deixou alguns alertas e trouxe algumas possibilidades para as investigações micronominativas. Ao seguir “o rastro do nome”, o cientista social deve ter presente que esse tipo de escolha deve ser vista como um instrumento, uma ferramenta de pesquisa e não como um fim em si mesmo. Uma porta de entrada para olhar ligações nominativas em diferentes séries documentais, que possibilitem analisar questões mais amplas, tais como o contexto social onde o indivíduo estava imiscuído. Além disso, os nomes são produtos de seu tempo, que revelam signos e significados de um determinado momento histórico. Trazem consigo conteúdos simbólicos que em alguns casos poderiam estar atrelados a práticas de devoção e/ou render homenagens a parentes sanguíneos, afins ou espirituais. Ao mesmo tempo, poderiam se constituir num verdadeiro bem familiar passado de geração a geração.

Ainda em relação à metodologia iremos recorrer ao processo de seriação dos assentos de batismo, a fim de verificar padrões e variações de tendências. Para o recorte temporal de 1854 a 1912 seríamos 8.902 registros, o que divididos por 58 deram uma média anual em torno de 153 atas batismais. Registros que foram reunidos junto a uma base de dados produzida com o *software* Excel. Números que foram expressos em gráficos, quadros e tabelas, com intuito de auxiliar no entrelaçamento entre o quantitativo e o qualitativo, revelando além de cifras, tendências comportamentais (BURGUIÈRE, 1995). A fim de justificar essa opção metodológica, recorreremos às palavras de Júlio Arostegui, segundo o qual “quantificar as variáveis que intervêm em

um fenômeno histórico e expressar suas relações, através de medidas [...] encontrar relações” possibilita a explicação de “comportamentos, que muitas vezes permanecem ocultas a uma pesquisa qualitativa” (2006, p. 538).

Além dos registros religiosos, obtidos junto aos arquivos da Mitra Diocesana de Bagé (AMDB) e da Arquidiocese de Santa Maria (AASM), buscamos “sinais e indícios” em outras fontes manuscritas, localizadas em arquivos de natureza não eclesiástica. Destarte, iremos utilizar documentos que foram garimpados, entre outros lugares de memória, no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERs), Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs) e Arquivo Judicial Centralizado (AJC). Ao realizarmos o processo de transcrição procuramos deixar com a grafia semelhante ao original (BERWANGER e LEAL, 2008). Convém dizer também que naquelas palavras abreviadas completamos a sentença destacando a parte que acrescentamos em itálico.

Em relação ao corpus documental cabe tecermos algumas considerações sobre os registros religiosos. Tais fontes manuscritas se constituem no ponto de partida para tentarmos entender algumas questões ligadas aos arranjos familiares, bem como os tipos de redes de relações que eram firmadas, recriadas ou confirmadas através do parentesco simbólico. De modo especial o compadrio, uma vez que tal prática se constituía num “dos liames que criaram vínculos entre famílias e as posicionavam socialmente no mundo em que viviam” (PEDROZA, 2008, p. 70). João Fragoso assinalou que essas fontes históricas possibilitam “recuperar a história social de uma população e de seus grupos”, apresentando muitas vezes uma “hierarquia complexa, pois envolvia não só a situação econômica ou política, como também a ‘qualidade’ da pessoa, identificada simbolicamente através de sua condição social” (2010, p. 100-101). Além disso, “la posibilidad de estudios microhistóricos de redes sociales”, partindo das chamadas fontes demográficas, “aportan la ventaja de una cierta representatividad estadística, cubriendo universos más o menos amplios de personas” (MIGUEZ, 1995, p. 30).

Por seu turno, Maria Silvia Bassanezi apresenta uma série de perspectivas para se trabalhar com esse tipo de documentação, entre elas, a possibilidade de:

[...] desvendar o passado brasileiro não só de uma perspectiva demográfica (estrutura e dinâmica da população), mas também sociocultural (relações sociais e de poder, práticas e mentalidades). Por se tratar de fonte nominativa [...] esses registros se prestam a cruzamentos entre si e com outras fontes nominativas. Aos historiadores persistentes possibilitam, por exemplo, a reconstituição de famílias e de redes sociais e a identificação de diversos

aspectos que marcaram as vidas de pessoas e grupos, relacionados, por exemplo, às hierarquias sociais, às práticas religiosas (2011, p. 142).

Entre as possibilidades trazidas pela autora está a de se proceder o cruzamento com outras fontes nominativas¹⁷. Diante disso, estabelecemos o diálogo dos registros paroquiais com outras fontes nominativas, entre elas os inventários *post-mortem*¹⁸, os quais segundo Carlos Bacellar se constituem em “fonte de primeira ordem para análise da família e da população” (2008, p. 94), uma vez que os mesmos podem contar “múltiplos aspectos da vida do morto, bem como da sociedade em que ele viveu”, como também, “se transformar em testemunhas sobre a morte, mas acima de tudo sobre a vida, em suas dimensões material e espiritual” (FURTADO, 2011, p. 93).

Outra possibilidade que os inventários trazem a tona é a de trabalhar questões mais amplas ligadas à trajetória familiar, pois a transmissão de patrimônio pode demonstrar “a região escolhida em movimento, ou seja, a sociedade considerada passando pelo tempo, com as suas permanências e mudanças” (FRAGOSO e PITZER, 1988, p. 30), revelando novos empreendimentos ou a manutenção de bases produtivas entre diferentes gerações de um ramo familiar. No presente estudo selecionamos apenas 22 inventários que nos servem para demonstrar as bases materiais de alguns dos personagens principais e as relações intra e inter famílias. Essa fonte também nos serviu para deslindar as relações sociais por detrás dos inventários, auxiliando no processo de desvendar a cartografia social do lugar.

Nos últimos tempos, a temática da História da Família e suas articulações, tem despertado o interesse de muitos cientistas sociais¹⁹. Tais estudos têm apontado para experiências que variam no tempo e no espaço, mostrando a pluralidade que envolve esta instituição. As pesquisas têm ratificado certos axiomas, entre os quais, a família enquanto a mais antiga e a mais disseminada de todas as instituições sociais. Paralelamente, os estudiosos do tema têm destacado a polissemia que envolve a

¹⁷ O método nominativo de cruzamento de fontes históricas foi uma das principais contribuições para os estudos demográficos do chamado *Cambridge Group for the History of Population and Social Structure* (*Cambridge Group*) fundado na década de 1960. A metodologia desenvolvida por Edward Antony Wrigley e Alan MacFarlane trazia alguns instrumentos que aumentavam o nível de confiabilidade na identificação dos sujeitos, eram eles: a idade, residência, estado matrimonial, ocupação e o nome do cônjuge.

¹⁸ Sobre as possibilidades e desafios de se trabalhar com inventários, ver, entre outros: Osorio (1990 e 1999), Garavaglia (1993 e 1999), Silva e Linhares (1995), Gelman (1996), Zarth (1997 e 2002), Faria (1998), Farinatti (1999 e 2007), Kühn (2006 e 2014), Cancela (2009 e 2011) e Vargas (2013a e 2013b).

¹⁹ Ver, entre outros: Anderson (1984), Zonabend (1998), López (2001), Moreno (2004 e 2011), Scott (1999, 2008a e 2008b), Cicerchia e Jiménez (2011) e Goody (2013).

definição do conceito de família. Um terreno movediço, pois, a História da Família ocidental, do século XVI aos nossos dias, não se limitou a um sistema familiar único.

Na tentativa de apresentarmos uma definição para a categoria recorreremos aos escritos de Ricardo Cicerchia, e Joan Bestard, que a entendem como “un hecho demográfico, un hecho económico, un hecho jurídico, y fundamentalmente un conjunto de vínculos humanos, es decir, culturales” (2006, p. 05). Forma de organização social pela qual perpassa “la procreación, el parentesco se constituye como el sitio donde se procesan concepciones culturales en la formación de las personas, valores económicos relacionados con los grupos domésticos y relaciones políticas con las instituciones del Estado” (Idem, p. 8).

Ao fazer um balanço historiográfico sobre os estudos da família no Brasil Ana Silvia Volpi Scott (2009, 2013 e 2014) destaca que foi entre o final da década de 1970 e meados dos anos 1980 que a família passou a figurar como um dos principais campos de estudo dos historiadores brasileiros. Segundo a estudiosa o crescimento dos estudos sobre o assunto propiciou uma diversificação da temática, incorporando “análises sobre a condição feminina, a criança, a ilegitimidade, o casamento, o concubinato e a transmissão de fortunas” (SCOTT, 2009, p. 19). Entre as conclusões que esses estudos lograram, cita-se a pluralidade de tipologias apresentadas pelas famílias do passado. Dentro do universo familiar coexistiam a patriarcal²⁰, concubinato²¹, nuclear²² e extensa²³. Paralelamente, tem-se observado diferentes enfoques disciplinares nos estudos sobre os diversos tipos de arranjos familiares, entre eles, menciona-se o demográfico, o genealógico, o sócio-econômico e o antropológico.

²⁰ Ver entre outros: Freyre (1966), Samara (1989 e 2003), Faria (1998), Vainfas (1999), Dias (2001), Barickman (2003), Brügger (2007) e Machado (2008).

²¹ Muitos recorriam a essa forma de organização familiar por entendê-la como um espaço de satisfação de interesses pessoais de cunho afetivo e sexual. Mas há que se levar em conta também que as pessoas eram motivadas a buscar essa forma alternativa de relação conjugal devido ao pagamento que deveria ser efetuado ao padre pela cópia dos batistérios e pela realização da cerimônia, o casamento trazia custos, que para os pobres podia ser elevado. Ademais, a grande dimensão de algumas paróquias, o isolamento em que viviam muitas famílias, o número reduzido de religiosos e a diversidade étnico-cultural que caracterizou a sociedade brasileira também se constituíram em fatores que contribuíram para que muitos optassem por essa forma de arranjo familiar. Ver, entre outros, Silva (1984), Vainfas (1992), Figueiredo (1997), Lopes (1998), Lodoño (1999) e Brügger (2007).

²² Segundo Sheila de Castro Faria “grupo constituído de pai, mãe filhos legítimos ou não, vivendo em caráter privado e permanente, em condições de estabilidade, privacidade e facilidade para se constituir, além da qualidade de vida que possa obter” (1998, p. 150). Ver, também: Barickman (2003), Machado (2008) e Netto (2010).

²³ Segundo Ana Maria Mauad e Mariana Muaze (2004) aqueles arranjos que iam além da co-habitação e dos laços de consanguinidade e afinidade, uma vez que “compadres e comadres compõem a rede na qual se reiteram solidariedades” (Idem, p. 205). Ver também: Barickman (2003), Hameister (2006) e Netto (2010).

No que tange à primeira perspectiva, vale ressaltar que este não é um trabalho de Demografia Histórica²⁴. Até trataremos de algumas situações ligadas a ela, tais como padrões de ilegitimidade, práticas de nomeação, períodos do ano em que mais nasciam crianças e os meses que eram privilegiados para que ocorressem os batizados. Mas essa tese almeja transitar pelo caminho da história social. As onze genealogias, elaboradas a partir do programa *Genopro*, têm o intuito de situar o leitor em relação às famílias que nos serviram de vigas mestras nesta narrativa. Ao mesmo tempo, certamente será um recurso importante para reduzir os riscos do leitor “afogar-se” em meio a tantos nomes.

Particularmente nos interessa a abordagem sócio-econômica e a antropológica. A abordagem sócio-econômica, espécie de “cartão de visitas” em cada um dos capítulos, nos auxiliou na apresentação dos diferentes campos de atuação econômica e das bases materiais que propiciaram os meios de sobrevivência aos núcleos familiares aqui estudados. Por sua vez, o viés antropológico nos serviu para deslindar as estratégias de compadrio que estabeleciam e/ou ratificavam redes de parentela, buscando demonstrar, de que forma as teias contribuíram no processo de notoriedade social obtido pelas cinco famílias cujas trajetórias nos propusemos acompanhar.

Entre as produções historiográficas que tivemos acesso e que se propuseram a abordar os elos compadrescos elenca-se a tese de Martha D. Hameister (2006). A autora aborda o compadrio enquanto uma troca de dádivas, dom e contra dom, que poderia se manifestar nas teias de compadrio através da troca de afilhados. O dom estaria em oferecer um filho como afilhado e passado algum tempo o compadre retribuir a gentileza, tornando-se compadres duplamente. Outro mote trabalhado pela pesquisadora esteve ligado à “herança imaterial da graça”, isto é, o estabelecimento do prenome recebido no momento do batismo enquanto uma graça que possibilitava a pessoa adentrar no mundo da cristandade. No caso dos padrinhos o ato de nomeação do afilhado poderia se constituir num mecanismo de afirmação social, pois o prenome assumiria a condição de bem simbólico, que possibilitaria os padrinhos serem reconhecidos através do afilhado.

Silvia Brügger apontou que a partir do parentesco fictício, “ideologicamente as distâncias sociais se minimizavam” (2007, p. 377). Segundo a autora essa redução das distâncias sociais deve ser vista dentro da ótica da ambiguidade, uma “amizade desigual”. Uma vez que, ao mesmo tempo em que pobres e ricos se tornavam parentes

²⁴ Sobre a demografia, ver entre outros: Amorin (1983 e 2001), Nadalin (1994), Marcilio (1996), Faria (1998), Bacellar, Scott e Bassanezi (2005), Otero (2009) e Costa (2011).

através dos ritos batismais, o que em tese criava canais de reciprocidade pelos quais poderiam circular dádivas de caráter material e simbólico, esse tipo de relação de compadrio servia para reforçar as hierarquias sociais existentes. Cabe também destacar nos escritos de Brügger que os círculos sociais ligados ao compadrio “extrapolavam os muros da igreja”, pois o parentesco simbólico abria uma série de espaços que iam além dos preceitos religiosos, abarcando, entre outras, a dimensão política e econômica. Nesse sentido, as alianças compadrescas encontravam consonância com as regras da sociedade brasileira baseada na família extensa e patriarcal que abria muitas possibilidades de “se aparentar”.

Luís Augusto Ebling Farinatti (2012) advertiu sobre os perigos que se há de ter “para não naturalizar a associação entre relação de compadrio e a efetividade das alianças sociais” (Idem, 296), mesmo que a “força da reciprocidade sugerida pelo compadrio podia ser reiterada por muito tempo, também era possível que ocorresse o contrário: um afastamento ou até um rápido rompimento entre os compadres” (Ibidem). Sobre os cuidados para não se naturalizar o compadrio enquanto aliança vitalícia, cabe dizer que os assentos de batismo são informações datadas que sugerem a ratificação de comunhões pretéritas. Contudo, as relações humanas são dinâmicas e, por conseguinte, sujeitas a alterações, assim esses laços estavam suscetíveis a afrouxarem, afastamentos circunstanciais, ou até mesmo romperem-se de forma definitiva²⁵.

No que concerne a categoria de rede²⁶ iremos utilizar a definição de Michel Bertrand que a entende como “un complejo sistema relacional que permite la circulación de bienes y servicios, tanto materiales como inmateriales, dentro de un conjunto de relaciones establecidas entre sus miembros, que los afecta a todos directa o indirectamente y muy desigualmente” (2000, p. 78). Ao discorrermos sobre a definição apresentada, a complexidade fica por conta de que por mais ampla que seja a rede de

²⁵ Sobre o rompimento de compadres ver Fagundes (2009). A título de ilustração queremos trazer o episódio que envolveu o Capitão Vidal Baptista d’ Oliveira Pillar morador da costa do Rio Jaguari. No ano de 1837, em meio à guerra civil, ordenou que seus soldados matassem seu compadre Bento Manuel Ribeiro. Os soldados efetuaram disparos “a queima roupa”, porém o mesmo acabou baleado apenas no braço. O episódio foi relatado pelo filho da vítima em carta que remeteu a sua mãe, Dona Maria Mância Ribeiro, onde teceu o seguinte comentário “*Meo pay foi resgatado, mas o delito atroz que eles tentaram de dise-lo me horrorizo; e ação tão negra, crime tão barbaro jamais o praticarão homens. Sim, esse Vidal, esse monstro da humanidade, e saber da amisade, esse homem tigre vendo que era derrotado ordenou aos guardas que assassinassem o seo compadre, o seo [amigo], o seo bemfeitor, o homem que ainda hontem lhe havia dado provas da mais leal amisade*”.

AHRS, **Carta para Dona Maria Mância escrita por Sebastião Ribeiro de Almeida em 07 de julho de 1837 na estância do major Atanagildo**. Alegrete, Fundo: Sebastião Ribeiro de Almeida. a. 1837. Agradecemos a Jonas Vargas por gentilmente ter nos cedido esse documento.

²⁶ Ver, entre outros: Mitchell (1969), Linde (1977), Moutoukias (1995 e 2000), Miguez (1995), Ramela (1995), Imizcóz (2001) e Bertrand; Guzzi-Heeb e Lemercier (2011).

relações de um indivíduo, ela é apenas a “ponta do *iceberg*”. Trata-se de apenas algumas conexões entre diversas pessoas que formavam um sistema social mais amplo.

Ricardo Cicerchia e Francisco Chacón Jiménez (2007) destacam os tipos de vínculos que constituíam essas redes. Eram eles “horizontales de grupo están cohesionados por la familia y la amistad, mientras que el sistema clientelar, al tener un carácter vertical” (Idem, p. 27). O tramado horizontal era aquele que ocorria com “gente da misma iguala”, pessoas que teoricamente figuravam no mesmo nível social e se prestavam principalmente para solidificar vínculos familiares (sanguíneos e afins) e poderiam ser estendidas a pessoas de fora do ramo familiar com as quais mantinham sistemas de amizade. Já as de cunho vertical, também denominadas de diádicas (LANDE, 1977), eram aquelas que enredavam indivíduos que ocupavam degraus diferentes dentro da hierarquia social.

Maria Elena Barral destaca a importância dos cientistas sociais atentarem para a distinção entre “redes en potencia” y “redes en acto” (2007, p. 65). A primeira ideia está atrelada a natureza da rede, o tipo de teia, e a forma como ela estava configurada. A opção de ir além da estruturação da rede, constitui-se numa opção metodológica que pode possibilitar a análise da dinâmica das redes, isto é, de que forma se dava o processo de operacionalização das malhas.

Os capítulos foram dispostos de modo que pudéssemos abordar no mínimo um tipo de rede a cada parte do trabalho. Essa opção tem o intuito de explorar a forma como ocorreu a estruturação das teias, o que perpassava pelos sistemas de alianças e de que forma elas contribuíram na busca de notoriedade social dos cinco núcleos familiares que nos propusemos acompanhar suas trajetórias.

O primeiro capítulo busca situar o leitor sobre o espaço onde se desenvolve a trama, destacando o papel da estância e do aldeamento dos guaranis no processo de formação de São Vicente, o que pode ser verificado através da presença de indivíduos classificados como índios nas atas batismais. Estes registros nos serviram para apurar a natureza de filiação dos neófitos (adulterino, natural, legítimo, unidos civilmente, expostos e espúrios). A fonte de natureza religiosa possibilitou também estabelecer o diálogo com o mapa estatístico e os censos, a partir dos quais observamos o crescimento populacional da localidade. Por fim, os assentos batismais nos propiciaram apresentar o atributo qualificativo ligado ao mosaico de cores que caracterizou as “gentes”, entre outros dos Antonio Betim, que viveram naquelas plagas do Rio Grande.

No segundo capítulo, abordamos as relações de parentesco simbólicas da família remediada dos Alves da Conceição, destacando as teias de natureza política e as malhas de clientela. A manutenção de um oratório pelo referido núcleo familiar nos serviu de pretexto para abordarmos os locais onde os batizados eram realizados dentro da ótica da hierarquia dos lugares. O predomínio dos batismos dentro do templo foi tratado como uma estratégia empreendida por algumas famílias na busca de notoriedade. No que toca os arranjos familiares trabalhamos com o concubinato e a prole natural que se originava destes arranjos familiares. Por último, abordamos a presença da forma de tratamento Dona junto aos registros de batismo enquanto um símbolo de prestígio reservado para algumas mulheres.

No terceiro capítulo, trataremos dos Oliveira Sanches, família que vivia pobremente junto a parcelas de terras adquiridas mediante a prática costumeira do apossamento. A trajetória desse núcleo familiar nos permitiu discorrer sobre as teias de vizinhança ratificadas através do casamento e da prática do compadrio. Ademais, a partir dos batizados da família de subalternos analisamos a tendência de batizar tardiamente, a sazonalidade dos nascimentos e os meses do ano em que ocorriam as cerimônias. Nos momentos derradeiros do capítulo abordamos situações que envolveram o processo de operacionalização das redes de amizade e de tutela.

No capítulo quarto, direcionados a análise para a estirpe dos Victorino dos Santos, de modo especial para um certo Capitão João cuja trajetória nos propiciou tratar das malhas de clientela e das teias profissionais. As relações de apadrinhamento da referida família nos possibilitaram trazer a cena os padrinhos preferenciais e situações que envolviam a concepção da madrinha ausente. Paralelamente, abordamos o compadrio enquanto estratégia familiar de reconhecimento social e mecanismo utilizado no reforço dos vínculos familiares diretos. Além disso, discutimos as práticas de legitimação usadas pelas “gentes” de São Vicente e as habilitações de casamento civil que nos permitiram discorrer sobre os batizados cujos pais eram unidos somente no civil.

No último capítulo a atenção recaiu sobre Boaventura Garcia. Religioso que além do atendimento espiritual aos fiéis, encontrou tempo para desenvolver a prática prestamista, teias de crédito que envolviam compadres e afilhados. Ademais, destacamos a relação do padre com sua “serventa” Maria que nos possibilitou tratar do amor sacrílego e da prole espúria que originou desse relacionamento. Em relação aos batismos analisamos os registros que envolveram crianças expostas e debatemos sobre

as práticas de nomeação. Antes de “descer o pano” e o palco escurecer, discorreremos sobre o falecimento do vigário, destacando as questões atinentes a “uma boa morte” e o modo como o patrimônio do padre fora repartido.

Ainda cabe fazer rápidas considerações sobre o processo de construção da narrativa, um dos principais desafios que se apresenta aos historiadores no momento de realizar a “escrita da história”. Para tanto, iremos nos valer das palavras de Durval de Albuquerque Júnior, que nos diz que o ato de narrar é como tecer, é “pôr em contato, entrelaçar linhas de diferentes cores, eventos de diferentes características, para que se tenha um desenho bem ordenado no final. Este trabalho de tessitura é, no entanto, obra da mão de quem tece, da imaginação e da habilidade de quem narra” (2007, p. 31). Por fim, só nos resta desejar que a leitura seja aprazível, que o leitor vire a página e se enrede nas muitas “teias que a família tece”.

Capítulo 1

“UM PEDACINHO DE RIO GRANDE”: A COMUNIDADE DE SÃO VICENTE

Continuaremos resistindo a esses massacres,
porque somos iguais a uma árvore,
arrancaram nossos frutos,
cortaram nossos galhos,
queimaram nossos troncos,
mas não puderam matar nossas raízes.

Marcos Terena

Este capítulo almeja situar o leitor acerca do espaço onde se desenvolveu a trama, apresentando o processo de formação da comunidade²⁷ de São Vicente. Entre as experiências abordadas destacamos a jesuítica – guarani, de modo especial aquela ocorrida junto aos campos de criação do povo de São Miguel que originou a estância de São Vicente. Discorreremos sobre o processo de invasão e conquista do espaço missioneiro, no princípio do século XIX, por parte dos luso-brasileiros e algumas das mudanças pelas quais o lócus passou após a incorporação aos domínios portugueses.

Abordaremos a presença indígena em São Vicente enquanto agentes que contribuíram no processo de povoamento do lugar, com núcleos familiares que se fizeram presentes de forma significativa nos registros de batismos, apresentando altos índices de ilegitimidade. Além disso, será destacada a importância deles nas atividades ligadas a pecuária dentro da Fazenda Nacional e no serviço das armas, onde fizeram parte das milícias e dos destacamentos da Guarda Nacional. Ainda tratando dos

²⁷ Comunidade aqui pensada como um conjunto de indivíduos que “viveram num determinado espaço geográfico e num dado espaço temporal”, que ao longo do transcurso de suas vidas “definiram os seus arranjos familiares”, e ao se relacionarem “com parentes e vizinhos”, estabeleceram estratégias ligadas “à passagem das gerações em termos de transmissão de patrimônio material e imaterial” (SCOTT, 1999, p. 14). Entre as principais conexões que formariam uma comunidade figurariam aquelas ligados ao lugar (referência topográfica) e a mente (sentimento de pertencimento a um grupo), ou seja, uma articulação entre “a organização política do território e sua constituição como unidade territorial dotada de uma identidade própria” (LIMA, 2006, p. 210). Ana Silvia Volpi Scott ao tratar das possibilidades da utilização do conceito comunidade faz referência a Alan MacFarlane que teria aberto a perspectiva de utilizá-lo como um método de trabalho. Onde a comunidade “funcionará como um meio de coligir e organizar os dados, como forma de ‘reconstruir’ toda a rede de relações humanas no interior da mesma. Ter como objetivo primordial a reconstrução de uma comunidade, sugere que a metodologia mais indicada seja aquela que permita o cruzamento nominativo das informações reunidas nas diferentes fontes” (SCOTT, 2013, p. 25). Já Leticia Guterres (2011) aponta a utilização da categoria como sendo um importante caminho para a análise das famílias, tendo em vista que seria “uma forma de agregação sócio-espacial intermediária” entre a “unidade doméstica, ou seja, de um procedimento micro, para chegar à sociedade mais ampla” (Idem, p. 131).

indígenas, acompanharemos algumas das “andanças” por eles empreendidas, às vezes por iniciativa própria, outras por imposição das autoridades.

Discorreremos sobre as mudanças no que diz respeito ao pertencimento administrativo do espaço em estudo, ao longo da primeira metade do século XIX, que fez parte do território de Rio Pardo, São João da Cachoeira, São Borja e São Gabriel, enfatizando a dificuldade de acompanhar as trajetórias familiares nas fontes manuscritas, tanto de natureza civil quanto eclesiástica, em virtude dos sucessivos desmembramentos. Em meio a essas mudanças, analisaremos o processo de transformação de freguesia (capela) a condição de paróquia (matriz), enquanto um dos elementos que contribuiu no processo de constituição do município autônomo.

Feito isso direcionaremos a análise para os registros de batismo, produzidos entre 1854 a 1912, apresentando um panorama da questão da ilegitimidade junto à comunidade de São Vicente. As médias apuradas nos propiciaram trabalhar tendências comportamentais ligadas aos “degradados filhos das Evas”. Entre as situações estudadas destacam-se dois casos que envolveram crianças adúlteras.

Dando continuidade, iremos observar as *gentes* que viveram naquele “pedacinho de Rio Grande”, em fontes de cunho mais estatístico. Para tanto, utilizaremos o mapa estatístico de 1858, elaborado a partir das listas de famílias, dos censos de 1872, 1890, 1900 e para o ano de 1910 iremos recorrer aos dados trazidos pela Enciclopédia dos municípios brasileiros (FERREIRA, 1959). Com base nestes dados, enfatizaremos o aumento demográfico ocorrido ao longo do período, tendo como um dos principais agentes o processo de imigração europeia do final do século XIX. Entre as variáveis propiciadas pelos documentos que analisaremos, destaca-se a razão de sexo, que nos possibilitará estabelecer o diálogo entre os dados presentes nos censos e a tendência verificada nos livros batismais.

Os assentos de batismo também nos auxiliaram na composição do mosaico das cores expressado através dos designativos branco, índio, pardo, *chino*, cabra, preto e mulato. Cabe dizer que a cor mencionada no batistério era uma categoria situacional e relacional. Isto é, dependendo da posição ocupada na hierarquia social pela família do batizando e de quem produzia o assento, poderia resultar na alteração da *cor* do indivíduo ou na invisibilidade do registro da cor. Ao mesmo tempo, os registros de batismo serão utilizados para estabelecermos a relação entre a cor atribuída e o estatuto do batizando no que toca a (i)legitimidade.

1.1 A estância e a aldeia

As missões foram povoados formados no atual território do Rio Grande do Sul no último quartel do século XVII. Possuíam a função de delimitadoras de fronteira²⁸ e ficaram marcadas pelas relações entre os religiosos da Companhia de Jesus e índios guaranis. Estes últimos foram reunidos nesses espaços pelos padres com o propósito, entre outros, de convertê-los aos preceitos do catolicismo. O primeiro povoado fundado pelos jesuítas, juntamente com os guaranis, foi o de São Francisco de Borja, em 1682. Além do referido *pueblo*, foram criadas, na margem esquerda do Rio Uruguai²⁹, as missões de São Nicolau, São Luís, São Lourenço, Santo Ângelo, São João e São Miguel Arcanjo. Esta última fundada em 1687, sendo que os campos de criação da Missão se estendiam pelo Vale do Jaguari, onde foi organizada a estância³⁰ de São Vicente.

Entre os fatores que levaram a derrocada da experiência missioneira destacam-se os tratados de fronteira assinados pelas coroas ibéricas ao longo do século XVIII, de modo especial, o de Madri que motivou a Guerra Guaranítica (1754-1756). Esta última apresentou como um de seus desdobramentos a expulsão dos jesuítas, sendo a administração dos povoados entregue a autoridades civis espanholas³¹. O aprofundamento da crise ocorreu com os processos de independências dos Estados Platinos e do Brasil que motivaram o avanço da colonização hispano-criolla e luso-brasileira sobre o território dos Trinta Povos Missioneiros (FONTELLA, 2013).

²⁸ Muitos são os estudos que se debruçaram sobre a fronteira, entre outros, destacamos: Osório (1999), Carbonari (2001), Gil (2002), Golin (2002 e 2004), Souza (2005), Kühn (2006, 2010 e 2014), Flores (2007), Farinatti (2007 e 2009), Moreira (2009), Flores e Farinatti (2009), Bessone, Neves e Guimarães (2013) e Neumann e Grijó (2014).

²⁹ Além dos povoados missioneiros organizados no atual território do Rio Grande do Sul havia mais vinte e três *pueblos* jesuítico-guaranis localizados na América meridional, sendo oito deles localizados no atual território do Paraguai (Santo Inácio-Guaçu, Cosme e Damião, Trindade, Jesus, Santa Rosa, Encarnação; São Tiago Apóstolo; Nossa Senhora da Fé) e outros quinze (Santo Inácio-mini, Sant'Ana, Loreto, Candelária, Corpus Christi, Conceição; São Carlos, São José, Apóstolos, Santa Maria Maior; São Xavier, Mártires; São Tomé; Santa Cruz e Japeju) situados no atual território da Argentina (ver anexo figura 2). Sobre os Trinta Povos Missioneiros ver: Lugon (1977), Montoya (1997), Freitas (1982), Kern (1982), Flores (1983) e Quevedo (1993).

³⁰ Sobre o conceito de estância durante muito tempo uma corrente historiográfica de cunho tradicional separou as grandes propriedades do espaço platino em estâncias ou fazendas. Enquanto que as primeiras eram espaços destinados a pecuária as fazendas seriam áreas onde predominava a agricultura (PORTO, 1937; FORTES, 1968; DOMINGUES, 1973 e FLORES, 1998). Essa concepção foi rompida por vários estudos que perceberam o caráter dinâmico desses estabelecimentos produtivos praticando em muitos casos o consórcio entre a criação de animais e a produção de alimentos (OSÓRIO, 1990 e 1999; GARAVAGLIA, 1993; GELMAN, 1996; FLORESCANO, 1999; ZARTH, 1997 e 2002; FARINATTI, 1999 e 2010).

³¹ Entre outros, ver: Jaeger (1937), Silveira (1979), Flores (1997), Quevedo (1999 e 2000), Baioto et al. (2006), Maeder e Gutiérrez (2010).

Em meados de 1801 um grupo de aproximadamente 40 homens liderados por José Borges do Canto, Gabriel Ribeiro de Almeida e Manoel dos Santos Pedroso invadiu e conquistou as Missões Orientais (CAMARGO, 2000). Cabe dizer que inicialmente o propósito da ação esteve ligado ao intuito de hostilizar o inimigo e roubar gado das estâncias missioneiras (GARCIA, 2007). Todavia, a empreitada acabou tomando outro rumo à medida que o grupo de aventureiros percebeu a existência de um clima de insatisfação entre os guaranis, situação essa motivada pela forma como estavam sendo administradas as missões pelas autoridades espanholas. A falta de resistência por parte da população missioneira teria facilitado a ação dos luso-brasileiros (CAMARGO, 2000 e WILDE, 2003).

O processo de conquista possibilitou que o território da capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul praticamente dobrasse, ao mesmo tempo em que aumentou significativamente a quantidade de súditos da Coroa portuguesa, algo em torno de 14.000, “numa região limítrofe onde as fronteiras estavam constantemente sendo disputadas e redefinidas” (FONTELLA, 2013, p. 31). Outro ganho significativo adveio das estruturas produtivas legadas pelas comunidades, tais como estradas e estâncias que reuniam um rebanho com cerca de 125.000 cabeças (MAEDER, 1992 e MENZ, 2001).

Entre os territórios que passaram ao domínio dos luso-brasileiros, após a assinatura do tratado de *Badajóz* em 1801, estava a estância de São Vicente. Uma parte do território do estabelecimento produtivo foi destinada a prática sesmarialista, que atendeu simultaneamente a interesses de caráter privado quanto público (MOTTA, 2005). As doações de terras representaram a ampliação do grupo de senhores de armas na capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul, que ao serem agraciados com a mercê das sesmarias assumiam tacitamente o compromisso de resguardar os interesses da Coroa defendendo a fronteira de possíveis investidas dos castelhanos.

Enquanto ocorria o processo de concessão de terras no espaço missioneiro a particulares, paralelamente fora criado o aldeamento guarani de São Vicente. A aldeia teria surgido de forma espontânea, tendo como precursores as famílias de posteiros³² que estavam estabelecidas nos campos de criação da estância de São Miguel³³. Ao estudar os aldeamentos criados no Rio de Janeiro, Maria Regina Celestino de Almeida (2013) destacou que, ao se aldearem, os índios esperavam manter terras e buscavam

³² Segundo o dicionário de regionalismos do Rio grande do Sul “*agregado de estância que mora geralmente nos limites do campo, o qual é incumbido de zelas pelas cercas, cuidar do gado não permitir invasão de estranhos, ajudar nos rodeios e executar outras tarefas*” (NUNES e NUNES, 2010, p. 387).

³³ Ver, entre outros: Isabelle (1949), Debret (1978), Menz (2001) e Garcia (2007).

proteção. Nesses espaços, os índios aprendiam novas práticas políticas ligadas à colaboração e a negociação, procurando possíveis vantagens que sua condição lhes permitia. No caso do aldeamento dos guaranis de São Vicente percebe-se que a colaboração se deu principalmente na forma do fornecimento de cavalos, carne para as tropas aquarteladas na região das Missões e na disponibilização de efetivos para compor as milícias guaranis utilizadas nos conflitos bélicos que ocorreram na província de São Pedro na primeira metade do século XIX.

Segundo Max Ribeiro (2013), num primeiro momento, os luso-brasileiros empreenderam estratégias de atração das populações missioneiras, o próprio Borges do Canto proibiu qualquer tipo de hostilidade aos índios. Porém, com o passar do tempo, os invasores começaram a desrespeitá-lo, apropriando-se dos rebanhos e das terras. As sucessivas trocas no Comando Geral das Missões, as constantes mobilizações de tropas que acampavam nas missões e o desvio da mão de obra, para servirem nas campanhas militares, contribuíram para desorganizar a economia missioneira. Além disso, a negligência das autoridades teria sido decisiva para que uma parcela significativa de indígenas remanescentes nos povoados missioneiros rompesse com os portugueses.

Em 1828 milhares deles abandonaram as Missões Brasileiras para seguirem Frutuoso Rivera no episódio conhecido como êxodo guarani. Tal empreitada teria reunido cerca de 6.000 indígenas. O general uruguaio os conduziu até o território situado na confluência do Rio Quaraí com o Uruguai onde fundaram o povoado de Bella Unión. Entre aqueles que o seguiram estavam famílias de guaranis de São Vicente. Porém, antes de partirem, os cabildantes, corregedores, tenentes corregedores e caciques negociaram a estância de São Vicente, em dezembro de 1828, sendo que a escritura foi lavrada dois anos mais tarde. A propriedade foi vendida por dez contos de réis (cerca de £ 1.316,66)³⁴, dos quais 2:500\$000 réis (aproximadamente £ 329,16) foram entregues as famílias que voluntariamente seguiram o caudilho uruguaio³⁵. Em relação ao valor restante, o comprador Alexandre de Abreu Valle Machado assinou

³⁴ Além do valor em réis também será feita a conversão para libras esterlinas por se tratar da moeda mais estável do período. Para realizar tal empreitada nos valem os dados presentes em **Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. Vol. 3.

Os passos para efetuar o cálculo são os seguintes: inicialmente pegamos a cotação do pence inglês do ano ou pode se recorrer a cotação mensal a partir de 1890. Na sequência, efetuamos a divisão por 240 e chegaremos a um percentual. O resultado obtido será o valor da cotação da libra em relação a cada mil-réis. Por fim, utilizamos o percentual apurado e multiplicamos pelo valor em reis e o resultado será o valor em libras. Cabe ainda dizer que os valores são sempre por aproximação.

³⁵ AHRN, **Declaração de venda da estancia de S. Vicente**. São Borja, Fundo: Justiça, a. 1830, m. 43.

hipoteca assumindo o compromisso de quitar a dívida com as “famílias e indivíduos que não quiserem ou não puderem seguir o destino do Exército do Norte”³⁶.

No mesmo ano em que a escritura foi feita, o Tenente Coronel Manuel da Silva Pereira Lago enviou ofício ao Presidente da Província no sentido de demonstrar que o negócio havia sido ilegalmente realizado. O Comandante das Missões Brasileiras contestou a transação, alegando que a venda era nula, tendo em vista que os indígenas estavam “sujeitos a uma administração posta por *Sua Majestade Imperial*, em consequência de se considerarem de menor idade e não serem capazes de regerem nem os bens que lhes pertencem”³⁷. O argumento apresentado para a anulação da venda estaria ligado ao fato de que por serem juridicamente incapazes só poderiam ter realizado o negócio com o consentimento prévio das autoridades imperiais.

Mas qual o interesse do Tenente Coronel em anular o negócio? Entre as possíveis respostas destacamos uma possível inimizade do Comandante Manoel Lago com o comprador Valle Machado, haja vista que muitos outros haviam se estabelecido dentro do espaço das comunidades indígenas, sem que as autoridades militares contestassem com tanta veemência a negociação, chegando ao ponto de no final do documento o comandante insinuar que o brasileiro “era amigo da rapina”³⁸. A hipótese mais provável que nos ocorre está relacionada a questões de cunho estratégico, na medida em que a estância, continuando de posse dos índios, poderia servir muito mais aos interesses da nação, através do fornecimento de animais para montaria e carne às tropas.

Em agosto de 1832 o comandante da província das Missões Brasileiras escreveria novamente ao Presidente da Província para participar que “os Índios que se achavão estacionados no lugar intitulado Bella Unión [...] fizeram huma revolução contra o governo Oriental, asacinarão [...] officiaes e encaminhando-se ditos índios para esta banda”³⁹. Diante do confronto que havia ocorrido no Estado Oriental muitos haviam retornado a província de São Pedro. Entre as poucas informações presentes no documento sobre aqueles que estavam voltando consta que a maior parte tratava-se de mulheres e crianças, que seriam distribuídas pelos povos. O militar não mencionou exatamente quantos teriam regressado, porém 125 deles haviam sido enviados para “sua

³⁶ Idem.

³⁷ AHRS. **Ofício enviado pelo Tenente Coronel Manoel da Silva Pereira Lago ao Presidente da Província**. São Borja, Fundo: Autoridades Militares. *a.* 1830, *l.* 183, *m.* 114.

³⁸ Idem.

³⁹ AHRS. **Ofício enviado pelo Tenente Coronel Manoel da Silva Pereira Lago ao Presidente da Província**. São Borja, Fundo: Autoridades Militares. *a.* 1832, *l.* 183, *m.* 116.

estancia de S. Vicente⁴⁰. O pronome possessivo pode ser interpretado como um designativo de pertencimento, ou seja, pessoas que estavam voltando a sua comunidade de origem. Mas podemos pensar também numa estratégia do Comandante Lago na querela que envolvia a venda da estância. Talvez estejamos diante de um mecanismo de pressão empreendido pelo militar tentando convencer o Presidente da Província para que interviesse e anulasse o negócio.

Em meio às discussões sobre qual o local onde deveriam se estabelecer os guaranis que haviam retornado e o debate que envolvia o direito dos índios sobre as terras da estância, ocorreu a concessão de uma parcela da área ao Capitão Athanzio Ababos⁴¹, comandante de uma companhia de guaranis que havia auxiliado o Exército Imperial na Guerra da Cisplatina⁴². Por sua participação na campanha e pela defesa dos interesses dos estancieiros estabelecidos na fronteira (FARINATTI, 2012), o líder miliciano recebeu o rincão de campo no Boqueirão do Caxoin, juntamente com os gados de criar que se encontravam na propriedade⁴³.

A discussão que envolvia o domínio e a permanência dos guaranis junto ao Rincão de São Vicente, também se fez presente durante o período da guerra civil Farrapilha (1835-1845), conforme destaca Eduardo Neumann (2014), quando Bento Gonçalves da Silva tentou criar uma colônia com os guaranis entre os rios Toropi e Ibicui, sob a proteção do General Bento Manoel Ribeiro, porém os índios não aceitaram a determinação e enviaram requerimento demonstrando a sua contrariedade. Ao que nos parece, os indígenas contaram com o apoio do General João Antonio da Silveira, que era morador da localidade. Foi em meio à guerra dos Farrapos que o governo imperial editou a lei n. 317, de 21 de outubro de 1843, que em seu artigo 36 determinava: “ficção pertencendo aos Proprios Nacionaes as Estancias e mais terrenos dos Indios da Comarca

⁴⁰ Idem.

⁴¹ Dom Athanzio e sua esposa, Dona Candelária Candi, figuravam na teia de relações do casal Bento Manoel Ribeiro de Almeida e Dona Maria Mâncio da Conceição (FARINATTI, 2012). A aliança entre o líder guarani e seu compadre Bento Manuel teria sido ativada durante a Guerra dos Farrapos, quando o Coronel Bento Manoel “*enviara cartas e proclamações aos quatro cantos da província, solicitando que lideranças locais dessem sustentação à posse no novo Presidente da Província*” (FARINATTI e VARGAS, 2014a, p. 403). Entre aqueles que acudiram ao chamado, disponibilizando gentes, armas e montarias, estava seu compadre o Capitão Athanzio.

⁴² Sobre a participação dos guaranis na Guerra da Cisplatina ver, entre outros: Seidler (2003), Melo (2011) e Luft (2013).

⁴³ Essas informações foram obtidas a partir do registro de duas escrituras feitas em 1881, quando os herdeiros de Dom Athanzio, mais precisamente sua filha Maria Clemencia Ababos, casada com Francisco Ignacio Atti, vendeu uma parcela do rincão de campo a João Baptista de Lima (conforme veremos no quarto capítulo, um dos padrinhos preferenciais de São Vicente). Em outro negócio, que envolveu netos desta liderança indígena, o comprador foi o português Antonio de Vasconcellos, personagem que voltará a cena em vários momentos deste trabalho. APERS, **Livro de notas e transmissões**. São Vicente, a. 1881, liv. 9, ff. 33v. - 38v.

de Missões no Rio Grande do Sul, sendo distribuída, porém, pelos Índios que restão uma parte dos mesmos terrenos que fôr sufficiente para sua cultura” (BRASIL, 1843).

Encerrado o conflito, as autoridades passaram a se referir à estância como um espaço pertencente à nação, destinado a cavahada reiúna⁴⁴, onde viviam famílias indígenas. Para o ano de 1849 encontramos a Relação dos Índios, Chefes de famílias que existem nos campos de São Vicente⁴⁵. O documento nos deu um panorama mais preciso da população indígena do local, sendo listados 58 núcleos familiares, no qual viviam 227 indivíduos. Destes, 37 eram homens adultos, 53 mulheres adultas e 137 eram menores. Do total de arranchamentos, 37 eram chefiados por homens e 21 por mulheres. Em relação à presença de filhos, somente em dez domicílios não se fez menção a existência deles, diante disso, se dividirmos o total apresentado de 137 menores pelo número de fogos nos quais se fez menção à prole, chegamos a uma média de 2,85 filhos por núcleo familiar.

O referido documento traz também a condição de cada família, sendo que em vinte e cinco delas havia o estado de viuvez - vinte mulheres e cinco homens. Acreditamos que a condição de viuvez, muito mais presente entre as mulheres, tenha uma relação direta com o chamado “dos serviços das armas” por parte dos homens guaranis e da elevada mortalidade associada com este serviço. Ao mesmo tempo, cinco arranjos familiares foram citados como casados e nos vinte e oito núcleos restantes nada consta.

Ainda para o ano 1849, conseguimos também a relação nominal dos peões empregados no serviço de costeiro da cavahada pertencente à nação. No referido documento, constam vinte e um nomes de indivíduos que desempenhavam o ofício de peão dedicando-se a doma e aos rodeios, momentos nos quais os animais eram curados, marcados e/ou separados para serem vendidos. Ao estabelecermos o cruzamento entre as duas listas encontramos quatro deles (Domingos Pairé, Joze Nanvendú, Ignacio Arajá e Benito Nhojé) na condição de chefes dos núcleos familiares que moravam dentro das terras da Fazenda Nacional. Para os dezessete peões restantes, atentamos para os sobrenomes apresentados, os quais foram buscados junto aos registros de batismo, onde

⁴⁴ Segundo o dicionário de regionalismos do Rio grande do Sul “*Pertencente ao Estado, antigamente ao rei. Assim, cavalo ou animal reiúno é o que pertence à Nação, e tem, para distingui-lo dos demais, a ponta de uma das orelhas em geral da direita, cortada*”. (NUNES e NUNES, 2010, p. 425). Além do corte na orelha o animal era marcado com as iniciais E. I. (Estado Imperial).

AHRS. **Relatorio de Ignacio Pinto de Aguiar, Tenente encarregado da Invernada da Nação de S. Vicente**. São Vicente, Fundo: Autoridades Militares. a. 1848, l. 191, m. 148.

⁴⁵ AHRS. **Relatorio de Ignacio Pinto de Aguiar, Tenente encarregado da Invernada da Nação de S. Vicente**. São Vicente, Fundo: Autoridades Militares. a. 1849, l. 191, m. 150.

encontramos seis deles na condição de pais. Os designativos de cor e a procedência registrada nos assentos confirmaram nossa suspeita de que esses indivíduos também eram guaranis, mas que viviam fora da estância da nação. Temos presente as armadilhas que envolvem a análise de nomes, de modo especial no que diz respeito aos homônimos, não obstante é muito pouco provável que existissem dois homens adultos, em São Vicente em meados do século XIX, chamados de Miguel Cairé e José Maimbé. Cabe, então, dizer que dos vinte e um indivíduos ajustados como peões, pelo menos dez eram índios.

A presença guarani dentro do espaço da Fazenda Nacional figuraria como um dos pontos presentes no relatório do Presidente da Província relativo a 1849, que avaliou que era indispensável “deitar fóra do Rincão de S. Vicente todas as familias de Indios que ali existem, por ser este Rincão destinado á Cavahada do Exercito”⁴⁶. O local escolhido fora o antigo espaço do Povo de São Luís, onde ainda havia “muitos edificios aproveitaveis, para receber esta nova espécie de colônia. O meo pensamento he que todas as terras e propriedades do Povo de S. Luiz, fiquem sendo proprios Nacionaes, e que ás familias dos Indios, só se conceda o uso fruto”⁴⁷. Possivelmente essa medida ainda era um reflexo do acontecido duas décadas antes, quando os indígenas haviam vendido a estância. A manutenção das terras sobre o controle do Estado Imperial significava oportunizar aos guaranis um espaço de produção que lhes possibilitaria a subsistência, mas significava também mantê-los sob o controle das autoridades imperiais. No relatório do ano seguinte, o presidente informava que o traslado dos índios havia ocorrido⁴⁸. O documento só nos dá a pista de que a mudança fora realizada, porém não sabemos informar se houve algum tipo de resistência, tal qual a manifestada anos antes, durante a guerra civil.

Contudo, a presença indígena em São Vicente ainda não havia chegado ao final, haja vista que em maio de 1857 o Presidente da Província ordenou que, após requisição escrita enviada pelos índios, fosse “creado este aldeamento no Rincão de S. Vicente”⁴⁹.

⁴⁶ **Relatorio do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul Francisco Joze de Souza Soares de Andrea á Assembléa Legislativa Provincial para o anno de 1849.** Porto Alegre, Typog. do Porto-Alegrense, 1849, ff. 09.

⁴⁷ Idem.

⁴⁸ **Relatorio do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, o conselheiro José Antonio Pimenta Bueno á Assembléa Legislativa Provincial para o anno de 1850.** Porto Alegre, Typ. De F. Pomatelli, 1850, ff. 29-30.

⁴⁹ **Relatorio do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul Patricio Correa da Camara á Assembléa Legislativa Provincial para o anno de 1857.** Porto Alegre: Typ. Do Mercantil, 1857, ff. 25. Segundo Karina Melo (2011), a formação do novo aldeamento teria atendido ao propósito de reunir os índios oriundos de São Nicolau de Rio Pardo, que naquele momento encontrava-se em vias de

A razão principal para tal iniciativa estava atrelada a necessidade de modificar os “hábitos d’aquella gente sempre disposta a ociosidade, e á vida errante em que nascem, vivem e são criados”⁵⁰. Segundo Vânia Losada Moreira (2012) os aldeamentos criados naquele período tinham propósitos muito definidos no que toca a “nacionalização” e “cidadanização” dos índios⁵¹. Para tanto, a educação (ressocialização), a catequese, bem como o incentivo a miscigenação, contribuiriam para “a rápida assimilação social dos índios à sociedade imperial” (Idem, p. 68).

O renascimento do aldeamento de São Vicente por iniciativa dos guaranis, que enviaram documento escrito ao Presidente da Província, nos faz pensar que eles não podem ser vistos como meros espectadores da política do governo provincial, mesmo dentro do horizonte limitado de possibilidades que lhes eram apresentadas. A que se ter cuidado com a suposta ociosidade presente no relatório, haja vista que dois anos mais tarde o conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão trouxe um panorama diferente sobre os índios aldeados em São Vicente, que eram “dedicados ao trabalho e prestão-se de boa vontade aos serviços, que delles se exigem”⁵². Entendemos que o curto intervalo de tempo não seria suficiente para os guaranis terem “pegado gosto pelo trabalho”, nos parece que a dedicação ou falta dela estava diretamente ligada ao olhar de quem elaborava o relatório. Outro elemento que deve ser considerado é que além da retórica imperial da *ociosidade* versus *trabalho*, estava em jogo os diferentes significados dos empenhos comunitários na sua sobrevivência. Ou seja, a partir das necessidades materiais do grupo o trabalho poderia ser mais ou menos intenso.

Outro ponto é a questão da assimilação, na medida em que havia uma distância entre os projetos das autoridades e aquilo que os índios estavam dispostos a negociar. Nesse sentido, trazemos a cena o episódio no qual o Presidente da Província ordenou que os guaranis entregassem “seos filhos menores e me responderam negativamente sobre a entrega destes para a Companhia dos officiais marinheiros”⁵³. Ao mesmo tempo, responderam que teriam “prazer e satisfação em vê-los empregados nos corpos

extinção. O deslocamento dos guaranis para São Vicente teria sido a forma encontrada pelo governo provincial para acabar com as disputas por terras travadas pelos índios com lavradores nacionais e colonos estrangeiros.

⁵⁰ Idem.

⁵¹ Ver também Monteiro (2008).

⁵² **Relatorio do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão á Assembléa Legislativa Provincial para o anno de 1859.** Porto Alegre: Typ. Correio do Sul, 1859, ff.21.

⁵³ AHRs, **Correspondência ativa de Manuel Pires Leis.** São Gabriel, Fundo: Índios, a. 1858, m. 2.

da 1ª Linha ou tropa da Guarda Nacional logo que possam com o peso da espada ou da lança, como tem feito até o presente”⁵⁴.

O documento nos sugere uma ação política por parte dos índios que perpassava pelas famílias que tinham uma noção exata da importância deles nos serviços militares. Ademais, acreditamos que a recusa diante da exigência do Presidente da Província passava justamente pelo direito que haviam conquistado ao participarem de campanhas militares. As lideranças indígenas salientaram que enxergavam com satisfação a possibilidade de seus filhos menores vestir uniforme quando tivessem força física suficiente para empunhar espadas e lanças, mas para servirem a nação nas tropas de primeira linha do Exército e nos corpos da Guarda Nacional⁵⁵. Por sua vez, a fim de não afrontar a principal autoridade da província, afirmaram a disponibilidade em acudir a futuros chamados para recrutamentos, como até então haviam feito, contudo não entregariam sua prole para a companhia de oficiais marinheiros, o que futuramente poderia significar terem que servir na Armada Imperial⁵⁶.

Uma das principais preocupações dos índios aldeados em São Vicente se manifestou através de uma representação escrita que foi levada ao conhecimento do Governo Imperial, que por sua vez autorizou as autoridades provinciais a “demarcar uma parte da fazenda, que mais conveniente for”⁵⁷. Em correspondência expedida pela câmara de São Gabriel, em outubro de 1859, os camaristas informavam que havia “terras de propriedade dos Índios [...] não podendo esta camara informar a extensão dellas, porem sabe que forão medidas e demarcadas pelo Juiz dos Feitos da Segunda, o Dr. Jose Pereira da Motta, que bem poderá informar sua extensão”⁵⁸.

O documento informa que as terras haviam sido medidas e demarcadas, nos sugerindo que pelo menos discursivamente o direito jurídico dos índios estava assegurado. A demarcação realmente foi levada a cabo reservando um espaço dentro da

⁵⁴ Idem.

⁵⁵ A Guarda Nacional foi uma instituição criada à época do período regencial (1831-1840). Era formada por cidadãos eleitores que “*não exerciam profissionalmente a atividade militar, mas, depois de qualificados como guardas nacionais, passavam a fazer parte do serviço ordinário ou da reserva da instituição*” (RIBEIRO, 2005, p. 139). Ser qualificado como guarda e principalmente ocupar postos de comando junto à instituição representava ser “*cidadão do Império, digno de alguma respeitabilidade social*” (FERTIG, 2010, p. 31). Sobre a Guarda Nacional ver também: Uricoechea (1978), Graham (1997), Moreira (2010 e 2011), Ribeiro (2010 e 2014) e Mugge (2012).

⁵⁶ Sobre os serviços na Armada Imperial, ver, entre outros: Arias Neto (2001), Moreira (2003), Antunes (2011), Jeha (2011) e Oliveira (2013).

⁵⁷ **Relatorio do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul Angelo Muniz da Silva Ferraz á Assembléa Legislativa Provincial para o anno de 1858**. Porto Alegre: Typ. Correio do Sul, 1858, ff.28.

⁵⁸ AHRs, **Correspondência expedida da camara de São Gabriel**. a. 1859, m. 241

Fazenda Nacional, no entanto a área continuou sendo invadida o que motivou uma ação de despejo anos mais tarde que não foi levada a cabo⁵⁹. Quanto ao aldeamento a partir de 1861 não se fez mais menção a ele na documentação encontrada, nos fazendo pensar na dissolução do reduto indígena. Entretanto, os índios guaranis continuaram tendo seus nomes citados nos assentos batismais, situação essa que será explorada numa das seções vindouras do trabalho.

1.2 O templo

A primeira capela dedicada a São Vicente Ferrer teria sido construída ainda a época em que São Vicente era estância do povo de São Miguel. A Lei Provincial n.º 308, de 12 de dezembro do ano de 1854, determinou que fosse construída outra capela em Cavajuretan⁶⁰. De acordo com Arlindo Rubert (1998, p. 252), “uma tosca capela em honra de S. Vicente Ferrer” erguida pelos índios guaranis. Cinco anos mais tarde fez-se menção a uma nova capela que estava sendo erguida no aldeamento do Rincão de Timbauba⁶¹.

Segundo Luís Câmara Cascudo a organização de uma capela “declarava a presença da vida social organizada sobre bases estáveis, concordância do esforço com a produção asseguradora da existência familiar” (1992, p. 10), espaço que paralelamente contribuía na formação de “caminhos articulando as propriedades esparsas ao centro mais povoado, facilitando trânsito e escoamento de safras e costumes cristãos, unificadores e solitários com a figura simples da Capelinha, pastoreando o rebanho imóvel, reunindo à voz lenta do pequenino sino emocional” (Idem, p. 11). Além da dimensão religiosa, social e econômica, conforme destaca Cascudo, a formação de capelas também representava a materialização de um espaço de poder político ligado ao Estado. Fórmula antiga que vinha desde os tempos coloniais onde a igreja através de “seus aparelhos tanto administrativo, cultural quanto ideológico” estava “engajada nas lutas pela expansão, governo e manutenção dos impérios” (BIASOLI, 2010, p. 78).

⁵⁹ A longa contenda que envolveu os direitos dos guaranis sobre terras em São Vicente pode ser encontrada junto ao Diário Oficial da União de 21 de junho de 1910. A Directoria de Patrimonio Nacional aborda a questão e demonstra como os índios da Província das Missões foram expropriados de suas terras (BRASIL, 1910, p. 7- 8).

⁶⁰ **Relatorio do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul barão de Muritiba na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 1º de outubro de 1855.** Porto Alegre: Typ. do Mercantil, 1855.

⁶¹ **Relatorio do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão...** op. cit.

Assim, “não havia povoado ou vila que fosse criado sem o aval da construção de [...] uma capela, que não tivesse seu crescimento marcado pelos símbolos da Igreja Católica” (Idem).

Outro ponto que precisa ser comentado fica por conta da ratificação de São Vicente Ferrer na figura de santo padroeiro. O nome havia sido estabelecido ainda na época da formação da estância pertencente à missão de São Miguel e fora mantido quando da organização de pelo menos duas capelas construídas em dois lugares diferentes dentro do Rincão de São Vicente, nos fazendo pensar na manutenção de uma tradição⁶² religiosa. Provavelmente a permanência da devoção a São Vicente Ferrer não tenha sido aleatória, pois o religioso espanhol teve como marca maior em seu processo de canonização a habilidade conciliatória (DOTTI, 2013), elemento de fundamental importância naquele contexto histórico, onde após a invasão do espaço missionário, os indígenas foram incorporados ao império português depois brasileiro como trabalhadores e soldados.

Não nos foi possível encontrar os registros de batismo destes primeiros tempos⁶³, em muito deve ter contribuído para tal situação os sucessivos desmembramentos territoriais pelos quais o espaço em estudo passou na primeira metade do século XIX. Maria Silvia Bassanezi (2011) aponta que as divisões de territórios dos municípios, fizeram com que muitos documentos se perdessem, o que tende a criar dificuldades para o historiador acompanhar a trajetória das freguesias. Outro elemento que deve ter pesado consideravelmente para essa situação foi o quadro belicoso pelo qual a região passou, entre outras, a Guerra da Cisplatina (1825-1828) e a Guerra Civil Farroupilha (1835-1845). Quando os ânimos arrefeceram a freguesia de São Vicente ficou sob a incumbência dos párocos de São Gabriel. Estes últimos realizavam visitas esporádicas percorrendo muitas léguas com o intuito de prestarem os serviços espirituais, valendo-se de um altar portátil junto ao qual ministravam principalmente o primeiro dos sacramentos⁶⁴. Contudo, só conseguimos encontrar um pequeno número de registros

⁶² Por tradição podemos entender o “conjunto dos testemunhos e práticas conservados ou desaparecidos, de uma antiguidade tal que não se pode determinar facilmente sua origem e localização. A tradição serve como reforço de legitimidade às práticas atuais de forma que se pode determinar a moral e a validade de determinadas circunstâncias ou comportamentos” (HOBBSAWN e RANGER, 1997, p. 7).

⁶³ O que conseguimos foram alguns registros de batismo de João Antonio da Silveira, morador de São Vicente, que participou de cerimônias na Capela de Nossa Senhora da Conceição Aparecida de Alegrete. Agradecemos a Luís Augusto Ebling Farinatti por nos ter gentilmente cedido os referidos assentos.

⁶⁴ Cláudia Rodrigues ao se referir sobre o papel dos sacramentos nos diz que “eram, para o cristão, sinais que imprimiam características sagradas e pertenciam ao universo da comunicação entre Deus (emissor) e o fiel (receptor). Sinais da graça que o emissor comunicava ao receptor para sua salvação em momentos existenciais densos, que supunham, expressavam e alimentavam a fé” (1999, p. 56). Michele

para o ano de 1848 e depois para 1854, quando os registros se tornaram um pouco mais perenes.

Em 1864, com a Lei provincial n.º 567, o território de São Vicente deixou de integrar o município de São Gabriel, para fazer parte de Santa Maria da Boca do Monte. Concomitantemente, a capela de São Vicente passou a condição de freguesia da paróquia de Santa Maria. A referida lei estabeleceu também que São Vicente só seria elevado à condição de paróquia quando fosse edificado um templo apropriado às necessidades do culto divino⁶⁵. Não tardou muito para que alguns cidadãos da localidade enviassem, através da câmara de São Gabriel, um documento a Assembleia Legislativa Provincial solicitando a anulação da lei, qualificando-a como precipitada. Sob a alegação de que a distância até Santa Maria era maior, a estrada era pior, no inverno a passagem pelos rios Toropi e Ibicui era perigosa e que a separação traria muitos prejuízos tanto no comércio de madeiras quanto no fornecimento de gêneros alimentícios para a Vila de São Gabriel⁶⁶. Três anos mais tarde a lei foi revogada e o território vicentino reincorporado a São Gabriel.

Em meio a essa contenda teria sido criado entre os fiéis o movimento que deu início as obras para construção da igreja. Segundo Maria Cony (1992), oficialmente esse processo teria iniciado em 14 de abril de 1864, quando autoridades civis e eclesiásticas teriam participado da cerimônia que marcou o início das tratativas para elevação da capela a condição de matriz. Naquela feita, o cônego João Peixoto de Miranda e Veras teria lançado a pedra fundamental para a edificação da igreja. O momento solene teria sido encerrado por um concerto musical presidido por Dona Adélia Prates Fagundes⁶⁷, “competente e entusiástica professora de piano”, que juntamente com “um grupo de artistas”, teriam executado “os primeiros acordes melodiosos da sublime arte de Carlos Gomes” (Idem, p. 129).

O processo demorou cerca de onze anos, pois somente em 1875 “este povo com civismo digno de imitação [...], com o auxilio generoso de cidadãos importantes de

Raupp Selister (2014) ao tratar especificamente do sacramento do batismo destacou que ele era de fundamental importância, pois se constituía na chave que possibilitava adentrar no seio da cristandade. Condição *sine qua non* para se ter acesso aos “*demais sacramentos como o matrimônio, a eucaristia e a extrema-unção*. Portanto, além da questão espiritual, ser batizado também tinha suas implicações sociais já que o indivíduo pagão não poderia comungar, se casar e nem ter filhos legítimos” (Idem, p. 59).

⁶⁵ AHRs, **Correspondências expedidas da camara de S. Gabriel**. São Gabriel, a. 1864, m. 241, ff. 1r-3r.

⁶⁶ Idem.

⁶⁷ Entre 1864 a 1908, encontramos Dona Adélia na condição de madrinha em vinte e seis oportunidades, conforme veremos mais adiante, se constituindo numa das madrinhas preferenciais de São Vicente.

outras localidades, conseguiu edificar um templo que, concluído guardará as proporções dos recursos e progressos do de uma cidade adiantada”⁶⁸. Entre os obstáculos que se apresentaram elencam-se, além dos financeiros, a demora das autoridades provinciais em autorizar a criação da nova paróquia. Tal fato teria provocado a descrença nas instituições políticas, motivando muitos cidadãos de São Vicente a aderirem à causa do partido republicano⁶⁹. Outro fator que também teria pesado para o atraso foi a falta de padres para assumir a nova paróquia⁷⁰. O prédio construído, para servir como igreja matriz, tinha “40 palmos de frente 12 de fundo e 40 do pé direito da base para cima”, era ornado “com duas torres nos lados que estão construídas apenas até a altura do telhado. Só a capella mor esta rebocada e caiada”⁷¹. Em abril de 1876 a reivindicação da comunidade fora atendida pelo Presidente da Província, Tristão de Alencar de Araripe, que assinou a lei provincial n.º 1.032, estabelecendo a criação da paróquia de São Vicente Ferrer, sendo escolhido para servir como primeiro pároco o espanhol Boaventura Garcia (CONY, 1992).

No que concerne à atuação do vigário a frente da nova paróquia este tratou juntamente com um grupo de fiéis de desenvolver ações com o intuito de que a igreja fosse concluída. Para tanto, enviaram pelo menos duas correspondências a Porto Alegre, solicitando ao Presidente da Província auxílio financeiro que possibilitasse a igreja oferecer “a decencia condigna ao culto divino”. Nessas correspondências informavam ainda de que dispunham da quantia de três contos de réis (algo em torno de £ 266,25), obtidos a partir de uma “loteria” realizada em abril de 1879, no entanto, o dinheiro não havia sido liberado e a quantia era insuficiente⁷². No mês de novembro do mesmo ano, o padre, juntamente com os paroquianos Antonio de Vasconcellos⁷³, o Tenente Coronel

⁶⁸ AHRs, **Relatorio da camara da Villa de São Vicente a Assembléa Legislativa Provincial...** op cit. ff. 13.

⁶⁹ Idem, ff. 14.

⁷⁰ No que diz respeito às dificuldades de se obter padres para paróquias interioranas, ver, entre outros: Neves (1994), Di Stefano (1998), Barral (2007) e Santirocchi (2010).

⁷¹ AHRs, **Relatorio da camara da Villa de São Vicente a Assembléa Legislativa Provincial...** op cit., ff. 14.

⁷² AHRs, **Correspondências da paróquia de São Vicente Ferrer**. São Vicente, Fundo: Assuntos Religiosos, a. 1879, n.º 13, m. 27.

⁷³ O advogado Vasconcelos era natural de Portugal e migrou para freguesia de São Vicente, ao que tudo indica pouco depois do padre Boaventura ter sido confirmado como pároco daquela localidade. A primeira informação que apuramos dele é de 1878, quando registrou uma escritura pública se constituindo sócio de seu cunhado José João de Lima Pereira, em negócios que ele possuía na Vila de São Vicente. Tratava-se de um homem de prestígio, que ocupou o cargo de Escrivão da Câmara, Vereador, Escrivão e depois Juiz dos Órfãos e Ausentes, Escrivão do Cível e Crime e Juiz de Execuções Criminais, Provedoria e Casamento. Anos mais tarde o vigário confiou a seu amigo Vasconcelos a incumbência de ser seu primeiro testamenteiro e quando faleceu em 1912, o mesmo então assumiu o papel de inventariante. Outro cenário onde o encontramos foi junto a Guarda Nacional, o que nos sugere que deve ter se

Pedro Felix de Medeiros Mallet e Antonio Prestes dos Santos, substabeleceram uma procuração, através da qual delegaram plenos poderes a Lauro Domingues Prates para receber junto à Diretoria Provincial, na cidade de Porto Alegre, a referida importância⁷⁴.

O estabelecimento da paróquia abriu a possibilidade para que São Vicente se tornasse município autônomo, o que ocorreu em 15 de janeiro de 1883. O mapa abaixo intenta demonstrar as cerca de trinta e cinco léguas que formaram o território do novo município localizado na região centro-oeste da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

Mapa 1: Território de São Vicente á época da emancipação de São Gabriel (1883)



Fonte: Adaptado de SAA, elaboração SCP/DEPLAN – 05/2005. Disponível em <http://www.scp.rs.gov.br/atlas>.

naturalizado, pois em 1902 apareceu na condição de Tenente Coronel do 36º Regimento de Cavalaria de São Vicente.

APERS, **Livros notariais de transmissões e notas**. São Vicente, 1º tabelionato, a. 1878, liv. 6, ff. 27v.-28r.

AHRS, **Correspondências expedidas da camara**. São Vicente, a. 1887, cx. 153, l. 95, m. 271 ff. 2v..

AJC, **Diversos documentos do cartório de Orphãos e outros**. São Vicente, a. 1890, cx. 357, ff. 2.

AHRS, **Officio remetido ao Presidente do Estado**. São Vicente, Fundo: Justiça, a. 1897, m. 12.

AJC, **Inventário post-mortem de Boaventura Garcia**. São Vicente, a. 1912, cx. 915, n.º 184, ff. 3.

BRASIL, **Indicação para oficiais da Guarda Nacional - comarca de São Vicente**. Diário Oficial da União, a. 1902, ff. 2708.

⁷⁴ APERS, **Livros notariais de transmissões e notas**. São Vicente, 1º tabelionato, a. 1879, liv. 8A, ff. 38v., 39r.

Uma vez instalada a primeira câmara, os vereadores intensificaram a campanha junto à Secretaria de Obras, a fim de angariar mais recursos para concluir a construção do templo. A resposta das autoridades da capital aos apelos dos camaristas foi positiva e pouco depois houve o repasse da verba pública, também no valor de três contos de réis (algo em torno de £ 268,50), soma que possibilitou a igreja ser, finalmente, “assoalhada, forrada, envidraçada, sendo rebocada e branqueada”⁷⁵. Todavia, ao prestar contas do recurso recebido, os membros da municipalidade não deixaram de relembrar as autoridades provinciais da urgência no repasse do restante do dinheiro, “de preferência extraídos no exercício próximo futuro, por [para] ser ao menos concluída interiormente”, caso contrário continuaria ocorrendo “a invasão de aves nocturnas no interior do edificio”⁷⁶.

Os fragmentos dos documentos nos revelam o muito que ainda tinha que ser feito, pois várias partes da construção ainda se apresentavam em situação precária. Simultaneamente, as correspondências do pároco e da Câmara nos revelam uma experiência na qual o regalismo⁷⁷ se consubstanciou na prática, possibilitando recursos para que a obra fosse realizada. Essa contextualização envolvendo a capela/matriz, freguesia/paróquia, fez-se necessária para situarmos o leitor sobre o palco onde foram realizados os batizados. O que será tratado de forma mais detida a partir do próximo subtítulo.

1.3 “Degradados filhos das Evas”⁷⁸: batismo e ilegitimidade

O batismo foi, sem dúvida nenhuma, o sacramento mais buscado entre os adeptos do catolicismo (VENÂNCIO, 2009). No entendimento de Martha D. Hameister (2006) se constituía num momento simbólico onde através da água benta purificava-se o

⁷⁵ AHRS, *Relatorio da Camara da Villa de São Vicente a Assembléa Legislativa Provincial*. São Vicente, a. 1887, ff. 24-25.

⁷⁶ Idem.

⁷⁷ Entendemos o regalismo enquanto um “*sistema político que sustentava o direito que tinham os monarcas de interferir na vida interna da Igreja*” (SANTIROCCHI, 2010, p. 37). No caso brasileiro tal prerrogativa estava expressa na Carta Magna de 1824, onde entre outros atributos foi estabelecida a obrigatoriedade do Estado em subvencionar o catolicismo, religião oficial do império brasileiro. Todavia o mais corriqueiro era não “*esperar pelo Governo, utilizando recursos próprios, doações do clero local e do povo*” (Idem, p. 298).

⁷⁸ Adaptação realizada a partir da oração católica denominada de Salve Rainha. O original fala em “degradados filhos de Eva”. Em virtude do suposto pecado cometido por Eva e seu companheiro Adão foram expulsos do paraíso. Seus descendentes só poderiam retornar a ele desde que fossem bons católicos. Ao trocarmos para degradados estamos nos referindo a alguém que fora rebaixado, que carregava uma marca. Ao colocarmos Eva no plural estamos fazendo menção a todas as mulheres que aos olhos da Igreja incorriam em cópula ilícita que resultava no nascimento de crianças ilegítimas.

corpo e libertava-se a alma da mácula do pecado original. Ao mesmo tempo, os santos óleos representavam um sinal que acompanharia o batizando por toda a sua vida, pois não se ungia somente o corpo, marcava-se também o espírito. Através do recebimento do primeiro dos sacramentos o neófito ganhava ou era confirmado um prenome. Mas a cerimônia era também uma ocasião de integração, um rito de recepção e de passagem⁷⁹, pois a partir dela, mais precisamente do momento em que era dito “*Ego te baptizo in nomine Patris, et Filis, et Spiritus Sancti*”, o batizando estava apto a se tornar membro da comunidade de fé (MARCÍLIO, 1993).

Bruna Sirtori (2008) destaca que havia toda uma gama de elementos que levavam as pessoas a procurarem o batismo. Segundo a autora poderia ser em virtude de “verdadeira crença e conhecimento dos dogmas do catolicismo; por temor de os inocentes não serem redimidos do pecado original; por medo de, com a morte, os pobres pequeninos não serem recebidos nos céus” (Idem, p. 142). Mas também temos que levar em conta, que poderia se tratar de “imposição do pároco ou da família e da vizinhança ou por simples costume, os pais (ou mães – no caso de filhos naturais -, ou acolhedores – no caso dos expostos) compareciam a pia, com o novo rebento nos braços, diante do pároco e de duas testemunhas” (Ibidem, p. 143). As motivações são várias, sendo a maior parte de cunho religioso, mas a autora também chama atenção para possíveis condicionamentos que poderiam vir do padre, dos próprios familiares ou da comunidade que pesariam no amoldamento do sujeito as normas eclesiásticas e as convenções sociais estabelecidas.

No que concerne aos frutos de relações moralmente desviantes, segundo os preceitos ditados pela Igreja Católica, podemos classificá-los nas seguintes condições, categorias essas pensadas a partir do “estado” dos genitores do rebento: havia os “naturales: descendientes ilegítimos de padres solteros; adulterinos: hijos ilegítimos con al menos un padre casado” e aqueles que estavam no estrato mais inferior, “sacrílegos: hijos de sacerdotes - obviamente concebidos después de la ordenación” (MATEO, 1996, p. 12). Faz-se necessário acrescentarmos nessa lista outra categoria que se fará presente no texto. Trata-se daqueles batizando cujos pais eram casados somente no civil. Era um grupo que apresentava uma contradição, pois do ponto de vista da legislação civil eram considerados legítimos, mas aos olhos da Igreja Católica tratava-se de batizando cuja origem eram tratos ilícitos, uma mancebia legalizada (SANTIROCHI, 2010).

⁷⁹ Sobre o batismo enquanto rito de iniciação e de passagem ver também: Lanna (1995), Fleck (1999), Del Priore (2001) e Ramos (2004).

Entre 1854 a 1912 foram registrados 8.902 assentos que fizeram menção a freguesia/paróquia de São Vicente, dos quais conseguimos apurar os estatutos de filiação para 8.892 (99,89%). A fim de podermos explicitar melhor a condição dos batizados, reunimos os assentos na tabela que segue. Para que a mesma não ficasse demasiada extensa recorreremos ao recurso de sistematizar as atas de batismo por décadas, exceto na primeira linha na qual agrupamos o intervalo de quatro anos, o que se explica em função da falta de regularidade dos registros entre 1854 a 1858, assim como no biênio de 1911-1912 que foram seriados de forma separada para não distorcermos os dados da primeira década do século XX.

Tabela 1: Condição dos batizados junto à freguesia/paróquia de São Vicente entre 1854-1912

Período	Natural	Legítimo	Exposto	Pais incógnitos	Adotivo	Adulterino	Contrato civil	Total
1854-1858	104	140	02	00	00	00	00	246
1861-1870	609	701	04	00	02	00	00	1.316
1871-1880	808	865	08	00	00	01	00	1.682
1881-1890	724	962	02	00	00	01	00	1.689
1891-1900	778	1.113	02	02	00	00	141	2.036
1901-1910	522	560	04	02	00	00	603	1.691
1911-1912	54	55	00	00	00	00	123	232
Total	3.599	4.396	22	04	02	02	867	8.892
	40,47%	49,44%	0,25%	0,04%	0,02%	0,02%	9,76%	100%

Fonte: AMDB, **Livros de batismo da paróquia de São Gabriel**. São Gabriel, freguesia de São Vicente, a. 1854-1876, liv. 4b, 5b, 6b, 7b, 8b. 9b, 10a, 10b, 11b e 12b.

AASM, **Livros de batismo da paróquia de São Vicente**. São Vicente, a. 1876-1912, liv. 1, 2, 3, 4, 5 e 6.

O maior percentual entre todos os presentes na tabela acima, fica por conta daqueles cuja natureza de filiação foi descrita como legítima que perfizeram quase a metade dos registros analisados. Em relação à prole que nascia de uniões sancionadas pela Igreja Católica ela será retomada no terceiro capítulo quando iremos nos enredar nas teias familiares do posseiro Honório.

Por ora queremos enfatizar os registros daqueles que classificamos como “degradados filhos das Evas”. Nesse sentido, ao analisarmos a tabela percebemos que dos sete períodos apresentados em apenas dois deles os registros dos rebentos qualificados como ilegítimos foram maiores. Eles só passaram a superar os legítimos com o advento do século XX e para isso teve um peso considerável a questão dos batizados nos quais se fazia menção a pais unidos através de contrato civil. Ao somarmos as categorias que remetem a ilegitimidade (naturais, adulterinos e contrato

civil) chegamos a 4.468 que representam percentualmente 50,25%. Ao comparar essa cifra com outros espaços⁸⁰ temos presente que mesmo paróquias vizinhas possuíam suas especificidades e um mesmo local através dos tempos poderia apresentar expressiva variação. Porém, acreditamos que o percentual de ilegitimidade era alto, pois o único trabalho que fez menção a mais da metade foi o de Cristina Donza Canela (2011). Aqui cabe uma ressalva, enquanto em Belém do Pará, entre 1870 a 1920, a curva tendeu a cair, em São Vicente o sentido foi inverso.

Na busca de respostas para tentarmos entender esses índices, recorreremos aos escritos de Silvia Brügger (2007). Ela asseverou que entre os principais motivos que contribuíam para existirem altos índices de ilegitimidade, estavam o contexto de conflitos, as crises econômicas e que os números tendiam a serem mais elevados naqueles sítios que se constituíam em locais de passagem. Possivelmente, de todos os elementos apresentados pela historiadora, o último deles tenha sido aquele que mais pesou para o grande número de ilegítimos. Em função de sua posição estratégica, quase no centro do Rio Grande do Sul e margeado por dois rios, o território se constituiu numa rota por onde passavam mercadorias, que vinham ou eram enviadas, para todos os quadrantes do Rio Grande do Sul (UBERTI, 2012a). Assim como o deslocamento de tropas, mobilizadas tanto nas guerras fronteiriças, quanto nos conflitos internos.

⁸⁰ O critério de seleção dos trabalhos que seguem se deu em função de que pelo menos um dos balizadores temporais tocou o século XIX, momento em que foram feitos a maior parte dos registros que analisamos. Na Argentina destacamos Roberto Schmit (2000) que encontrou para a diocese de Concepción del Uruguay, no período de 1820 – 1850, o índice de 41,1%, José Mateo (1996) apurou para Tandil por volta de 1860 em torno de 35%, no período de 1810-1839 para Córdoba 31,3% e em Lobos 23,3%. Para a cidade de Guimarães em Portugal Maria N. Amorin (1987) apurou para o recorte 1810-1819 à percentagem de 25,2%. Ainda “na margem de lá do Atlântico” Ana Scott (1999) apurou para a comunidade de São Tiago de Ronfe, no período de (1730-1825), uma média de 11,7%. No Brasil entre aqueles que se debruçaram sobre a temática destacamos Maria Luiza Marcílio (1986) ao estudar Ubatuba na província de São Paulo apurou um percentual de 17% no período de 1785 a 1830, ainda naquelas paragens Carlos Bacellar (1995) direcionou seu olhar para Sorocaba (1679-1845) constando 9,5. Na paróquia de Santo Antônio de Caravelas na província da Bahia (1840-1860) Uerisleda Alencar Moreira identificou o percentual de ilegitimidade em 46,1%. Para o Paraná Myriam Sbravati apurou para a freguesia de São Jose dos Pinhais, no recorte temporal de 1776-1852, índices 25,2%, números muito parecidos aos obtidos Elvira kube para a freguesia de Curitiba entre 1801-1850 que apresentou 27,4. Nas Minas Gerais Iraci del Nero da Costa (1981) para Vila Rica no ano de 1804 chegou a 36,7% e para Mariana, 38%. Elizabeth Kusnesof (1990) ao estudar a paróquia de São Cristovão no Rio de Janeiro (1858-1867) averiguou 33,95%. Maria Peraro ao estudar a paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá no Mato Grosso entre 1853-1890 encontrou 43,5%. Outro espaço que apresentou taxas altíssimas foi Belém, capital paraense, que no intervalo de 1870 para 1920 viu os índices de ilegitimidade oscilarem entre 57% para 33% (CANCELA, 2011). Para o Rio Grande do Sul apuramos os dados da Madre de Deus em Porto Alegre os quais foram obtidos por Ana Scott (2008) para o período de 1779-1829 e os índices de ilegitimidade ficaram em torno dos 29,1%. Jonas Vargas (2013a) obteve para Pelotas no recorte de 1812 - 1825 um percentual de 21,5%. Para Santa Maria Max Ribeiro (2013), no intervalo entre 1801 a 1834, constatou um percentual de 36%.

Entre os ilegítimos, o grupo que apresentou o maior percentual foi o dos filhos naturais, que perfazem 40,47%. O termo *natural* foi usado para todos os casos nos quais os pais das crianças não eram formalmente casados, segundo as determinações da Igreja Católica. Em sua maioria se fez menção somente ao nome da mãe, mas houve alguns casos em que os nomes dos pais também foram citados junto aos batistérios. Os filhos naturais serão mais bem trabalhados no capítulo seguinte quando iremos discorrer sobre as malhas que envolveram os elos compadrescos do núcleo familiar Alves da Conceição.

Destacamos ainda na tabela 1 os dois casos de crianças adulterinas. Quantitativamente pouco expressivos, mas que trazem a cena outra faceta da ilegitimidade. Esses “anjos marcados” pela pecha do adultério estavam entre aqueles que figuravam nos níveis mais baixos da escala da ilegitimidade (MARCÍLIO, 1993). O adultério não feria somente a legislação canônica (DA VIDE, 1707), mas se constituía numa afronta as leis dos homens⁸¹. Mary Del Priore (2013) chama atenção para o fato da preocupação dos genitores com o destino das crianças nessa condição, pois os adulterinos, não tinham direito a herança. Para não deixá-los totalmente desamparados a própria sorte, muitos se valiam das brechas na legislação, tais como as esmolas, para garantir a estabilidade futura dos bastardos. Em se tratando de batizados de adulterinos Hameister (2006) percebeu que os padres da Vila de Rio Grande, entre 1738 a 1763, tendiam a ocultar os nomes das mães nos registros.

Não foi o que ocorreu nos casos encontrados em São Vicente, conforme o registro da menina Clara⁸², ela era filha de Rafaela Manoela de Almeida. Esta última se encontrava separada de seu marido Celestino José Fernandes. Outro que foi citado como sendo fruto dessa relação pecaminosa foi Joaquim⁸³, filho de Leopoldina Martins Ribeiro, cujo nome do marido não foi aludido, muito menos a forma como o casal vivia. Todavia, algo chamou nossa atenção, estas foram as duas únicas vezes em que essas mulheres tiveram seus nomes mencionados nos registros de batismo de São Vicente. O mesmo vale para Celestino José Fernandes, o marido traído, em nenhum outro momento seu nome apareceu nos assentos. Procuramos seu nome junto às qualificações da Guarda Nacional, junto aos livros de notas, processos crime, mas também não o

⁸¹ As Ordenações Filipinas estabeleciam que “*não sómente poderá o marido matar sua mulher e o adultero, que achar com ella em adulterio, mas ainda os pode licitamente matar, sendo certo que lhe commeterão adulterio e entendendo assi provar, e provando depois o adulterio ser per prova licita e bastante conforme o Direito, será livre sem pena alguma*” (1870, Liv. V, Tit. XXXVII, p. 1118).

⁸² AASM. **Registro de batismo de Clara**. São Vicente, a. 1877, liv. 1, ff. 22, n.º 54.

⁸³ AASM. **Registro de batismo de Joaquina**. São Vicente, a. 1881, liv. 2, ff. 49v., n.º 225.

localizamos. No caso específico da documentação da Guarda Nacional é possível que não dispusesse de recursos suficientes para ter seu nome qualificado entre os membros da milícia cidadã. Acreditamos que é grande a possibilidade de tratar-se de gente de fora. Talvez, de alguma freguesia vizinha que tenham ido batizar em São Vicente tentando diminuir o embaraço tanto das mulheres e dos padrinhos, quanto do padre ao registrar a expressão adúltera no livro de batismo.

Buscamos também localizar os nomes daqueles que foram escolhidos para a tarefa do compadrio e constatamos que também foi a única ocasião em que o padrinho de Clara, João José Leal foi mencionado nos registros. Já em relação à madrinha, Rita Francisca Mendes, encontramos apenas em mais um assento. Em relação aos padrinhos de Joaquim, observamos que Joaquim Jose de Mello e sua esposa Carlota Mathilde de Mello estiveram presentes em outros seis assentos.

Faltaram-nos subsídios para acompanhar a trajetória desses dois “frutos de amores clandestinos”, em virtude da tenra idade em que foram batizados – apenas dois meses - podem ter falecido pouco tempo depois, todavia conjecturamos que se sobreviveram a pecha de adúlteros certamente deve ter trazido constrangimentos ao longo da vida.

1.4 Contando “as gentes”

Outros espaços nos quais localizamos as “gentes” que viveram em São Vicente, entre meados do século XIX e princípio do século XX, foi no mapa estatístico das famílias de 1858, nos censos de 1872, 1890 e 1900 e na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros de 1910. Mesmo sendo fontes de natureza distintas, tanto em relação a quem as produziu quanto ao tipo de informação que foi privilegiada, buscaremos estabelecer o diálogo entre dados e cifras com tendências comportamentais verificadas nos registros de batismo.

Inicialmente queremos nos debruçar naquelas fontes que tendem a mostrar a população mais sob o prisma da estatística. Para tanto, elaboramos o quadro 1 no qual buscamos demonstrar o crescimento populacional de São Vicente ocorrido no período.

Quadro 1: Crescimento populacional de São Vicente entre 1858-1910

	1858	1872	1890	1900	1910
População Total	1.295	3.626	7.324	13.935	19.876

Fonte: **De província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul - censos do RS: 1803-1950.** Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1982.

FERREIRA, Jurandyr Pires. **Enciclopédia dos municípios brasileiros.** Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

Como podemos averiguar no quadro acima, os números demonstram que ocorreu um aumento populacional, na casa de 1.434%. A população absoluta de São Vicente cresceu a uma taxa anual média de 5,39% no intervalo de 52 anos. Luciano Gomes da Costa (2012) encontrou para Porto Alegre, entre 1772 a 1802, uma taxa de crescimento na casa dos 3,7%. Segundo Edward Antony Wrigley (1994) taxas superiores a 4% revelam dinâmicas demográficas de crescimento muito rápidas. Diante disso, o que se constata é que São Vicente apresentou um ritmo de crescimento muito intenso no período analisado.

Ao olharmos por períodos, o que se depreende é que o ritmo de crescimento apresentou variação maior até o final do século XIX, seguida de uma queda no percentual para a primeira década do século XX. Nesse sentido, entre 1858-1872 o acréscimo foi de 2.331 indivíduos, que totalizaram um aumento de 180%. Entre 1872-1890 foram 3.698 pessoas, que percentualmente importaram um aumento de 101,98%. Já no intervalo de 1890 e 1900 foram registrados mais 6.611 habitantes, que perfizeram um aumento na ordem de 90,26% e no último período analisado (1900-1910) foram 5.941 que percentualmente respondem por 42,63% de aumento.

Além do crescimento populacional, o mapa estatístico de 1858, os censos de 1872, 1890 e 1900 e a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros de 1910 também nos propiciaram outras informações ligadas ao modo como essa população era constituída. Segundo os dados presentes nas listas de família de São Vicente, para o ano de 1858, havia 237 escravos, representando 18,30% do total de habitantes. O restante da população, 1.058 indivíduos, foram classificados na condição de livres⁸⁴, destes, 71 eram libertos. O relatório do Presidente da Província de 1858 apontou que a população de guaranis, na localidade, era composta por 632 indivíduos⁸⁵, e ao estabelecermos o cruzamento dos dados do relatório com os do mapa das famílias, constatamos que os

⁸⁴ No dicionário da Língua Portuguesa de Antonio de Moraes Silva o verbete da expressão *livre* diz “*não sujeito a necessidade, nem a constrangimento. V.g. à vontade e livre. § posto em liberdade. § salvo do perigo § isento, desobrigado v.g. livre de pensões, cuidados. § feito despejado em faltar com respeito, diz-se à boa ou má parte. § isento de impostos, foros. § absolvidos do delito*” (1824, p. 30).

⁸⁵ **Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul Angelo Muniz da Silva Ferraz...** op. cit.

indígenas representavam 59,73% dos habitantes que foram classificados na condição de livres. Ainda tratando da condição jurídica das “gentes”, entre 1858-1876, ano em que foi feito o último batizado no qual se mencionou a condição escrava, foram produzidos 2.441 assentos, dos quais foi possível observar a situação do batizando em 2.087, destes 245 (11,74%) foram citados como escravos, enquanto que os livres foram 1.842 (88,26%).

Em relação ao censo de 1872, os números de São Vicente foram computados junto aos do município de São Gabriel. Contudo, conseguimos descobrir o quantitativo de almas que viviam no distrito graças a um documento elaborado pela Câmara de São Vicente no pós-emancipação⁸⁶. Vale destacar que em termos historiográficos já é corrente a imprecisão dos números apresentados no referido censo e São Vicente não fugiu a regra. Conforme os vereadores da localidade informaram para as autoridades da capital da província, “segundo o ultimo recenseamento consta a população de 3.626 almas, mas tendo sido este mal feito nos quarteirões da Serra, já naquela época [...] havia pelo menos 4.000 almas”⁸⁷. Ou seja, mais de 300 pessoas teriam sido negligenciadas no censo, principalmente na serra de São Xavier, espaço ocupado por muitos lavradores nacionais que tiveram acesso à terra, conforme veremos no terceiro capítulo, mediante a prática costumeira do apossamento.

Antes de prosseguirmos, nesse panorama sobre as gentes do espaço em estudo, uma observação precisa ser feita. Em 1884, São Vicente perdeu territórios após a separação de São Francisco de Assis, que foi elevado à condição de município, não sendo possível precisar qual foi o impacto do desmembramento em termos populacionais. Apesar disso, no censo de 1890 a população atingiu a marca de 7.324 pessoas, sendo 3.794 homens (51,80%) e 3.530 mulheres (48,20). São Vicente não foi um caso isolado no que diz respeito à presença maior de homens, pois dos 63 municípios existentes na época, em outros 49 essa situação se repetiu.

Essa tendência também ocorreu no censo de 1900, quando a presença masculina foi maior em 52 dos 66 municípios. Especificamente para São Vicente, o censo apresentou uma população masculina de 7.040 (50,52%), enquanto que as mulheres atingiram 6.895 (49,48%). A razão de sexo obtida nos registros de batismo demonstra um panorama diferente, com pequena vantagem para o sexo feminino. Entre 1854 a

⁸⁶ AHRs, *Correspondências expedidas da Câmara de S. Vicente*. São Vicente, a. 1886, cx. 153, l. 95, m. 271, ff. 04 r.

⁸⁷ *Idem*.

1912, encontramos 4.410 (49,53%) de homens e 4.492 (50,47%) de mulheres. Logo, nasciam mais mulheres, porém a população adulta masculina era maior⁸⁸.

Em relação ao número maior de homens entre a população adulta, a hipótese mais plausível que temos para apresentar passa pela questão da imigração⁸⁹, pois conforme demonstraram Ana Silvia Volpi Scott (1999) e Sérgio Nadalin (2003) havia uma tendência maior de homens solteiros migrarem. Isso ficou visível nos registros de batismo da última década do dezenove e na primeira do vinte, nos quais uma série de novos sobrenomes começaram a figurar junto ao rol de pais e padrinhos. Convém ressaltar que muitos deles traziam o designativo de origem o que nos permitiu categorizá-los em três grandes grupos: os de origem espanhola, italiana e germânica.

Entre os de origem espanhola destacasse os *apellidos* Molina, Mendoza, Hernandez, Alonso, Quevedo, Jimenes, Espindola, Otero e Ruiz. Os *cognomi* italianos Battaglin, Lorenzone, Baco, Giriboni, Corceti, Farinatti e Uberti e os *familiennamen* de origem germânica, expressados, entre outros, por Kaiser, Weber, Hopf, Brüning, Schimitt, Becker, Heifel, Esteibel e Hoffmann. Reforçamos nosso argumento da imigração de homens solteiros, a partir da análise dos registros matrimoniais, civis e eclesiásticos, nos quais muitos desses varões se casaram com mulheres nascidas na freguesia⁹⁰. Porém, não iremos aprofundar essas uniões por entendermos que elas por si só possibilitariam outro trabalho.

Para o ano de 1910 destacamos a diminuição do ritmo de crescimento populacional. Conjecturamos que entre as razões que contribuíram para um ritmo menor na taxa de crescimento esteja à diminuição na possibilidade de acesso a terra, o que deve ter impactado no fluxo imigratório. Haja vista que ocorreu uma redução no número

⁸⁸ Não foi possível ter acesso aos livros de óbito do período, a única informação que conseguimos foi que abaixo de alguns nomes nos registros de batismo os padres citavam as datas de morte, porém as causas não eram mencionadas. Já em relação aos registros civis de óbitos só conseguimos encontrá-los a partir do ano de 1914.

⁸⁹ Este processo iniciou de forma “espontânea” ainda na década 1870 quando colonos de origem germânica começaram a se estabelecer na região da serra, conforme sugerem escrituras de compra que alguns deles registraram junto ao notário. Paralelamente alguns desses núcleos familiares começaram a ter seus nomes citados nos registros de batismo. O processo ganhou impulso com a criação das colônias Sertão em 1885 (RAIMANN, 2013) e Jaguari em 1888 (DURLO, 2009). Cabe dizer que entre os imigrantes de fala alemã que se estabeleceram em Sertão havia uma predominância de luteranos, já entre aqueles que passaram a viver em Jaguari um predomínio de italianos adeptos do catolicismo. Estes últimos apareceram nos registros de batismos de São Vicente de forma esporádica tendo em vista que dispunham de pároco exclusivo que efetuava os lançamentos em livro próprio e escrito em italiano. Para fins de seriação esses registros não foram computados principalmente pelo obstáculo do idioma. Sobre o processo de imigração ver: Raison (1986), Balhana (1989), Ramella (1995), Langendonck (2002), Possamai (2005), Vendrame (2007 e 2015), Dreher (2007) e Witt (2008a e 2015).

⁹⁰ AASM, **Livros de casamento da paróquia de São Vicente**. São Vicente, a. 1876 -1912, liv. 1 e 2. APERS, **Habilitações Matrimoniais**. São Vicente, Fundo: 63, a. 1892- 1912, est. 266, cx. 1 a 5.

de registros de escrituras de compra e venda na primeira década do século XX, se comparado com a última década do XIX⁹¹. Por sua vez, os registros de batismo nos sugerem uma diminuição no número de nascimentos⁹². Para nos auxiliar no entendimento desta proposição elaboramos o quadro que segue, no qual está expresso o número de batizados de cinco décadas, tendo como base o ano de nascimento presente no batistério. A fim de não distorcemos a análise, adotamos o período de décadas para cada uma das colunas. Diante disso, não colocamos no quadro 497 registros com data anterior a 1861 e os que foram feitos no biênio 1911-1912. Também não foram computados 47 registros para os quais não conseguimos averiguar o ano de nascimento do batizando. Desta forma, trabalhamos com 8.358 assentos que foram divididos em cinco períodos.

Quadro 2: Número de batizados segundo o ano de nascimento

1861-1870 (1ª década)	1871-1880 (2ª década)	1881-1890 (3ª década)	1891-1900 (4ª década)	1901-1910 (5ª década)	Total
1.292	1.818	1.950	1.881	1.417	8.358

Fonte: AMDB, **Livros de batismo da paróquia de São Gabriel**. São Gabriel, freguesia de São Vicente, a. 1861-1876, *liv.* 6b, 7b, 8b, 9b, 10a, 11b e 12b.

AASM, **Livros de batismo da paróquia de São Vicente**. São Vicente, a. 1876-1910, *liv.* 1, 2, 3, 4, 5 e 6.

Percebe-se no quadro 2 que entre a segunda e quarta década analisada não ocorreu uma grande variação no número de batizados, o que reforça nosso argumento de que o aumento considerável da última década do século dezenove passou pelo processo de imigração. Pode-se observar também no quadro acima uma queda expressiva no número de batizados na comunidade católica de São Vicente entre a última década do século XIX e a primeira do século XX. Isso nos faz pensar na diminuição do número de nascimentos, tendência que já vinha se delineando desde os anos finais do século XIX. Em relação às razões da diminuição no número de nascimentos não temos propriamente uma resposta, o que se constitui numa lacuna em nosso trabalho, lacuna essa que poderá ser sanada por outros estudos.

⁹¹ APERS, **Livros notariais de transmissões e notas**. São Vicente, 1º tabelionato, Fundo: 79, a. 1900-1910, *liv.* 20 -30.

APERS, **Livros notariais de transmissões e notas**. São Vicente, 2º Distrito Fundo: 79, a. 1901-1911, *liv.* 2 -8. Sobre as possibilidades de se acompanhar as tendências do mercado de terras e a movimentação das gentes, a partir de escrituras, entre outros, ver: Berute (2011) e Foletto (2012).

⁹² Não foi possível ter acesso aos livros de registros civis de nascimento, os cartórios nos solicitaram uma taxa por registro disponibilizado, o que inviabilizou financeiramente a pesquisa.

1.5 Os assentos batismais e o “jogo de cores”

Renato Pinto Venâncio et al. (2006), ao discorrer sobre as possibilidades de utilização dos registros batismais, denominou-os como “um inventário das diferenças”. Entre as linhas dos assentos haveria uma série de hierarquias complexas, entre elas os designativos de cor. Os qualificativos de cor devem ser tratados com certo cuidado, uma vez que eles passavam pela condição social do indivíduo no momento em que o mesmo era classificado. Trata-se de uma informação datada, podendo uma mesma pessoa ao longo do transcurso de sua vida ser descrita com diferentes matizes. Outro fator que perpassava por esse “jogo de cores” era o olhar subjetivo de quem tinha o poder de classificar, havendo, em muitos casos, uma interferência direta das redes de relações nas quais o sujeito estava envolto, isto é, a cor poderia variar dependendo do grau de proximidade com quem produzia a fonte (LARA, 2012).

Os designativos de cor estiveram presentes nos registros de São Vicente entre 1854 a 1880, momento em que essa informação deixou de ser mencionada. As cores presentes nos assentos foram branco, índio, pardo, *chino*, cabra, preto e mulato⁹³. No entendimento de Eduardo Paiva, muito mais do que definições da tez do sujeito tratavam-se de atributos de qualidade nas “quais as pessoas e os grupos sociais eram distribuídos e as quais eram vinculados” (2012, p. 132).

Na busca de definições para esse mosaico de “fenótipos, ‘qualidades’ e ‘condições’” (Idem, p. 81) recorreremos ao dicionário organizado por Antonio Moraes e Silva (1813; 1824), uma vez que, para não incorreremos em anacronismo, entendemos a necessidade de trabalhar com o conceito no sentido mais próximo que ele tinha na época em que fora usado. Georges Duby salienta que recorrer à categoria lexical de época é uma forma de “penetrar na consciência dos homens de tal meio” que pode auxiliar na explicação das “relações que eles mantêm”, assim “tentar ver o mundo e o outro por seus próprios olhos, sem conhecer o vocabulário que empregam [...] sem dispor de um inventário sistemático e cronológico das palavras” (apud PAIVA, 2012, p. 185) pode se constituir numa visão estreita do processo histórico.

No que concerne o termo branco consta no dicionário a seguinte informação: “de cor semelhante á do papel ordinário limpo, como a cal limpa, a neve, §alvura” (SILVA, 1813, p. 195). Não há propriamente na definição uma relação direta com pessoas, mas

⁹³ Com exceção do atributo qualificativo cabra flexionamos todos os demais para o gênero masculino.

algo deve ser destacado, ser branco significa limpeza e pureza. Hebe Mattos aponta que na segunda metade do século XIX, dentro do contexto da política de branqueamento, o crescimento demográfico de livres tendeu “a esvaziar os significados da cor branca como designador isolado de *status* social. Até mesmo os registros paroquiais de livres [...] deixam de mencionar a cor” (2013, p. 106). Acreditamos que as conclusões apuradas por Mattos (2013) estejam muito ligadas ao local, Campos na província do Rio de Janeiro, onde ela centrou sua análise. Para São Vicente, encontramos um panorama diferente, na medida em que a insígnia da cor branca continuou sendo registrada nos assentos, junto às demais, até o dia 30 de dezembro de 1880.

A expressão índio não foi localizada no léxico de Moraes e Silva. Diante disso o termo mais próximo que encontramos foi indígena que trata de algo “natural de alguma terra, disse das pessoas, e das plantas, ou animaes, que não forão transplantados para ella § gentio natural” (SILVA, 1813, p. 712). Inicialmente a definição está ligada a um designativo de origem que abarcava pessoas, animais e plantas nativas de um determinado lugar. Mas na segunda parte, quando aborda a questão do gentio, se percebe toda uma carga semântica pejorativa atrelada à concepção de seres bárbaros que viviam no estado de paganismo, idolatrando falsos deuses.

Pardo foi definido como “de cor entre branco, e preto, como a do pardal” (SILVA, 1824, p. 159). Douglas Cole Libby (2010) destaca que uma das possibilidades explicativas do multifacetado conceito estaria atrelada a mestiçagem evidenciada em escravos que fossem descendentes de homem livre (branco). Ao mesmo tempo alerta que ser pardo poderia significar também indivíduos nascidos livres ou alforriados, que haviam conseguido romper com o mundo da escravidão, mas que traziam a marca da ascendência africana. Assim, ser pardo não passava somente por apresentar um matiz de cor mais clara, tratava-se de uma forma de diferenciação social que “poderia indicar mudanças no status social das pessoas de cor livres” (VIANA, 2007, p. 225).

O vocábulo *chino* também não foi localizado no léxico de Moraes e Silva. Segundo Paiva (2012, p. 39) “algumas dessas categorias tinham origem entre índios e mestiços, podendo mesmo, em alguns casos, terem surgido antes da chegada dos ibéricos”, entre elas *china* seria originária do quéchua, que significava *sirvienta*. Max Ribeiro, ao estudar os registros de batismo da capela de Santa Maria da Boca do Monte, nas primeiras décadas do século XIX, constatou a presença da expressão *china*. Ao que o autor propugnou que “esta classificação é ambígua, pois foi utilizada pelos padres

tanto para se referirem às índias solteiras como às índias casadas, fazendo com que não se tenha um entendimento preciso do termo” (2013, p. 113).

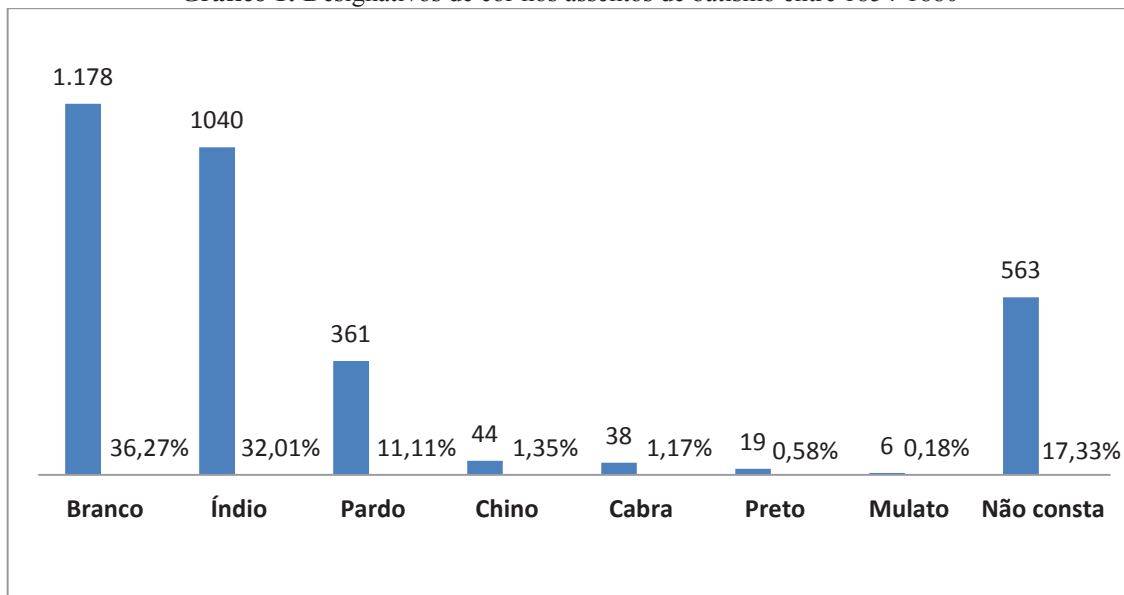
Outra variação de ascendência mista presente nas atas de batismo foi a expressão *cabra* que seria o “filho, ou filha de pai mulato, e mai preta, ou ás avessas” (SILVA, 1813, p. 207). Júnia Furtado argumentou que na escala social os cabras eram “considerados inferiores aos demais indivíduos resultantes de diversas misturas raciais” (2003, p. 49). O termo *cabra* “constituía uma terceira designação de ascendência africana [...] Geralmente, referia-se à prole de pais de origens mistas: um pardo (ou, talvez mais precisamente, um mulato) e o outro crioulo ou africano” (Idem, p. 50).

Há que se mencionar ainda a terminologia *preto*, definida no dicionário como, “negro, hum homem preto, forro, ou cativo” (SILVA, 1824, p. 242). Nesse caso, o autor estabelece uma relação direta entre a cor e a condição, na qual preto era sinônimo de escravidão ou de quem havia sido sujeitado a ela. O significante preto, até a primeira metade do século, identificava preferencialmente aos escravos africanos. Após a proibição do tráfico transatlântico em 1850, contexto no qual nosso estudo se insere, adquiriu o sentido mais amplo de escravo, independente do lugar de origem⁹⁴.

Por fim o termo *mulato*, “filho, ou filha de preto com branca, ou ás avessas, ou de mulata com branco, até certo grao §O filho do cavalo, e burra” (SILVA, 1824, p. 103), categoria que sugere a miscigenação entre pretos e brancos. Mesmo com a imprecisão apresentada pelo autor, a expressão também remete a animais. Pois a mula é o produto do cruzamento de burro com a égua, entendemos que estamos diante de uma associação com animais que possivelmente servia para desqualificar aqueles indivíduos agrupados nesta categoria.

Definidas as categorias que se fizeram presentes nos assentos batismais de São Vicente cabe agora apresentá-las através de números. Para tanto, elaboramos o gráfico que segue no qual se faz presente os designativos de cor/atributos qualificativos verificados entre 1854 a 1880.

⁹⁴ Entre outros, ver: Viana (2007), Libby (2010), Paiva (2012) e Mattos (2013).

Gráfico 1: Designativos de cor nos assentos de batismo entre 1854-1880

Fonte: AMDB, **Livros de batismo da paróquia de São Gabriel**. São Gabriel, freguesia de São Vicente, a. 1854-1876, liv. 4b, 5b, 6b, 7b, 8b, 9b, 10a, 11b e 12b.

AASM, **Livros de batismo da paróquia de São Vicente**. São Vicente, a. 1876-1880, liv. 1 e 2.

Ao estabelecermos a soma de todos os registros efetuados no período analisado chegamos a 3.249, dos quais em 2.686 foram atribuídos cores aos batizados, o que em termos percentuais representou 82,67%. Essa preocupação em atribuir uma cor ao batizando, na visão de Luís Farinatti, revelava a importância de uma “hierarquização social costumeira, fora da institucionalização legal” (2012, p. 297), pois tal informação não figurava entre aquelas consideradas primordiais para constarem nos registros de batismo (DA VIDE, 1707, Tit. XX, § 70).

Ao olharmos as categorias de forma isolada, os números nos sugerem uma população no qual o grupo dos neófitos registrados como brancos era o maior, uma vez que os descritos nessa condição chegam à marca dos 36,27%. Vale ressaltar de que não se trata de cor presumida, os padres que atenderam o local em estudo registravam abaixo do nome a categoria branco(a). No entanto, conforme dito anteriormente, a questão da cor tratava-se de algo variável e subjetivo. Dessa maneira, podem ter sido qualificados dentro dessa categoria indivíduos cujos pais haviam ascendido socialmente.

Entre aqueles que trocaram de cor nos assentos de São Vicente esteve Jozé Antonio Betim. Em 1858 encontramos o registro de batismo de sua filha Palmira, nascida dois anos antes, no qual consta a batizanda e o pai sendo descritos como *índios*. A mãe, Maria Leite Almeida, não foi descrita pela cor, sendo a única menção o fato de

ser natural de São Vicente⁹⁵. No ano seguinte o casal voltaria a pia batismal a fim de batizar Prudenciana⁹⁶ e as informações arroladas pelo padre foram as mesmas que constaram no assento de sua irmã. Os cônjuges volveriam à capela em outras duas oportunidades para batizar mais dois filhos, Arminda, em 1862⁹⁷ e João, em 1864⁹⁸. Só que agora não se fazia mais menção a origem, nem a cor do pai e as duas crianças foram qualificadas como brancas. Outro elemento que chama atenção nos registros da década de 1860, foi ter figurado os nomes completos dos avôs⁹⁹ (ver anexos genealogia 1), o que sugere uma forma de distinção social, pois a maior parte dos batizados em São Vicente, conforme veremos no quinto capítulo, não teve essa informação presente em seus assentos.

Não sabemos precisar o que mudou na vida de Jozé Antônio Betim (filho), mas especula-se que tenha amealhado algum pecúlio. Mas o caso do *índio que virou branco*, juntamente com sua família, reforça quanto os designativos de cor eram situacionais. Afora os registros de batismo, conseguimos localizá-lo no quadro da reserva da Guarda Nacional em que foi descrito como criador sendo qualificado com renda de 200\$000

⁹⁵ AMDB, **Registro de batismo de Palmira**. São Gabriel, freguesia de São Vicente, a. 1858, liv.5b, ff. 139r., n.º 367.

Não conseguimos localizar os registros de batismo de Francisco e Belarmino, que sabemos serem filhos de Jozé Antonio Betim e Maria Leite Almeida graças ao fato de seus nomes terem sido registrados na condição de avôs. Quanto a idade de Belarmino, ela foi verificada a partir da sua qualificação para a Guarda Nacional, de 1874, quando foi descrito com 20 anos e vivendo de suas agências.

AHRS, **Qualificação Guarda Nacional**. São Gabriel, a. 1874, m. 60, n.º 1139.

⁹⁶ AMDB, **Registro de batismo de Prudenciana**. São Gabriel, freguesia de São Vicente, a. 1859, liv. 6b, ff. 49r., n.º 228.

⁹⁷ AMDB, **Registro de batismo de Arminda**. São Gabriel, freguesia de São Vicente, a. 1862, liv.7b, ff. 64v., n.º 318

⁹⁸ AMDB, **Registro de batismo de João**. São Gabriel, freguesia de São Vicente, a. 1864, liv.7b, ff. 171r., n.º 101.

⁹⁹ Jozé Antonio Betim era filho de Feliciano Maria de Jesus e Jozé Antonio Betim. Seus pais, quando por ocasião do batizado de sua irmã Eleutheria, que não apresentou indicativo de cor no assento, foram citados como sendo guaranis naturais de São Vicente. A transmissão do nome entre as gerações pode apresentar algumas armadilhas ao pesquisador, entre elas há que estar atento ao “perigo” dos homônimos. Não que eles ocorram somente entre indivíduos aparentados, que pertencem ao mesmo núcleo familiar, mas o risco aumenta consideravelmente quando por ocasião da “*herança imaterial da graça*” (LEVI, 2000). Diante disso, uma precaução possível é proceder o cruzamento de fontes nominativas, que pode amainar o problema que se constitui para os historiadores no que diz respeito a identificação dos indivíduos (SCOTT, 2013). Mesmo estando diante de um caso de homônimos, o registro de um pedaço de campo feito por Américo José de Miranda (padrinho de Eleutheria) que representou seu compadre Jozé Betim (pai) nos diz que eram moradores no rincão de São Vicente pelo menos desde 1833. Afasta-se qualquer tipo de possibilidade da terra ter sido comprada por Jozé Antônio Betim (filho), pois no referido ano ele contava com apenas 6 anos de idade. Sobre homônimos, ver, entre outros: Hameister (2003 e 2006), Menegat (2009), Uberti (2011) e Weimer (2012 e 2013).

AMDB, **Registro de batismo de Eleutheria**. São Gabriel, freguesia de São Vicente, a. 1854, liv. 4b, ff. 87v., n.º [n/c].

APERS, **Registros Paroquiais de Terras**. São Gabriel, a. 1856, liv. 47, ff. 41v., n.º 165.

réis¹⁰⁰. O que talvez seja mais um indício de que o indivíduo subiu algum degrau na escala social.

Mas a trajetória de Jozé Betim também nos serve de desculpa para tecer alguns comentários sobre a preferência desse núcleo familiar no momento de escolher os padrinhos de seus filhos. Colin Heywood (2004) chama atenção para a escolha criteriosa desses sujeitos, sendo que os critérios dos pais espirituais que figuravam no horizonte dos pais e poderiam pesar no processo de tomada de decisão perpassavam pelo avigoramento de “sua posição entre os parentes, amigos e patronos ou empregados, e ajudar o filho a se estabelecer nessas redes” (Idem, p. 73). Ou seja, a prática do apadrinhamento era um mecanismo que se prestava ao reforço das redes de relações dos pais, mas que simultaneamente propiciava a inserção do batizando nas redes das quais seus pais faziam parte.

Ainda no que tange à escolha dos padrinhos Luís Augusto Ebling Farinatti (2012) nos diz que há de se ter cuidado ao analisar as razões que motivavam os convites para apadrinhamento, pois lógicas diversas poderiam passar pelo estreitamento de laços. Uma vez que as “lógicas eram desigualmente distribuídas na sociedade, podendo variar conforme se tratasse de guaranis ou luso-brasileiros, de escravos ou livres, de mães solteiras pobres ou de famílias de elite” (Idem, p. 296). Chama atenção ainda que “por vezes, podia mesmo haver uma lógica dominante na escolha das madrinhas e outra na dos padrinhos” (Idem).

O índio guarani Jozé e sua esposa tiveram no mínimo seis filhos, dos quatro que tivemos acesso aos registros todos foram batizados por padrinhos brancos, os outros dois conseguimos apurar a filiação graças ao registro de batismo dos netos¹⁰¹, mas nada sabemos sobre a cor de seus assentos nem quem foram seus padrinhos. No que diz respeito a servir como padrinho, o índio foi convidado em seis oportunidades, destas apenas uma criança foi classificada como branca, batizou ainda outra na condição de

¹⁰⁰ Há que se destacar que a documentação relativa às qualificações da Guarda Nacional, longe de ser um censo fidedigno ou algo semelhante a uma lista nominativa, se constitui numa fonte sujeita a todo tipo de manipulação, uma vez que poderiam comportar grande possibilidade de fraude, pois laços clientelares podiam influenciar na presença dos nomes de alguns homens. Do mesmo modo, a renda anual tendia a ser largamente arbitrária e não serve para estimar uma hierarquia de riqueza confiável, mas diante da impossibilidade de trabalhar com um universo mais amplo de inventários *post-mortem* de São Vicente usamos as qualificações de forma especulativa para observar as hierarquias sociais presentes na milícia cidadã.

AHRS, **Qualificação Guarda Nacional**. São Gabriel, a. 1873, m. 58, n.º 275.

AHRS, **Qualificação Guarda Nacional**. São Gabriel, a. 1874, m. 60, n.º 490.

¹⁰¹ AASM, **Registro de batismo de Edemundo**. São Vicente, a. 1878, liv.1, ff. 36v., n.º 12.

AASM, **Registro de batismo de Mario**. São Vicente, a. 1880, liv. 2, ff. 3v., n.º 101.

china e as quatro restantes foram descritas como índias. Ou seja, ele até apadrinhava índios, o que faz pensar na operacionalização de redes na sua própria comunidade de origem, mas os pais espirituais de seus filhos eram brancos, o que nos faz inferir no estabelecimento de vínculos positivos desse indivíduo com pessoas de fora de sua comunidade étnica.

O número de batizados do índio Jozé é pouco expressivo se levarmos em conta os números que serão apresentados mais adiante quando tratarmos dos padrinhos e madrinhas preferenciais de São Vicente. Entretanto, entendemos que o parâmetro de comparação deve ser buscado dentro do próprio grupo. Entre os índios, Jozé foi o segundo padrinho que mais vezes serviu como pai espiritual, só perdeu para Tomás Baitacurú que compareceu a pia batismal em oito oportunidades, mas batizou somente rebentos classificados como índios. Jozé Antonio Betim conseguiu ter maior projeção do que membros das famílias Ababos e Candi que, conforme visto anteriormente, contavam entre seus ascendentes um oficial miliciano que ostentava a patente de Major e uma senhora que recebeu o título de Dona.

Mas retornando ao gráfico 1, outra possibilidade analítica sugerida nele é que se somarmos todos os não brancos, chegamos a 46,40%. Entre os não brancos estavam os indígenas que se fizeram presentes tanto na categoria índio como aqueles classificados como *chino*. Foi passível de verificação entre os batizados *chinos* que a maior parte deles apresentava um dos genitores na condição de índio. Essa constatação foi possível graças, em alguns casos, a expressão *guarany* junto aos nomes das mães. Em outros registros nos valem da naturalidade dos pais, nos quais alguns foram citados como sendo oriundos dos povos de São Borja, São Miguel e São Luis.

Dos 44 *chinos* constantes no gráfico 1, três casos nos chamaram atenção. Tratava-se de meninas, filhas naturais, que foram citadas como *chinas mestiças*. Talvez estejamos diante de uma subcategoria que reforçava a questão da mestiçagem e da ilegitimidade, pois conforme asseverou Paiva, os designativos “variaram bastante de época para época, de região para região e, também, em uma mesma época e em uma mesma região e seu emprego dependeu de percepções nem sempre padronizadas” (2012, p. 20). No tocante à mestiçagem, Saint-Hilaire registrou que o contato dos brancos com os índios da antiga área missioneira, havia levado as raças a se confundirem, produzindo “mestiços sem virtudes e sem amor ao trabalho” que “terminarão por tomar o lugar dos brancos e dos índios”, contudo, “os primeiros serão em parte renovados pela chegada de europeus, de paulistas e mineiros, sendo possível o

desaparecimento dos Guaranis ao fim de uma ou duas gerações” (1987, p. 128). O posicionamento etnocêntrico do francês passava pela questão das fronteiras culturais na qual a visão de mundo do viajante o levou a emitir um juízo de valor negativo em relação ao processo de mestiçagem biológica e fazer uma previsão que o cruzamento contribuiria para o fim dos guaranis enquanto grupo étnico.

Outro dado que deve ser ressaltado no gráfico 1, são os 32,01% de batizados de índios, que conforme explicitado na documentação cotejada, em sua maioria, apresentavam ascendência guarani. Esse dado de certa forma encontra consonância no que foi apurado em trabalhos recentes que têm demonstrado, entre outros aspectos, que após o processo de invasão do espaço missionário, os guaranis não retomaram o modo de vida pré-contato com os ibéricos (FONTELA, 2013), de que tiveram importância enquanto contingente populacional na área da fronteira oeste da província de São Pedro (FARINATTI, 2012), bem como que sua presença também foi expressiva em paróquias localizadas fora do espaço missionário (RIBEIRO, 2013).

Ao estabelecermos comparação com os números obtidos por Max Ribeiro (2013) para capela de Santa Maria, no período de 1798 a 1834, em que a presença de índios nos assentos batismais girou em torno de 25%, entendemos que os 32,01% que obtivemos no processo de seriação são expressivos. Na busca de uma explicação, acreditamos que a concentração de guaranis junto à estância, depois na Fazenda Nacional e no aldeamento impactou nos registros de batismo, na medida em que uma parcela expressiva de índios se radicou em São Vicente.

Outra possibilidade comparativa que se apresenta é agrupar as categorias de índios e *chinos* que em nossa análise perfizeram 33,36%. Nossos números estão um pouco abaixo daqueles verificados para a capela de Alegrete, no recorte de 1816 a 1835, que ficaram em torno de 37% (FARINATTI, 2012), ou os 43% que foram observados para matriz de São Borja, entre 1829 a 1837 (FONTELA, 2013). Porém, cabe frisar que os resultados de nosso estudo são da segunda metade do século XIX, momento em que nesses outros espaços essas categorias designativas tenderam a desaparecer.

No que se refere à presença de pardos, cabras, pretos e mulatos, estas categorias juntas representaram 13,04%, que em termos de grupo registraram o menor índice, mas não menos importante, uma vez que nossa análise ocorreu num espaço de economia subsidiária e num momento em que a escravidão perdia força. A título de comparação, Farinatti apurou, para as primeiras décadas do século XIX, no município vizinho de Alegrete, um percentual de 17% de batizados de ascendência africana.

Na última coluna do gráfico anterior constam 563 registros (17,33%) que não conseguimos identificar os caracteres de cor. Entre aqueles que não receberam atributo qualificativo de cor observou-se que em 348 assentos também silenciaram sobre a condição jurídica dos batizados. Na condição de livres apareceram 138 batizados e 77 foram citados como escravos. Ao somarmos esses indivíduos, sem cor atribuída no registro, mas que apresentavam a condição jurídica chegamos a 215, destes, duzentas e uma atas de batismo faziam referência ao designativo de origem *crioulo*. Expressão utilizada para identificar escravos e forros nascidos no Brasil. A fim de observarmos melhor os indivíduos mencionados como crioulos e a condição jurídica desses sujeitos elaboramos a tabela que segue:

Tabela 2: Condição jurídica dos crioulos nos registros de batismo de São Vicente entre 1854 a 1876

Livres	Escravos	Total
66	135	201
32,83%	67,17%	100%

Fonte: AMDB, **Livros de batismo da paróquia de São Gabriel**. São Gabriel, freguesia de São Vicente, a. 1854-1876, *liv.* 4b, 5b, 6b, 7b, 8b, 9b, 10a, 11b, 12b.

Ao olharmos a condição jurídica dos batizados crioulos observamos uma predominância de cativos. Haja vista que mais de dois terços dos crioulos batizados foram citados nessa condição. Convém dizer que a partir do ano de 1876, momento em que São Vicente foi elevado a condição de paróquia e passou a ter Boaventura Garcia como pároco, essa informação desapareceu dos registros. O último registro fazendo menção a uma criança crioula foi o de Ignacia¹⁰², batizada aos dois meses e classificada na condição de livre conforme o decreto 2040¹⁰³. Mas a presença dos crioulos nos assentos reforça o argumento que temos desenvolvido de que havia um predomínio de não brancos entre os batizados de São Vicente.

Mas voltando a tratar dos 563 registros que não determinaram cor ao batizando 255 foram classificados como legítimos e 308 naturais. Mesmo que o número de

¹⁰² AMDB, **Registro de batismo de Ignacia**. São Gabriel, freguesia de São Vicente, a. 1876, *liv.* 12b, *ff.* 56v., *n.* 47.

¹⁰³ O decreto n.º 2040 de 28 de setembro de 1871, mais conhecido como Lei do Ventre Livre, determinou que todos(as) filhos(as) de mãe escrava que nascessem após a aprovação da dita lei seriam consideradas “livres”. Contudo, os “ingênuos” deveriam permanecer em companhia da mãe até os oito anos, quando caberia ao dono de sua mãe decidir se a criança se tornava efetivamente livre. Nesse caso, o senhor recebia uma indenização, ou poderia se valer do trabalho do menor até os 21 anos, quando aí sim a lei determinava a liberdade sem condições. A maioria dos senhores optou em contar com o trabalho dos filhos de suas escravas, pois após a proibição do tráfico Transatlântico em 1850 os preços da mão de obra cativa haviam aumentado consideravelmente, diante disso, era muito mais vantajoso valer-se do trabalho daqueles rebentos do que receber a compensação paga pelo governo. Ver, entre outros: Chalhoub, (1990) e Daronco (2012).

ilegítimos seja maior não nos parece que a invisibilidade da cor esteja ligada ao estatuto de filiação do batizando. Diante disso, só nos resta especular, e entre as possibilidades destacamos que a invisibilidade possa ter ocorrido em função do esquecimento por parte de quem fez os registros ou que talvez não fosse interessante ao vigário registrar tal informação. Ainda no que tange a articulação do “jogo das cores” e a condição de nascimento construímos a tabela que segue, na qual apresentamos os percentuais de legitimidade/ilegitimidade presentes em cada um dos grupos que a cor citada nos assentos.

Tabela 3: A cor e a condição de nascimento nos registros de batismo de São Vicente (1854-1880)

	Legítimos		Ilegítimos		Total
Branco	985	83,75%	191	16,25%	1.176
Índio	383	36,89%	655	63,11%	1.038
Pardo	62	17,22%	298	82,78%	360
Chino	23	54,77%	19	45,23%	42
Cabra	18	47,36%	20	52,64%	38
Preto	03	15,78%	16	84,22%	19
Mulato	00	00	06	100%	06

Fonte: AMDB, *Livros de batismo da paróquia de São Gabriel*. São Gabriel, freguesia de São Vicente, a. 1854-1876, liv. 4b, 5b, 6b, 7b, 8b, 9b, 10a, 11b e 12b.

AASM, *Livros de batismo da paróquia de São Vicente*. São Vicente, a. 1876-1880, liv. 1 e 2.

Conseguimos apurar a relação entre a cor e a condição de nascimento para 2.679 assentos. A partir das insígnias de cor presentes na tabela anterior, foi possível dividir os batizados em três categorias ligadas à condição de nascimento, tendo como variável analítica a ilegitimidade. A primeira delas representada pelas categorias índio, pardo, preto e mulato, que apresentaram os mais altos índices de ilegitimidade. Mesmo com uma amostragem reduzida, os mestiços classificados como *chinos* e cabras apresentaram percentuais de ilegitimidade próximos da metade. E por fim, a categoria dos brancos, que apresentou os índices mais baixos. Somente a título de comparação, a ilegitimidade entre os batizados designados como brancos ficou em 16,25%, ou seja, cerca de quatro vezes menor do que foi apresentado entre os índios.

Há que se ter cuidado para não naturalizarmos, por meio dos números, a ilegitimidade enquanto um comportamento inerente a determinados arranjos familiares. Diante disso, há que se levar em conta que no caso dos batizados que apresentavam uma ascendência africana, muitos deles foram classificados juridicamente como escravos. Nesse sentido, temos presente /a complexidade no estabelecimento de famílias escravas, envolvendo um jogo entre os interesses dos escravos e dos senhores, pelo qual

perpassava a capacidade de barganha dos cativos e a anuência dos senhores para que uniões conjugais fossem sacramentadas pela igreja¹⁰⁴.

Em se tratando dos batizados guaranis, cujo percentual de ilegitimidade ficou em 63,11%, acreditamos que a "Relação dos Índios, Chefes de famílias que existem nos campos de São Vicente"¹⁰⁵ pode nos auxiliar na explicação desse dado. Conforme dito, a lista contemplava 58 núcleos familiares, em 27 deles citava-se o nome do homem, seguido de uma mulher, sem fazer referência a condição do casal. Isso nos faz inferir que é grande a probabilidade desses arranjos familiares se tratarem de uniões consensuais, que possuíam estabilidade, pois caso fossem meras "aventuras amorosas", o Capitão encarregado de fazer a contagem não teria se dado ao trabalho de registrar o número de filhos que os casais possuíam.

Ainda no que diz respeito às cores, observamos uma espécie de hierarquia simbólica nos assentos batismais, expressada através de uma tendência, não se entenda como regra, pois haveria muitas exceções, de que em momentos nos quais ocorriam vários batizados, no mesmo dia e local, crianças classificadas como brancas tendiam a ser batizadas antes daquelas classificadas com outros matizes. Situação semelhante foi observada para condição de nascimento, ou seja, crianças legítimas tendiam a receber o sacramento antes daquelas classificadas como ilegítimas.

* * *

Ao longo deste capítulo buscamos situar o leitor a respeito do espaço onde se desenvolve a trama, apresentando o processo de constituição da comunidade de São Vicente. Buscamos demonstrar que o processo de formação do município esteve ligado a presença dos índios no estabelecimento da estância e depois do aldeamento. Passamos pelos campos de criação da estância de São Vicente que no princípio do século XIX foram invadidos e conquistados pelos luso-brasileiros. Além do acréscimo demográfico, a incorporação dos súditos guaranis ao império português, proporcionou o incremento de mão de obra, utilizada, entre outras funções, nas atividades ligadas ao costeiro da cavallhada presente na Fazenda Nacional.

¹⁰⁴ Sobre família escrava, entre outros, ver: Slenes (1999), Moreira (2003), Santos (2009), Perussato (2010), Zettel (2011) e Moreira e Garcia (2014).

¹⁰⁵ AHRS. **Relatorio de Ignacio Pinto de Aguiar...** op. cit.

Demonstramos que algumas das ações políticas empreendidas pelos índios passavam pelo ato de barganha que a condição de guerreiros havia lhes propiciado. Nesse sentido, discorremos sobre a reestruturação do aldeamento de São Vicente, em meados do século XIX, quando os índios enviaram documento escrito ao Presidente da Província solicitando que fosse medida e demarcada uma área onde pudessem se estabelecer. Ainda tratando das demandas envolvendo os guaranis abordamos o episódio no qual os indígenas se recusaram a entregar seus filhos para serem “educados” dentro das companhias de oficiais marinheiros.

Evidenciamos que a presença indígena em São Vicente, no período em estudo, ficou marcada por “idas e vindas”. Algumas delas por iniciativa dos índios, tal como no episódio em que venderam a estância para acompanhar as tropas de Frutuoso Rivera regressando quatro anos mais tarde. Em outras por imposição das autoridades, entre elas, a transferência de todas as famílias para o povoado de São Luis. Esse “vai e vem”, se refletiu no número de registros de batismo nos quais eles foram citados de forma expressiva até o final da década de 1880. Sendo que esses núcleos familiares apresentaram, como uma das principais características nos assentos batismais, altos índices de ilegitimidade.

Destacamos a importância das capelas construídas dentro das áreas indígenas, enquanto uma representação da presença política-administrativa do império brasileiro, mas que na sua dimensão religiosa manteve a crença no padroeiro São Vicente Ferrer. Abordamos a transformação da freguesia a condição de paróquia dentro do contexto de constituição de município autônomo, apresentando as dificuldades ligadas à obtenção de um padre que prestasse o atendimento espiritual, bem como o esforço da comunidade para que fosse edificada a igreja matriz.

As atas batismais nos revelaram que mais da metade dos neófitos que receberam o primeiro sacramento ao longo do período eram “frutos de amores proibidos”. Entre os ilegítimos, tratamos de dois casos de crianças adúlteras. Tratavam-se de Clara e Joaquim, que tiveram junto aos seus nomes nos registros de batismo o termo adúlterino(a). Expressão que foi registrada possivelmente por tratar-se de pessoas de fora da freguesia. Na busca de uma explicação para o alto percentual de “degradados filhos das Evas” trabalhamos São Vicente como um local de passagem, tanto de “gentes” como de mercadorias.

No que diz respeito às “gentes” apresentamos um panorama geral no qual nos valem dos números informados em três tipos de documentos que nos propiciaram ver

a população através de números. Momento em que analisamos, entre outros pontos, o crescimento médio do número de habitantes entre os períodos, com destaque para últimas décadas do século XIX que apresentou aumento considerável. Ao explicarmos tal situação recorreremos aos registros de batismo que sinalizaram que o aumento demográfico esteve atrelado a chegada de imigrantes europeus. Paralelamente analisamos os censos de 1890 e 1900 que apresentaram uma tendência de apresentar uma população masculina maior. Situação diferente da encontrada nos assentos batismais, na qual ocorreu um leve predomínio de meninas.

Exploramos ainda os designativos de cor presentes nos registros batismais percebendo um predomínio de não brancos, entre eles a categoria de índio que no cômputo geral ocupou o segundo lugar entre os matizes de cor. Os atributos qualificativos ratificaram aquilo que tem sido observado para outros espaços, de que eles traziam em seu cerne um componente de subjetividade fazendo com que a classificação fosse relacional e situacional. Nesse sentido, trouxemos a cena o caso do núcleo familiar do índio Jozé Betim que no intervalo de uma década passou a ter sua prole classificada como branca. Ao estabelecermos a relação entre o jogo de cores e a condição de nascimento verificamos que o número de neófitos, resultantes de relações não sancionadas pela igreja Católica, era maior entre aqueles que socialmente tendiam a ser registrados com a tez mais escura.

Capítulo 2

FACES E INTERFACES DO PARENTESCO SIMBÓLICO

Depois de se benzer e de beijar duas vezes a medalhinha de São José, Dona Inácia concluiu: “Dignai-vos ouvir nossas súplicas, ó castíssimo esposo da Virgem Maria, e alcançai o que rogamos. Amém.” Vendo a avó sair do quarto do santuário, Conceição, que fazia as tranças sentada numa rede ao canto da sala, interpelou-a: - E isto chove, hein, Mãe Inácia? Já chegou o fim do mês... Nem por você fazer tanta novena... Dona Inácia levantou para o telhado os olhos confiantes: - Tenho fé em São José que ainda chove! Tem-se visto inverno começar até em abril.

Rachel de Queiroz

Neste capítulo tencionamos discutir o processo de estabelecimento e ou ratificação de redes sociais através da prática cultural do compadrio tramada pela família remediada dos Alves da Conceição, junto às “gentes” que residiam na freguesia de São Vicente. Analisamos as estratégias bem como os tipos de bens, materiais e imateriais, que circulavam através dos elos compadrescos. Sendo que os nós firmados através do parentesco espiritual foram trabalhados enquanto mecanismos que aproximaram indivíduos e ou núcleos familiares que ocupavam diferentes posições no tecido social.

Entre as muitas faces propiciadas pelo parentesco simbólico enfatizaremos as teias verticais para cima tecidas pelo casal Zeferino Alves Machado e Mariana Leite da Conceição. No campo das redes diádicas, analisamos as malhas políticas com o líder do partido liberal Cândido José da Silva Pereira. Paralelamente, abordamos as malhas assimétricas para baixo, momento em que tratamos dos enredos firmados com o preto Antonio Eugenio, que nos subsidiou na análise de algumas questões que envolveram escravos e outras ligadas ao mundo da escravidão. Ainda no que diz respeito aos setores subalternos, analisamos o tramado que envolveu os Alves da Conceição e a família de agregados dos Campos de Oliveira sob a ótica de relações de clientela. Concomitantemente, usamos a relação de concubinato entre João Alves Machado e Marcolina, moça pobre oriunda da família de agregados, que nos possibilitou discorrer sobre esse tipo de arranjo familiar, de modo especial a prole classificada nos assentos na condição de natural.

Discutimos também a hierarquia dos lugares onde observaremos os locais (dentro ou fora do templo) que as cerimônias de batismo, preferencialmente, eram

realizadas. Ponderamos de que forma repercutiu, nas andanças dos padres pelos rincões que formavam o termo de São Vicente, a transformação da condição de freguesia à paróquia. A hierarquia dos lugares também foi abordada na sua dimensão social enquanto estratégia empreendida por alguns sujeitos que estabeleceram e/ou ratificaram teias através do parentesco simbólico, tendo como lócus privilegiado os batizados realizados no interior do templo.

A análise também foi direcionada para os batizados realizados na freguesia, onde destacamos, de modo especial, os assentos produzidos junto ao oratório particular que os Alves da Conceição mantinham junto à casa de moradia na Serra de São Xavier¹⁰⁶. O espaço de fé foi apresentado enquanto um símbolo religioso que propiciou distinção social a seus proprietários. Paralelamente, nos subsidiou para discorrermos sobre batizados por procuração e cerimônias que tiveram como padrinhos entidades espirituais, de modo especial Nossa Senhora da Imaculada Conceição.

Trouxemos a cena também a morte de Zeferino e as querelas que ocorreram em função da partilha dos bens. Concomitantemente, destacamos que sua esposa Mariana, após ter assumido o estado de viuvez, passou a ter antes de seu nome o termo distintivo de Dona. A forma de tratamento que antecedeu o nome da matriarca dos Alves da Conceição nos serviu para olharmos junto aos assentos quem eram as Donas do local, quais os atributos necessários para ascender a essa condição e em que momento da vida as mulheres poderiam receber essa forma de tratamento. Por último, observaremos os batizados nos quais Dona Mariana se fez presente enfatizando o reforço dos vínculos com o filho João, a quem coube a tarefa de cuidar de sua mãe nos anos finais de sua vida e para tanto foi constituído como herdeiro privilegiado, não só de bens materiais, mas constituiu-se no depositário do patrimônio simbólico que seus ascendentes haviam construído.

2.1 Os Alves da Conceição

Antes de nos enredarmos nas teias tramadas pela família que “nos irá emprestar seu nome” nesta parte do estudo, fazem-se necessárias algumas considerações sobre a trajetória dos personagens Zeferino Alves Machado (1832-1886) e sua esposa Mariana

¹⁰⁶ Moradia aqui entendida como uma “*construção material que abriga as atividades de um grupo doméstico, esse lócus no sentido físico mais empírico em que acontecem as ações de reprodução cotidiana e produtiva: refúgio, âmbito, cenário*” (CICERCHIA, 2009, p. 113).

Leite da Conceição (1834-1924). Ele era natural da paróquia de Santa Maria da Boca do Monte, mais precisamente do Rincão de São Pedro, sendo filho legítimo de Francisco Alves Damasceno e Joaquina Fagundes Bittencourt. Não sabemos ao certo quando se uniu em matrimônio com Mariana Leite da Conceição, sendo que a mesma era natural da freguesia de São Vicente e teve como seus genitores João Leite dos Santos e Maria da Conceição de Sousa (ver genealogia 2).

O que conseguimos descobrir foi que em 1851 nasceu a primeira filha do casal, denominada de Joaquina, além dela também se constituíram em membros da prole dos referidos consortes Maria, Rita, Cândida, João e Quirino, sendo que os homens, conforme verificamos em trabalho anterior, incorporaram o sobrenome paterno - Alves Machado - enquanto que as filhas mulheres agregaram a terminologia Alves da Conceição (UBERTI, 2011). Tal situação ligada às formas de nomenclatura foi abordada por Armindo dos Santos (2006), ao estudar a região de Beira-Baixa em Portugal, local onde constatou que a “herança nominal” passava pela transmissão do sobrenome paterno aos filhos do sexo masculino, enquanto que as mulheres agregavam pelo menos um dos sobrenomes materno.

Visando seguir o casal Zeferino e Mariana “nas múltiplas relações que os formavam, o que significava investigar tais sujeitos em vários tipos de fontes” (FRAGOSO, 2002, p. 62), apuramos, através dos registros paroquiais de terras, produzidos na década de 1850, que eles eram detentores de duas propriedades. Nas declarações feitas por Zeferino constaram que elas tinham sido obtidas através de direitos de herança de Joaquim José de Araujo e Maria Leite¹⁰⁷. Naquela feita, o cabeça do casal¹⁰⁸ declarou que era morador da serra de São Xavier, pequeno rincão localizado cerca de quatro léguas do povoado de São Vicente¹⁰⁹.

¹⁰⁷ Em nossa dissertação apuramos que os personagens Joaquim e Maria eram naturais da freguesia de Curitiba e fugiram daquele local em virtude do fato de que Maria era mulata e o pai dele se opôs ao casamento. Uma vez estabelecidos na capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul casaram-se e pouco depois compraram terras junto a serra de São Xavier. Local onde se estabeleceram e passaram a viver da lavoura de alimentos. Em 1821 receberam a visita do naturalista francês Auguste Saint-Hilaire que entre os apontamentos que fez, durante sua estadia na casa de Joaquim José, descreveu o conflito familiar que estavam vivendo em virtude da relação que seu anfitrião mantinha com uma índia guarani com a qual inclusive havia tido vários filhos. Tempos depois localizamos Maria Leite e seu filho João Leite vivendo na Vila de São João da Cachoeira. Após o falecimento de seu pai, João foi constituído como seu herdeiro universal, retornando ao Vale do Jaguari, onde contraiu núpcias com Maria da Conceição de Souza, sendo que do referido consórcio resultou a filha Mariana (UBERTI, 2011).

¹⁰⁸ Antônio Manoel Hespanha ao tratar das relações que envolviam marido e mulher discorreu que por meio do casamento os cônjuges passavam a ser considerados “*carne de uma só carne*”, contudo “*a relação conjugal entre eles era desigual, isto é, a mulher estava, sempre, subalterna aos desejos e determinações do marido*” (1995, p. 103).

¹⁰⁹ APERS, **Registros Paroquiais de Terras**. São Gabriel, a. 1856, liv. 47, ff. 32v. e 33r., n.º 123 e 125.

Ainda trilhando a seara da onomástica, conseguimos rastrear o nome de Zeferino junto à documentação da Guarda Nacional¹¹⁰. Em 1872 fazia parte do quadro de reserva, estava com 40 anos e desempenhava a função de lavrador¹¹¹. Em estudo anterior verificamos na referida qualificação 108 sujeitos que labutavam na lavoura de alimentos no território de São Vicente, dos quais 50% eram habitantes da Serra de São Xavier. Uma possível explicação é que a referida localidade era uma área de relevo bastante irregular, que a princípio não favorecia muito o desenvolvimento da pecuária extensiva. Desta forma, esta serra não despertou o mesmo interesse que os grandes proprietários demonstravam por terrenos mais planos, proporcionando, desse modo, que pessoas que dispunham de poucos recursos ou capitais medianos pudessem se estabelecer e explorar aqueles sítios (UBERTI, 2013). Em outro trabalho constatamos que os lavradores nacionais que habitavam a Serra de São Xavier, paralelamente dedicavam-se ao extrativismo da madeira, que era vendida, principalmente, nos povoados fronteiriços de São Borja e Uruguaiana, tanto pela via terrestre, na forma de madeira serrada, quanto pelas toras que desciam na forma de balsas pelas águas dos rios Toropi e Jaguari (UBERTI, 2012a).

O consórcio dessas atividades possibilitou a agregação de renda oportunizando inclusive que o casal Zeferino e Mariana ampliasse seus domínios, conforme pôde ser verificado junto aos registros cartoriais mediante a compra de duas propriedades uma na serra de São Xavier e outra na localidade de Santo Antonio. O negócio concretizado com a viúva Maria Joaquina da Silva foi de “terrenos de mattos” situados na área de cobertura florestal. Já na compra realizada com a também viúva Estephanea Maria Moreira, adquiriu uma parcela de um rincão de campo. Tais transações chegaram ao valor de 700\$000 réis (aproximadamente £ 69,28)¹¹². Os dois negócios foram destacados não somente por se tratar do processo de aquisição de outras propriedades

¹¹⁰ AHRS, **Qualificação Guarda Nacional**. São Gabriel, a. 1872, m. 59, n.º 1310.

¹¹¹ No que diz respeito ao ofício de lavrador, Raphael Bluteau o definiu como “*aquele que lavra e cultiva terras próprias e alheias e não usa de mister ou ofício mecânico*” (1726, p. 55). Em relação ao ofício de lavrador desempenhado por Zeferino, o mesmo foi confirmado posteriormente nos autos de qualificação da Guarda Nacional. Paralelamente também desempenhou a função de criador, conforme sugere seu inventário *post-mortem*, no qual encontramos um pequeno rebanho de gado equino e bovino. Localizamos também em seu inventário linhas, caibros e pranchadas o que nos sugere também a extração de madeira.

AHRS, **Qualificação Guarda Nacional**. São Gabriel, a. 1873, m.58.

Idem, a. 1874, m. 60.

APERS, **Inventário post-mortem de Zeferino Alves Machado**. São Vicente, Vara da família, a. 1886, est. 148B, cx. 20, m. 2, n.º 26, ff. 8v.

¹¹² APERS, **Livros notariais de transmissões e notas**. São Gabriel, 4º Distrito, a. 1870, liv. 2, ff. 47v., 48r. e v.

APERS, **Livros notariais de transmissões e notas**. São Gabriel, 4º Distrito, a. 1876, liv.4, ff. 62r. - 64r.

pela família, mas nos servem também para demonstrar que negócios envolvendo mulheres¹¹³, era uma situação muito corrente nos registros notariais de São Vicente. Em particular, aquelas apresentadas na condição de viúva, que estabeleceram através do registro de escrituras os mais variados tipos de transações¹¹⁴. Ainda no que toca ao estado de viuvez, ele será retomado nos momentos finais deste capítulo quando analisaremos algumas situações que envolveram a personagem Mariana Leite da Conceição que viveu nesta condição por 38 anos.

Outro cenário em que conseguimos localizar o nome do agente histórico Zeferino, foi nos livros de sorteamento de jurados de São Gabriel e seu termo. Entre os anos de 1852 e 1885 Zeferino foi escolhido para servir como jurado em pelo menos oito oportunidades, não comparecendo a nenhuma das seções¹¹⁵. José Murilo de Carvalho pondera que a lista dos sujeitos que poderiam servir na condição de jurado configurava-se numa das principais distinções que poderia ser concedida ao cidadão do império, pois para desempenhar o serviço do júri requeria “a capacidade de ler e escrever, o que reduzia drasticamente o número de cidadãos aptos para a função” (1996, p. 3).

O processo de seleção do júri se dava através de sorteio entre os nomes qualificados, sendo que os selecionados “eram colocados em urnas trancadas a chave para serem sorteados à época das sessões [...] em geral, havia duas sessões do júri por ano, com duração aproximada de 15 dias cada” (Idem, p. 6). Entre as razões que levavam uma boa parcela dos jurados a não acudirem ao chamado, além das distâncias, no caso de Zeferino cerca de dezesseis léguas até a casa do juiz municipal situada na sede do município de São Gabriel, o tempo de duração das sessões, que poderiam envolver até 15 dias. Ademais, outro fator que pesava era o fato de que “em povoados pequenos onde todos eram conhecidos, todos são parentes, amigos ou inimigos, influentes ou dependentes [...] em causas que envolviam pessoas poderosas os jurados

¹¹³ Durante muito tempo foi corrente na historiografia arquétipos culturais, relacionados a diversos paradigmas da tradição judaico-cristã, adaptáveis a toda e qualquer conjuntura histórica, metáforas e imagens que foram, de autor em autor, repetindo-se pelos tempos afora, retratando as mulheres como meros apêndices, uma vez que elas foram apresentadas como ignorantes, indolentes, débeis mentalmente, frágeis emocionalmente e incapazes, até mesmo, de manter uma conversação (DIAS, 2001).

¹¹⁴ Segundo Gabriel Berute as escrituras “*são instrumentos destinados a registrar formalmente todas as condições de um determinado contrato, seja para assumir uma obrigação, ou seja, para determinar a execução de outro ato qualquer. Estas podem ser tanto privadas, restritas aos nela interessados, quanto públicas, lavradas por um funcionário ou oficial público e de acordo com as solenidades previstas em lei. No caso das particulares, estavam restritas àquelas transações que a lei não obrigava registrar em documento público*” (2011, p. 96).

¹¹⁵ MEMORIAL DO JUDICIÁRIO, Livro n.º 1 de qualificação e sorteamento dos jurados do termo de São Gabriel. a. 1849-1870, n.º 3141 ff. 32v., 38v., 46v., MEMORIAL DO JUDICIÁRIO, Livro n.º 2 de qualificação e sorteamento dos jurados do termo de São Gabriel. a. 1872-1885, n.º 3145, ff. 73, 83v., 101v., 127v. e 157v.

simplesmente não compareciam aos julgamentos” (Ibidem, p. 7) por medo de possíveis retaliações.

Outro espaço ligado às esferas de poder no qual Zeferino teve seu nome citado foi na lista de qualificação de votantes¹¹⁶ e nas atas das eleições para Juiz de Paz Distrital, nas quais em pelo menos seis eleições constou como votante do 4º distrito de São Gabriel. Ademais, em duas oportunidades, mais precisamente nos anos de 1863 e 1878, teve seu nome registrado junto aos resultados dos pleitos na condição de suplente para o cargo de Juiz de Paz Distrital, mostrando que era detentor de prestígio¹¹⁷. Esses entrelaçamentos com a municipalidade e as possíveis benesses que eles propiciaram serão mais bem explicitados na próxima seção. Quando analisarmos as conexões com pessoas que eram detentoras de poder político e que, usando das prerrogativas do exercício do mandonismo, contrataram Zeferino e “suas gentes” para prestarem serviços.

Por ora um comentário se impõe sobre a participação de Zeferino na condição de jurado e votante. Parece-nos que para auxiliar a justiça cumprindo o seu dever de cidadão, havia muitas dificuldades, ao passo que para votar as distâncias se amainavam e os demais obstáculos tendiam a desaparecer. Talvez o menor tempo de permanência em São Gabriel explique essa tendência de privilegiar as eleições às sessões do júri. Sem embargo, acreditamos que a razão principal era a mobilização de redes políticas, que poderiam resultar em vitórias da facção política a qual estava ligado e os ganhos pecuniários que a vitória de aliados poderia trazer conforme veremos na sequência.

2.2 “Por detrás da pia”: O balanço das redes

Em junho do ano de 1861 a inocente¹¹⁸ Cândida, nascida cinco anos antes, foi remida da marca do pecado original junto a Capela de São Vicente Ferrer. A menina

¹¹⁶ AHRS, Correspondências expedidas da câmara. São Gabriel, a. 1853, m. 241, ff. 01v..

¹¹⁷ AHRS, **Atas das eleições da camara municipal de S. Gabriel**. São Gabriel, a. 1860, 1863, 1869, 1876, 1878 e 1881, cx. 205, 206 e 207, m. 241, 242, 243 e 244.

¹¹⁸ Segundo o dicionário Moraes e Silva: “*que não faz mal § sem culpa* § Criança ou minino em quanto não tem malícia” (1813, p. 721). Iraci del Nero da Costa relacionou o termo a todas “crianças – via de regra com menos de sete anos – que ainda não comungavam” (1990, p. 47). Encontramos a expressão “inocente” em apenas 21 registros, sendo que todos eram livres e entre eles havia apenas uma criança citada como natural. Além de Cândida seus irmãos João e Maria também foram descritos na mesma condição.

AMDB, **Registro de batismo de Cândida**. São Gabriel, freguesia de São Vicente, a. 1861, liv. 6, ff. 57r., n.º 264.

teve como padrinhos Cândido José da Silva Pereira e Cândida Victorina dos Santos. Passado algum tempo a dádiva seria retribuída (MAUSS, 1974), uma vez que o lavrador Zeferino juntamente com sua mulher abriram as portas de sua casa de moradia com a finalidade de que os compadres se recebessem em matrimônio segundo o rito romano, tendo como testemunhas, além do casal proprietário do oratório onde ocorreu o enlace, os cunhados José Maria Machado de Bittencourt e Maria Victorina dos Santos¹¹⁹.

Por essa época, o compadre Cândido já despontava como uma das lideranças políticas do partido liberal junto aos homens que viviam no povoado ou nas imediações de São Vicente, tendo em vista que em 1863 seria eleito para servir no cargo de Juiz de Paz Distrital, função esta que ocuparia por pelo menos mais uma vez na década seguinte¹²⁰, sugerindo-nos a existência, em torno de seu nome, de capital político¹²¹. Entre as atribuições do cargo, menciona-se a elaboração das listas nominativas que seriam usadas durante as eleições e a entrega dos diplomas que possibilitariam os cidadãos se apresentarem junto às mesas paroquiais como votantes (VARGAS, 2010).

Afora isso, também era de responsabilidade do juiz participar dos processos de qualificação da Guarda Nacional, determinando quem seria incumbido do serviço regular ou quem ficaria na reserva da instituição, assim como também passava pelo seu crivo as indicações de quem ocuparia os postos de comando (FERTIG, 2010). Miquéias H. Mugge (2012), ao estudar a dita corporação, no município de São Leopoldo, percebeu que as relações de parentesco (sanguíneo e afim) influíam diretamente nas indicações de quem iria preencher as vagas de oficiais da milícia cidadã.

AMDB, **Registro de batismo de João**. São Gabriel, freguesia de São Vicente, a. 1861, liv. 6, ff. 57r., n.º 265.

AMDB, **Registro de batismo de Maria**. São Gabriel, freguesia de São Vicente, a. 1861, liv. 6, ff. 58r., n.º 269.

¹¹⁹ AMDB, **Registro de casamento de Cândido José da Silva Pereira e Cândida Victorina dos Santos**. São Gabriel, freguesia de São Vicente, a. 1862, liv. 4, ff. 3r., n.º 8.

¹²⁰ Cabe dizer que foi possível observar que nas duas vezes em que seu compadre foi eleito para o cargo de Juiz de Paz Distrital Zeferino se dirigiu até a Vila de São Gabriel percorrendo a longa distância. Interessante destacar que em ambas as oportunidades seu nome constou nas atas das eleições muito próximo a de outros indivíduos também moradores do distrito. O grupo de eleitores ligado ao Partido Liberal tendia a se apresentar na mesa de votação junto. O que nos faz pensar num mecanismo de proteção em meio a situação de violência que caracterizava as eleições na época do império. Simultaneamente pode-se pensar numa tática ligado a demonstração de força da parcialidade a qual pertencia (UBERTI, 2012b).

AHRS, **Atas das eleições da camara municipal de S. Gabriel**. a. 1863 e 1872, cx. 205 e 207, m. 240 e 243.

¹²¹ Capital político aqui entendido enquanto “*uma forma de capital simbólico, crédito firmado na crença e no reconhecimento ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelos quais os agentes conferem a uma pessoa ou a um objeto os próprios poderes que eles lhe reconhecem obtendo assim, uma forma de capital simbólico, de crédito firmado na crença*” (BOURDIEU, 2007, p. 187).

Outra nuance que essa conexão de parentesco ritual trouxe foi o fato de que quando Cândido José ocupou o cargo político pela segunda vez, contratou seu apaniguado Zeferino para que abrisse a picada que posteriormente permitiu a instalação de colonos de origem germânica no local denominado de Sertão, área que ficava nas adjacências das propriedades dos Alves da Conceição¹²². Tal acontecimento nos remete as palavras de Fábio Khün, ao propalar que certos desdobramentos da política revelavam sociedades “governadas, mais pelos homens do que pelas instituições” (2006, p. 20). Temos presente que o autor verificou tal situação para uma sociedade de Antigo Regime, todavia acreditamos que mesmo num outro contexto a ideia se aplique, como no caso ora estudado, uma vez que nas interfaces do compadrio e das relações simbólicas que encerravam os ritos religiosos, perpassavam questões imanentes, tais como a possibilidade do compadre agregar renda através da prestação de trabalho para municipalidade.

Mas não só de relações de parentesco com potentados locais¹²³ ficou marcada a trajetória dos remediados Zeferino e Mariana. Eles também teceram teias com os subalternos. Entre elas destaca-se o apadrinhamento do crioulo livre Manuel, filho legítimo de Antonio Eugenio, preto livre natural de Minas Gerais, e Maria Francisca, natural da freguesia de São Vicente Ferrer¹²⁴. No caso ora abordado, o menino Manuel foi descrito como crioulo, o que remete ao local de origem, isto é, alguém já nascido no Brasil. Além disso, aponta a proximidade familiar com o cativo, numa sociedade sobejamente racializada (MATTOS, 2013). Por seu turno, a expressão livre indica a sua condição jurídica no ato de seu batizado.

No capítulo anterior, quando discorreremos sobre os designativos de cor, mencionamos 201 registros de batismo nos quais se fez menção ao designativo de

¹²² AHRS, **Correspondências expedidas da camara de S. Gabriel**. São Gabriel, a. 1871, cx. 205, m. 242.

Idem, a. 1875, cx. 205, m. 243.

¹²³ Ainda no que toca o jogo das redes verticais para cima os Alves da Conceição tramaram outra teia assimétrica com João Victorino dos Santos e Joaquina Carolina Fagundes, consortes que foram escolhidos para apadrinhar o rebento João. O casal de padrinhos era morador da freguesia de São Vicente, tratava-se, portanto, da ratificação de liames de vizinhança, ademais eram respectivamente pai e sogro dos cônjuges Cândida e Cândido. Entre os 22 inventários analisados o de Dona Joaquina Carolina Fagundes foi o que apresentou o maior valor. O montante líquido que foi partilhado chegou à casa dos 143:329\$110 réis (cerca de £ 13.676). Assim esta relação de parentesco fictício nos sugere que, do ponto de vista da família dos Alves da Conceição, se configurou uma conexão “para cima”, isto é, firmada com indivíduos que faziam parte da elite local.

AMDB, **Registro de batismo de João...** op. cit.

APERS, **Inventário post-mortem de Joaquina Carolina Fagundes**. São Gabriel, Cartório dos Órfãos e Ausentes, a. 1876, n.º 297, m. 16, est. 107.

¹²⁴ AMDB, **Registro de batismo de Manuel**. São Gabriel, freguesia de São Vicente, a. 1861, liv. 6, ff. 57v., n.º 267.

origem *crioulo*. A fim de observarmos esse grupo elaboramos a tabela que segue na qual trazemos a natureza de filiação presente nos registros de batismo.

Tabela 4: Natureza de filiação dos crioulos nos registros de batismo de São Vicente entre 1854 a 1876

Legítimos	Naturais	Total
17	184	201
8,46%	91,54%	100%

Fonte: AMDB, **Livros de batismo da paróquia de São Gabriel**. São Gabriel, freguesia de São Vicente, a. 1854-1876, liv. 4b, 5b, 6b, 7b, 8b, 9b, 10a, 11b e 12b.

Verifica-se pelos dados presentes na tabela 4 que havia o predomínio entre os crioulos de batizados que eram frutos de relações não sancionadas pela Igreja Católica. Uma vez que a cada dez batizados classificados nesse grupo cerca de nove tendiam a ser batizados na condição de naturais. Nesse sentido, o registro de Manuel fazia parte do grupo minoritário dos crioulos tanto no que dizia respeito à condição de livre quanto no estatuto de legitimidade. Situação semelhante foi verificada ao empreendermos a análise da condição jurídica do batizando, pois conforme demonstrado na tabela 2 crioulos na condição jurídica de livres também tendiam a ser batizados em menor número.

A condição do pai do menino nos sugere que esses mecanismos de afirmação social utilizados pelos Alves da Conceição também foram estendidos a um agente histórico que havia conseguido ascender à condição de liberto. Outro ponto sugerido pela ata de batismo fica por conta da mobilidade do ex-cativo, pois conforme descrito, o mesmo era natural da província das Minas Gerais. Como não conseguimos localizar, mesmo tendo presente que nem todas as cartas de alforria eram registradas no notário, nenhum instrumento de manumissão em nome de Antonio Eugenio junto aos registros compilados pelo APERS (2006), conjectura-se que ele tenha obtido sua liberdade em momento anterior e depois se transferido para a freguesia. Estando correta essa hipótese, talvez estejamos diante daquilo que Hebe Mattos (2013) denominou de “experiência de liberdade”, isto é, a possibilidade de deslocamento de um lugar para o outro se constituía numa das premissas básicas que caracterizava a condição de livre.

No que toca os designativos de cor, o pai do menino foi descrito como *preto livre*, expressão utilizada para ex-escravos. Roberto Ferreira (2008), em seu estudo sobre a freguesia de Porto Feliz, área de produção açucareira localizada na capitania depois província de São Paulo, no recorte de 1798-1850, percebeu nos registros de batismos, que era muito corrente indivíduos que haviam deixado a condição de escravo

recorrer a padrinhos livres, de preferência que não tivessem passado pelo cativo, o que no entendimento do autor seria uma tática que, entre outros efeitos, contribuiria na mobilidade social ascendente por parte do ex-cativo¹²⁵.

Em relação à mobilidade social, Ferreira (2008) destaca àquela obtida por agentes históricos que conseguiram romper as condições da escravidão. Situação essa pensada não somente sob o prisma da condição jurídica dos indivíduos, mas defendida também pela forma como esses sujeitos foram descritos nas listas nominativas, nos censos e nos mapas de população, nos quais muitos “egressos do cativo”, através da passagem das gerações, foram mudando de cor num processo denominado pelo autor como “branqueamento”. Situação essa que perpassava pela modificação da condição do indivíduo ligado a questões de acumulação de pecúlio que repercutia na reputação social do sujeito.

Cabe destacar que não figura entre nossas pretensões deslindar o compadrio escravo em São Vicente, apenas inseri-lo dentro da dinâmica das relações de parentesco simbólicas tecidas pelos Alves da Conceição. Destarte, queremos trazer a cena alguns batizados nos quais as mães das crianças eram escravas dos Alves da Conceição e apresentaram como padrinhos de seus filhos familiares de seus senhores¹²⁶. Tal situação ocorreu em quatro oportunidades envolvendo as cativas Luisa¹²⁷, Benedicta¹²⁸ (duas vezes) e Lucia¹²⁹. As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia estabeleciam que os padrinhos “serão nomeados pelo pai, ou mãe, ou pessoa, a cujo cargo estiver a criança” (DA VIDE, 1707, Tit. XVIII, § 64). Mas em se tratando de mães cativas, a escolha dos pais espirituais “parecia oscilar, preferencialmente, entre os dois extremos

¹²⁵ Para São Vicente encontramos apenas 23 assentos onde foi possível observar a condição de liberto do pai ou da mãe. Em 19 registros foi possível perceber a situação descrita por Ferreira (2008), em que os padrinhos eram livres e não haviam passado pelo cativo.

¹²⁶ Observamos relações de compadrio entre mães escravas e parentes de seus senhores em pelo menos 45 oportunidades em 435 registros, ou seja, em apenas 10,34% recorreu-se a este tipo de relação de compadrio. No que diz respeito a seleção de padrinhos de cativos, ver, entre outros: Ribeiro (1990), Botelho (1997), Silva (2005), Machado (2008), Santos (2009), Perussatto (2010) e Elias (2013).

¹²⁷ AMDB, **Registro de batismo de Fermina**. São Gabriel, freguesia de São Vicente, a. 1868, liv. 9b, ff. 183v., n.º 347. A menina era escrava de Francisco Alves Damasceno e teve como padrinhos Zeferino Alves Machado e Rita Alves da Conceição, respectivamente filho e neta do senhor da escrava.

¹²⁸ AASM, **Registro de batismo de Benicio**. São Vicente, a. 1878, liv. 1, ff. 47v., n.º 89. O menino era escravo de Zeferino Alves Machado e teve como padrinhos seus filhos João Alves Machado e Maria Alves da Conceição.

AASM, **Registro de batismo de Lucio**. São Vicente, a. 1880, liv. 2, ff. 10v., n.º 148. O menino era escravo de Zeferino Alves Machado e teve como padrinhos seus filhos Quirino Alves Machado e Cândida Alves da Conceição.

¹²⁹ AASM, **Registro de batismo de Maria**. São Vicente, a. 1878, liv. 1, ff. 47v., n.º 104. A menina era escrava de Zeferino Alves Machado e teve como padrinhos seus filhos João Alves Machado e Maria Alves da Conceição.

sociais: padrinhos livres, visando provavelmente possibilidades de ganhos, para seus filhos ou para si, ou cativos para reforçar as teias sociais estabelecidas na própria comunidade escrava” (BRÜGGER, 2007, p. 285). A fim de entendermos melhor o estatuto jurídico dos compadres/comadres das mães cativas elaboramos a tabela 5.

Tabela 5: Estatuto jurídico dos compadres/comadres de mães escravas nos registros batismais de São Vicente (1854 -1887)

Compadre/ comadre livres	Compadre/ comadre escravos	Compadre escravo e comadre livre	Compadre livre e comadre escrava	Outros	Total
312	70	20	19	14	435
72,39%	16,01%	4,41%	4,18%	3,01%	100%

Fonte: AMDB, **Livros de batismo da paróquia de São Gabriel**. São Gabriel, freguesia de São Vicente, a. 1854-1876, liv. 4b, 5b, 6b, 7b, 8b, 9b, 10a, 11b e 12b.

AASM, **Livros de batismo da paróquia de São Vicente**. São Vicente, a. 1876-1887, liv. 1, 2 e 3.

Nos assentos de batismo de São Vicente havia uma tendência de conferir o papel de padrinhos a indivíduos juridicamente livres. Ela foi percebida em 312 casos (72,39%) dos 435 assentos em que se fez menção a mãe cativa. João Fragoso (2006) propalou que para um cativo estabelecer relações de compadrio com alguém que ocupava outra posição na escala social, poderia se constituir importante mecanismo de afirmação social, revertendo em perspectivas futuras favoráveis. O parentesco simbólico poderia representar a possibilidade de estabelecer laços com pessoas que poderiam oferecer auxílio e proteção, tanto para si como para os filhos. Mas não podemos deixar de mencionar as setenta relações nas quais mães cativas tornaram-se comadres de pessoas que apresentavam o mesmo estatuto jurídico delas. Possivelmente reforçando os laços horizontais dentro da senzala. Nesse sentido, queremos destacar a relação de compadrio de Maria que a partir do batizado de sua filha Laura¹³⁰ tornou-se parente espiritual de Lucinda e Felipe, escravos do já citado Cândido José da Silva Pereira.

Não nos foi possível averiguar se as cativas desfrutaram de algum tipo de benefício dentro do grupo de escravos. A única que recebeu a alforria foi Fermina, porém o registro de sua carta de liberdade aconteceu treze anos após o batizado, quando seu senhor Francisco Alves Damasceno justificou que o instrumento de manumissão estava sendo feito em virtude de uma vontade de sua falecida esposa, a qual tinha “grande estima e alta consideração” pela referida escrava. Mesmo sendo uma escrava

¹³⁰ AMDB, **Registro de batismo de Laura**. São Gabriel, freguesia de São Vicente, a. 1866, liv. 9b, ff. 5v., n.º 29.

que contava com a estima de sua falecida senhora foi estabelecida uma carta de alforria condicional que determinou mais três anos de trabalho, o que nos leva a concluir que não houve uma relação direta com o apadrinhamento¹³¹. Em relação a Benício, Lucio e Maria os mesmos foram citados nos assentos como pardos livres conforme decreto 2040.

2.3 Agregando compadres: laços de dependência e solidariedade

Outra face que envolveu as relações de parentesco ritual dos Alves da Conceição esteve ligada a família de agregados dos Campos de Oliveira. As duas famílias se tornaram parentes espirituais por ocasião do batizado de Manoel, filho legítimo de Prudente Campos e Maria Caetana de Oliveira¹³². Em relação a Prudente, foram poucos os vestígios encontrados, dentre eles, conseguimos apurar através do batistério de seu filho Joaquim¹³³ que era natural da Província de São Paulo e foi citado na condição de pardo livre. Segundo Hermes Bressan (2011), Prudente vivia do ofício de capataz, porém não foi possível corroborar tal informação. Procuramos seu nome junto às listas da Guarda Nacional, a fim de verificar a profissão que desenvolvia, no entanto seu nome não figurou em nenhuma das qualificações que tivemos acesso. Logo, é grande a probabilidade de tratar-se de gente de baixo estatuto social, que dispunha de poucos recursos, não apresentando cabedais materiais e simbólicos para ter seu nome figurando entre os cidadãos do império.

Outra informação que Bressan (2011) traz em seu livro, está ligada ao local de moradia dos Campos de Oliveira, localizada junto a uma das propriedades que os Alves da Conceição possuíam na Serra de São Xavier, ou seja, tratava-se de uma família que vivia em terra alheia, na condição de agregados. No entendimento de Cacilda Machado, conseguir “agregar pessoas (isto é, reunir dependentes) representava dispor de força de trabalho complementar” e simultaneamente funcionava como “fonte de distinção social” (2008, p. 53).

A nosso ver este batizado significou, por parte dos patrões, o estabelecimento de laços de solidariedade com uma família que figurava entre os setores menos favorecidos da hierarquia social. A relação de compadrio trazia em seu âmago formas de consenso e

¹³¹ **DOCUMENTOS DA ESCRAVIDÃO: Catálogo seletivo de cartas de liberdade.** Porto Alegre: CORAG, 2006. Vol. II, p. 1142.

¹³² AASM, **Registro de batismo de Manoel.** São Vicente, a. 1878, liv. 1, ff. 50v., n.º 111.

¹³³ AMDB, **Registro de batismo de Joaquim.** São Gabriel, a. 1861, liv. 6b, ff. 52r., n.º 242.

legitimação, criando de certo modo um espírito de coesão, pelas quais perpassavam relações de clientela¹³⁴, que simultaneamente articulavam proteção e lealdade (SAMARA, 1981). Já do ponto de vista de Prudente e de sua esposa, a relação de parentesco simbólico representou o reverso da moeda, possivelmente significou um mecanismo de ascensão, pois sem dúvida o casal proprietário das terras onde haviam encontrado guarida eram pessoas que faziam parte de outro estrato do tecido social.

No ano de 1881, as duas famílias se encontraram novamente junto ao oratório que os Alves da Conceição mantinham em sua casa de moradia com o propósito de referendar a união conjugal de Francisco Campos de Oliveira e Ignacia Maria dos Santos. Os nubentes deixaram o estado de concubinato em que viviam, recebendo as “bençãos nupciais em todo conforme com o ritual do Arcebispado da Bahia”¹³⁵. Entre as testemunhas que abonaram as núpcias estavam Zeferino e sua esposa. Além disso, no referido assento, foi mencionado que quando viviam de forma ilícita havia nascido Maria, que dali por diante deveria ser vista como filha legítima dos consortes. Outro elemento que chama atenção no assento matrimonial de Francisco e Ignacia é a dispensa, por parte do padre Boaventura, das certidões de batismo, haja vista a “situação de extrema pobreza em que viviam”¹³⁶. A nosso ver, tal fato nos sugere mais uma vez a condição de subalternos dos Campos de Oliveira.

Não obstante, os liames entre as duas famílias não ficaram restritos a conexão de parentesco fictício, pois Marcolina Campos de Oliveira (1856-1936), uma das filhas do casal de agregados, passou a viver, por volta de 1880, segundo os padrões da Igreja Católica, de forma ilícita com João Alves Machado. O amasiamento não teria agradado a família do rapaz, entre outras razões teria pesado a condição humilde da moça (BRESSAN, 2011). Conforme constatou Luciano Figueiredo (1987), uniões consensuais entre agregados com membros do domicílio ao qual estavam vinculados, constituiu-se numa situação muito habitual junto aos núcleos familiares das Minas Gerais setecentista. O caso ora apresentado nos remete ao escritos de Fredrik Barth, segundo o qual “o comportamento costumeiro médio que podemos encontrar na sociedade, resulta da interação de diferentes escolhas individuais, condicionadas pelas

¹³⁴ Quanto à dinâmica do clientelismo a entendemos enquanto um sistema que fazia com que “*todas as relações sociais consistissem numa troca de proteção por lealdade, o que acentuava a hierarquia social e promovia, como fim último, o controle social, já que lealdade significava também obediência e, porque não dizer, submissão*” (GRAHAM, 1997, p. 16).

¹³⁵ AASM, **Registro de matrimônio de Francisco Campos de Oliveira e Ignacia dos Santos**. São Vicente, a. 1881, liv. 1, ff. 39 r. e v., n.º 13.

¹³⁶ AASM, **Registro de matrimônio de Francisco Campos de Oliveira e Ignacia dos Santos...** op. cit.

situações, mas antes de tudo impossíveis de serem previstas segundo um modelo preestabelecido de conduta” (apud LIMA, 2006, p. 197).

Ao entrelaçar sua vida a de uma moça de origem simples João nos faz pensar que as relações conjugais não podem ser pensadas somente sob a ótica de um sistema de intercâmbios (CICERCHIA, 2009), um veículo social que servia ao propósito de formar e ou ratificar alianças patri-matrimoniais pelas quais circulavam diferentes tipos de interesses (CANCELA, 2011). Mesmo que as diferenças sociais tendessem a criar obstáculos na escolha do cônjuge, temos que inferir também sobre questões ligadas à paixão e ao amor (NUNES, 2001). Não concordamos com a tentativa de explicar as uniões somente a partir do campo das estratégias. Corre-se o risco de incorrerem em predeterminismos reducionistas do comportamento dos sujeitos, ou seja, transformar as ações dos indivíduos num desenrolar mecânico, no qual o raciocínio funcionalista leva em conta apenas as vantagens comparativas na hora de tomada das decisões, deixando de lado as razões do coração. Mesmo sendo as razões do coração um “terreno movediço”, que apresente dificuldades aos historiadores, uma vez que o amor “es una emoción, un sentimiento privado y por momentos irracional” (SOCOLOW, 2005, p. 71).

Ao atentarmos para alguns aspectos que envolveram a prole que resultou da união de João e sua concubina observamos que em julho de 1881 Marcolina batizou junto à residência do vizinho Luiz Veis, João¹³⁷ e Marcírio¹³⁸, sendo que os dois neófitos foram classificados como naturais¹³⁹. O primeiro havia nascido dois anos antes e o segundo estava com cerca de dois meses quando recebeu o primeiro dos sacramentos. Na semana anterior ao batizado dos meninos, o padre havia passado pelo oratório que seus avôs mantinham junto a serra de São Xavier e sua genitora não aproveitou a oportunidade para batizá-los.

Ainda que nos documentos não haja indicações específicas, conjecturamos um possível afastamento de João em relação a seus pais, em virtude de estar amasiado com a filha dos agregados. Tal proposição ganha força se levarmos em conta que o personagem não se fez presente nos registros de batismo produzidos junto ao oratório de sua família por cerca de dois anos. Outro elemento que nos faz pensar nesse

¹³⁷ AASM, **Registro de batismo de João**. São Vicente, a. 1881, liv. 2, ff. 39, n.º 148.

¹³⁸ AASM, **Registro de batismo de Marcírio**. São Vicente, a. 1881, liv. 2, ff. 39, n.º 149.

¹³⁹ Consta no Álbum Ilustrado do Partido Republicano Castilhistas que Marcolina e João tiveram onze filhos. Além dos dois já mencionados, temos: Francisco, José, André, Zeferino, Laudelino, Izaltino, Cândido, Juvenal e Joana (1934, p. 260). No Álbum não apareceram Maria e Mariana, nascidas, respectivamente, em 1888 e 1897, que provavelmente haviam falecido (ver anexos genealogia 3).

afastamento fica por conta do fato de que, ao olharmos os nomes dos padrinhos que seus primeiros filhos tiveram, tratava-se de pessoas que não possuíam relações de parentesco sanguíneo nem por afinidade, nem com ele nem com sua mulher. Tendência bem diferente da encontrada para os irmãos de João Alves Machado e para os irmãos de Marcolina. Entre eles, os batizados dos primeiros filhos tendiam a reforçar os vínculos familiares diretos, através do compadrio com os parentes sanguíneos – pais e irmãos – assim como os parentes afins – sogros e cunhados(as) – que eram convertidos em parentes espirituais tornando-os duplamente parentes.

Outro elemento que sugere um afastamento fica por conta da ordem dos nomes dos filhos muito diferente daquilo que apuramos para outros ramos da família, em que o primogênito recebeu a mesma graça do avô paterno, o que nas palavras de Françoise Zonabend traduzia “a distinção de que são objecto nas nossas culturas estas duas posições genealógicas” (1998, p. 24). No caso ora estudado a graça de Zeferino só se faria presente no sexto filho que João e Marcolina tiveram.

Entretanto, acreditamos que isso não tenha passado de uma situação circunstancial, na medida em que, no ano de 1882, João, juntamente com sua irmã Maria Alves da Conceição, foi chamado para se tornarem os pais espirituais de João¹⁴⁰, um dos sobrinhos nascidos da união matrimonial entre Randolpho José da Silva Pereira e Joaquina Alves da Conceição¹⁴¹. A reaproximação com seus pais deve ter sido selada em 1885, quando Francisco foi batizado junto à matriz de São Vicente e teve como padrinhos seus avôs paternos¹⁴². Elisabeth Kusnesof (1990), ao estudar os assentos batismais de livres na paróquia de São Cristóvão (RJ), entre 1858 e 1867, constatou que, no caso de rebentos descritos na condição de ilegítimos, a presença dos avôs, nos rituais de batismo, na qualidade de padrinhos, acabava assumindo a condição de demonstração do envolvimento e apoio familiar as crianças que se encontravam em tal condição. Convém destacar que depois do batizado por parte dos avôs paternos em todas as cerimônias seguintes estiveram presentes parentes de João ou de Marcolina.

¹⁴⁰ AASM, **Registro de batismo de João**. São Vicente, a. 1882, liv. 2, ff. 71v., n.º 136.

¹⁴¹ Em nossa dissertação de Mestrado (UBERTI, 2011) apuramos que a primogênita dos Alves da Conceição uniu-se em matrimônio em 10 de outubro de 1868 junto à capela de São Vicente Ferrer com Randolpho José da Silva Pereira e o consórcio representou a sedimentação de vínculos de vizinhança, haja vista que a estância de São Rafael, estabelecimento produtivo pertencente à família dos Silva Pereira ficava nas imediações da propriedade onde os Alves da Conceição residiam no rincão de São Vicente. Permaneceram casados até o ano de 1907, quando ocorreu o falecimento dela aos 56 anos de idade, sendo que do referido consórcio nasceram pelo menos quinze filhos (ver genealogia 4).

¹⁴² AASM, **Registro de batismo de Francisco**. São Vicente, a. 1885, liv. 3, ff. 27v., n.º 60.

João Alves Machado se revelaria um padrinho muito solicitado. Encontramos, para o recorte temporal e para o local em estudo, 34 assentos nos quais seu nome foi citado nesta condição, sendo o que mais chamou nossa atenção nas cerimônias, foram os nomes das madrinhas que o acompanharam: quando não fez par com sua mãe Mariana, o que se deu em oito ocasiões, a tarefa de mãe espiritual foi assumida por uma de suas irmãs, principalmente Maria, que o acompanhou em onze oportunidades. Fato instigante foi ter encontrado João e Marcolina fazendo par em apenas uma cerimônia¹⁴³. Contudo, de forma alguma estamos sugerindo um afastamento, pois estando certa a data apontada por Bressan (2011), de que os dois teriam se amasiado por volta de 1880, essa união teria perdurado até 1936, ano em que ela veio a falecer. O que nos faz propugnar que projetos em comum foram desenvolvidos ao longo de uma união estável que durou mais de cinco décadas.

Também conseguimos observar a participação de João Alves Machado, mesmo não tendo seu nome mencionado nos registros como pai, nas cerimônias de batizado de seus filhos Maria, André, Laudelino e Isaltino¹⁴⁴. Uma vez que seu nome foi registrado como padrinho em outros assentos realizados no mesmo local e dia¹⁴⁵. A participação, mesmo que indireta, do pai de crianças naturais nas cerimônias de batismo de seus filhos é uma situação deveras complexa de ser apurada.

No caso de São Vicente, conforme consta na tabela 1, temos 3.599 registros de *filhos naturais*, destes, em apenas 112 registros aparece o nome do pai. Entre eles estava Horacio, uma das dezessete crianças naturais que João Alves Machado apadrinhou. O menino era filho da paraguaia Francisca Dolores Caballero com o Capitão João Antônio de Oliveira¹⁴⁶. Segundo Bressan (2011), “Chica Caballero” teria vindo para o Brasil após o término da guerra com o Paraguai, acompanhando o Capitão com o qual passou a viver de forma consensual. A união teria resultado no nascimento de pelo menos mais

¹⁴³ Quando por ocasião do batizado da sobrinha Maria, filha natural de Francisco de Oliveira Campos e Ignacia Feliciano. Cabe dizer que Marcolina não se revelaria uma madrinha muito assídua, pois além desse registro encontramos seu nome em apenas mais duas ocasiões.

AASM, **Registro de batismo de Maria**. São Vicente, a. 1879, liv. 1, ff. 52r, n.º 126.

¹⁴⁴ AASM, **Registro de batismo de Maria**. São Vicente, a. 1888, liv. 3, ff. 80r, n.º 160.

AASM, **Registro de batismo de André**. São Vicente, a. 1896, liv. 4, ff. 100v., n.º 100.

AASM, **Registro de batismo de Laudelino**. São Vicente, a. 1896, liv. 5, ff. 1r., n.º 112.

AASM, **Registro de batismo de Isaltino**. São Vicente, a. 1896, liv. 5, ff. 1r., n.º 114.

¹⁴⁵ AASM, **Registro de batismo de João**. São Vicente, a. 1888, liv. 3, ff. 80r., n.º 161.

AASM, **Registro de batismo de Rosalina**. São Vicente, a. 1896, liv. 4, ff. 100v., n.º 102.

AASM, **Registro de batismo de João**. São Vicente, a. 1896, liv. 4, ff. 100v., n.º 107.

¹⁴⁶ AASM, **Registro de batismo de Hortêncio**. São Vicente, a. 1878, liv. 1, ff. 48r., n.º 92.

duas filhas, além de Horácio¹⁴⁷. O interessante nos assentos dos filhos de Francisca foi que nos três assentos o nome do Capitão se fez presente, possivelmente a reputação comunitária do pai fez com que o padre o registrasse, diminuindo o prejuízo simbólico da ilegitimidade.

2.4 A hierarquia dos lugares

Entre as possibilidades apresentadas por João Fragoso para a abordagem microsocial, a partir dos assentos paroquiais, está a de “recuperar o cenário em que se desenrola o processo geracional da ação social” (2010, p. 76), uma vez que “tais fontes capturam as opções feitas pelos indivíduos, ou por quase todos que integravam a população, em momentos decisivos de suas vidas: nascimento, casamento e óbito” (Idem, p. 100-101). Desta forma, percebeu-se também a possibilidade de olhar outra perspectiva inerente à prática do batismo, tendo o espaço enquanto categoria analítica. Tal análise tem o propósito de identificar o lugar em que o assento foi produzido, pois entendemos que essa informação, aparentemente simples, pode nos revelar o que denominamos como hierarquia dos lugares. Onde alguns locais e seus proprietários eram dignos de serem nominados nos livros de batismos, enquanto que para outros se usava termos genéricos para informar o lugar no qual o batizado havia ocorrido.

A hierarquia dos lugares também será verificada na sua dimensão simbólica através do comportamento de alguns indivíduos que, mesmo morando fora do povoado, faziam questão de batizar preferencialmente no interior do templo. Além disso, a análise em qual lugar os registros foram produzidos nos servirá também ao propósito de examinar o impacto, após o estabelecimento da paróquia, que a presença mais próxima do padre teve nos registros. Analisaremos ainda o grau de interferência de fatores externos nos assentos, entre outros, da política ultramontana nas últimas décadas do século XIX. A fim de nos auxiliar no encaminhamento de algumas respostas para essas questões elaboramos a tabela¹⁴⁸ que segue.

¹⁴⁷ AASM, **Registro de batismo de Olícia**. São Vicente, a. 1878, liv. 1, ff. 47v., n.º 90.

AASM, **Registro de batismo de Manoela**. São Vicente, a. 1902, liv. 5, ff. 61r., n.º 86.

¹⁴⁸ Diferentemente da tabela 1, onde agrupamos a maior parte dos registros em décadas, na tabela 3 buscamos demonstrar os registros anualmente, exceto na segunda linha onde tivemos que agrupar os registros que foram feitos entre 1855 e 1857. Recorremos a esse recurso diante da inexistência, no livro 5b de São Gabriel, das datas para 69 registros. Douglas Cole Libby e Frank Zephyr ao estudarem os registros vitais em São José do Rio das Mortes em Minas Gerais, no período de 1780-1810, perceberam que “a cronologia (e ‘geografia’) errática dos assentos fortemente sugere que, não raras vezes, os eventos sacramentais eram efetivamente anotados até mesmo vários anos depois de realizados. É

Tabela 6: Locais onde ocorreram os batizados na comunidade de São Vicente entre 1854-1912

Período	Capela/matriz	Freguesia	Total
1854	33	00	33
1855-1857	33	36	69
1858	83	61	144
1861	131	10	141
1862	116	72	188
1863	39	14	53
1864	126	33	159
1865	88	16	104
1866	106	62	168
1867	97	26	123
1868	111	00	111
1869	31	40	71
1870	173	17	190
1871	80	30	110
1872	170	27	197
1873	150	43	193
1874	102	85	187
1875	83	73	156
1876	54	30	84
1877	127	08	135
1878	99	124	223
1879	171	27	198
1880	119	76	195
1881	69	164	233
1882	153	10	163
1883	125	12	137
1884	184	35	219
1885	150	00	150
1886	155	00	155
1887	158	00	158
1888	174	23	197
1889	72	00	72
1890	158	44	202
1891	131	00	131
1892	116	08	124
1893	114	00	114
1894	94	180	274
1895	47	449	496
1896	103	216	319
1897	112	44	156
1898	54	108	162
1899	86	100	186
1900	68	31	99
1901	70	25	95
1902	45	102	147
1903	61	11	72
1904	60	114	174
1905	74	138	212
1906	45	88	133
1907	97	175	272
1908	113	101	214
1909	85	81	166
1910	102	72	174
1911	113	20	133
1912	50	1	51
Total	5.560	3.262	8.822
	63,02%	36,98%	100%

Fonte: AMDB, **Livros de batismo da paróquia de São Gabriel**. São Gabriel, freguesia de São Vicente, a. 1854-1876, liv. 4b, 5b, 6b, 7b, 8b, 9b, 10a, 11b e 12b.

AASM, **Livros de batismo da paróquia de São Vicente**. São Vicente, a. 1876-1912, liv. 1, 2, 3, 4, 5 e 6.

razoável supor que os clérigos e outros assistentes das capelas mais distantes tenham feito anotações que, mais tarde, serviriam para elaborar o registro do assento. Tais práticas teriam sido sujeitas à omissão – involuntária, inconsciente ou deliberada – de certas informações” (2009, p. 392).

Foi possível apurar o local dos batizados para 8.822 assentos, destes, 5.560 (63,02%) foram realizados junto a pia batismal da capela/igreja e 3.262 (36,98%) foram produzidos junto à freguesia, o que nos revela uma preferência dos pais em batizar sua prole junto ao templo. Panorama muito diferente do que foi encontrado por Sara Cortez (2008) na região do Crato, província do Ceará, entre 1850 a 1884, onde 66,9% dos batizados receberam o primeiro dos sacramentos em sítios localizados na zona rural da paróquia.

Na busca de uma explicação do ato de privilegiar o espaço do templo, cogitamos que na fase inicial (1854-1875), a capela fosse um ponto de encontro mais fácil para reunir as pessoas, tendo em vista que conforme sugerem as datas dos registros o padre se deslocava até a freguesia, em média, três vezes ao ano. Não havia propriamente uma regra de quando iria ocorrer a visita, entretanto foi possível constatar que a primeira tendia a ser feita nos dois primeiros meses do ano, a segunda entre maio e julho e a terceira entre o final do mês de outubro e o princípio de dezembro.

O mesmo vale para o tempo de permanência junto à capela. Os registros mostram que algumas visitas foram breves, durando no máximo dois dias, enquanto outras se prolongaram por mais de um mês. Quando o padre ficava mais tempo foi possível observar que intercalava batizados na capela e nas redondezas. Como foi percebido para fevereiro de 1866, num intervalo de 17 dias realizou 40 batizados, sendo inicialmente dez na capela, seguidos de outros 16 na freguesia e no seu retorno ao templo efetuou mais 14. Entre as razões apontadas por Claudia Fonseca e Jurema Brites (2003) para esses deslocamentos de párocos e coadjutores pelo interior das paróquias no Rio Grande do Sul, estavam às longas distâncias para se batizar na matriz, o que era desaconselhado para mães que deveriam respeitar o tempo de resguardo e principalmente para “nenês franzinos”. Ao mesmo tempo, é lícito supor que essas saídas possibilitariam que a notícia de que o padre estava na localidade pudesse se espalhar, dando tempo para que outros pudessem se dirigir a vila levando os neófitos para serem batizados.

Mas cogitasse também que esse privilégio dos batizados intramuros passou por questões ligadas a distinção social. Renato Pinto Venâncio et. al. (2006) apurou, em seu estudo sobre os membros da elite econômica e política das Minas Gerais, no final do século XVIII, que “o local de ocorrência do batizado tinha um significado importante”, informando “sobre as variações do prestígio social e político” (Idem, p. 286). Procuramos por correspondência na situação verificada por Venâncio junto a uma das “melhores” famílias que se fizeram presentes nos assentos. Tratava-se da estirpe dos

Oliveira Pillar¹⁴⁹, que ocupava posições cimeiras naquela sociedade, como sugerem as relações de nomeação do subdelegado do distrito de São Vicente¹⁵⁰, livro de sorteamento de jurados¹⁵¹, documentos da câmara¹⁵², livros de notas (registros de escrituras e de procurações) e inventário *post-mortem*¹⁵³.

Os Oliveira Pillar moravam algumas léguas distante do templo, conforme pode ser averiguado nas qualificações da Guarda Nacional¹⁵⁴, todavia no momento de batizar tenderam a participar de cerimônias junto a pia batismal da capela/matriz. Ao longo do período estudado tiveram seus nomes citados em oitenta e duas cerimônias de batizados na condição de padrinhos/madrinhas, destas setenta e oito foram realizadas no interior do templo e somente em quatro delas os assentos foram feitos junto à freguesia. Em outras dezessete oportunidades apareceram na condição de pais/mães e todas elas foram realizadas dentro da igreja. Parece-nos que estamos diante de uma estratégia familiar que privilegiava os batizados intramuros, possivelmente como forma de demonstração de notabilidade social.

Entre as relações de compadrio estabelecidas destaca-se a que foi firmada entre o casal Vidal Baptista d'Oliveira Pillar Filho - Maria Francisca da Silva Pillar e João Vitorino Filho, este último um “verdadeiro especialista na arte de apadrinhar”, conforme veremos no quarto capítulo. Uma vez que encontramos seu nome na condição de padrinho em cinquenta e sete oportunidades, das quais em cinquenta e cinco ocasiões os assentos foram produzidos dentro da capela/matriz, o que nos faz pensar em outro agente histórico, que mesmo morando boa parte de sua vida fora do povoado, adotou a tática de demonstrar notoriedade social concentrando os batizados dentro do templo.

Em relação aos batizados realizados fora da capela, verificamos que até o momento do estabelecimento da paróquia, em 1876, eles eram informados através do nome do estabelecimento produtivo ou o nome da localidade. Pareceu-nos que por

¹⁴⁹ A referida estirpe também galgou projeção no processo de ocupação e formação da Vila do Divino Espírito Santo de Cruz Alta (NASCIMENTO, 2007).

¹⁵⁰ AHRS, **Matricula Policial da Comarca de Rio Pardo**. São Gabriel, Fundo: Justiça, a. 1853, m. 57, n.º 179.

¹⁵¹ MEMORIAL DO JUDICIÁRIO, **Livro n.º 1 de qualificação e sorteamento dos jurados do termo de São Gabriel**...op. cit.

MEMORIAL DO JUDICIÁRIO, **Livro n.º 2 de qualificação e sorteamento dos jurados do termo de São Gabriel**... op. cit.

¹⁵² AHRS, **Relação nominal dos vereadores, juízes de paz e imediatos eleitos para o quadriênio de 1887 a 1890**. Correspondências da Câmara de São Vicente, a. 1887.

¹⁵³ APERS, **Inventário post-mortem de Vidal Baptista de Oliveira Pillar**. São Gabriel, Cartório do Cível, a. 1880, m. 1 n.º 54, est. 108.

¹⁵⁴ AHRS, **Qualificação Guarda Nacional**. São Gabriel, a. 1873, m. 58.

Idem, a. 1886, m. 60.

AHRS, **Guarda Nacional**. São Vicente, a. 1893, m. 99

detrás desse detalhe se esconde também uma hierarquia de lugares, tendo em vista que referenciar o nome da unidade de produção era uma forma de delimitar a importância do espaço, demonstrando de forma direta o papel de destaque da família proprietária.

Isso possivelmente nos ajuda a entender o que ocorreu em 20 de novembro de 1862, quando no mesmo dia foram feitos 17 assentos batismais no interior do distrito de São Vicente. Nove batizados foram realizados na Estância da Palma, pertencente a poderosa família dos Pereira de Quadros, e nos oito assentos seguintes se fez menção apenas a localidade Lagoão¹⁵⁵. Convém destacar que a estância ficava localizada no referido lugar. Não sabemos ao certo porque toda a vizinhança não fora reunida em um único lugar, conforme percebemos para outras localidades, mas a explicação que nos ocorre está associada ao fato de que esses outros núcleos familiares não figuravam nas redes de vizinhança da estirpe que cedeu à casa de moradia para que os batizados fossem realizados. Assim, esse outro espaço utilizado para os batizados coletivos, no entendimento do vigário João Peixoto de Miranda e Veras, não era digno de registro. A fim do leitor não concluir de que isso tenha sido uma situação esporádica, informamos que esse tipo de ocorrência fora encontrada para outros locais da freguesia em outros momentos.

Ainda no que diz respeito à movimentação dos sacerdotes, mesmo com a elevação da freguesia de São Vicente a condição de paróquia, que representou para os fiéis a presença mais próxima do pároco, persistiu a prática costumeira de usar outros lugares com o propósito de ministrar batizados. Os livros de registros do período nos mostram que o vigário continuava realizando uma espécie de rodízio através dos rincões que formavam a paróquia. O que se percebeu foi a alteração na forma de informar o local, deixando de ser citada a localidade ou o estabelecimento produtivo, passando a figurar nos assentos a expressão - *casa de moradia*. Essa forma de produzir o registro persistiu até o princípio da década de 1880, quando após uma sequência de anos em que o número de batizados fora da matriz foi baixo, ou inexistente, começou a constar o genérico termo nesta freguesia.

Em relação aos registros de batismos realizados fora do templo, a tabela 6 nos mostra que em 14 períodos eles superaram os feitos no interior da capela/matriz. Essa situação foi mais marcante para o período de 1894-1896, quando foram produzidos 845 registros que fizeram menção a freguesia. Esse número é expressivo, pois representa

¹⁵⁵ AJC, **Ação de demarcação e divisão da fazenda da Palma**. São Vicente, a. 1897, cx. 344, n.º 70.

25,90% do total de registros extramuros feitos ao longo de todo o período estudado. Possivelmente estamos diante de uma demanda reprimida, uma vez que entre 1882 a 1893, conforme se pode observar na tabela anterior, o número de batizados junto à freguesia foi pouco expressivo.

Ainda no que tange ao lugar em que as atas batismais foram feitas, chamamos atenção para o fato de que em oito momentos (1854, 1868, 1885, 1886, 1887, 1889, 1891 e 1893) nenhum registro foi elaborado fora da igreja. Para 1854 certamente essa situação decorreu do pequeno número de assentos feitos naquele ano. Para 1868 não sabemos ao certo porque não foram feitos registros na freguesia. Já para o ano de 1893 acreditamos que o estado de convalescença do vigário Boaventura Garcia¹⁵⁶ deve ter pesado significativamente. Para os demais anos não sabemos precisar ao certo quais as razões que contribuíram para essa situação, mas a proximidade deles nos leva mais uma vez a recorrer a elucubrações. A hipótese que nos parece mais plausível é uma possível interferência do processo de Romanização¹⁵⁷.

Em 1886, o principal representante da Santa Sé junto ao governo imperial, Internúncio de Otranto, dirigiu uma circular aos bispos brasileiros condenando o “abuso de celebrar a santa missa em casas particulares, nos oratórios de família. Irregularidade que seria punida com suspensão *ad celebratione Missae*” (FREYRE, 1977, p. 123). Entretanto, a normativa despertou reações em várias regiões do Brasil, tanto da parte de leigos, como de clérigos, evidenciando “uma carga de contradições e disputas centradas num velho problema que atingia a Igreja Católica, a diferença entre a ‘religião do povo’ e a ‘religião dos padres’” (SCOTT, 1999, p. 84). A crítica mais veemente foi desferida por Antônio Maria Correia de Sá e Benevides, bispo da diocese de Mariana, província das Minas Gerais, que assim se referiu a respeito da determinação religiosa: “existem freguesias com vinte, trinta e até cinqüenta léguas de uma a outra extremidade. De

¹⁵⁶ O testamento do pároco Boaventura Garcia foi elaborado em 1893, quando por ocasião de uma grave enfermidade que o acometeu. Contudo o religioso se recuperou e só veio a falecer em 1912 quando suas vontades foram manifestadas em seu inventário post-mortem.

AJC, **Inventário post-mortem de Boaventura Garcia...**, op. cit., ff. 04r e v.

¹⁵⁷ O processo de Romanização, também denominado de movimento Ultramontano ou Restauração Católica, originou-se a partir das decisões do Concílio Vaticano I (1869-1870) que estabeleceu o fortalecimento da autoridade do sumo pontífice, resultando, inclusive, na definição da infalibilidade papal. Em linhas gerais, o movimento buscava tornar mais efetivo o enquadramento disciplinar do clero e das ordens religiosas. Paralelamente estabeleceu-se um controle mais efetivo sobre os fiéis tendendo a concentrar nas mãos das autoridades religiosas aspectos do culto, do rito e da espiritualidade. No caso específico das dioceses brasileiras, o embate girou em torno das práticas ligadas ao catolicismo popular, as interferências por parte do trono imperial motivadas pelo princípio do padroado e os atritos com as irmandades religiosas. Sobre o processo de Romanização ver, entre outros: Beozzo (1993), Rambo (1998), Possamai (2005), Tavares (2007), Biasoli (2010) e Santirochi (2010).

modo que a maior parte da gente não podia ir a matriz ou à igreja para comungar, não uma vez no ano, mas uma vez na vida” (FREYRE, 1977, p. 124). O mal estar fora tamanho que no ano seguinte o Internúncio de Otranto foi destituído do cargo e um dos primeiros atos de seu sucessor foi declarar nula a instrução religiosa.

No que toca aos reflexos da Restauração Católica no Rio Grande do Sul o grande expoente foi o bispo Dom Sebastião Dias Laranjeira. Entre 1861 a 1888 assumiu a condição de líder espiritual da Igreja Católica na província, colocando em prática uma série de postulados ligados ao Ultramontanismo junto às dioceses que estavam sob seu controle (TAVARES, 2007). O pároco de São Vicente não ficou alheio a este movimento, uma vez que localizamos junto aos livros listados em seu testamento, incluso em seu inventário *post-mortem*¹⁵⁸, duas obras de atas e decretos do Concílio. Diante do exposto, é grande a possibilidade de que o pequeno número de batizados realizados fora da matriz no período entre 1882 a 1893 tenha passado por esse novo modelo de igreja, que no nível da paróquia conferia um papel privilegiado a figura do padre e atribuía ao espaço físico da igreja caráter central nos serviços da fé¹⁵⁹.

Ainda tratando das questões atinentes ao espaço das cerimônias, estabelecemos a relação entre o local citado nos assentos e a natureza de filiação. Foi possível verificar a relação entre essas duas variáveis para 8.778 assentos. Na tentativa de observar se havia alguma tendência da condição do batizando influenciar no lugar em que a cerimônia era realizada elaboramos a tabela que segue.

Tabela 7: A condição de nascimento e o local do batizado (1854-1912)

	Capela/Matriz		Freguesia		Total
Adotivo	02	100%	00	00%	02
Adulterino	02	100%	00	00%	02
Contrato Civil	474	54,99%	388	45,01%	862
Expostos	15	68,19%	7	31,81%	22
Legítimos	2.859	65,99%	1.473	34,01%	4.332
Naturais	2.147	60,41 %	1.407	40,59%	3.554
Pais incógnitos	03	75%	01	25%	04

Fonte: AMDB, **Livros de batismo da paróquia de São Gabriel**. São Gabriel, freguesia de São Vicente, a. 1854-1876, liv. 4b, 5b, 6b, 7b, 8b, 9b, 10a, 11b e 12b.

AASM, **Livros de batismo da paróquia de São Vicente**. São Vicente, a. 1876-1912, liv. 1, 2, 3, 4, 5 e 6.

¹⁵⁸ AJC, **Inventário post-mortem de Boaventura Garcia...** op. cit.

¹⁵⁹ Outro impacto que o processo de Restauração Católica teria gerado na sociedade brasileira foi o aumento da ilegitimidade na segunda metade do século XIX (FARIA, 1998). No entendimento de Silvia Brügger o processo de Romanização fez com que a hierarquia da Igreja Católica se tornasse “*mais ciosa do cumprimento das determinações tridentinas, o que pode ter se refletido num maior rigor burocrático para a tramitação dos processos matrimoniais*” (2007, p. 78).

O que fica patente nos dados acima é que independente na condição de nascimento do batizando a maior parte dos neófitos foi batizada dentro do templo, seguindo a tendência expressada na tabela 6, que mostrou uma preferência pelas cerimônias realizadas junto à imagem do padroeiro. Os percentuais entre os dois grupos que apresentaram o maior número de batizados, legítimos e naturais, ficaram muito próximos o que nos leva a concluir que não havia propriamente uma hierarquia dos lugares quando o assunto era o estatuto de filiação.

2.5 “Além da pia”: o oratório

Os Alves da Conceição se revelaram um núcleo familiar muito solicitado na tarefa do apadrinhamento junto à freguesia de São Vicente Ferrer. Acreditamos que em muito contribuiu para os 96 batizados nos quais eles tiveram seus nomes citados, na condição de padrinhos, o fato de manterem junto à casa de moradia um oratório particular. A nosso ver o oratório se constituiu num investimento familiar no espiritual com repercussões no social, um símbolo de distinção. A presença de oratórios, enquanto símbolo de *status* e distinção social constitui-se num ardil utilizado pela elite política de São Sebastião do Caí (MARTINY, 2010), assim como pelos charqueadores de Pelotas que ocupavam as camadas superiores daquela sociedade (VARGAS, 2013a). No caso ora estudado se tratava de uma família de remediados que se valeu do oratório para estreitar laços com a vizinhança através da prática do compadrio. No que diz respeito à notoriedade, conforme veremos no quarto capítulo, a estratégia de manutenção do oratório contribuiu para que a família tivesse quatro de seus membros entre os padrinhos preferenciais da freguesia de São Vicente.

Segundo Gilberto Freyre os oratórios adquiriam a condição de “remédio e meio de conservar a fé e piedade no povo simples e religioso dos nossos interiores que aí ouvem missa e confessam-se em grande número” (1977, p. 148). Esses locais de reza eram um importante mecanismo para suprir a falta de capelas e principalmente as distâncias geográficas que existiam entre elas e os fiéis. A manutenção desses espaços de fé, onde além das orações serviam também como ambientes em que se administrava os sacramentos, poderia gerar para seus proprietários ônus e bônus. As despesas ficavam por conta da hospedagem e da alimentação de dezenas de pessoas por alguns dias seguidos. Os ganhos vinham de forma indireta, pois uma das formas de retribuir a gentileza da hospitalidade era estreitando os laços através do compadrio, o que conferia

a seus proprietários uma oportunidade privilegiada para a afirmação do mandonismo e o exercício do reconhecimento social.

A título de exemplificação, entre os anos de 1878 e 1881, o vigário Boaventura Garcia passou três vezes pela casa de moradia dos Alves da Conceição. Permaneceu três dias na primeira ocasião e dois dias na segunda e na terceira oportunidade, sendo que ao todo foram realizadas noventa e oito cerimônias¹⁶⁰. Os batizados que aproveitavam a figura do padre itinerante¹⁶¹ renderam ao núcleo familiar trinta e cinco relações nas quais eles foram convidados a serem partícipes do cerimonial.

Foi junto ao oratório que ocorreu o batizado de Quirino¹⁶², conforme já dito um dos filhos de Zeferino e Mariana, que teve como madrinha Nossa Senhora da Conceição e na condição de padrinho Boaventura Garcia, que representou por procuração Antonio Alves Fagundes. O nome de Antonio não apareceu em nenhum outro registro batismal, possivelmente tratava-se de alguém que residia fora da freguesia. Talvez o fato de o padrinho residir a certa distância, tenha contribuído para que Quirino fosse batizado quando contava com 15 anos. Esse foi o único momento em que os Alves da Conceição recorreram a essa modalidade de batizado, sugerindo-nos estratégias de estabelecimento e/ou confirmação de redes de curto alcance, de tal modo que eram escolhidos para servirem como padrinhos/madrinhas pessoas que moravam nos arredores.

Batizados por procuração não foram algo muito corrente entre os registros analisados, encontramos apenas 76 casos em que essa possibilidade de apadrinhamento fora utilizada. Entre os aspectos que chamam atenção destaca-se o baixo número de crianças ilegítimas, apenas dez, o que nos faz inferir que por se tratar de um padrinho “distante” a presença mais próxima da figura paterna era importante. Em todos os casos de batismo por procuração o nome do padrinho fora citado, ao passo que em 23 assentos do total de 76 não se fez referência ao nome da madrinha.

Alguns reafirmaram vínculos familiares, tal como pode ser visto no batizado de Maria Dolores¹⁶³, que teve como padrinho seu avô paterno, Boaventura Ruiz Sanches, que vivia no Reino da Espanha, e na condição de madrinha sua avó materna Francisca Prates da Silveira Fagundes, que era moradora na freguesia de São Vicente. Outros

¹⁶⁰ AASM, *liv. 1, ff. 46 v. - 53 v. n.º 82 a 135 e liv. 2, ff. 08v. - 11r., n.º 138 a 151, ff. 33r. - 37r., n.º 107 a 136.*

¹⁶¹ No caso de Boaventura Garcia o religioso será tratado, no último capítulo desta tese, como um andarilho da religiosidade que muito além de rezar missas e ministrar os sacramentos aproveitou esses momentos para estabelecer laços e paralelamente realizar negócios que lhe possibilitaram amealhar um patrimônio considerável.

¹⁶² AASM, **Registro de batismo de Quirino**. São Vicente, a. 1878, *liv. 1, ff. 47 r., n.º 85.*

¹⁶³ AASM, **Registro de batismo de Maria Dolores**. São Vicente, a. 1881, *liv. 2, ff. 20 r., n.º 17.*

estenderam o círculo de compadrio a indivíduos que desenvolviam a mesma atividade, tal como foi percebido na escolha dos pais espirituais dos filhos do Major Jose Fernandes Junior e sua esposa Cristina Alves Jardim, maiores informações sobre eles serão apresentadas no próximo capítulo, que em três ocasiões se valeram de instrumentos de procuração para batizar sua prole tendo como padrinhos indivíduos que ostentavam patentes militares.

Em relação à madrinha santa de Quirino, ao longo do período estudado encontramos 41 registros nos quais os neófitos foram consagrados a entidades espirituais. Números bem mais modestos dos apurados por Uerisleda Alencar Moreira (2014) para a paróquia de Santo Antônio de Caravelas, Província da Bahia, entre 1840 a 1860, onde a pesquisadora averiguou que 27,41% dos batizados contaram com padrinhos ou madrinhas celestiais. Em nosso estudo encontramos apenas dois registros em que se fez menção a figura de padrinhos espirituais, uma invocação ao Divino Espírito Santo e outra a São Vicente Ferrer, os demais casos se referiram a Virgem Santíssima, diferente de Moreira (Idem) que encontrou referências a outras santas fora do culto mariano.

Nos registros de São Vicente Ferrer, quando citada a expressão a “coroa de Nossa Senhora que toca o(a) inocente” a preferida, com 27 casos, foi Nossa Senhora da Conceição¹⁶⁴. Donald Ramos asseverou que esse predomínio das figuras femininas, na condição de protetores espirituais, ocorria em virtude “que o sagrado é introduzido através das madrinhas e não através dos padrinhos, pois esses tinham um papel muito importante na sociedade, talvez tão relevante que o cargo não poderia ser preenchido por um santo” (2004, p. 66).

Luiz Mott (1997) destacou que o culto a referida santa vinha desde a época “do império português”, do qual ela fora consagrada padroeira em 1646. Entre as razões para tê-la como madrinha estava o fato que a “Conceição era uma espécie de deusa brasileira da fecundidade, que presidia simbolicamente o nascimento e a morte das crianças” (REIS, 1991, p. 120). Donald Ramos (2004) desataca que a Conceição era muito invocada tanto por parturientes quanto por parteiras. Segundo Renato Pinto Venâncio (1986) havia uma espécie de pacto tácito feito por muitas mulheres que em troca de um bom parto consagravam o filho a Nossa Senhora. A devoção à Virgem também era vista como “garantia de proteção contra as pestes, como era também a

¹⁶⁴ Além da Imaculada, os devotos confiaram a condição de “guardiã espiritual” a Nossa Senhora das Dores, do Rosário e do Socorro.

responsável pela conduta virtuosa de antigos pecadores” (MARTINS, 2000, p. 11). Ainda no campo das representações é importante observar a ideia da concepção sem pecado que havia se manifestado mediante a pureza da mãe de Jesus que foi concebida por obra e graça do espírito santo.

Rodrigo Weimer (2013) destacou a relação entre a devoção religiosa, a Conceição e a utilização do tecnonímico, isto é, alguns agregaram a terminologia a seus nomes tornando-se sobrenome familiar. Cabe aqui frisar que a família em destaque nesta parte do trabalho já trazia o nome da santa incorporado em seu sobrenome. Especula-se que a não agregação do sobrenome do esposo por parte de Mariana talvez fosse uma homenagem a santa de devoção que ela já trazia expressa junto a seu nome. Weimer (Idem) observou também que a Conceição foi uma madrinha muito presente nos registros de batismo, principalmente entre escravos e seus descendentes na localidade de Morro Alto no estado do Rio Grande do Sul. Em relação ao amadrinhamento de cativos em São Vicente encontramos apenas três casos de crianças cativas, outras 17 juridicamente foram citadas como livres e nos sete registros restantes a condição não foi informada.

Paulo Moreira ressaltou que “por não ser deste mundo, não deve nos fazer pensar que não tinha influência no cotidiano mundano. Ter Nossa Senhora por Madrinha também angariava parentescos simbólicos, afinidades, aliados” (2010, p. 133). Ou seja, as relações simbólicas tecidas junto a pia batismal deveriam dialogar com a intercessão da Imaculada no transcurso da vida secular de seus afilhados. Nesse sentido, Quirino Alves Machado batizou junto ao oratório de sua família Geralda¹⁶⁵, filha natural de Maria Antonia, que teve também Nossa Senhora da Conceição como “guardiã espiritual”. Em relação ao estatuto dos neófitos amadrinhados pela Imaculada Conceição, dos 27 casos, 14 eram filhos legítimos, 12 naturais e uma criança que havia sido exposta.

2.6 Assumindo outros papéis: Viúva e Dona

No princípio de 1886, Zeferino Alves Machado faleceu. As últimas informações que conseguimos dele foram obtidas junto aos documentos da Câmara de São Vicente, nos quais consta que três anos antes havia sido contratado para prestar serviços junto à

¹⁶⁵ AASM, **Registro de batismo de Geralda**. São Vicente, a. 1880, liv. 2, ff. 09v., n.º 143.

picada de São Xavier. Espaço de suma importância para a economia do município, por se tratar de via de comunicação para a fronteira por onde passava o gado *vacum* de corte e as carretas que transportavam gêneros alimentícios e madeira serrada. Pela mesma estrada também trafegavam as carretas rumo a Vila do Divino Espírito Santo de Cruz Alta e ao distrito da Palmeira, situadas na porção norte da província, lugar em que se desenvolvia o “*commercio dos hervaes*”¹⁶⁶. Pela realização do serviço, o lavrador recebeu dois contos de réis, o primeiro deles adiantado e o outro deveria ter recebido ao final da empreitada. Porém, no ato do acerto final o mesmo foi citado como morto e o pagamento acabou sendo realizado a sua esposa Mariana Leite da Conceição¹⁶⁷. Pela qualidade do serviço realizado e também por uma solicitação feita pela viúva diretamente aos camaristas, seu filho João Alves Machado foi confirmado na condição de zelador da picada¹⁶⁸.

Seu inventário *post-mortem*, deduzidas as dívidas e despesas inerentes aos custos da partilha, chegou ao montante de 29:674\$000 réis (algo em torno de £ 3.115,77). Mesmo que não tenhamos seriado os inventários que encontramos junto ao AJC e APERS, o que teria nos possibilitado estabelecer faixas de fortuna, entendemos que por si só já lançariam as bases para outro trabalho, acreditamos que o valor pode ser inserido dentro da categoria de patrimônio mediano. Tal proposição foi pensada a partir das faixas de fortuna estabelecidas por Glaucia Külzer (2009) em seu estudo, que abarcou o período de 1858-1889, sobre o município vizinho de Santa Maria. Esta última a partir da análise de 253 inventários *post-mortem* inseriu aqueles patrimônios situados entre 2.001 e 5.000 libras esterlinas na condição de remediados.

Os bens de Zeferino foram divididos entre sua esposa, cinco filhos e três netos (Alvaro, Acácio e Mariana) que haviam ficado do casamento de Rita Alves da Conceição, aquela altura também já falecida, e de João Antonio d’ Oliveira, filho do já citado Capitão João Antônio de Oliveira (ver genealogia 5). Entre os bens mais valiosos que constaram na primeira avaliação destacam-se três escravas crioulas, seis propriedades, sem especificação em termos da quantidade de hectares, três delas

¹⁶⁶ AHRS, **Relatório de informações topográficas e históricas dos municípios do Brasil**. Correspondências da Câmara de São Vicente. São Vicente, a. 1886.

¹⁶⁷ AHRS, **Contrato entre a Câmara da Vila de São Vicente e Zeferino Alves Machado**. São Vicente, 02 de março de 1887.

¹⁶⁸ AHRS, **Relatório da Câmara da Vila de São Vicente à Assembleia Legislativa Provincial**. São Vicente, a. 1887, ff. 17.

oriundas de direitos de herança e as demais conseguidas por meio de compra, sendo que junto a uma delas foi mencionado um galpão no qual estava uma atafona¹⁶⁹.

A partilha dos bens do falecido Zeferino não foi das mais pacíficas, os conflitos foram motivados principalmente pelos valores atribuídos a alguns bens sobre valorizados (terras) ou supervalorizados (escravas). Logo após os avaliadores terem concluído seu trabalho, o curador-*ad-litem* Antonio de Vasconcelos não concordou com a avaliação das escravas, pois 1:725\$000 réis (cerca de £ 181, 12) era um valor demasiado, que “prejudicava os interesses de seus curatelados”¹⁷⁰. O protesto do advogado surtiu efeito e os avaliadores refizeram os cálculos reavaliando as três *peças* pela importância de 120\$000 réis (cerca de £ 12,60). Não obstante, os embates familiares não cessaram e em março de 1888, quando o auto de partilha já estava pronto, o genro João Antonio d’Oliveira contestou o rateio que havia sido feito.

Entre as queixas apresentadas era de que uma das propriedades, que os avaliadores estimaram em 500\$000 réis (cerca de £ 43,95), cerca de seis anos antes, quando por ocasião da morte de Joaquina Fagundes Bittencourt (mãe de Zeferino), fora avaliada por 5:000\$000 de réis (cerca de £ 485). Portanto, no entendimento do genro queixoso, era “*claro e notório*” o ato ilícito que havia prejudicado demasiadamente os herdeiros órfãos, o que levou a pedir a nulidade do inventário¹⁷¹. Diante da contestação foram nomeados outros indivíduos que ratificaram o valor que havia sido estabelecido pelo primeiro grupo de avaliadores¹⁷². Porém, quando a querela foi resolvida, já corria o mês de agosto e legalmente a escravidão já havia findado. Resultado, os avaliadores tiveram que proceder a outra avaliação, deixando de fora Maria Ambrosina, Benedicta e Emilia, que legalmente já eram mulheres livres.

Em relação à trajetória da viúva¹⁷³ Mariana, conseguimos averiguar que a princípio não se desfez de sua meação no que concerne as terras, pois não localizamos nenhuma escritura pública em que foi mencionada na condição de vendedora. Ainda sobre a documentação cartorial, obtivemos o registro de uma procuração feita em

¹⁶⁹ Helen Osório (1999) relatou que esses estabelecimentos onde se fabricava a farinha eram compostos principalmente pela roda de ralar a mandioca, a prensa e o forno de cobre onde a farinha era torrada. Luís Farinatti (1999) em seu estudo sobre os lavradores nacionais presentes na Serra de São Martinho destacou que “a instalação de um desses engenhos significava a possibilidade de produzir em maior escala, com vistas mais voltadas à comercialização [...] porque a farinha de mandioca encontrava-se mais difundida na alimentação local e regional além de apresentar grande tempo de conservação” (Idem, p. 166).

¹⁷⁰ APERS, **Inventário post-mortem de Zeferino Alves Machado....** op. cit. ff. 52v.

¹⁷¹ Idem, ff. 64v. - 65 r..

¹⁷² Ibidem, ff. 69r.

¹⁷³ Sobre a atuação de viúvas ver, entre outros: Chequer (2002), Samara (2003), Uberti (2010), Habner (2013) e Selister (2014).

outubro de 1891, na casa de moradia do genro Randolpho, delegando plenos poderes a Achilles Brandão, para que procedesse requerimento junto ao Governo do Estado com o intuito de legitimar uma área de matos que havia sido medida junto a Serra de São Xavier¹⁷⁴. A partir da procuração descobrimos que era analfabeta, uma vez que por não saber ler nem escrever o fez a rogo seu filho João Alves Machado.

Particularmente o que mais nos chamou atenção foi a utilização do termo Dona¹⁷⁵ antecedendo ao seu prenome. Aquela foi a primeira oportunidade, pelo menos que tivemos acesso, que essa expressão foi associada a ela, “título reservado a poucas mulheres”, que trazia em seu bojo distinção e notoriedade social (VENÂNCIO et al, 2006). Estamos cientes de que o termo de tratamento na segunda metade do século XIX já não tinha o mesmo peso do período colonial¹⁷⁶, porém acreditamos que ainda trazia em seu bojo nuances de distinção social. A partir daquele momento o termo também a acompanharia nos registros de batismo. A expressão Dona se fez presente nos registros de São Vicente de forma sistemática até o princípio da década de 1890, depois lentamente tendeu a desaparecer. Com advento do novo século as Donas sumiram dos registros. No que concerne essa distinção ela foi apurada nos assentos da seguinte forma:

Quadro 3: Presença do qualificativo Dona nos registros de São Vicente

	Avó materna	Avó paterna	Madrinha	Mãe
Número de registros em que o qualificativo apareceu	78	62	580	144
Número de Donas excluídos os nomes repetidos	56	48	285	106

Fonte: AMDB, **Livros de batismo da paróquia de São Gabriel**. São Gabriel, freguesia de São Vicente, a. 1854-1876, liv. 4b, 5b, 6b, 7b, 8b, 9b, 10a, 11b e 12b.

AASM, **Livros de batismo da paróquia de São Vicente**. São Vicente, a. 1876-1894, liv. 1, 2, 3, 4, 5 e 6.

A maior incidência do termo foi verificada quando as mulheres desempenhavam o papel de madrinha. Ao analisarmos as madrinhas mencionadas como *Donas*, observamos que dos 580 casos, 411 eram de afilhados descritos como legítimos, enquanto que 169 eram ilegítimos. Os números nos sugerem que havia uma tendência das madrinhas, classificadas como *Donas*, batizarem crianças cuja natureza de filiação

¹⁷⁴ APERS, **Livros notariais de transmissões e notas**. São Vicente, a. 1891, liv. 6, ff. 51.

¹⁷⁵ O verbete *Dona*, no dicionário Moares e Silva diz que se trata de “*Título de mulher nobre, que tanto vale como senhores § Mulher idosa § Senhora nobre viúva*” (1813, p. 454).

¹⁷⁶ Para categoria Dona ver, entre outros: Silva (2002), Campos (2008), Marques (2011) e Nacif (2014).

era considerada legítima. Ao realizarmos o mesmo exercício, só que tendo como ponto de observação as mães dos batizados descritas como *Donas*, chegamos a 100%, todos eram oriundos de relações sacramentadas pela igreja. Esse dado nos parece revelador: o atributo *Dona* presente nos registros de São Vicente, quando antecedia os nomes das mães, estava diretamente relacionado à condição de legitimidade do filho batizado.

Mas em que momento da vida ocorria à incorporação dessa distinção? Verificamos que a expressão era utilizada tanto para madrinhas no estado de solteiras como na condição de casadas. Entre aquelas mulheres solteiras que foram tratadas com essa forma de distintividade, destacamos Nimpha Victorina dos Santos, uma das madrinhas preferenciais de São Vicente, com 30 afilhados. No caso dela acreditamos que a incorporação da expressão ao seu nome deve ter passado pelo prestígio da família a qual estava vinculada. Para outras, o divisor de águas foi o momento em que elas contraírem núpcias. Isso foi constatado para Joaquina Alves da Conceição e Rita Alves da Conceição, o que nos faz especular que a reputação de seus maridos deve ter contribuído para isso.

No caso de Mariana, narrado acima, o termo adveio com o estado de viuvez, talvez como indício do empoderamento desta mulher, que passou a administrar as propriedades (materiais e simbólicas) de seu defunto marido. Mas houve casos que a incorporação do termo *Dona* ocorreu quando atingiram a condição de avós. Aliás, esse foi outro espaço nos assentos no qual as *Donas* figuraram. Apesar da pequena diferença apresentada no quadro, as avós paternas tenderam a ser mais citadas do que as maternas. Inclusive algumas avós apareceram nas duas condições, só lhes foi conferida a lisonja quando da condição de avós paternas. Não temos resposta para essa situação, mas o cenário de brumas nos faz pensar nas palavras de Ginzburg “as dúvidas, as incertezas tornavam-se parte da narração; a busca da verdade tornava-se parte da exposição da verdade obtida” (2007, p. 265).

Após ter se tornado viúva, Dona Mariana compareceu a pia batismal em oito ocasiões. Deste total, em cinco oportunidades desenvolveu a prática do amadrinhamento tendo como parceiro seu filho João. A última vez que localizamos seu nome junto aos assentos batismais, foi em 1896, fazendo par com Zeferino José da Silva Pereira¹⁷⁷. Essa relação de amadrinhamento é emblemática, pois foi realizada juntamente com um dos netos que carregava o mesmo nome de seu falecido marido. Possivelmente deve ter

¹⁷⁷AASM, **Registro de batismo de Brinato**. São Vicente, a. 1896, liv. 5, ff. 1, n.º 115.

pesado a idade avançada, naquela altura por ser uma senhora sexagenária, para que deixasse de ser convidada para servir como madrinha.

O passar dos anos tendia a fazer com que a frequência de comparecimento a pia batismal na condição de padrinho e madrinha diminuísse (HAMEISTER, 2006). Além das obrigações com o afilhado, entre outras, a de que os padrinhos deveriam assumir a criação caso os pais viessem a faltar (DA VIDE, 1707), uma madrinha idosa também poderia apresentar dificuldades em manter as tessituras do comadrio, de modo especial as teias de solidariedade caracterizadas pelas partilhas que se manifestavam principalmente nos

momentos mais importantes da história da família: dos nascimentos, dos aniversários, das doenças e da morte [...] faziam seu papel ajudando nas costuras, no preparo das comidas e remédios, nos cuidados dispensados aos doentes. Muitas vezes era também a principal conselheira, aquela com quem se dividia os problemas da família nuclear e extensa [...] o comadrio estreitava laços de sangue ou ampliava o sentido de família para a vizinhança, fazendo da proximidade um compromisso régio[regido] por leis sagradas (WITTER, 2010, p. 268).

Coube a João a incumbência de cuidar e amparar sua genitora nos anos finais de sua vida e para tanto foi beneficiado com a terça na colação de bens quando ela faleceu em 1924. Dona Mariana morreu em sua casa, aos noventa anos, de morte natural, sem qualquer tipo de assistência médica. A condição de herdeiro privilegiado teria gerado “rusgas” internas dentro do núcleo familiar, uma vez que além de ter ficado com terras a mais, paralelamente teria tido o direito de escolher seu quinhão (BRESSAN, 2011). Em termos de bens legados, o montante mor atingiu a cifra de 194:190\$000 réis (cerca de £ 4.855)¹⁷⁸, sendo que o bem mais valioso foram as terras, cerca de 1.906 hectares, tanto de campos para criar quanto áreas de matos¹⁷⁹. Ao estabelecermos um rápido exercício comparativo com o inventário de seu esposo, percebeu-se que não houve acréscimo, nem diminuição nos bens que lhe foram legados, a única diferença foram os 44 hectares de terras que ela legitimou. A diferença em termos de valores se explica pela valorização substancial pela qual o preço das terras estava passando desde a segunda metade do século XIX (FOLLETO, 2003; GARCIA, 2005 e KÜLZER, 2009).

Infelizmente o inventário de Dona Mariana sofreu com a ação do tempo e quase a metade das páginas acabaram se perdendo, mas as folhas que restaram nos suscitaram

¹⁷⁸ AJC, *Inventário post-mortem de Dona Mariana Alves da Conceição*. São Vicente, a. 1925, cx. 503, n.º 215.

¹⁷⁹ TABELIONATO DE REGISTROS DE IMÓVEIS DE SÃO VICENTE DO SUL, *Livros de transcrições e transmissões*. a. 1924, liv. 3 A.

alguns pontos instigantes, entre eles, a longevidade da velha senhora que ao partir desse mundo já havia presenciado a morte das filhas Rita, Joaquina, Candida e de Quirino. Assim como já havia ocorrido o óbito dos genros Randolpho José da Silva Pereira, João Antonio d' Oliveira e Faustino Ciriaco Jardim.

Outra situação percebida nos registros batismais esteve ligada ao reforço dos vínculos familiares por meio dos arranjos matrimoniais firmados pelos netos que apareceram na condição de herdeiros, uma vez que “o casamento com a prima paralela não faz senão redobrar a relação de filiação pela relação de aliança” (BOURDIEU, 2009, p. 307). Encontramos três casais formados a partir da união entre primos de primeiro grau, entre eles José da Silva Pereira (filho de Randolpho José da Silva Pereira – Joaquina Alves da Conceição) e Mariana de Alves de Oliveira (filha de João Antonio d' Oliveira e Rita Alves da Conceição).

Em relação, a família de João Alves Machado, foi citada no Álbum Ilustrado do Partido Castilhistas (1934) como uma das 1.500 melhores famílias do Rio Grande do Sul, em lista organizada a mando de Getúlio Dornelles Vargas. A qualidade passava por questões políticas e tinha a ver diretamente com a contribuição dada quatro anos antes durante a campanha presidencial e no movimento armado que havia possibilitado o político riograndense ascender ao cargo de presidente. Naquela oportunidade, a família foi classificada como sendo “genuinamente republicana”, que desde longa data “tem amparado o Partido Castilhistas com armas e com o voto, inabaláveis em suas convicções, irmanados pelo sangue e pelas idéas” (Idem, p 260). Ademais, João fora definido como um personagem detentor de grande prestígio e respeito no meio social do município. De certo modo aquilo que seus ancestrais haviam orquestrado no sentido de busca de notoriedade social se materializou.

* * *

Inicialmente trouxemos algumas situações que envolveram a trajetória dos Alves da Conceição identificando a presença de seus nomes em diferentes fontes manuscritas. Esse exercício possibilitou apresentá-los como uma família moradora da Serra de São Xavier, local em que obtinham a sobrevivência, principalmente através da lavoura de alimentos. Labuta que somada a outras atividades agregaram renda para aquisição de outras propriedades.

Ao analisarmos as teias tecidas e/ou confirmadas a partir da prática cultural do compadrio percebemos que o casal Zeferino e Mariana estabeleceu redes de relações diádicas, pelas quais circulavam princípios transcendentais e imanentes, em que os parentes espirituais se convertiam em aliados para as demandas mundanas. Tais como as que foram estabelecidas com Cândido José da Silva Pereira que, ao ocupar o cargo de Juiz de Paz Distrital, concedeu benesses ao seu compadre Zeferino no tocante a prestação de serviços para municipalidade oportunizando ao lavrador agregar renda.

Ainda no que concernem as relações assimétricas abrimos espaço para personagens de “pequeno quilate” tais como o preto livre Antonio Eugenio, que nos possibilitou trabalhar a partir do assento de seu filho Manoel, a condição de crioulo presente em seu registro e o estatuto de nascimento, nos quais constatamos que a maior parte dos crioulos foram batizados como naturais. A tática empreendida pelo egresso do cativo, que ao “se aparentar” com pessoas que possuíam certa notoriedade, pode ter constituído num mecanismo de reforço de sua condição de liberto, assim como uma forma de ascensão social foi observada para maioria das relações de compadrio que envolveram libertos(as).

Analisamos o tramado que envolveu os Alves da Conceição e a família de agregados dos Campos de Oliveira dentro da ótica das malhas de clientela, pelas quais passaram laços de dependência e solidariedade. Além do parentesco ritual abordamos a relação consensual entre João Alves Machado e Marcolina Campos de Oliveira que nos serviu para abordarmos algumas facetas ligadas à prole ilegítima bem como um possível afastamento em virtude da união ilícita com a moça de família pobre. Afastamento que trabalhamos como algo passageiro e que teria chegado ao fim com o batizado de Francisco por parte de seus avôs, o que nos oportunizou trabalhar o reforço dos vínculos familiares através do parentesco ritual.

Tratamos ainda da hierarquia dos lugares, momento em que constatamos uma preferência por batizados feitos dentro do templo. Em relação ao local do batizado destacamos o comportamento dos Baptista d’Oliveira Pillar de privilegiar os batizados na capela/matriz enquanto uma estratégia de demonstração de notoriedade. Percebemos que as andanças feitas pelos padres à época em que São Vicente era freguesia de São Gabriel continuaram sendo feitas após a elevação a condição de paróquia. Movimentação essa que no intervalo entre 1882 a 1893 caiu consideravelmente, o que buscamos explicar a partir de uma possível interferência do processo de Romanização.

Entre os batizados realizados na freguesia focamos naqueles que foram feitos junto ao oratório particular mantido pelos Alves da Conceição junto à casa de vivendas. Espaço no qual estreitaram laços com outros núcleos familiares através do compadrio, mas que paralelamente propiciou distinção social a seus proprietários. Entre os batizados realizados no oratório analisamos o de Quirino, filho de Mariana e Zeferino que nos oportunizou discorrer sobre os baixos índices de batismo por procuração e do reduzido número de batizados que recorreram a entidades espirituais como padrinhos.

Por fim abordamos a morte de Zeferino e as rusgas que envolveram a família no momento da partilha dos bens. Destacamos que após ter assumido o estado de viuvez Mariana passou a ser tratada como Dona. Forma de tratamento citada nos registros de batismo que foi reservada para algumas mulheres que tiveram seus nomes citados na condição de avós, mães e madrinhas. Após ter incorporado essa forma de distintividade a seu nome a matriarca dos Alves da Conceição tendeu a reforçar os vínculos com o filho João que acompanhou como par na maioria dos batizados que ela realizou após ter enviuvado. Ademais, coube a João a tarefa de acompanhar sua mãe nos anos finais de sua vida e para tanto acabou assumindo a condição de herdeiro privilegiado, não só de bens materiais, mas constituiu-se no repositário do patrimônio simbólico que seus ascendentes haviam construído valendo-se das muitas faces que a prática cultural do compadrio propiciava.

Capítulo 3

SOB AS BÊNÇÃOS DA IGREJA: A “SAGRADA FAMÍLIA”

Como é que está cidadão? Isso ele não sabia. Nem tinha importância. Agora sabia quem era. Era um cidadão. Não tinha um nome, mas tinha um título: cidadão. Cidadão para ele era o começo de tudo. Ou o fim de tudo. Seus olhos se fecharam. Mas o rosto se abriu num sorriso. O último sorriso do desconhecido, o primeiro sorriso do cidadão.

Moacyr Seliar

Nesta parte do trabalho iremos discorrer sobre os Oliveira Sanches, núcleo familiar que “vivia pobremente” junto a Serra de São Xavier. Abordaremos situações que envolveram a trajetória de Honório de Oliveira Sanches. A justificativa da escolha do personagem se dá em razão de que entre os integrantes dessa família de subalternos foi o que conseguimos o maior número de informações nos documentos pesquisados.

As fontes manuscritas nos auxiliaram na análise das estratégias adotados pelo cidadão Honório que, em meados do século XIX, desenvolveu a prática costumeira do apossamento sobre duas parcelas de terras situadas junto à paisagem agrária do Vale do Jaguari. Local em que vivia de suas “agências” e constituiu família com Paulina Francisca da Conceição. O casamento será tratado dentro do processo de consolidação dos laços de vizinhança. Ao mesmo tempo a união, sacramentada dentro dos preceitos da “sagrada família”, nos servirá também para discutirmos, a partir do estatuto de filiação presente nos registros da prole dos cônjuges, os batizados daqueles que foram classificados como legítimos, os quais nos subsidiaram na observação, entre outros itens, a média de idade em que ocorriam os batizados dos rebentos. Bem como a sazonalidade deles, tanto no que diz respeito aos meses de nascimento como aos períodos do ano em que havia uma preferência maior de realização dos batizados.

Observaremos também o comportamento compadresco dos Oliveira Sanches, destacando o papel das relações de parentesco simbólico no processo de sedimentação de redes de vizinhança. Entre elas as conexões com o Major José Fernandes Junior, que possibilitaram que a família do posseiro se inserisse dentro das redes de um oficial graduado. Traremos a palco também a ratificação de vínculos com a família dos Alves da Conceição através de quatro batizados, nos quais eles foram chamados para servir na condição de pais espirituais. De modo especial o padrinho João Alves Machado que,

após a morte de Honório e Paulina, assumiu a condição de tutor, sendo-lhe delegada a tarefa de “zelar e cuidar” dos filhos menores que seus compadres haviam deixado.

3.1 “Como usualmente se tem concedido a todos os cidadãos brasileiros”: Os apossamentos no rincão de São Xavier

Em setembro de 1851, Francisco Xavier Sanches deu entrada nos papéis para que fosse realizado o inventário *post-mortem* de sua esposa Joaquina Clara de Oliveira¹⁸⁰. A mesma havia falecido três anos antes e logo nas primeiras folhas do documento constava a justificativa apresentada pelo inventariante para o atraso na realização da partilha dos bens. A demora havia sido em virtude de que dois dos nove filhos do casal haviam se “alçado de casa e cujo paradeiro não era conhecedor”¹⁸¹. Essa foi a primeira informação que apuramos de Honório de Oliveira Sanches, um dos alçados, citado naquela oportunidade com 17 anos. O outro filho cujo paradeiro o pai dizia desconhecer era José¹⁸², três anos mais novo. Além deles também foram citados no rol de herdeiros os filhos Francisca, Cândida, Luisa, Maurícia, Joaquina, Maria e Geraldo.

Entre os bens declarados pelo inventariante constavam instrumentos de carpintaria, objetos utilizados no trabalho agrícola, um pequeno rebanho de oitenta e nove reses de criar e quatro cavalares, três escravos (dois dos quais descritos como *estuporados*) e duas propriedades: uma data de matos junto a Serra de São Xavier e a outra uma chácara com casa coberta de capim, lugar em que residiam. Ao todo, os bens declarados totalizaram um montante de 1:679\$240 réis (aproximadamente £ 203,52) o que nos faz pensar numa família que até aquele momento havia obtido um pequeno

¹⁸⁰ APERS, *Inventário post-mortem de Joaquina Clara de Oliveira*. São Gabriel, a. 1851, m. 2, n.º 36, est. 107.

¹⁸¹ Idem, ff. 02

¹⁸² Sobre José de Oliveira Sanches, além dessa referência, encontramos seu nome anos mais tarde junto ao Livro do Rol dos culpados da comarca de São Gabriel. O mesmo havia sido enquadrado no artigo 201 do Código criminal do Império, por crime de ferimento produzido em Victorino Gonçalves Dias. O crime havia sido cometido em fins de julho de 1859, junto ao distrito de São Vicente. Segundo o referido artigo, a pena prevista era de prisão de um mês a um ano. Não sabemos ao certo quanto tempo esteve encarcerado, pois não conseguimos localizar seu nome entre aqueles que estavam cumprindo pena, nem em outubro de 1859, muito menos em abril de 1860. Nessas duas ocasiões os nomes dos presos foram informados pelo Delegado de Polícia que, acompanhado do Promotor, procederam à inspeção da cadeia de São Gabriel. Sobre o sistema carcerário na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul na segunda metade do século XIX ver, entre outros, Tiago da Silva Cesar (2014).

MEMORIAL DO JUDICIÁRIO, *Livro do Rol dos culpados*. São Gabriel, a. 1859, n.º 3.113, m. 101, est. 109, ff. 28r.

MEMORIAL DO JUDICIÁRIO, *Livro do Termo de vizitas a cadêa civil*. São Gabriel, a. 1859-1860, n.º 3.155, m. 104, est. 109, ff. 1 e 2.

patrimônio, mediante o desenvolvimento de atividades múltiplas. Dois anos depois, encontramos Francisco na “lista dos votantes residentes no 3º quarteirão do 3º Distrito do Termo de São Gabriel e que outrora pertensião a Villa de São Borja”¹⁸³. Naquele momento estava com 56 anos, continuava viúvo e sua categoria profissional era a de carpinteiro. Mesmo sendo qualificado como votante, entendemos que se tratava de um núcleo familiar que “vivia pobremente”. No entendimento de Jonas Vargas o viver pobremente não era sinônimo de “indivíduos completamente despossuídos de bens”, entre outros recursos em muitos casos eram senhores de “campo ou roça, animais [...] e até possuir escravos” (2013a, p. 170).

Em 1856, encontramos o nome de Honório de Oliveira Sanches nos registros paroquiais de terras¹⁸⁴ registrando duas propriedades. Ao todo foram feitos 115 registros no distrito de São Vicente por 92 proprietários, que registraram 125 parcelas de terras. Desse total, 30 declarações, que correspondem a 24% do total, fizeram menção a apossamentos. Em relação às posses, elas tenderam a ocorrer com maior frequência nas áreas de matos da Serra de São Xavier, uma vez que dos 30 casos de ocupação primária, foi possível apurar a localização da propriedade em 28 deles, sendo que 19 ocorreram naquele espaço. Sobre a forma como os apossamentos haviam ocorrido, duas situações foram muito correntes nos registros. Houveram aquelas que haviam sido concedidas pelas autoridades, que repassaram somente o direito de usufruir as terras, não possuindo os posseiros qualquer tipo de documento que comprovasse o domínio sobre o território¹⁸⁵.

¹⁸³ AHRS, **Correspondências expedidas da camara de S. Gabriel**. São Gabriel, a. 1853, m. 241, ff. 1v.

¹⁸⁴ Entre as informações que deveriam fazer parte das declarações estavam “*a extensão das propriedades, as formas de aquisição da terra, assim como o nome dos antigos possuidores, o tipo de cobertura vegetal (campo ou mato), o nome da propriedade, a localização, os seus limites e a descrição da produção*” (FOLETTTO, 2003, p. 15). No que concerne à utilização deste tipo de documento, Graciela Bonassa Garcia (2005) alerta sobre o fato de que os registros tratavam-se de intenções de domínio e que em muitos casos tendiam a ser exagerados; o declarante tendia a declarar sempre a mais, esperando assim obter alguma vantagem sobre terras que eventualmente surgissem contíguas as suas. Outro ponto vulnerável está relacionado à situação de que não contemplava a todos os estabelecimentos rurais da paróquia, pois “*os posseiros pobres raramente compareceram ao pároco para prestar informações*” (ZARTH, 1997, p. 13).

¹⁸⁵ Nessa forma de apossamento, onde o direito de se apropriar das terras devolutas contava com anuência das autoridades, dois casos chamaram nossa atenção. Tratavam-se do Capitão Vidal Baptista d’ Oliveira Pillar e do Coronel João Antonio da Silveira que devem ter mobilizado suas redes de relações para terem acesso às áreas de cobertura florestal. Consubstanciando uma estratégia de ampliação dos domínios, haja vista que junto aos registros paroquiais eles informaram serem proprietários de outras áreas que haviam adquirido anteriormente por compra ou direitos de herança.

APERS, **Registros Paroquiais de Terras – Vidal Baptista de Oliveira Pillar**. São Gabriel, a. 1856, liv. 47, ff. 58r., n.º 262 e 263.

A outra categoria de posseiros foi representada por aqueles que obtiveram terras através de posses mansas e pacíficas, muitas das quais estabelecidas nas primeiras décadas do século XIX, em meio ao processo de ocupação daquela área. Outra situação que fez parte do universo dos posseiros em São Vicente esteve vinculada a transmissão por herança, ou seja, muitos declarantes tornaram-se proprietários graças aos seus antecessores terem se apropriado de terras devolutas, desta forma tratavam-se de uma segunda geração de posseiros. Há que se mencionar ainda que muitas das propriedades que foram negociadas também eram parcelas de terras que haviam sido adquiridas através dessa forma de ocupação.

Num dos registros Honório de Oliveira Sanches declarou ser possuidor de “humas terras de mattos”, sendo que “as houve por posse mansa e pacífica”, tendo como confrontações “pelo Norte com os mattos que pertence a Randolpho José Jaques, pelo sul pelos que pertence a Leão Martins”, pelo leste “com mattos devolutos, [...] oeste com mattos que pertencem a Pedro Costa, dividindo pelo serro que tem hums campestres fazendo rumo de Norte e a Sul”, sendo que a dimensão da posse primária era de “huma mil e quinhentas braças de fundo, como usualmente se tem concedido a todos os cidadãos brasileiros”¹⁸⁶.

Particularmente chamou nossa atenção esse fragmento do registro no qual o posseiro se declarou como cidadão brasileiro. Sobre a cidadania no Brasil, na época do império, Keila Grinberg discorreu que “havia habitantes do Brasil que, mesmo tendo nascido no país, não podiam ser considerados cidadãos, porque não eram membros da sociedade” (2002, p.110). A questão da cidadania também passava pelos assentos religiosos produzidos pela Igreja Católica “havia batismo, mas não registro civil: casamento na Igreja, mas não casamento civil; cemitérios das irmandades, mas não cemitérios públicos onde todos pudessem ser enterrados sem discriminação” (BEOZZO, 1993, p.12). Segundo Grinberg não ter seu nome nas atas de batismo da Igreja Católica era “uma clara limitação da cidadania, já que aqueles que não professavam a fé católica não poderiam ser cidadãos plenos, mesmo que satisfizessem as outras exigências existentes na lei” (2002, p.318-319).

APERS, **Registros Paroquiais de Terras - João Antonio da Silveira**. São Gabriel, a. 1856, liv. 47, ff. 28v, n.º 103 e 104. Ainda tratando da posse de João Antonio localizamos, anos mais tarde, a presença de 26 núcleos familiares que vivam na referida área na condição de agregados.

AJC, **Ação de demarcação e divisão de terras da colônia Sertão**. São Vicente, a. 1914-1944, cx. 1337, n.º 86, ff. 21

¹⁸⁶ APERS, **Registros Paroquiais de Terras**. São Gabriel, a. 1856, liv. 47, ff. 50, n.º 214.

Ao tentar encontrar vestígios do nome de Honório em outras fontes em que figuravam os homens que conseguiam qualificar-se junto aos espaços de cidadania, o resultado não foi dos mais animadores. O único cenário onde conseguimos encontrá-lo foi junto aos autos de qualificação da Guarda Nacional, porém isso ocorreu em apenas duas oportunidades: em 1873 e 1874, quando foi descrito como membro do 36º regimento de cavalaria, contava com 38-39 anos, morador do distrito de São Vicente, mais precisamente do nono quarteirão, onde vivia de suas agências¹⁸⁷.

Do ponto de vista da cidadania formal¹⁸⁸ talvez não possamos classificá-lo como cidadão, entretanto talvez estejamos diante de uma expectativa de direitos (WEIMER, 2013), ou seja, mesmo não preenchendo todos os pré-requisitos para figurar entre os homens bons e de bem (COMISSOLI, 2011) o personagem nutria um sentimento de cidadania, que pode ser pensado enquanto uma busca, uma tentativa de ser reconhecido como cidadão principalmente em um campo público, formal, de diálogo com o Estado Imperial, visando o acesso a propriedade fundiária. Neste momento cabia estrategicamente autonomear-se cidadão. Além disso, outro aspecto a ser mencionado, nessa busca por direitos, talvez passe pelos elos de compadrio, conforme veremos mais

¹⁸⁷ AHRS, **Qualificação Guarda Nacional**. São Gabriel, a. 1873, m. 58, n.º 1288.

AHRS, **Qualificação Guarda Nacional**. São Gabriel, a. 1874, m. 60, n.º 1328.

Segundo o dicionário Moraes e Silva o termo agência significa “*trabalho, indústria, grangearia, modo de ganhar a vida. Administração; solicitação de algum negócio § procurar, tratar negócio alheio, como agente deles*” (1813, p. 806). Adhemar Lourenço da Silva Junior tratou da dificuldade em definir os *status* e ocupações específicas de cada ofício indicado. Ele inseriu, mesmo que com ressalvas, os que “viviam de agência”, entre os pobres sem qualificação profissional. Usando as informações dadas por um funcionário encarregado de várias estatísticas no município de Pelotas, Adhemar reforça seu argumento, já que este explica que “*Sob o título de 'Diversas' estão compreendidos todos aqueles que vivem de agência e que não têm profissão reconhecida*” (2004, p.200). Jonas Vargas (2010) chega à idêntica conclusão ao analisar a lista de votantes de 1880, da paróquia do Rosário, de Porto Alegre. Assim, mesmo que admitamos que possa haver uma pequena variação entre o universo urbano e o rural (mesmo em um período em que os mesmos eram intercambiáveis), podemos conjecturar que agência era referencia profissional de setores sociais baixos ou médios. Eram indivíduos que se ocupavam em atividades diversas, sendo parte delas concentrada na ação como intermediários (principalmente em atividades mercantis), sempre como “agentes” de terceiros tratando “negócio alheio”.

¹⁸⁸ Parafrazeando um deputado que tomou parte dos trabalhos da primeira constituição do Brasil em 1824, em nosso país havia “brasileiros” e “cidadãos brasileiros” (MOREIRA, 2010). Sobre a cidadania no Brasil, na época do império André Fertig aponta que havia limites nas práticas de cidadania até mesmo entre os cidadãos “qualificados”, pois muitos deles eram recrutados à força para servirem junto à Guarda Nacional. Segundo o autor “*essa prática é um bom indicador do processo de constituição da cidadania no Brasil ao longo do século XIX, que se deu à base da força, a partir da ação estatal e não a partir da ação voluntária dos próprios indivíduos*” (2010, p. 190). Ainda no que diz respeito à cidadania na sua dimensão política José Murilo de Carvalho (1996), fala que a exposição das listas de qualificação nas igrejas e nas câmaras municipais tornava público quem era qualificado, trazendo constrangimentos sociais. Richard Graham defende que até mesmo entre os votantes as diferenciações imperavam, uma vez que “*a alfabetização separava claramente os poucos que dirigiam as eleições dos muitos que apenas votavam. O simples fato de os iletrados votarem tornava-os simultaneamente atores e público, num drama que os rebaixava*” (1997, p. 158). O fato é que o exercício de uma cidadania de forma abrangente, positiva e ativa que respeite os direitos civis, políticos e sociais da maioria dos brasileiros ainda é um processo em construção em nosso país (PINSKY, 2004); (PINSKY e BASSANEZI, 2013).

adiante, pois ao convidar outros sujeitos para apadrinhar seus filhos, Honório sempre convidou indivíduos que dispunham de prestígio social muito superior ao dele.

Alguns meses depois, o nome de Honório voltaria a figurar no livro de registros paroquiais. Naquela feita, o registro fora realizado por Francisco Xavier Sanches, que o fez “a rogo de meo filho por se achar enfermo”. Desta vez tratava-se de uma área de “oitocentas braças de frente mais ou menos e mil de fundo mais ou menos”, tendo como propriedades lindeiras, “pelo Norte com os mattos de Randolpho José Jaques, por uma sanga pelo Sul com os mattos de João Martins e Pedro Costa, pelo Leste com matos devolutos e pelo oeste com Pedro Costa e Randolpho José Jaques”¹⁸⁹. Ao nos depararmos com esse outro registro, duas perguntas se impuseram, por que Honório esperou quase seis meses para proceder a outro assento? Por que não registrou as duas porções de terra no mesmo apontamento e assim economizou tempo e dinheiro? Não temos uma resposta precisa para essas indagações, mas entre as hipóteses parece-nos que a mais plausível está ligada ao fato que a segunda posse consubstanciou uma tática desenvolvida por Honório com o intuito de ampliar seus domínios, assim o apossamento ocorreu no referido intervalo de tempo entre o primeiro e o segundo registro.

Esse quadro de incertezas nos remete as palavras de Carlo Ginzburg ao propugnar que “a realidade é opaca”, porém “existem zonas privilegiadas – sinais, indícios - que permitem decifrá-la” (2007, p. 177). Ao recorrermos novamente ao primeiro assento, chamamos atenção para a situação de que havia na porção leste da propriedade a existência de matos devolutos. Mesmo com a proibição de ocupação de terras públicas, determinada pela lei de 1850, o advento desta normativa possivelmente não significou o fim desta prática. Afinal, conforme defende Eduard Palmer Thompson em seu estudo sobre a intensificação do processo de *enclosures* desenvolvido na Inglaterra no século XVIII, sobre terras que até então haviam sido de uso comum, “na

¹⁸⁹ APERS, **Registros Paroquiais de Terras**. São Gabriel, a. 1856, liv. 47, ff. 68, n.º 320.

Arlene Foletto asseverou que para os pequenos se constituía numa importante estratégia de “*permanência e consolidação de suas posses [...] citarem todos os confinantes se reconheciam enquanto vizinhos das terras que se limitavam, cada qual confirmando, em seu registro, as terras de todos os outros confinantes*” (2003, p. 60), tal artifício poderia ter um peso considerável inclusive em ações de despejos ou de legitimação de posse. Entretanto, nenhum dos nomes dos vizinhos citados aparece nos registros como proprietários. Independente da forma e do tamanho das propriedades, o não comparecimento foi uma situação muito corrente nos registros paroquiais de terras em vários lugares do Rio Grande do Sul. Entre os fatores que fizeram com que muitos não acudissem ao chamado destacam-se os custos, pois se pagava ao pároco por cada letra lançada no livro, o que representava para indivíduos que dispunham de parques cabedais um obstáculo a mais para realizar o registro. A falta de informação sobre a obrigatoriedade e a importância de se fazer a declaração, bem como as estratégias pessoais de conseguir mais terras, são algumas das razões apontadas pelos estudos que recorreram a esse tipo de fonte manuscrita. Ver, entre outros: Farinatti (1999), Zarth (2002), Christillino (2004) e Garcia (2005).

interface da lei com a prática agrária encontramos o costume” (1998, p. 86), nesse sentido é grande a possibilidade de que a prática costumeira de “arranchar-se” em uma fração de terras não foi extinta por decreto. Até porque o costume, bem como a lei, prevê uma margem de liberdade para que os indivíduos em meio a uma conjuntura de transformação se aproveitem da melhor forma possível das opções colocadas.

Por fim, cabe mencionar que no caso dos moradores do 3º distrito de São Gabriel, foram raros aqueles que se deslocaram até a sede do município a fim realizar o registro. A maioria deles aproveitou a figura do padre itinerante que, conforme visto no capítulo anterior, prestava assistência espiritual esporádica, isto é, algumas vezes no ano deslocava-se pelos rincões que compunham a freguesia de São Gabriel, entre eles a capela de São Vicente Ferrer, com o intuito de rezar missas e ministrar sacramentos.

3.2 A troca de anéis matrimoniais: a sedimentação de laços de vizinhança

As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia traziam uma série de orientações em relação ao casamento, que seguiam os preceitos estabelecidos no Concílio de Trento (1545-1563). Entre elas, a inexistência de parentesco de até o quarto grau de consanguinidade, a inexistência prévia, por parte de um dos noivos, de promessa de casamento justada com outra pessoa, a ocorrência de cópula ilícita com parente do outro até segundo grau de consanguinidade. Também era vedado o casamento entre padrinhos/madrinhas com seus (suas) afilhados(as). A idade mínima para estabelecer bodas era de 12 anos, para as moças, e 14 no caso dos rapazes (DA VIDE, 1707, Tit. LXVI e LXVIII).

As exigências eclesiásticas também passavam por algumas restrições ligadas ao calendário litúrgico, sendo que determinadas épocas do ano não eram consideradas boas para se estabelecer enlances matrimoniais. Os chamados tempos proibidos se constituíam em períodos nos quais “deveriam ser evitadas as celebrações de casamento desde a quarta-feira de cinzas até o oitavo domingo de Páscoa e, durante as quatro semanas que antecedem o Natal” (FREITAS, 2011, p. 96). Contudo, havia distância entre o determinado e o vivido, uma vez que tais regras estavam sujeitas a adaptações e a flexibilizações que possibilitavam a população estabelecer núpcias sob os auspícios da Igreja burlando as diretrizes canônicas (FARIA, 2000 e FREITAS, 2011). Neste particular, o enlace entre Honório de Oliveira Sanches e Paulina Francisca da Conceição

realizou-se em tempo litúrgico propício não só para realização da cerimônia assim como para o recebimento da benção segundo o rito romano.

Era uma quarta-feira do mês de agosto de 1865, quando Honório e Paulina confirmaram seus votos matrimoniais trocando alianças junto à capela de São Vicente. No registro de casamento consta que Paulina contava com 24 anos enquanto que Honório estava com 25 anos. Esta última informação apresenta divergência ao estabelecermos o cruzamento com a idade presente no inventário¹⁹⁰ de sua mãe e a na lista de qualificação da Guarda Nacional¹⁹¹. Segundo essas outras fontes a idade que ele possuía no momento do casamento estava entre 30 e 31 anos. Maria Beatriz Nizza da Silva assinala que “a idade dos indivíduos só era conhecida aproximadamente e, para a mentalidade da época, o rigor nesta informação era considerado desnecessário” (1993, p. 34). Ainda tratando da idade dos noivos Ana Silvia Volpi Scott (1995) observou que a idade média das mulheres da elite paulista ao casar ficava em torno dos 19-20 anos, mas poderia ocorrer uma variação podendo se alargar entre os 21 aos 26 anos, em se tratando dos homens os casamentos eram realizados por volta dos 30 anos.

No caso ora estudado, mesmo tratando de subalternos numa outra realidade, as idades dos nubentes ficaram dentro das faixas etárias apresentadas pela historiadora. Para São Vicente desconhecemos trabalhos que tenham se debruçado sobre a nupcialidade, aliás, perspectiva interessante para trabalhos futuros, o que teria nos possibilitado verificar as idades médias apresentadas por aquelas “gentes” quando buscavam o matrimônio. Não sabemos precisar se isso representava um caso isolado ou uma tendência, pois além do referido casamento só conseguimos encontrar outras duas uniões nas quais os Oliveira Sanches foram partícipes. Trata-se do casamento de Cândida de Oliveira Sanches¹⁹² no qual a idade dos consortes não foi informada e do

¹⁹⁰ APERS, *Inventário post-mortem de Joaquina Clara de Oliveira...* op. cit.

¹⁹¹ AHRs, *Qualificação Guarda Nacional...* op. cit.

¹⁹² O enlace nupcial de Cândida com João Vieira Costa ocorreu no dia 04 de junho de 1861, tendo como uma das testemunhas seu irmão Honório de Oliveira Sanches. Além disso, apuramos que no mesmo dia de seu casamento participou de um batizado fazendo par com seu consorte. Afora isso em nenhum outro registro os cônjuges tiveram seus nomes citados o que nos faz inferir que foram viver em outra freguesia. AMDB, *Registro de casamento de João Vieira da Costa e Cândida de Oliveira Sanches*. São Gabriel, freguesia de São Vicente, a. 1861, liv. 3, ff. 57v., n.º 3.

AMDB, *Registro de batismo de Silverio*. São Gabriel, freguesia de São Vicente, a. 1861, liv. 6, ff. 53r., n.º 246.

casamento de Geraldo de Oliveira Sanches com Florisbela Maria do Carmo¹⁹³, em que os noivos tinham respectivamente 21 e 17 anos¹⁹⁴.

O registro matrimonial de Honório e Paulina foi trazido à cena, não só para demarcar esse momento nas trajetórias de vida deles, mas também para discutir outras questões atinentes ao casamento. Entre elas, as razões de escolha que devem ter pesado para que a união ocorresse. Entre as possibilidades destaca-se o fato de não haver muitas outras moças e ou rapazes em idade de casar disponíveis no mercado matrimonial, eram vizinhos e pertenciam ao mesmo segmento social¹⁹⁵, ratificando uma tendência percebida por Socolow de que para determinados grupos “existía una importante tendencia a casarse con gente de la misma calidad y clase” (2005, p.45). Desse modo, a união esteve ligada a sedimentação de laços de vizinhança, consubstanciando uma homogamia social e geográfica, na medida em que uniu famílias que pertenciam ao mesmo estrato social e que viviam próximas uma da outra (LEEUVEN e MAAS, 2012).

Outro ponto que merece destaque está ligado ao grau de interferência dos pais no momento da escolha dos cônjuges de seus filhos. Alan Macfarlane defende que "nas sociedades rurais, sobretudo, o casamento se baseia em grande medida nos interesses familiares e de grupo, não importando os sentimentos pessoais dos noivos, geralmente muito jovens" (1990, p. 131). Posicionamento semelhante ao apresentado por Oliveira Viana ao defender que “no segundo império havia o costume reinante de escolherem os pais os noivos às filhas” (2005, p. 172). À luz disso, definir o cônjuge “era uma tarefa decisiva para a família, e não podia ser deixada sob a responsabilidade dos jovens” (Idem). Nesse sentido, Luís Augusto Farinatti asseverou que “parece seguro afirmar que os pais, se não decidiam por si mesmos a escolha dos cônjuges para seus filhos, ao menos deveriam aprová-los, dentro de um campo de cônjuges aceitáveis” (2010, p. 265).

¹⁹³ AMDB, **Registro de casamento de Geraldo de Oliveira Sanches e Florisbela Maria do Carmo**. São Gabriel, freguesia de São Vicente, a. 1864, liv. 4, ff. 34v., n.º 4.

¹⁹⁴ Sobre o casamento ver, entre outros: Bacellar (1997), Faria (1998), Socolow (2005), Brügger (2007), Machado (2008), Muazze (2008), Freitas (2011) e Del Priore (2015).

¹⁹⁵ Paulina era filha de Leonel José de Andrade e Maria Felipa da Conceição, lavradores nacionais que haviam, com a licença do Comandante Geral das Missões, se apossado de uma data de matos, na Serra de São Xavier, no ano de 1831, local onde haviam se “arranchado” e viviam do cultivo de suas roças. Entre os confinantes foi citada uma das propriedades de Francisco Xavier Sanches. Buscamos o pai da noiva junto às listas de qualificação da Guarda Nacional e nos livros de nota de São Vicente não encontramos seu nome em nenhuma oportunidade.

APERS, **Registros Paroquiais de Terras**. São Gabriel, a. 1856, liv. 47, ff. 68, n.º 320.

Na segunda metade do século XIX, momento em que ocorreu a boda de Paulina e Honório, teria iniciado um movimento de transformação nas relações afetivas. Mudança essa que se consolidou, no mundo ocidental, no decorrer do século XX, onde “a escolha pessoal e a consideração da expressão das opiniões e sentimentos substituíram os critérios utilitários como a base fundamental da seleção do cônjuge” (ANDERSON, 1984, p. 48). O processo de consolidação de outra concepção¹⁹⁶ inerente ao matrimônio, também teria motivado uma mutação na sexualidade dos casais. O sexo no casamento deixou de ser encarado como uma necessidade pecaminosa da qual dependia a reprodução biológica da espécie, para se tornar um mecanismo que levava ao reforço do amor, um espaço de sentimentos e prazer sexual. É difícil sabermos qual dos fatores elencados anteriormente pesou mais na decisão de Honório e Paulina de entrelaçarem suas vidas. O mesmo vale para o grau de interferência de seus pais na tomada de decisão do estabelecimento das núpcias. Muito menos o grau de afetividade desenvolvido entre eles. Agora no que toca a questão de tendências comportamentais, algumas delas ligadas a sexualidade, isso os registros religiosos nos ajudam a observar.

O primeiro aspecto está ligado ao fato de terem decidido sacramentar sua união nos moldes apresentados pela igreja Católica, o que determinou que seus filhos fossem registrados como legítimos. Conforme foi demonstrado na tabela 1, o número de batizando legítimos foi de 4.396, que em termos percentuais responderam por 49,44%. Entre os frutos de relações pautadas segundo a moral Católica, estavam os nove filhos de Honório e Paulina (ver genealogia 6), dos quais sete eram homens (Justino, Marcelino, Laudelino, José, Belarmino, João e Bonifácio) e duas mulheres (Maria Joaquina e Anna Rita). Quando adultos todos eles incorporaram apenas os sobrenomes do pai. Conseguimos localizar os registros batismais de oito deles¹⁹⁷, só não

¹⁹⁶ A partir da segunda metade do século XIX também teria iniciado uma “revolução” nos sentimentos dos pais em relação a seus filhos. Esse processo teria alterado principalmente a figura paterna. Aos poucos o patriarca foi dando lugar aquele pai que ama. A paternidade “*deixava de ser pautada exclusivamente pelo sangue e pela linhagem, para consolidar-se como resultado de um desejo, de uma vontade*” (DEL PRIORE, 2013, p. 174). Mariana Muaze apregou que “*o antigo páter-famílias fora transformado em cidadão e pai extremoso, a quem cabia a preservação do patrimônio, a supervisão do lar e a preocupação com a educação e instrução dos filhos*” (2008, p. 166). Simultaneamente “*à luz de um novo habitus*” a mulher foi elevada ao papel de “*mãe e nutriz*”, ficando suas atribuições “*circunscritas à esfera doméstica, ao governo da casa e à criação dos filhos*”, para tanto “*sua educação e instrução se tornaram condições básicas para que pudesse concretizar a tarefa para a qual tinha vindo ao mundo, uma espécie de dom natural dado por Deus*” (Idem, p. 205).

¹⁹⁷ AASM, **Registro de batismo de Justino**. São Gabriel, freguesia de São Vicente, a. 1870, liv. 10a, ff. 128v., n.º 365.

AASM, **Registro de batismo de Maria Joaquina**. São Vicente, a. 1878, liv. 1, ff. 53r., n.º 134.

AASM, **Registro de batismo de Marcelino**. São Vicente, a. 1878, liv. 1, ff. 56r., n.º 157.

AASM, **Registro de batismo de Laudelino**. São Vicente, a. 1882, liv. 2, ff. 74, n.º 153.

encontramos o assento de batismo da caçula Anna Rita, diante disso nos valem de seu registro de óbito¹⁹⁸.

A fim de podermos continuar discorrendo sobre outras questões atinentes a prole do casal que nos serve de pedra angular nesta parte do trabalho elaboramos o quadro a seguir:

AASM, **Registro de batismo de José**. São Vicente, a. 1884, liv. 3, ff. 14v., n.º 159.

AASM, **Registro de batismo de Belarmino**. São Vicente, a. 1885, liv. 3, ff. 27v., n.º 59.

AASM, **Registro de batismo de João**. São Vicente, a. 1888, liv. 3, ff. 75v., n.º 104.

AASM, **Registro de batismo de Bonifácio**. São Vicente, a. 1888, liv. 3, ff. 75v., n.º 105.

¹⁹⁸ APERS, **Registro de óbito de Anna Rita de Oliveira Sanches**. São Vicente, Distrito de Taquarichin, a. 1932, liv. 1, ff. 41, n.º 2.

Não conseguimos apurar em que mês nem o ano em que ela nasceu, pois existe uma divergência no ano de nascimento. Pelo inventário *post-mortem* de seus pais, ela teria nascido em 1887, já pelo registro de óbito ela teria nascido dois anos antes. A resposta para não termos encontrado o registro do batismo nos foi dada quando Anna Rita solicitou seu quinhão na herança de seus pais em maio de 1905. Para provar que era filha legítima e que era maior de idade, foi solicitada ao bispo a cópia da certidão de batismo. Não obstante, a resposta foi “*certifico que revendo os livros da Parochia de São Vicente não encontrei o assento pedido*”. Mas mesmo sem a cópia do registro de batismo Anna conseguiu provar que era maior de idade e receber sua parte na herança de seus falecidos pais.

AJC, **Inventário *post-mortem* de Honório de Oliveira Sanches e Paulina Francisca da Conceição**. São Vicente, a. 1892, cx. 343 ff. 154v. e 155v.

Quadro 4: Relações de compadrio estabelecidas a partir da prole de Honório de Oliveira Sanches e Paulina Francisca da Conceição

Batizando	Data de Nascimento	Data do Batizado	Local do batizado	Padrinho	Madrinha
Justino	08/05/1866	02/10/1870	Capela	Zeferino Alves Machado	Maria Felippa de Andrade
Maria Joaquina	09/10/1870	13/07/1878	Casa de Zeferino Alves Machado	João Antonio d' Oliveira	Rita Alves da Conceição
Marcelino	21/01/1877	15/07/1878	Casa de Luis Veis	Randolpho José da Silva Pereira	Joaquina Alves da Conceição
João	29/04/1878	20/05/1888	Matriz	Manoel José Jaques	Rita de Cássia Veis
Laudelino	14/04//1880	21/12/1882	Matriz	José Fernandes Junior	Cristina Alves Jardim
Belarmino	20/08/1881	21/05/1885	Matriz	João Alves Machado	Cândida Alves da Conceição
José	10/07/1882	16/09/1884	Freguesia	Agostinho Lopes Junior	Maria Nunes da Conceição
Bonifácio	04/08/1883	20/05/1888	Freguesia	Hilário José Veis	Rosa Francisca Veis

Fonte: AMDB, **Livro de batismo da paróquia de São Gabriel**. São Gabriel, freguesia de São Vicente, *a.* 1870, *liv.* 10a.
AASM, **Livros de batismo da paróquia de São Vicente**. São Vicente, *a.* 1876-1888, *liv.* 1, 2 e 3.

O intervalo protogenésico, período entre o casamento e o primeiro parto, ficou em trinta e nove semanas. Inicialmente pensamos em calcular a média entre os nascimentos, mas como não conseguimos localizar o registro de batismo de Anna Rita acabamos desistindo da ideia. No entanto, os intervalos de nascimentos nos indicam duas situações. Num primeiro momento um espaçamento e depois os nascimentos tenderam a ficarem mais próximos. No período de 1866 a 1876 ocorreram somente dois nascimentos, há que se considerar a possibilidade de crianças que nasceram, foram batizadas em casa, mas acabaram falecendo sem receber o sacramento pelas mãos do padre, situação essa que impediu que seus nomes fossem registrados nos livros de batismo. Entre os principais males que ceifava a vida de “anjinhos”, estava o tétano umbilical algo tão corriqueiro que chegou popularmente a ser conhecido como mal dos sete dias. Também há que se conjecturar sobre uma mortalidade fetal pré-natal, pois há intervalos (1866-1869 e 1871-1876), onde não consta nenhum nascimento. O único caso de morte entre os filhos de Honório e Paulina, ocorrido enquanto eles estavam vivos, que conseguimos verificar, foi o de Justino, pois quando da ocasião da partilha dos bens em 1892 ele não apareceu entre os herdeiros¹⁹⁹.

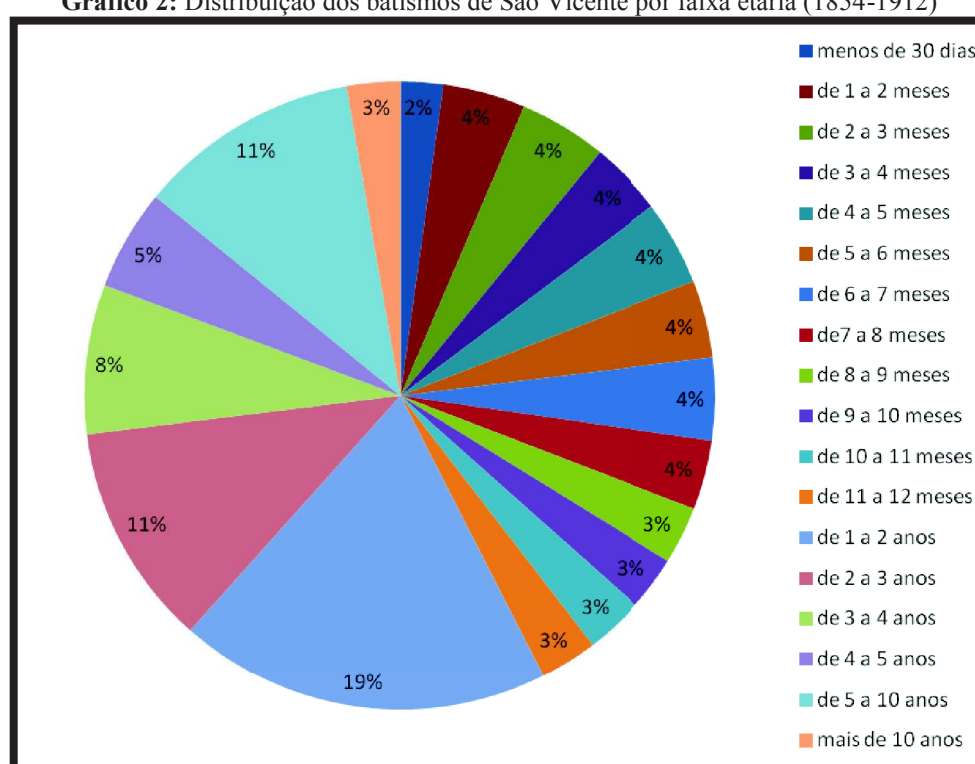
Em relação aos nascimentos mais próximos ocorridos a partir de 1877 a 1883 foi possível verificar que a média ficou entre 13 meses, ou seja, no intervalo de pouco mais de um ano Paulina desenvolveu uma nova gestação e entrou em trabalho de parto. Tal média nos sugere que durante o período de amamentação já estava em curso uma nova gravidez. Chama atenção o período entre os partos de Belarmino e de José, cujo intervalo apresentado foi de 46 semanas. Se levarmos em conta o tempo de gestação, entre 36 a 40 semanas, e o período de resguardo, que poderia durar até 40 dias, Paulina apresentou um intervalo intergenésico, período entre a parturição e a nova gravidez, curto, ou seja, ela engravidou logo após o término da quarentena (BRENES, 1991).

Ainda no campo dos números, outra situação sugerida pelo quadro é o intervalo considerável de tempo entre as datas de nascimento e do batizado, no caso desse ramo dos Oliveira Sanches a média ficou em 56 meses, sendo que João com 119 meses foi o que mais demorou para receber o primeiro dos sacramentos. Isso nos instigou a olharmos o restante dos registros de batismo a fim de verificarmos se isso representava um caso isolado ou se havia uma tendência de realizar batizados tardiamente.

¹⁹⁹ AJC, *Inventário post-mortem de Honório de Oliveira Sanches ...* op. cit. ff. 04v.

Conseguimos obter a média de idade dos batizados²⁰⁰ para 8.727 casos (algo em torno de 98% dos registros). A média geral de idade apresentada pelos batizados de São Vicente ficou em 29 meses e 21 dias. Tempo bem acima do estabelecido nas Constituições Primeiras (DA VIDE, 1707, Tit. I, § 36), que determinava que o batismo deveria ocorrer em até oito dias após o nascimento, contudo apenas 37 crianças atenderam essa prerrogativa. O que nos mostra uma distância entre aquilo que a legislação eclesiástica determinava e o que realmente acontecia. A fim de sistematizar as idades dos batizados dividimos em faixas etárias que estão presentes no gráfico a seguir

Gráfico 2: Distribuição dos batismos de São Vicente por faixa etária (1854-1912)



Fonte: AMDB, **Livros de batismo da paróquia de São Gabriel**. São Gabriel, freguesia de São Vicente, a. 1854-1876, liv. 4b, 5b, 6b,7b, 8b, 9b, 10a, 10b, 11b e 12b.

AASM, **Livros de batismo da paróquia de São Vicente**. São Vicente, a. 1876-1912, liv.1, 2, 3, 4, 5 e 6.

Ao analisarmos o gráfico acima verifica-se que apenas 2% foram levadas a pia batismal antes de completarem seu primeiro mês de vida. O percentual aponta um comportamento muito diferente do que foi visto por Maria Terezinha Belinazzo (1981) para a paróquia de Santa Maria da Boca do Monte, no recorte temporal de 1844-1882, onde 15% eram batizadas até o trigésimo dia. Ou daquele visto para Curitiba, entre 1837

²⁰⁰ A idade foi obtida na maioria dos registros através do cálculo da data do batizado e a data informada como sendo do nascimento. Para aqueles nos quais uma dessas duas informações foi negligenciada nos valemos da idade informada pelo padre.

a 1869, aonde 53,3% recebiam o primeiro dos sacramentos antes de completarem seu primeiro mês de vida (CARNEIRO, CHAGAS e NADALIN, 2010).

O gráfico suscita uma tendência dos batizados ocorrerem tardiamente, uma vez que ao somarmos os percentuais dos que foram batizados após o primeiro ano de vida chegamos a 57%. A parte do gráfico que apresenta o maior índice, 19%, foi a que abarcou os batizandoos que estavam na faixa entre 1 a 2 anos. Outro exercício metodológico empreendido tendo como objeto de análise as médias de idade foi olhar a faixa etária relacionando com a condição do batizando. Os filhos legítimos apresentaram uma média de 28 meses e 24 dias, enquanto os naturais e filhos de pais casados só civilmente ficaram em 30 meses e 19 dias. Tendência diferente da que foi verificada para Curitiba (Idem), onde os ilegítimos tendiam a ser batizados primeiro do que aqueles cujos pais mantinham relações sancionadas dentro da legislação eclesiástica.

Não temos uma resposta definitiva para explicar os motivos do intervalo tão longo entre o nascimento e o batizado. Num primeiro momento conjecturamos que as razões estavam ligadas ao fato de que no período em que era freguesia de São Gabriel os fiéis de São Vicente não contavam com o atendimento regular do padre. Porém, ao verificarmos a média apresentada nos primeiros tempos, quando dependia dos padres de fora, ela ficou 20 meses e 17 dias. Essa hipótese é totalmente refutada, na medida em que contar com a possibilidade mais próximo do reverendo fez com a média de idade dos batizados aumentasse para 38 meses e 25 dias.

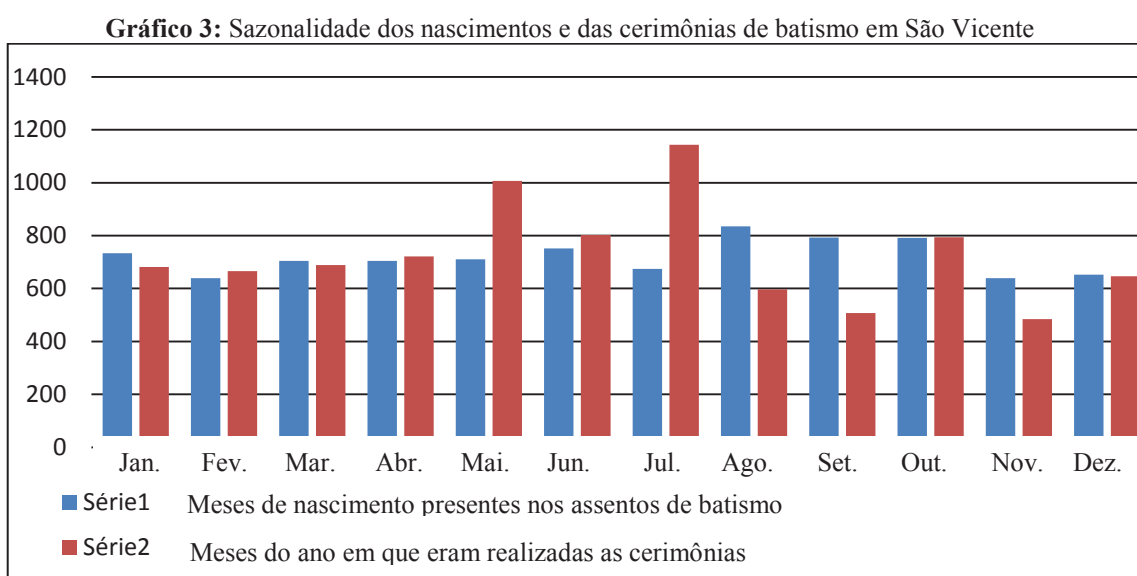
Diante dessa situação, a explicação que nos ocorre surgiu a partir de uma informação presente no registro da crioula Eudozia²⁰¹. Na ata de batismo da menina constou a seguinte frase: “postos os Santos óleos, por ter sido já batizada em casa”. O batismo em casa estava previsto nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (DA VIDE, 1707, Tít. XII, § 41), trazia algumas orientações que os padres deveriam seguir antes de realizar o batizado. Entre elas deveria se informar “se foi batizado em casa, por quem, e em que fôrma” (Idem). A Igreja aceitava “o Baptismo se faz por necessidade em casa” em situações extremas, quando “a criança perigar no parto”. Inclusive as parteiras eram ensinadas em que parte do corpo cingir com a água e as palavras que deveriam dizer (Ibidem, Tit. XVI, § 62). Vale ressaltar antes de

²⁰¹ AASM, **Registro de batismo de Eudozia**. São Gabriel, freguesia de São Vicente, a. 1858, liv. 2, ff. 9v., n.º 143.

prossequirmos que não se fez menção a nenhum batizado *in extremis* junto aos assentos de batismo analisados.

A possibilidade prevista na legislação canônica teria transformado o batismo num “campo de batalha no qual o clero e o povo disputavam por autoridade em lidas com o divino” (FONSECA e BRITES, 2003 p. 12). Uma vez que ao possibilitar que o sacramento fosse ministrado por leigos abriu-se uma brecha para o desenvolvimento da prática costumeira dos batizados domésticos, que provavelmente se constituíram na causa principal do protelamento por parte dos pais de São Vicente para levarem seus filhos a batizar.

As datas de nascimento e dos batizados dos filhos de Honório e Paulina nos instigaram também a ver quais os meses em que mais nasciam crianças e em quais ocorria à maior parte dos batizados. Para tanto elaboramos o gráfico 3 no qual demonstramos a sazonalidade dos nascimentos e das cerimônias de batizados²⁰².



Fonte: AMDB, **Livros de batismo da paróquia de São Gabriel**. São Gabriel, freguesia de São Vicente, a. 1854-1876, liv. 4b, 5b, 6b, 7b, 8b, 9b, 10a, 10b, 11b e 12b.

AASM, **Livros de batismo da paróquia de São Vicente**. São Vicente, a. 1876-1912, liv. 1, 2, 3, 4, 5 e 6.

Ao olharmos a sazonalidade dos nascimentos, constatamos que os percentuais se equilibram. Os nascimentos estão distribuídos de forma muito semelhante ao longo dos 12 meses não apresentando grande variação, na medida em que na maioria deles os

²⁰² Para Sorocaba, final do século XVIII e primeiras décadas do XIX, Carlos Bacellar (2001) percebeu que o mês de dezembro era o que apresentava o menor número de assentos. O autor explicou a queda na frequência dos assentos de batismo a partir das interdições religiosas. Panorama muito diferente do constatado por João José Reis (1991) para Salvador, onde dezembro era disparado o mês que mais se batizava, uma vez que era o mês consagrado a Imaculada Conceição.

números ficaram na faixa de 600 a 800 registros. Entretanto, quando direcionamos o foco para os meses em que eram realizadas as cerimônias encontramos uma situação bem diferente. Esta variável apresentou diferenças substanciais, enquanto maio e julho ultrapassaram a casa do milhar, setembro e novembro não atingiram nem 500 assentos. O mês de julho é o que chama mais atenção, pois apresenta um contraste, pois estava entre os que menos nasciam crianças, mas era o recordista em batizados.

Na busca de respostas para a frequência ao batizado que concentrou grande número em julho, um mês frio com incidência de chuvas e garoas, inicialmente acreditamos que se explicava pelo fato de que era o momento em que ocorriam as visitas dos padres de São Gabriel. Conforme dito anteriormente, o referido mês, juntamente com maio e junho, figurava entre os momentos preferenciais para os padres se deslocarem até São Vicente a fim de prestar os serviços espirituais. Vale destacar que essa preferência pelo mês de julho não foi alterada após a transformação de freguesia à paróquia.

A título de esclarecimento ao todo foram encontrados 1.167 assentos elaborados com datas do mês de julho. Dos quais 821 foram feitos após ter se transformado em paróquia. Dos registros elaborados na fase paroquial 357 foram feitos na matriz e 464 na freguesia, nos sugerindo que mesmo com o “rigor do tempo”, o padre Boaventura Garcia empreendia suas andanças pela freguesia atendendo a comunidade. Aliás, esse é um movimento interessante, pois o mês de julho está na contramão daquilo que vimos na tabela 6, onde demonstramos que havia uma disposição de privilegiar o espaço do templo para realizar os batizados. Acreditamos que o deslocamento do reverendo pela freguesia naquela época do ano possivelmente estava ligado a um momento no qual os fiéis não estavam tão envolvidos com as atividades econômicas nas quais labutavam.

Ao olharmos os principais gêneros agrícolas produzidos em São Vicente, farinha de mandioca, trigo, feijão e milho²⁰³, exceto a farinha de mandioca cujo fabrico tinha início no mês de maio (SAINT-HILAIRE, 1987), os demais produtos não estavam na fase de plantio nem de cultivo²⁰⁴. Em relação à “indústria pastoril” que era “dominante

²⁰³ AHRs, **Correspondências expedidas da camara de S. Gabriel**. São Gabriel, Fundo: Estatística, *a.* 1859, *m.* 241

²⁰⁴ O calendário agrícola foi observado através de uma correspondência enviada pelo subdelegado de São Vicente ao Presidente da Província onde se queixava da participação dos guaranis de São Vicente nos destacamentos da Guarda Nacional. A autoridade policial relatou que esta mobilização estava criando dificuldades no sustento das famílias, na medida em que os exercícios eram realizados principalmente entre os meses de setembro a janeiro, coincidindo com o tempo das plantações. Com a chegada do inverno, aliada a dificuldade de se conseguir emprego, criava uma situação na qual não havia alimentos suficientes. Diante disso, muitos pais de famílias, que se viam cercados de filhos famintos, não tendo

no município”, sendo que seus “abundantes gados obtem nos mercados consumidores os melhores preços”²⁰⁵, julho também não era uma época onde haviam muitos afazeres ligados ao costeio do gado (FARINATTI, 2007), tampouco era o momento propício para o deslocamento de tropas de muares (SAINT-HILAIRE, 1987), o mesmo vale para as tropas de gado bovino rumo a outros mercados da província (VARGAS, 2013a). Não sabemos precisar qual o momento em que era realizada a doma de potros, mas certamente não era a melhor época para realização dos rodeios da “cavalhada da nação”²⁰⁶.

Também não era período apropriado a fazer “carreiras”²⁰⁷ de balsas junto ao Jaguari e ao “Toropy, rio muito caudaloso e que ordinariamente se conserva cheio no inverno”²⁰⁸. O mesmo vale para o trânsito das carretas que durante a “estação invernososa” tinham dificuldades de transportar a madeira extraída e beneficiada na Serra de São Xavier²⁰⁹. Diante do exposto, entendemos que a “liberação” das atividades econômicas interferia diretamente no calendário dos batizados, uma vez que as pessoas poderiam se deslocar pela freguesia indo até a casa de moradia de seus vizinhos a fim de aproveitar a figura do padre itinerante para batizar seus filhos ou se deslocarem até a Vila de São Vicente a fim de estreitar laços através do parentesco ritual.

3.3 As redes de um posseiro “cidadão”

Ao analisar o comportamento compadresco do casal Honório e Paulina percebemos que nas oito relações de parentesco simbólicas, que tivemos acesso, em nenhuma oportunidade foram chamados para o compadrio os familiares do pai dos

como sustentá-los, estavam sendo obrigados a “lançar mão do alheio e daí vem que neste distrito aonde o farto se tinha extinguido, ele de novo aparece e com especialidade o abigeato”. A autoridade policial pediu ao Presidente da Província que os índios não fossem tão sacrificados no serviço das armas, pois desta forma poderiam colher os frutos do trabalho honesto e manter seus familiares como até então haviam feito.

AHRS, **Correspondência do subdelegado de polícia João Pereira da Silva Borges Fortes para o Presidente da Província o Barão de Muritiba**. São Vicente, Fundo: Polícia, a. 1856, m. 57.

²⁰⁵ AHRS, **Documentos da câmara – correspondências expedidas**, São Vicente, a. 1883, cx. 153, l. .95, m. 271, ff. 02r.

²⁰⁶ AHRS. **Relatorio de Ignacio Pinto de Aguiar, Tenente encarregado da Invernada da Nação de S. Vicente**. São Vicente, Fundo: Autoridades Militares. a. 1848, l. 191, m. 148.

²⁰⁷ Expressão usada pelos vereadores de São Gabriel em 1875 quando enviaram projeto ao Presidente da Província tentando justificar a necessidade da implantação de uma linha regular de navegação a vapor no rio Toropi. AHRS, **Correspondências da camara de S. Gabriel**. São Gabriel, a. 1875, cx. 207, m. 243.

²⁰⁸ AHRS, **Correspondências expedidas camara de S. Gabriel**. São Gabriel, a. 1864, cx. 209, m. 241, ff. 1-3r.

²⁰⁹ AHRS, **Relatorio de informações topográficas e historicas do municiepos do Brasil**. Correspondências da Câmara de São Vicente, a. 1886.

batizando. O que nos faz pensar nos escritos de Jaime Contreras ao propugnar que se “o apelo do sangue e o peso das linhagens eram poderosos, também o eram o desejo e as possibilidades de criar espaços pessoais”, assim muitas famílias “empregavam suas estratégias a fim de aumentar suas esferas de solidariedade e de influência”, através do qual estava em jogo “um duro confronto, interesses coletivos e mesmo concepções diferentes do mundo, mas cada indivíduo podia também reagir pessoalmente a partir da trama de sua própria história” (apud CHARTIER, 2002, p. 85).

Situação idêntica foi verificada para Geraldo de Oliveira Sanches, que também era morador da freguesia e nos registros de batismo que tivemos acesso, em nenhuma oportunidade convidou pessoas do núcleo familiar dos Oliveira Sanches como partícipes nas relações de apadrinhamento dos filhos que teve com Florisbela Maria do Carmo²¹⁰. Não sabemos precisar quais as razões que levaram os Oliveira Sanches a não ratificarem as relações de parentesco sanguíneas. Talvez estejamos diante de uma estratégia empreendida pela família visando criar mecanismos de afirmação social, ligando-se a pessoas que eram detentoras de patrimônio e cabedais sociais maiores daqueles que eles dispunham. Mas não se pode negligenciar a hipótese de que, por razões desconhecidas, tenha havido alguma contenda entre os irmãos que implicou num rompimento.

Entre os escolhidos para o compadrio destacamos o casal Cristina Alves Jardim e José Fernandes Junior²¹¹. Este último, por volta de 1879, passou a viver no Rincão de

²¹⁰ AASM, **Registro de batismo de Francisco**. São Vicente, a. 1876, liv. 1, ff. 7v., n.º 42.

AASM, **Registro de batismo de Graciliana**. São Vicente, a. 1878, liv. 1, ff. 48v., n.º 95.

AASM, **Registro de batismo de Florisbela**. São Vicente, a. 1878, liv. 1, ff. 48v., n.º 96.

AASM, **Registro de batismo de Salustiano**. São Vicente, a. 1878, liv. 1, ff. 48v., n.º 97.

AASM, **Registro de batismo de Pedro**. São Vicente, a. 1881, liv. 2, ff. 30., n.º 81.

AASM, **Registro de batismo de Maria**. São Vicente, a. 1881, liv. 2, ff. 34v., n.º 114.

AASM, **Registro de batismo de Geraldina**. São Vicente, a. 1884, liv. 3, ff. 15r., n.º 162.

AASM, **Registro de batismo de Brisabela**. São Vicente, a. 1895, liv. 3, ff. 27r., n.º 56.

AASM, **Registro de batismo de Pancrácio**. São Vicente, a. 1894, liv. 4, ff. 44., n.º 41.

²¹¹ José Fernandes Junior foi casado em primeiras núpcias com Maria da Vizitação d' Azambuja Leivas com a qual teve dois filhos: Rufino e Cândida. Após o falecimento de sua primeira esposa migrou de São Gabriel para o interior de São Vicente, onde passou a viver com sua segunda esposa, Cristina. Desta segunda união nasceram outras dez crianças: José Crispim, José, Rita, Florentina, Junia, Pedro, Carcínio e outros três (João, Cândida, e Theodora), que a época do inventário do Major Fernandes foram citados como falecidos.

AASM, **Registro de batismo de José Crispim**. São Vicente, a. 1881, liv. 2, ff. 31v., n.º 94.

AASM, **Registro de batismo de João**. São Vicente, a. 1882, liv. 2, ff. 60r., n.º 58.

AASM, **Registro de batismo de Cândida**. São Vicente, a. 1884, liv. 3, ff. 14v., n.º 158.

AASM, **Registro de batismo de Theodora**. São Vicente, a. 1886, liv. 3, ff. 42v., n.º 61.

AASM, **Registro de batismo de Jose**. São Vicente, a. 1888, liv. 3, ff. 81r., n.º 169.

AASM, **Registro de batismo de Rita**. São Vicente, a. 1890, liv. 3, ff. 92v., n.º 19.

AASM, **Registro de batismo de Florentina**. São Vicente, a. 1891, liv. 4, ff. 16r., n.º 74.

AASM, **Registro de batismo de Junia**. São Vicente, a. 1892, liv. 4, ff. 26r., n.º 49.

São José, área contigua a Serra de São Xavier e aos campos de Santo Antonio (conforme visto, locais onde Honório havia empreendido os apossamentos), se dedicando a carreira militar, a criação de animais e após ter se reformado no posto de Major do Exército desempenhou o ofício de negociante junto a um estabelecimento comercial localizado no Rincão de São José, no qual mantinha sociedade com seu irmão João Frederico Fernandes²¹².

Jonas Vargas (2013b) chamou atenção para o fato de que as hierarquias sociais podem ser visualizadas através dos qualificativos que acompanhavam os nomes anotados pelos escrivães dos cartórios, sendo que as patentes militares era um dos símbolos de distinção social presentes nos registros. Pois bem, entre 1889 - 1890 localizamos nos livros de notas cinco escrituras onde o Major Fernandes foi descrito na condição de comprador de terras²¹³. Acreditamos que essa assertiva também pode ser verificada para os registros de batismo, onde suas patentes militares, inicialmente como Capitão e depois como Major, também foram citadas nos assentos de batismo de seus filhos e nos batistérios nos quais desempenhou o papel de padrinho.

Em 123 casos encontramos a presença de patentes militares junto aos nomes dos padrinhos de São Vicente. Números modestos ao levarmos em conta que o Rio Grande do Sul era um dos pontos de maior concentração dos efetivos militares do Brasil (RIBEIRO, 2013). Possivelmente o fato de não contar com nenhuma unidade efetiva do Exército influenciou essa situação, haja vista que o único espaço onde conseguimos apurar a presença regular de militares foi na administração dos campos da Fazenda Nacional. Antes de prosseguirmos, é mister destacar que não foi prática muito corrente registrar-se postos da Guarda Nacional junto aos nomes dos padrinhos. Realizamos o cruzamento das listas com os registros e observamos que apenas três indivíduos

AASM, **Registro de batismo de Pedro**. São Vicente, a. 1894, liv. 4, ff. 52v., n.º 143.

AASM, **Registro de batismo de Carcínio**. São Vicente, a. 1894, liv. 4, ff. 53r., n.º 144.

AJC, **Inventário post-mortem do Major José Fernandes Junior**. São Vicente, a. 1893, cx. 343, n.º 07.

²¹² Essas informações foram retiradas a partir do inventário *post-mortem* do Major Fernandes. Nele encontramos dívidas a receber em função da venda a prazo na importância de 19:409\$580 (cerca de £ 858,57), porém a única dívida especificada foram os vales da Colônia Jaguary, em relação aos demais devedores seus nomes não foram citados. Essa busca pelos nomes foi no intuito de tentar localizar Honório entre aqueles que dispunham da possibilidade comprar a prazo junto ao estabelecimento comercial. Chama atenção no inventário o valor das dívidas passivas 32:219\$635 (aproximadamente £ 1.425,71) o que com certeza repercutiu significativamente no montante líquido de seu inventário que chegou à cifra de 14\$339:689 (cerca de £ 658,43).

AJC, **Inventário post-mortem do major José Fernandes Junior....** op. cit.

²¹³ APERS, **Livros notariais de transmissões e notas**. São Vicente, a. 1889, 1º tabelionato, liv. 3A, ff. 58v.- 61v.

Idem, ff. 93 r. - 94v.

APERS, **Livros notariais de transmissões e notas**. São Vicente, 1º tabelionato a. 1890, liv. 4, ff. 61r - 63v.

receberam essa distinção. Nem mesmo indivíduos, experimentados em combate durante a Guerra com o Paraguai²¹⁴ e posteriormente condecorados com medalhas²¹⁵, tais como Raimundo Vitorino dos Santos (Capitão), Delfino José Mendes (Capitão) e Bazilio José da Silva Pereira (Tenente Coronel) tiveram seus postos citados.

Entre os 123 assentos onde constam cargos de autoridade, ligados a hierarquia militar, localizamos apenas oito batizados que utilizaram o recurso das procurações, instrumento que possibilitaria a ampliação da esfera de relações pessoais com sujeitos de fora da freguesia ou a ratificação de vínculos com famílias naturais da freguesia, mas que moravam em outras paróquias. Somente em dez registros se fez menção a ratificação de relações de camaradagem, ou seja, tanto o pai como o padrinho usavam farda. Nessas relações de parentesco simbólicas tendeu-se a reproduzir a hierarquia das casernas, pois em oito batizados o padrinho ostentava dragonas superiores as do pai do batizando, ou seja, aquela tendência percebida para outras relações de compadrio também se manifestou nos batizados envolvendo militares, qual seja, a de buscar pessoas que estivessem em degraus acima da hierarquia militar. Nos dois casos em que se recorreu a padrinhos e os pais apresentavam patentes superiores aos dos pais espirituais, foi possível observar que se tratava de indivíduos que possuíam relações de parentesco consanguíneo.

Ao filtrarmos os nomes dos padrinhos militares, excluindo as repetições, chegamos a 43 indivíduos²¹⁶ que ocupavam os postos de Cabo (1), Alferes (4), Tenente (6), Capitão (12), Major (10), Tenente coronel (4), Coronel (3), General (1) e Brigadeiro (2). Quando se fez menção a padrinhos que usavam farda o Major José Fernandes Junior foi o recordista, pois fora escolhido para apadrinhar em quinze oportunidades. Entre eles Laudelino²¹⁷, conforme visto no quadro, um dos filhos de Honório e Paulina.

A relação de compadrio estabelecida entre Honório e o militar José Fernandes Junior, representou, do ponto vista do posseiro, a inserção na rede de um oficial graduado. A criação de laços morais através do parentesco fictício com uma pessoa de capital simbólico, o que poderia representar proteção para si e para seus filhos diante de situações adversas, tais como os frequentes recrutamentos e mobilizações militares da

²¹⁴ AHRS, **Correspondência enviada pelo General David Canabarro ao comandante do 26º de cavalaria Tenente Coronel Sezefredo Coelho Alves de Mesquita**. São Gabriel, Guarda Nacional, *a.* 1865, *m.* 98.

²¹⁵ AHRS, **Qualificação Guarda Nacional**. São Gabriel, *a.* 1872, *m.* 98.

²¹⁶ Para aqueles que tiveram seus nomes citados em mais de uma patente, optamos por inseri-los no posto mais alto que galgaram.

²¹⁷ AASM, **Registro de batismo de Laudelino....** op. cit.

população riograndese para compor as tropas de primeira linha no decorrer do século XIX (RIBEIRO, 2005; FERTIG, 2010 e MUGGE, 2012). Simultaneamente, estar ligado a um comerciante representava o aumento da possibilidade de dispor de crédito junto ao estabelecimento comercial do compadre, ter poder de compra mesmo não dispondo de dinheiro. Marcos Antonio Witt (2008b) ao analisar o papel social das vendas, na área de colonização alemã, destacou o ecletismo destes espaços, onde se comercializava de tudo um pouco, mas também abalizou que era o espaço ideal para uma prosa, uma cachacinha e um carteadado. Além da sociabilidade, as vendas se constituíam também num “local, privilegiado, onde o vendeiro e freguês negociavam, repartiam novidades e tomavam partido nas mais diversas situações” (Idem, p. 284). Portanto, ao estreitar relações com o vendeiro o compadre Honório possivelmente obteve maior facilidade, não só de comprar fiado, mas também de ter maior acesso a informações.

Conforme vários estudos têm apontado, um dos desafios que se apresenta nos estudos sobre redes é a dificuldade de acompanhar o grau de intensidade delas no decorrer do tempo. O compadrio reafirmava relações anteriores, mas que ao longo das trajetórias individuais ou do grupo familiar poderiam perder força ou desfazer-se. Nesse sentido, exploraremos algumas conexões que envolveram Honório e Paulina e o ramo predileto deles para estreitar relações através dos elos compadrescos. Estamos nos referindo aos Alves da Conceição, pois em quatro dos oito registros, eles foram chamados para tomar parte na tarefa do apadrinhamento (ver quadro 4).

A relação próxima entre os dois núcleos familiares foi percebida entre as décadas de 1860 a 1880, quando se encontraram, entre outros lugares, junto ao oratório dos Alves da Conceição, ratificando laços de vizinhança. Manteve-se ativa na última década do século XIX e primeira do XX, quando o compadre João Alves Machado assumiu a tutela, conforme veremos adiante, dos filhos impúberes que Honório e Paulina haviam deixado. E a proximidade foi percebida até mesmo ao observarmos os locais onde foram enterrados Laudelino, Anna Rita, Bonifacio, Maria Joaquina e Marcelino. Os registros de óbito produzidos entre 1931 a 1936 nos revelaram que seus restos mortais foram depositados no cemitério particular dos Alves da Conceição, situado junto a Serra de São Xavier²¹⁸. Não estamos negando que no decorrer desse

²¹⁸ A única exceção, entre aqueles que tivemos acesso aos registros de óbito, foi João que foi sepultado no cemitério do seu sogro Pantaleão José Jaques.

APERS, **Registro de óbito de Laudelino de Oliveira Sanches**. São Vicente, Distrito de Taquarichin, a. 1931, *liv. 1, ff. 35, n.º 13*.

APERS, **Registro de óbito de Anna Rita de Oliveira Sanches...** op. cit.

longo recorte temporal não tenha havido desentendimentos e até rompimentos entre eles, mas caso tenham ocorrido devem ter sido passageiros e rapidamente administrados no próprio círculo familiar e de vizinhança. Do contrário, dificilmente João Alves Machado, naquela oportunidade ao que tudo indica o responsável pelo cemitério, teria consentido que o espaço do campo santo onde repousavam seus familiares fosse dividido com pessoas que não fossem de sua estima.

Destaca-se ainda que Honório não foi um agente apadrinhador muito requisitado, pois conseguimos encontrar seu nome apenas em quatro ocasiões. Em uma delas fez par com Marcolina Campos de Oliveira no apadrinhamento de Antonio²¹⁹, filho legítimo de Prudente Campos e Maria Caetana de Oliveira, outro núcleo familiar que já frequentou as páginas deste trabalho. Deve ter pesado para a baixa participação dele nos ritos batismais a condição de homem pobre. Mas, independente de pobreza ou riqueza, de muito ou pouco prestígio só existe uma certeza nesta vida, a morte, e num intervalo de 45 dias ela chegou para Paulina e Honório.

3.4 “A única certeza incerta”: As mortes de Paulina e Honório

O ano de 1891 estava quase findando quando no dia 15 de novembro Paulina faleceu, o sentimento de luto se ampliaria em 30 de dezembro próximo, quando foi a vez de Honório conhecer a “única certeza incerta” da vida. Infelizmente, não conseguimos localizar suas certidões de óbitos, assim teria sido possível verificar algumas circunstâncias ligadas ao falecimento do casal, entre elas: a doença que os acometeu²²⁰, o local onde faleceram e se contaram com algum tipo de assistência médica. O que conseguimos verificar, através da observação *in loco*, foi o local de

APERS, **Registro de óbito de João de Oliveira Sanches**. São Vicente, Distrito de Taquarichin, *a.* 1932, *liv.* 1, *ff.* 47v., *n.* 8.

APERS, **Registro de óbito de Bonifácio de Oliveira Sanches**. São Vicente, Distrito de Taquarichin, *a.* 1935, *liv.* 1, *ff.* 91, *n.* 41.

APERS, **Registro de óbito de Maria Joaquina de Oliveira Sanches...** op. cit.

APERS, **Registro de óbito de Marcelino de Oliveira Sanches**. São Vicente, Distrito de Taquarichin, *a.* 1936, *liv.* 2, *ff.* 5, *n.* 9.

²¹⁹ AASM, **Registro de batismo de Antonio**. São Vicente, *a.* 1878, *liv.* 1, *ff.* 49v., *n.* 112.

²²⁰ As enfermidades que mais preocuparam os governantes do Rio Grande do Sul ao longo do século XIX foram os casos de cólera (bexiga), difteria, peste bubônica, febre tifóide, varíola, varicela, sífilis e tuberculose (CHERNOVITZ, 1890). Sobre a história da saúde e da doença e suas representações ver: Huart (1990), Bloch (1993), Weber (1999), Witter (2000, 2005 e 2007), Sampaio (2002), Bertucci (2003), Silveira e Nascimento (2004), Tomaschewski (2007), Armus (2007), Korndörfer (2007), Ferla (2009) e Bastos e Barreto (2011).

sepultamento. Ambos foram sepultados no mesmo túmulo próximos do local onde residiam, mais precisamente no cemitério de Demétrio Ribeiro²²¹.

Foi possível averiguar, a partir das contas do inventário²²², que entre setembro e dezembro do referido ano os Oliveira Sanches acumularam junto a uma das farmácias de São Vicente uma dívida de 201\$900 réis (algo em torno de £ 10,17). Valor gasto principalmente com pílulas purgativas compostas, pílulas de sulphato quimicum, garrafas de vinho quimicum, solução ovinical e xarope peitoral²²³. Entre os medicamentos que constam na lista, destacamos as “pílulas purgativas compostas” medicamento que provocava “um tipo de limpeza invisível, mas que era capaz de manter o corpo a salvo da doença e da morte. Tal crença era tão forte que mesmo em casos de diarreia, e mesmo nos primeiros tempos de cólera, é comum se encontrar laxantes sendo receitados” (WITTER, 2007, p. 127).

Paulina e Honório deixaram oito filhos, dos quais apenas dois eram maiores de idade. Entre eles, o primogênito Marcelino, que no princípio do mês de fevereiro de 1892 deu entrada nos papéis, a fim de que fosse procedido o inventário dos bens de seus falecidos pais. Tempo bem menor dos que os três anos que transcorreram entre a morte de sua falecida avó Joaquina Clara de Oliveira e a abertura do inventário por parte de Francisco Xavier Sanches²²⁴. Mesmo que as possibilidades analíticas dos inventários sejam as mais variadas possíveis, a abordagem que se fará em torno da morte do casal de posseiros está relacionada ao patrimônio legado.

²²¹ A referida localidade, até o advento da república, chamava-se rincão dos Sanches, provavelmente em homenagem a Francisco Xavier Sanches, um dos pioneiros no processo de ocupação daquela parte da serra de São Xavier, nos sugerindo que mesmo com a condição humilde dos Oliveira Sanches acabaram marcando a topografia do lugar. Porém, com a mudança da forma de governo e com a construção de um novo imaginário que envolvia a nova ordem, no tocante a símbolos (CARVALHO, 1990) e a troca de antigos nomes de ruas e lugares por personagens republicanos (MONTEIRO, 2007), a municipalidade de São Vicente resolveu prestar homenagem a um dos fundadores do Partido Republicano Rio Grandense. Positivista convicto que teve papel destacado na implantação do regime republicano, Demétrio Ribeiro inicialmente ocupou a pasta da agricultura e posteriormente desempenhou a função de deputado federal, tomando parte nos trabalhos da constituição federal de 1891 na qual foi um dos responsáveis pela lei da separação entre Estado e Igreja (DOMINGUES, 2011).

²²² AJC, *Inventário post-mortem de Honório de Oliveira Sanches e Paulina Francisca da Conceição...* op. cit.

²²³ Idem, ff. 41.

²²⁴ Em relação ao tempo entre a morte e abertura dos 22 inventários que analisamos de forma mais detida, a maior parte deles foi aberta no mesmo ano de falecimento. Contudo, até o desfecho destes autos, poderiam se passar várias décadas. Foi o que ocorreu com o inventário do Coronel João Antonio da Silveira, aberto em 1873, mas que após uma série de questionamentos só foi encerrado em 1916.

AJC, *Nulidade da partilha do inventário de João Antonio da Silveira*. São Vicente, a. 1903, cx.397, n.º 23

AJC, *Apelação Civil de Álvaro Antonio da Silveira e outros junto aos herdeiros do General João Antonio da Silveira*. São Vicente, a. 1914, cx. 353, n.º 2.099.

O montante mor do inventário do casal atingiu 14:078\$000 (algo em torno de £ 650,52), nos parece que não era tão expressivo, mas era cerca de três vezes mais do que o patrimônio legado pela mãe de Honório quarenta anos antes²²⁵. Desse total, a maior parte esteve atrelada aos bens de raiz (62,38%) representados pela casa, situada a quatro léguas da sede do povoado e descrita como em mau estado de conservação e por isso avaliada em 150\$000 réis (em torno de £ 7,18). Ademais, haviam três propriedades localizadas junto a Serra de São Xavier e no Rincão de Santo Antônio, que somadas juntas mediam algo em torno de 1.900 hectares.

A área era bem maior do que aquela declarada nos registros paroquiais da década de 1850. Encontramos, junto aos registros notariais de São Vicente, apenas uma escritura pública, firmada por Honório em abril de 1891, poucos meses antes de falecer. Comprou de uma só vez três propriedades pertencentes à viúva Estephanea Maria Moreira, a mesma que 14 anos antes havia negociado terras com Zeferino Alves Machado, ademais a ampliação de domínios deve ter passado também por direitos de herança de seu pai que possivelmente naquele momento já tivesse falecido.

No que diz respeito aos animais, o casal contava apenas com 321 cabeças, das quais 264 eram bovinos e 57 equinos, rebanho pouco numeroso, situação também observada no inventário de sua falecida mãe, que para os padrões da época os colocava entre os pequenos criadores de gado²²⁶. Uma vez que, segundo as taxas de crescimento apresentadas por Zarth (2002) para o último quartel do século XIX, condicionadas pela localização, qualidade das terras e do próprio gado, a média anual ficava em torno de 22%, sendo que o número de animais destinados à comercialização e ao consumo ficava em torno 10% do rebanho, correspondendo, no caso dos Oliveira Sanches, a cerca de 22 animais. Caso tal taxa fosse excedida poderia haver sérios comprometimentos nos índices de crescimento do rebanho (Idem). Em relação ao gado *vacum*, pode ser dividido em duas categorias: as reses de criar e os bois de canga. Esses últimos foram representados por 17 juntas que possivelmente serviam de força de tração para puxar as três carretas que foram mencionadas nos autos de avaliação. Esses veículos provavelmente transportavam madeira beneficiada, esteios e linhas que foram citados entre os bens arrolados²²⁷.

²²⁵ APERS, *Inventário post-mortem de Joaquina Clara de Oliveira...* op. cit.

²²⁶ Ver entre outros: Osório (1999), Zarth (2002), Foletto (2003), Garcia (2005), Farinatti (2007), Araújo (2009) e Külzer (2009).

²²⁷ A extração de madeiras figurou como uma das principais atividades econômicas dos moradores da Serra de São Xavier. Em 1859, época que São Vicente ainda era distrito de São Gabriel, os vereadores

Já no que concerne aos cavaleiros, apenas 12 eram mansos, usados provavelmente no costeio do gado, função essencial à domesticação das reses, tendo em vista que os avaliadores acentuaram que se tratavam de reses de criar, isto é, animais acostumados à presença humana, situação muito frequente, segundo Graciela Garcia (2005) em pequenos rebanhos nos campos de Alegrete na segunda metade do século XIX. Ao que tudo indica era numa dessas montarias que Honório utilizava seus arreios completos aparelhados de prata, que juntamente com o par de esporas, também forjado no mesmo metal, foram avaliados por 235\$000 réis (aproximadamente £ 11,25), ou seja, as encilhas custavam 85\$000 réis (£ 4,07) a mais do que o local de moradia. A questão dos apetrechos necessários para desenvolver a montaria, foi tratada como elemento de distinção pelo conde D' Eu em viagem ao município de Pelotas nos anos de 1860. O genro do imperador se referiu à indústria desses equipamentos enquanto um elemento que significava

[...] o verdadeiro luxo rio-grandense, o dos arreios. Essas indústrias, como se sabe, são duas: a dos couros lavrados, cinzelados, coloridos, bordados de mil maneiras, e a das peças de prata, não menos artisticamente trabalhadas. As diferentes classes da população estão, porém, bem separadas: em certas ruas as residências ricas; noutras, as lojas. Especialmente na rua do Comércio e na rua S. Miguel se vê uma fila contínua dessas lojas, onde estão expostos estribos, esporas enormes, peitorais e freios, tudo de prata, ostentando esplendor deslumbrante, que iguala, não digo já o da Rua do Ouro, de Lisboa, mas até o da “Strada degli Orefici”, de Gênova (apud VARGAS, 2013a, p. 160).

Não dispomos de informações no tocante ao local onde foram fabricados os arreios completos, a forma como eles foram adquiridos, muito menos o estado de conservação. Mas mesmo figurando entre os setores subalternos Honório encontrou uma forma de chamar atenção, haja vista que deve ter transitado pelas ruas do povoado de São Vicente ou pelo interior do município, quem sabe indo até o local da venda de seu compadre Major, montado em um de seus cavalos com os apetrechos de encilha forjados em metal nobre²²⁸.

daquele município informaram que no ano anterior haviam sido exportadas para a fronteira 2.500 dúzias de tábuas. Logo após a emancipação, os vereadores vicentinos também destacaram a importância “do *Taboado e das madeiras da Serra*”, informando ao Presidente da Província sobre as diversas espécies de madeiras para construções e marcenaria.

AHRS, **Correspondências expedidas da camara de S. Gabriel**. São Gabriel. Fundo: Estatísticas, *a.* 1859, *m.* 241.

AHRS, **Correspondências expedidas da camara de S. Gabriel**. São Vicente, *a.* 1884, *l.* 95, *m.* 271.

²²⁸ Esses artigos sendo deixados como herança foi uma situação observada por Roberto Ferreira para Vila de Porto Feliz, ao tratar de Joaquim Barbosa das Neves “*um forro, alferes, com ideal aristocrata [...] Tinha uma sela nova com arreios de prata*” (2008, p. 272). O mesmo foi encontrado por Jonas Vargas

As dívidas que surgiram durante a realização do inventário chegaram a 801\$900 réis (£ 38,41). Se excluirmos a despesa da farmácia e olharmos somente os custos do inventário, esse valor fica em 600\$000 réis (£ 28,74), desse modo, a família gastou cerca de 4,26% do patrimônio com despesas cartoriais e com os honorários do advogado. Segundo João Fragoso e Renato Pitzer (1988), esses gastos se constituíam num dos principais entraves para os setores populares procederem à realização dos inventários *post-mortem*, pois dependendo do valor a ser legado entre os herdeiros não valeria a pena realizar os autos de partilha conforme a lei determinava. No caso ora estudado, o montante líquido, isto é, aquilo que sobrou depois de deduzidas às dívidas, girou em torno de 13:276\$100 réis (£ 635,92), que foi dividido em oito legítimas, tocando para cada um dos herdeiros a importância de 1:659\$512,5 réis (£ 79,47). Todavia, a maioria dos membros da prole, conforme já dito, eram menores, diante disso teve que se recorrer aos “enredos tutelares” (CARDOSO, 2011).

3.5 Zelar e cuidar: o compadre tutor

Inicialmente cabe informar que, apesar de trazer algumas situações que envolveram os autos de tutela²²⁹ em São Vicente²³⁰, não tencionamos analisá-los de forma aprofundada. O que iremos fazer é observar a relação que se estabeleceu entre os filhos menores de Honório e Paulina com o compadre tutor João Alves Machado. Relação essa que nos servirá para verificar o processo de operacionalização da malha de apadrinhamento/compadrio, no qual enfatizaremos o gerenciamento dos bens dos impúberes.

Num primeiro momento, a incumbência de “zelar e cuidar” dos filhos impúberes, lhes propiciando “saúde, alimentação, vestuário e educação” (ORDENAÇÕES FILIPINAS, 1870, Liv. IV, Tit. CII, p. 995), coube a João Victorino

entre os inventários de Pelotas “*das faixas de fortuna intermediárias e até nas mais pobres, o que demonstra o amplo consumo destes artigos*” (2013a, p. 188).

²²⁹ Segundo as Ordenações Filipinas “*he o encargo de administrar a pessoa e bens de um menor, imposta pela Lei, ou pela vontade do homem A pessoa, á quem he imposto este encargo*” (1870, Liv. IV, Tit. CII, p. 995). Em relação à figura do tutor as Ordenações Filipinas o definiam como “*pessoa para que esta gerenciasse os bens e cuidasse da integridade fisica do menor, representando-o tanto em juízo, como fora deste*” (Idem, p. 994).

²³⁰ Conseguimos localizar para São Vicente, entre 1886 a 1894, 68 autos de tutela. Alguns deles registrados em livro outros na forma de processos avulsos e dois casos onde conseguimos acompanhar o estabelecimento e o processo de gerenciamento dos bens dos menores através de inventários *post-mortem*.

Filho²³¹, que foi nomeado curador-*ad-litem*²³² e desempenhou a função até que o Juiz de Órfãos²³³ designou outra pessoa para substituí-lo. Uma das principais iniciativas do responsável legal foi publicar um edital no qual constava que os bens (entre eles os animais e terras) que haviam tocado aos menores, seriam arrendados pelo prazo de três anos, buscando assim agregar renda que possibilitasse a manutenção dos órfãos²³⁴. Em meados de 1892 ocorreu o leilão, sendo Gaspar Borges Fortes o arrematante de cento e sessenta e duas reses, seis cavalos, cinco potros, vinte e cinco éguas e as parcelas de campo legados aos herdeiros João, Laudelino, Belarmino, Bonifacio e Anna Rita. Naquela oportunidade o herdeiro José já havia atingido a maioridade legal, portanto já estava apto a receber seu quinhão na herança.

Em julho do ano seguinte, o Juiz Raimundo Victorino dos Santos intimou pela primeira vez João Alves Machado, a fim de proceder o juramento como tutor. Segundo o Juiz de Órfãos a escolha fora pautada no que estabelecia as Ordenações Filipinas a qual determinava que fosse escolhido “um homem bom do lugar, pessoa honesta e idônea, ao mesmo tempo por dispor de recursos, caso as rendas disponibilizadas pelo arrendamento das legítimas não chegassem para arcar com os gastos dos impúberes” (1870 Liv. IV, Tit. CII, p. 995). Além das características comportamentais e econômicas, deve também ter pesado o fato de haver uma relação de parentesco anterior e de morar nas redondezas. Todavia, o escolhido demonstrou certa relutância, na medida em que foram necessárias mais duas intimações até que ele se dirigisse a sede

²³¹ Encontramos o nome de João Vitorino Filho em duas oportunidades na condição de tutor. Em 1890 tornou-se o responsável por Innocência, de 8 anos, cujos pais haviam falecido. No ano seguinte lhe foi passada a responsabilidade da “*educação, encino e sustento do menor*” Júlio, de 10 a 11 anos de idade, de cor parda, filho natural da ex-escrava Eva. Além de Júlio, encontramos outras cinco crianças que o Juiz de Órfãos mandou retirar das famílias de seus antigos proprietários, por estarem utilizando os serviços dos menores de forma inapropriada.

MEMORIAL DO JUDICIÁRIO, **Livro de registro de tutelas**. São Vicente, a.1890 liv. 1, n.º 9.

MEMORIAL DO JUDICIÁRIO, **Livro de registro de tutelas**. São Vicente, a.1891 liv. 1, n.º 11.

²³² O “curador letrado” era uma forma especial de curadoria provisória. Segundo as Ordenações Filipinas a principal diferença entre Curador e Tutor era que o primeiro deveria gerenciar os bens, enquanto que o segundo caberia o cuidado com as pessoas (1870, Liv. IV, Tit. CII, p. 995).

²³³ O cargo de Juiz de Órfãos no Brasil foi regulamentado em 1731, sendo que a partir daquele momento as questões que envolvessem menores passariam a sua alçada. A principal legislação que durante muito tempo norteou os homens que desempenharam tal função foram as Ordenações Filipinas, que continuaram em vigor mesmo após o ocaso do Segundo Império, em 1889. Nesse sentido, segundo José Carlos da Silva Cardozo (2011), com a proclamação da república o cargo tornou-se uma função muito importante, pois zelava dos futuros cidadãos e cidadãs da república brasileira. Paralelamente, muitos o usaram como trampolim político, principalmente nas primeiras décadas do século XX, uma vez que se constituía numa das exigências básicas para ocupar tal função estava ligada a filiação junto ao Partido Republicano Riograndense.

²³⁴ AJC, **Inventário post-mortem de Honório de Oliveira Sanches ...** op. cit. ff. 86.

Dos 68 autos de tutela, 45 estiveram ligados a orfandade, porém houve 6 situações em que as razões da nomeação foram motivadas “*por não [se] poder sustentar*” ou “*devido ao estado de pobreza [em que se] encontrava*”.

do município, onde em abril de 1894 assumiu a autoridade sobre os órfãos e se colocou a disposição para servir como representante legal deles.

Quanto às razões da demora para prestar o juramento não nos foi possível verificar o motivo, visto que junto ao processo de tutela anexado no inventário de seus falecidos compadres, nenhuma razão foi explicitada. Uma das exigências para que pudesse assumir o papel de responsável pelos menores era o estabelecimento da hipoteca legal. Esta se constituía num dos principais compromissos assumidos pelo tutor e representava uma espécie de salvaguarda dos bens dos tutelados, que em casos de danos e prejuízos causados pelo administrador, seria utilizada de forma compensatória (Idem, p. 102). Para atender ao dispositivo legal procedeu-se ao arbitramento da escritura de um campo no Rincão de São Xavier, junto à margem esquerda do Jaguari, propriedade essa fruto de herança paterna²³⁵.

Uma das primeiras providências do tutor foi solicitar junto ao Juiz dos Órfãos o valor do arrendamento para poder cobrir algumas despesas dos menores. Pouco depois exigiu a entrega dos bens, tendo em vista que o prazo do arrendamento havia expirado²³⁶. Tal reivindicação só seria atendida em novembro de 1897, portanto cerca de dois anos após o contrato ter vencido, não deixando o tutor João Alves Machado de protestar sobre as condições dos animais que estavam sendo entregues. Outra crítica ficou por conta da “devastação completa da propriedade, porque ninguém faria semelhante arrendamento senão para tirar as vantagens possíveis com a destruição dos matos”²³⁷. Concomitantemente pediu autorização para vender os animais. Mesmo que eles não apresentassem as melhores condições, era um bom momento para negociá-los “aproveitando-se da alta de preço em que se acham os gados neste Estado”²³⁸. Destarte, a venda também foi justificada para evitar “prejuízos de estravios ou baixa de preços, ou qualquer outra eventualidade”²³⁹.

Em março de 1897 o processo de arrematação dos animais foi realizado e uma vez procedida à venda o resultado foi recolhido aos cofres públicos²⁴⁰. O negócio atingiu a importância de 391\$520 réis (£ 18,75) que foi depositado junto à alfândega de Porto Alegre. Tal soma só foi resgatada na medida em que os tutelados foram atingindo

²³⁵ APERS, **Livros notariais de transmissões e notas**. São Vicente, 1º tabelionato, a. 1894, liv. 9A, ff. 10v.-11r.

²³⁶ AJC, **Inventário post-mortem de Honório de Oliveira Sanches ...** op. cit. ff. 119

²³⁷ Idem, ff. 121.

²³⁸ Ibidem.

²³⁹ Ibidem.

²⁴⁰ APERS, **Livros notariais de transmissões e notas**. São Vicente, 1º tabelionato, a. 1897, liv. 15, ff. 4 r e v.

a maioria legal. Esse processo teve início com João de Oliveira Sanches, no ano de 1900, e se encerrou com Anna Rita de Oliveira Sanches, em 1905, sendo que a cada parcela paga o tutor procedeu à prestação individualizada das contas. Ao longo dos oito anos em que o dinheiro ficou depositado os juros possibilitaram que a quantia atingisse a cifra de 1:174\$620 réis (£ 56,26), com um rendimento de 783\$040 réis (£ 37,59). Quantia essa que em boa parte deve ter sido usada para custear as despesas que chegaram a 636\$620 réis (£ 30,42), concentrando-se, conforme os recibos, em tecidos, remédios e alimentos. Por fim, cabe destacar que as contas apresentadas foram aprovadas pelo curador geral e logo após a prestação das contas da caçula Anna Rita, o tutor foi liberado da hipoteca legal e dispensado da tutela.

Diante da inexistência de testamento e de nenhum parente maior de idade ter apresentado requerimento para exercer a função²⁴¹, a relação de tutela que João Alves Machado esteve submetido chamava-se dativa, isto é, o juiz de órfãos “constrangeu” o tutor a guardar e administrar os órfãos e as legítimas que teriam direito no inventário de seus falecidos pais. Nesses casos “não serão obrigados ter as ditas Tutorias contra suas vontades mais que dous annos continuos. E acabando os dous annos, o Tutor requererá logo ao Juiz dos Orfãos, que se de outro Tutor ao órfão” (ORDENAÇÕES FILIPINAS, 1870, Liv. IV, Tit. CII, p. 1002 e 1003).

Esse tipo de tutela era válida por dois anos, e não encontramos nenhuma informação em relação à sua renovação. Contudo, no caso ora analisado, o compadre João desempenhou o papel de tutor por um período de 11 anos. Poderia ter sido dispensado bem antes, porém manteve-se no cargo até que todos os menores se tornassem púberes. As razões que o levaram a tomar tal decisão são incertas, mas deve ter pesado a solidariedade de parentesco (LEVI, 2000). Ou seja, as relações de vizinhança seladas por meio do parentesco fictício²⁴², assim, a condição de padrinho do menino Belarmino deve ter contribuído para a prorrogação do compromisso. Haja vista que uma das obrigações do padrinho, segundo as Constituições Primeiras do

²⁴¹ Essa situação foi percebida para as relações de tutela dos filhos do Major José Fernandes Junior, os filhos menores José Crispim, José, Rita, Junia, Pedro e Carcinio inicialmente ficaram sob a responsabilidade da avó Dona Theodora d’ Oliveira Jardim, depois do meio irmão dos menores Rufino Leivas Fernandes, na sequência foi a vez do tio Faustino Ciriaco Jardim e por último de Antonio Prestes Filho que não possuía nenhum tipo de relação de parentesco com as crianças.

AJC, *Inventário post-mortem do major José Fernandes Junior...* op. cit. ff. 137r-157r.

AJC, *Inventário post-mortem de Cristina Alves Jardim*. São Vicente, a. 1898, cx. 345, n.º 22, ff. 30r-42v.

²⁴² Para as três primeiras décadas do século XX, Cardozo (2011) percebeu para Porto Alegre, que em 40% das relações de tutela havia algum tipo de parentesco sanguíneo, afim ou espiritual entre o menor e o tutor.

Arcebispado da Bahia (DA VIDE, 1707, Tit. XXI, § 64), era o compromisso moral de orientá-los na fé cristã, e em casos de falecimento dos pais poderia cuidar também da parte material.

* * *

Ao longo deste capítulo buscamos trazer a cena “sinais” que fizeram parte da trajetória do núcleo familiar dos Oliveira Sanches. De modo especial do cidadão Honório, que assim como dezenas de outros agentes históricos se valeu da prática costumeira da ocupação primária, junto aos matos da Serra de São Xavier, para garantir uma parcela de terras onde se estabeleceu e constituiu família.

O casamento com Paulina, moça oriunda de uma família de posseiros, que também figurava entre os setores subalternos daquela sociedade, representou a confirmação de teias de vizinhança. Ademais, abriu a possibilidade para que os cônjuges tivessem filhos que foram registrados junto aos assentos na condição de legítimos. A prole do casal tendeu a ser batizada tardiamente, acompanhando uma tendência verificada para os demais registros, que apresentaram uma média geral de 29 meses e 21 dias. Buscamos explicar o batismo tardio principalmente a partir do recurso aos batizados em casa.

Ainda transitando na seara dos batismos, demonstramos a sazonalidade dos nascimentos e batizados. Verificamos que em termos de nascimentos os percentuais eram muito próximos. Porém, ao olharmos os meses onde ocorriam os batizados encontramos uma grande variação, sendo que o mês de julho foi o que apresentou a maior ocorrência de neófitos recebendo o primeiro dos sacramentos. Acreditamos que o aumento da busca pelo batizado no referido mês esteve ligada a uma retração das atividades econômicas que ocorria naquela época do ano.

Ao analisarmos o comportamento compadresco dos Oliveira Sanches verificou-se uma tendência de privilegiar pessoas de fora do ramo familiar, dentro de uma lógica de afirmação social junto a pessoas que apresentavam patrimônio material e cabedal social superior ao deles. Entre os escolhidos para estreitar laços através do parentesco simbólico destacamos a conexão com o Major José Fernandes Junior, relação que nos serviu de pretexto para olharmos a presença de patentes militares nos assentos, nos quais constatamos um baixo número desta forma de distinção nas atas de batismo de São Vicente. Ainda dentro das malhas de relações tecidas pelo posseiro cidadão,

analisamos as urdiduras estabelecidas junto aos Alves da Conceição sob a égide da ratificação de teias de vizinhança. Redes essas que foram acionadas até mesmo em meio à morte, na medida em que alguns membros da prole de Honório e Paulina foram enterrados no cemitério particular dos Alves.

O inventário *post-mortem* dos cônjuges nos possibilitou verificar o perfil do patrimônio. Entre os bens destacamos as terras, o pequeno rebanho, a presença de madeira serrada e a existência de carretas, o que nos sugeriu uma dimensão pluriocupacional. Entre as contas apresentadas no inventário, destacamos as despesas contraídas junto à farmácia situada na sede do município de São Vicente nos três meses que antecederam a morte de ambos, o que nos sugeriu um período de doença antes que Honório e Paulina encontrassem a única “certeza incerta desta vida”.

Por último, abordamos os “enredos tutelares” que se estabeleceram a partir do momento em que o compadre João Alves Machado se tornou o representante legal de cinco dos oito filhos que os consortes haviam deixado. Na relação de tutela destacamos o tempo em que serviu como tutor bem como as estratégias empreendidas a fim de preservar o capital que lhes havia tocado nos fazendo pensar na consubstanciação do compromisso de “zelar e cuidar” que anos antes já havia assumido junto a pia batismal quando apadrinhou o menino Belarmino.

Capítulo 4

UM CERTO CAPITÃO JOÃO

Montava um alazão, trazia bombachas claras, botas com chilenas de prata e o busto musculoso apertado num dólmã militar azul, com gola vermelha e botões de metal. [...] sua espada, apresilhada aos arreios, rebrilhava ao sol [...] e o lenço encarnado que trazia ao pescoço esvoaçava no ar como uma bandeira.

Érico Veríssimo

Nesta parte do trabalho a análise será direcionada para um certo Capitão João Victorino Filho²⁴³, do qual iremos destacar as ações enquanto oficial da Guarda Nacional, como um dos espaços de atuação que lhe permitiram estreitar relações de clientela e angariar notoriedade social. Prestígio esse trabalhado como um dos responsáveis pelo expressivo número de relações de compadrio/apadrinhamento por ele protagonizadas. A documentação da milícia cidadã também nos auxiliou na abordagem das atividades econômicas que ele desenvolveu, assim como do processo de transição da função de criador para negociante, buscando verificar de que forma isso repercutiu no seu círculo de compadrio.

Veremos que este Capitão era um “verdadeiro especialista na arte de apadrinhar”, uma vez que junto aos assentos da freguesia de São Vicente contou-se 57 nos quais ele desempenhou o papel de padrinho. Tal fato nos servirá para trazermos a baila as figuras dos padrinhos e madrinhas preferenciais, destacando o compadrio enquanto estratégia familiar, na qual o número de apadrinhamentos tendia a demonstrar a importância social do grupo familiar. Em relação às madrinhas, destacaremos o par predileto do Capitão João, Dona Nimpha Victorina dos Santos, apontando quais as razões que contribuíram para que se tornasse uma “mãe espiritual” muito prestigiada.

A escritura de perfilhação dos filhos que o Capitão João teve com Mathilde dos Reis, nos possibilitará discorrer sobre as práticas de legitimação e as razões que levavam os pais a reconhecerem seus filhos bastardos. O casamento sacramentado na igreja com Carolina da Silva nos permitirá tratar dos padrões de compadrio adotados no momento de escolher quem seriam os padrinhos dos filhos que o Capitão teve com suas duas mulheres. No que toca a prole deste personagem, enfatizaremos a habilitação de

²⁴³ Mesmo tendo sido indicado para o posto de Coronel da Guarda Nacional a maioria dos documentos que tivemos acesso fez menção ao posto de Capitão, patente que ostentou junto à milícia cidadã por mais de duas décadas.

casamento civil de Joaquina Victorino, que nos permitirá analisar as uniões civis e as repercussões que elas tiveram nos assentos batismais.

E nos momentos derradeiros do capítulo trataremos das teias profissionais nas quais o Capitão João estava envolvido e a forma como elas eram acionadas. Buscaremos responder quem eram seus compadres e quais eram as suas ocupações econômicas. No que toca as questões econômicas destacaremos o expressivo número de escrituras registradas. De modo especial, aquelas que tratavam da compra e venda nos serviram para demonstrar o padrão de investimentos do personagem. Porém, daremos destaque também às escrituras de hipotecas relacionadas aos empréstimos feitos a partir do final da década de 1880 e início da década de 1890, momento em que o cabedal social do personagem esvaiu-se na medida em que o mesmo foi se endividando.

4.1 “O fardão vistoso, os bonés galantes, o coruscar das dragonas, o tintinar das espadas roçagantes”²⁴⁴: A Guarda Nacional e as teias de clientela

Mesmo não encontrando o registro de batismo de João Victorino Filho, conseguimos através do cruzamento com outros documentos (Guarda Nacional e Registros de casamento²⁴⁵), apurar que ele nasceu no ano de 1834, possivelmente na condição de primogênito do casal João Victorino dos Santos e de Dona Joaquina Carolina Fagundes (ver genealogia 7). Entre o ano em que veio ao mundo e 1862, dele nada sabemos. Para o ano por último referido encontramos uma relação de conduta de João Victorino dos Santos Junior junto a documentação do 26º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional, na qual desempenhava a função de furriel, posto que havia ascendido dois anos antes. Vivia na condição de solteiro, profissão criador, e apresentava rendimento de um conto de réis.

Ainda na relação de conduta constava que apresentava “Saude: boa; Inteligência: Inteligentíssimo, cumpre bem seus deveres e instrução regular. Hé ativo e inteligente, boa conduta”²⁴⁶. Essa foi a única vez que o encontramos como Santos Junior, cabe dizer que é possível comprovar de que se tratava do personagem principal desta parte do trabalho graças aos nomes dos pais que se faziam presentes na referida fonte. A troca, redução ou incorporação de sobrenomes era uma possibilidade que se apresentava ao

²⁴⁴ Adaptado de Oliveira Viana (2005, p. 218).

²⁴⁵ AASM, **Registro de casamento de João Vitorino Filho e Carolina da Silva**. São Vicente, a. 1883, liv. 1, ff. 56v., n.º 7.

²⁴⁶ AHRS, **Guarda Nacional**. São Gabriel, a. 1862, m. 98.

indivíduo que poderia significar a opção de pertencimento a um costado familiar (MENEGAT, 2009).

Em 1865 João Victorino Filho passou a condição de Tenente da 2ª Companhia e foi ocupando esse posto que rumou para fronteira, juntamente com outros integrantes do regimento de cavalaria onde servia. Entre eles seu irmão Raimundo Victorino dos Santos e Luis Gonçalves das Chagas Filho²⁴⁷, onde pouco depois entraram em combate com as tropas paraguaias, próximo a Vila de São Borja²⁴⁸. Ainda em 1865 João Victorino Filho e Luis Gonçalves das Chagas Filho foram dispensados e retornaram para casa. Após o retorno João teve seu nome envolvido em dois episódios onde foi acusado de acobertar desertores. Embora o primeiro deles já tenha sido abordado em nossa dissertação de mestrado (UBERTI, 2011), julgamos importante trazer a tona novamente esse episódio, pois há uma relação direta entre os dois acontecimentos.

Em janeiro de 1867, o oficial da Guarda Nacional João Victorino Filho teria sido pego de surpresa durante uma reunião que ele teria organizado com dezenas de desertores nas margens do Rio Toropi, mais precisamente na altura do passo de São Lucas que dava passagem ao Rincão de São Pedro, naquele momento distrito pertencente ao município de Santa Maria da Boca do Monte. Não fica explícita na documentação a forma como o subdelegado do 3º distrito de Santa Maria ficou sabendo do encontro. O fato é que quarenta desertores (trinta e dois guardas nacionais e oito soldados do Exército) foram aprisionados e reconduzidos ao serviço das armas. Em relação às formas de recrutamento no Brasil oitocentista, José Murilo de Carvalho destaca que enquanto na milícia cidadã os guardas nacionais passavam por um processo

²⁴⁷ Um dos onze filhos que Luis Gonçalves das Chagas teve com Ana de Avila das Chagas. Pelos “serviços prestados a nação” durante a guerra com o Paraguai Luis Gonçalves das Chagas foi agraciado com o título de Barão de Candiota (VARGAS, 2010). Em trabalho anterior exploramos as malhas que envolviam os ramos familiares dos Victorino dos Santos e os Gonçalves das Chagas que foram unidos não somente pela guerra, mas através do casamento de Dona Maria Luiza Victorina dos Santos e Januário Gonçalves das Chagas (ver genealogia 8). Além disso, João Victorino Filho foi tratado como mediador do Partido Liberal junto a São Vicente, num tramado em que possivelmente mobilizava seus colegas de farda e seus compadres a fim de conseguir votos para a facção da qual fazia parte. Em relação às eleições observamos, através dos nomes presentes nas atas de votação, que a facção tendia a chegar junta para votar. O que foi trabalhado como uma estratégia que protegia os integrantes do grupo e que simultaneamente demonstrava força. No que toca os resultados dos pleitos encontramos, em 1871, João Victorino Filho e Luis Gonçalves das Chagas fazendo parte de um seletor grupo de 14 eleitores qualificados junto à mesa de São Gabriel (UBERTI, 2011).

²⁴⁸ AHRS, **Correspondência enviada pelo General David Canabarro ao Comandante do 26º de cavalaria Tenente Coronel Sezefredo Coelho Alves de Mesquita...** op. cit.

de qualificação²⁴⁹, os praças do Exército²⁵⁰ eram recrutados “quase sempre pela força, ou a laço, como se dizia na época” (1980, p. 148).

José Iran Ribeiro (2013) concorda que a maior parte dos soldados era forçada a servir no Exército e na Armada, porém defende que diante da inexistência de “instituições públicas capazes de coordenar essa tarefa diretamente, as autoridades imperiais dependiam da ação de uma rede de intermediários, cuja lealdade vinculava-se mais fortemente a fatores locais” (Idem, p. 15). Desse modo, a forma mais eficiente para se conseguir homens era através das redes de relações que se mantinham com notabilidades provinciais e locais. Assim, no entendimento de Ribeiro, “o recrutamento para o Exército transcendeu a simples coerção. Os brasileiros eram soldados relutantes, é verdade, mas essa constatação isolada oferece explicação apenas parcial às diferenças na contribuição provincial ao esforço de guerra” (Ibidem).

Victor Izeckshon (2013) destaca que entre as principais razões para que ocorressem deserções estavam às doenças, os desmandos dos comandantes, a violenta disciplina que incluía açoites e fuzilamentos, a precariedade em termos de uniformes, armamentos e equipamentos, os atrasos e não recebimento dos soldos, sobreviver com rações escassas, ser mobilizado para lugares distantes o que gerava o medo de morrer longe de casa e ser enterrado como anônimo. Mas sem dúvida nenhuma a razão principal passava pela questão do desamparo familiar. A ausência dos varões por períodos prolongados poderia criar dificuldades de sobrevivência aos que haviam ficado. Após desertar, muitos se dirigiam as cidades onde buscavam esconder-se em meio ao “tumulto das gentes, no interior viviam com o mínimo necessário, protegidos pelas vastidões das terras devolutas e pelas redes de solidariedade e cooperação criadas para a proteção e sobrevivência mútuas” (RIBEIRO, 2013, p. 30).

Ao apresentar sua defesa, o Tenente João Victorino Filho disse que estava de passagem pelo local, e que seu destino era a Vila de Rio Pardo, onde deveria entregar

²⁴⁹ O ser “chamado para os serviços” da milícia cidadã era “*um sinal de status político e social [...] um reconhecimento público de que o indivíduo era um cidadão ativo naquela sociedade, comprometido com a ordem estabelecida, e não um desordeiro*” (RIBEIRO, 2005, p. 191).

²⁵⁰ Já os que serviam na chamada 1ª linha do Exército, exerciam a atividade de forma “profissional”, dedicando-se “*prioritariamente a isso, recebiam soldo e artigos necessários para o desempenho da função, sendo que a maior parte dos efetivos, os soldados, era incorporada por meio do recrutamento forçado e boa parte dos oficiais superiores oriunda da academia militar, tendo por função atuar nas defesas externa e interna*” (RIBEIRO, 2014, p. 59). Segundo Paulo Moreira o recrutamento para servir no Exército e na Armada longe de ser uma prova de coragem ou um prêmio apresentava um caráter disciplinador, pois era destinado a “*elementos insubmissos e que, a fim de não perturbarem mais o sossego público*” (2009, p. 46). Outro elemento que Moreira ressalta é sobre os ombros de quem recaía o recrutamento, pois os praças eram oriundos principalmente das “*camadas mais baixas da população*” (Idem, p. 48).

mercadorias carregadas nas quatro carretas de sua propriedade, que foram impedidas de seguir viagem pelo Subdelegado e os asseclas que o acompanhavam. Segundo a sua declaração, quando chegou ao passo, os desertores já haviam sido aprisionados e a única coisa que fez foi interceder por Ignacio de Tal, por se tratar de um conhecido seu. Justificou que o rapaz não fosse conduzisse de volta “ao serviço da guerra”, pois era “filho de uma pobre viuva com nome Rosa, Família de quem é único arrimo”²⁵¹. A intercessão feita em favor de Ignácio teria levado a autoridade policial a reagir com truculência. Mais do que isso, teria motivado a falsa acusação de reunir desertores e incitar “suas gentes” a não servir a pátria.

No ofício no qual apresentou sua defesa disse ainda que seu procedimento de interceder em favor do miliciano fora correto, pois “se isso fis foi baseado no aviso ultimamente publicado pelo *Excelentíssimo Senhor* Presidente da Província [...] que mandava fossem dispensados do servisso de Campanha os Guardas Nacionais n’ aquelas condições”²⁵². Argumentou também que as falsas acusações imputadas a sua pessoa eram baseadas no relato de Ladislau de Tal. O depoimento da testemunha apresentada pelo Subdelegado deveria ser desconsiderado, pois se tratava de um *correntino*, que por ser castelhano sua palavra não era de grande valia²⁵³.

A documentação encontrada não nos permite saber qual foi o grau de participação de João Victorino Filho na dita reunião, se foi o responsável pelo encontro ou se sua presença ali só ocorreu “por obra do destino”, o mais absoluto acaso, estava passando pelo local e realmente tinha como objetivo chegar ao município de Rio Pardo, para onde transportava mercadorias. Talvez as duas coisas se entrelaçassem e a presença das carretas lhe deu um álibi muito seguro. Todavia, existe uma questão nas entrelinhas da contenda, que torna o comportamento do Tenente João suspeito. Na condição de oficial da milícia cidadã deveria ter auxiliado a autoridade policial na captura daqueles que haviam fugido da guerra, não o fez, pelo menos em nenhuma das versões isso foi

²⁵¹ AHRS, **Guarda Nacional**. São Gabriel, a. 1867, m.58.

²⁵² Idem.

²⁵³ Mariana Flores (2012) em seu estudo sobre a criminalidade na fronteira meridional, entre 1845 a 1889, ao tratar sobre indivíduos naturais da província de Corrientes na Argentina destacou que *correntino* estava entre as expressões mais recorrentes nos processos crime. Segundo Flores nos casos em que a identidade provincial prevalecia, sendo assumida como nacionalidade, constituía um processo que demarcava alteridade. Ao mesmo tempo a autora defende que essa movimentação dos fronteiriços foi uma das formas que muitos deles encontraram para “manejar a fronteira”, uma vez que “*muitos individuos frequentemente utilizaram aquele espaço como lugar de fuga e esconderijo para delitos como roubos, dívidas, homicídios ou brigas, deserções, etc. A estratégia da fuga e esconderijo através da fronteira era reforçada pela ausência de tratados internacionais que estabelecessem as extradições de criminosos e desertores*” (Idem, p. 74).

dito. Pelo contrário, intercedeu por Ignácio a fim de que o mesmo fosse libertado, alegando a importância que ele tinha no sustento de sua mãe, uma pobre viúva, e de seus muitos irmãos.

Em março de 1867 João teve que dar explicações para seu comandante sobre outra denúncia que fazia menção a deserção. Desta vez, a suspeita recaía sobre um dos peões que o acompanhava na condução de uma tropa rumo ao município de Pelotas. No ofício remetido ao Tenente Coronel Francisco Pereira de Machado informava que “o attestado que junto a este officio, mostrará a *Vossa Senhoria* que o próprio é correntino”²⁵⁴. Diante disso defendia que a suspeita “que pairava sobre minha reputação fica assim dissipadas e eu espero que *Vossa Senhoria* dignará fazer chegar ao conhecimento do *Excelentíssimo* Governo da Provincia a verdade do que ocorreu, para que não continue a fazer de mim juízo que não mereço”²⁵⁵. Novamente o Tenente teria encontrado o Subdelegado de Polícia do distrito do Rincão de São Pedro, que desta vez havia detido um de seus peões na localidade de Pau Fincado. Os dois casos foram encerrados, pois no entendimento de seu comandante, havia “inexatidão de taes accuzações, as quaes bem me surprehenderão por ser este official um maço [*sic*] de excellentes qualidades”²⁵⁶.

Em menos de dois meses João Victorino Filho foi acusado duas vezes de acobertar desertores. Cabe mencionar que na documentação da Guarda Nacional em momento algum se faz menção ao nome do Subdelegado, o que de certa forma já desclassificava o indivíduo que não deveria contar com “força implícita do nome”. Possivelmente um desafeto do oficial da milícia cidadã, haja vista que, o local da segunda abordagem já ficava fora de sua jurisdição. Convém ressaltar também que o nome do peão que o acompanhava na condução dos animais não é mencionado, apenas que se tratava de um indivíduo genérico, um *correntino*.

A presença desses dois sujeitos estrangeiros nos faz pensar na porosidade da fronteira, um lugar fluído e dinâmico onde indivíduos e famílias se estabeleciam e labutavam em diferentes atividades a fim de garantirem a sobrevivência. Os registros de batismo de São Vicente de certa forma nos mostram que até o final da década de 1860, além de Corrientes, havia principalmente homens que vinham de Entre Rios e do Estado Oriental. Após a guerra com o Paraguai passou a se fazer menção a mulheres oriundas

²⁵⁴ AHRS, *Guarda Nacional*. São Gabriel, a. 1867, m.58.

²⁵⁵ Idem.

²⁵⁶ AHRS, *Guarda Nacional*. Santiago, a. 1867, m.113.

daquele país, possivelmente na mesma situação da já citada Francisca Dolores Caballero que foi trazida pelo Capitão João Antônio de Oliveira.

Outro ponto que os dois episódios de suposta proteção a desertores demonstram, é o consórcio de atividades desenvolvidas pelo oficial miliciano. A primeira vez que foi abordado João estava transportando mercadorias numa antiga rota que cruzava boa parte da província, articulando a região central a porção leste do Rio Grande do Sul. Mesmo que não tenhamos conseguido descobrir que tipo de produtos eram transportados nas carretas, tratava-se de uma carga considerável, uma vez que o pequeno comboio era formado por quatro veículos, sendo que para tanto, além dele eram necessários pelo menos mais três pessoas. Não fica claro se o personagem estava conduzindo uma carreta ou se estava acompanhando o grupo, o que se depreende da documentação é que os veículos eram de sua propriedade. No segundo episódio, ele estava conduzindo uma tropa em direção ao município de Pelotas, possivelmente para ser abatida em alguma charqueada, pois fevereiro era um dos meses onde os animais eram levados até aqueles estabelecimentos produtivos para o posterior abate e produção do charque (VARGAS, 2013a).

Nas três qualificações da Guarda Nacional que encontramos João Victorino Filho, no período de 1862 a 1872, em todas elas o ofício registrado foi o de criador²⁵⁷. O valor informado nas qualificações tendeu a cair, inicialmente era um conto, depois meio conto e em 1872 foram apenas duzentos mil réis. A partir do ano seguinte passou a aparecer na condição de negociante, sendo qualificado com renda equivalente a meio conto de réis²⁵⁸. Há que se destacar também a mobilidade do sujeito, pois em 1862 era morador do 4º distrito de São Gabriel (distrito denominado de Rincão de São Vicente), mais precisamente no 2º quarteirão, nas qualificações de 1869 e 1873 sua residência passou a ser no 7º quarteirão e em 1874 havia voltado para o 2º quarteirão. Por volta de 1880, conforme sugerem os registros cartoriais, passou a residir na Vila de São Vicente.

Embora fique subentendido que o possível conluio com desertores tenha chegado até a capital da província, o “maço [sic] de excelentes qualidades” foi determinante para que a investigação fosse encerrada. Os préstimos de João Victorino Filho também foram determinantes para que chegasse a Capitão em 1871. A

²⁵⁷ AHRS, **Guarda Nacional**. São Gabriel, a. 1862, m. 98.

AHRS, **Guarda Nacional**. São Gabriel. a. 1869, m.83, n.º 845.

AHRS, **Guarda Nacional**. São Gabriel, a. 1872, m. 84, n.º 1231.

²⁵⁸ AHRS, **Guarda Nacional**. São Gabriel, a. 1873, m. 58, n.º 1069.

AHRS, **Guarda Nacional**. São Gabriel, a. 1874, m. 59, n.º 1054

justificativa principal apresentada foi a de que “prestou bom serviço na campanha do Paraguai”²⁵⁹. Mesmo ficando, ao que tudo indica, poucos meses no *front*, tendo seu nome envolvido em situações com desertores, não figurando nas listas daqueles que concederam alimentos para as famílias dos guardas nacionais pobres²⁶⁰ ou daqueles que forneceram montarias para os corpos de cavalaria e gado para o município das tropas²⁶¹. O que nos faz propugnar que os critérios de promoção estavam diretamente atrelados as redes clientelares nas quais estava envolvido.

Quanto ao poder militar, João Victorino Filho, no princípio da década de 1890, foi indicado para ocupar o posto de comandante superior do 36º corpo de cavalaria²⁶². Porém, só conseguimos encontrar seu nome sendo sugerido para usar as dragonas de Coronel, não sabemos se a indicação foi aceita. Depois a documentação garimpada dá um salto e quando as informações sobre a Guarda Nacional de São Vicente reaparecem, isso no ano de 1902, seu nome não figurava mais nem no quadro da reserva²⁶³. Ao discorrermos sobre o papel que as dragonas presentes no “fardão vistoso” da milícia cidadã tiveram no processo de notoriedade social obtida pelo Capitão João recorreremos aos escritos de Luis A. Farinatti, que nos diz “que o reconhecimento social através dessas patentes não era bem fartamente distribuído naquela sociedade. Ao contrário, constituía uma marca de distinção” (2014b, p. 83). Em meio a centenas de nomes presentes nas listas de qualificação, João Victorino Filho se sobressaiu, talvez chegando ao topo.

Mas a trajetória do personagem não ficou marcada somente pela sua atuação como oficial da Guarda Nacional e pelas atividades econômicas ligadas à pecuária e a venda de mercadorias. Ele encontrou tempo também para se tornar um padrinho de prestígio.

4.2 “Um verdadeiro especialista na arte de apadrinhar”: os padrinhos preferenciais

Se o número de vezes que um indivíduo comparecia a pia batismal indicava o seu prestígio, o Capitão João parece ter sido alguém muito estimado e de extrema

²⁵⁹ AHRS, *Guarda Nacional*. São Gabriel, a. 1871, m. 98.

²⁶⁰ AHRS, *Guarda Nacional*. São Gabriel, a. 1867, m. 113.

²⁶¹ AHRS, *Guarda Nacional*. São Gabriel, a. 1865, m. 103.

²⁶² AHRS, *Guarda Nacional*. São Vicente, a. 1894, m. 63.

²⁶³ BRASIL, *Indicação para oficiais da Guarda Nacional - comarca de São Vicente*.... op. cit. ff. 2708.

confiança. Um verdadeiro “especialista na arte de apadrinhar”, na medida em que entre os registros da capela/matriz de São Vicente contou-se 57 cerimônias nas quais apareceu na condição de pai espiritual, ocupando o segundo lugar entre os padrinhos preferenciais daquela localidade. O que nos sugere que ele detinha um bom capital relacional e desta forma uma posição de prestígio no contexto de uma vizinhança alargada. Fábio Faria Mendes defende que não devemos levar em conta somente o aspecto quantitativo, uma vez que “o *score* individual de prestígio [...] é determinado não apenas pelo número de vezes que um indivíduo é escolhido como padrinho, mas também pelo *score* de prestígio daqueles que o escolheram” (2012, p. 61).

Nesse sentido, o Capitão João iniciou sua trajetória como pai espiritual em 1861, quando batizou Jerônimo²⁶⁴, filho legítimo do abonado estancieiro Jerônimo Pereira de Quadros e Dona Domingas Martins de Quadros. O último assento que encontramos seu nome foi em 1894, na cerimônia onde batizou Mariano²⁶⁵, filho natural de Manuela Centurião, ano em que ele sumiu dos registros de batismo como agente apadrinhador. Conforme dito a pouco, mesma época em que desapareceu dos documentos da Guarda Nacional. Ao dividirmos o número de afilhados pelo número de anos em que se fez presente junto a pia batismal na condição de padrinho, chegamos a 1,72, uma média de quase dois afilhados por ano. Do total apresentado, cinquenta e quatro relações de apadrinhamento foram feitas entre 1861 a 1884, ou seja, a partir de meados da década de 1880 a figura do oficial miliciano perdeu força como padrinho preferencial. Especula-se que talvez a idade tenha pesado, padrinhos velhos tendiam a perder espaço (HAMEISTER, 2006).

Ao analisarmos o sexo dos batizados constam 31 meninos, enquanto que as meninas foram em número de 26. Ao nos determos nos nomes dados aos batizados do sexo masculino, dos 31 meninos somente quatro receberam a mesma graça do padrinho João Victorino Filho. Diante dessa situação uma pergunta se impõe: se repassar o prenome ao batizando era uma forma de distinção social, conforme trabalharemos de forma mais detida no próximo capítulo, por que o nome do padrinho não era repassado a todos os afilhados? Entre as possíveis respostas especulamos que havia hierarquias entre os afilhados que em muito decorriam do *status* da família de sangue do batizando. Assim, havia certa seletividade na transmissão do prenome, pois mesmo que o nome

²⁶⁴ AMDB, **Registro de batismo de Jerônimo**. São Gabriel, freguesia de São Vicente, a. 1861, liv. 7b, ff. 20v., n.º 69.

²⁶⁵ AASM, **Registro de batismo de Mariano**. São Vicente, a. 1894, liv. 4, ff. 47r., n.º 74.

fosse um bem simbólico, que possibilitava o padrinho ser reconhecido através do afilhado, ele era repassado com cuidado, justamente para aqueles que poderiam fazer “bom uso” da graça recebida.

Silvia Brügger enfatiza outro aspecto ao tratar de padrinhos com muitos afilhados, qual seja o diferente grau de proximidade que havia entre o padrinho e seus afilhados. No entendimento da autora, havia nesses casos “graus e intensidade variáveis, para os quais contribuíram os outros tipos de laços e relações cotidianas que os envolviam” (2007, p. 312). Isto é, mesmo havendo um grupo de afilhados havia aqueles que tendiam a estar mais próximos de seu padrinho, tudo variava de acordo com o tipo de laço que unia seu pai e mãe biológicos e o pai espiritual. É impossível sabermos qual o nível de proximidade entre João Victorino Filho e seus afilhados, mas especula-se que os liames com os sobrinhos Nimpha²⁶⁶ e Luiz²⁶⁷ devem ter sido bem mais intensos do que daqueles que não possuíam laços de consanguinidade com o padrinho.

Outro elemento que chama atenção é a condição jurídica dos afilhados, ela foi informada para 42 batizados e em apenas uma oportunidade apadrinhou uma criança escrava, tratava-se de Luisa, filha natural de Maria, que era escrava de Maria Domingas Pereira²⁶⁸. O que possivelmente seja explicado pelo fato de que os escravos estavam entre as *mercadorias* que João Victorino Filho negociava, conforme veremos mais adiante. O restrito número de batizados a rebentos com ascendência africana foi perceptível também ao observarmos que apenas duas batizadas foram classificadas como pardas, enquanto outros 26 eram brancos e 12 índios. Aliás, o Capitão João foi quem mais apadrinhou aqueles que foram classificados como índios. Nos 17 casos restantes ocorreu o silenciamento sobre a cor, que em parte se explica pelo fato de que foram cerimônias realizadas após 1880, ano em que o padre Boaventura parou de apontar nos assentos o atributo qualificativo da cor.

Em relação às madrinhas que mais se fizeram presentes ao lado dele, destaca-se sua segunda mulher, Carolina da Silva, em seis oportunidades, e sua irmã Nimpha Victorina dos Santos, em oito ocasiões. A pouca idade não se constituiu num empecilho para que Nimpha começasse sua participação como madrinha quando tinha de 10 para

²⁶⁶ AASM, **Registro de batismo de Nimpha**. São Gabriel, freguesia de São Vicente, a. 1874, liv. 11b, ff. 63v., n.º 406.

Filha de José Maria Machado de Bittencourt e Dona Maria Victorina dos Santos.

AASM, **Registro de batismo de Luiz**. São Vicente, a. 1876, liv. 1, ff. 7v., n.º 40.

Filho de Januário Gonçalves das Chagas e Dona Maria Luiza Victorina dos Santos Chagas.

²⁶⁷ AASM, **Registro de batismo de Luiz**. São Vicente, a. 1876, liv. 1, ff. 7v., n.º 40.

²⁶⁸ AASM, **Registro de batismo de Luisa**. São Vicente, a. 1870, liv. 10a, ff. 80r., n.º 42.

11 anos. Idade inferior aquela que era estabelecida pelas Constituições Primeiras que determinavam que “o padrinho não será menor de quatorze anos e a madrinha não será menor de doze” (DA VIDE, 1707, Tit. XVIII, § 64). A flexibilização em torno da idade mínima fora encontrada também por Martha Hameister (2006) para a freguesia de Rio Grande, assim como por Carla Menegat (2009) para a freguesia de São Francisco de Paula.

Segundo Hameister a menina poderia começar a amadrinhar a partir do recebimento do sacramento da eucaristia, após ter comungado deixava de “integrar a faixa etária caracterizada como ‘inocente’. Não sendo inocentes, podiam ingressar na vida plena da comunidade, gozando de nome, sobrenome e da possibilidade de virem a batizar alguém” (2003, p. 8). O ato de meninas começarem a amadrinhar em tenra idade se tratava de uma estratégia geralmente adotada por famílias de elite, que poderia servir a dois propósitos. O primeiro deles dizia respeito ao processo de estruturação de redes de relações familiares, pois ao começar batizar desde muito cedo a menina poderia atrair mais aliados para seu núcleo familiar. O segundo passava pela valorização da própria menina, tendo em vista que o “número de oportunidades que a mulher havia servido como madrinha implicava diretamente na sua valorização enquanto noiva, pois quanto maior o número de afilhados, mais expressivo seria o patrimônio imaterial que ela agregaria a sua nova casa” (HAMEISTER, 2006, p. 287).

O número de amadrinhamentos desenvolvidos por Nímpha, que desde o primeiro batizado foi tratada como Dona, ficou em 30, destes, 13 eram meninos e 17 meninas. A condição de filiação dos batizados ficou disposta da seguinte forma: uma menina oriunda de relacionamento legalizado de acordo com a lei civil²⁶⁹, 12 rebentos foram citados como naturais e 17 eram frutos de relações sacramentadas dentro dos preceitos do catolicismo. Ainda no que diz respeito as trinta relações de amadrinhamento, dezanove ocorreram ainda no tempo em que se encontrava no estado de solteira, oito após estar casada com Ricardo Pires d’Oliveira, com quem teve pelo menos uma filha²⁷⁰(ver genealogia 9) e mais três após ter enviuvado. Do total apresentado, dezessete foram em companhia de familiares (pai, irmãos e sobrinho), outras seis vezes fez par com homens de fora do ramo familiar e nas sete restantes seu companheiro foi o marido.

²⁶⁹ AASM, **Registro de batismo de Ninfa**. São Vicente, a. 1909, liv. 6, ff. 29v., n.º 25.

²⁷⁰ AASM, **Registro de batismo de Maria**. São Vicente, a. 1879, liv. 1, ff. 67v., n.º 23.

O expressivo número de afilhados do Capitão João e de Dona Nimpha nos serve para trazer a cena outros padrinhos e madrinhas que também foram muito presentes nos registros analisados. A ideia inicial era selecionar os nomes dos dez padrinhos e madrinhas preferenciais. Contudo, em virtude dos empates, acabaram aparecendo 12 nomes nas colunas que foram destinadas aos padrinhos e madrinhas no quadro que segue. Conforme se observa, a ordem dos nomes foi definida a partir do número de afilhados que cada um apresentou e nos casos de empate a classificação foi estabelecida a partir daquele/daquela que atingiu primeiro a marca.

Quadro 5: Padrinhos e madrinhas preferenciais nos registros de batismo de São Vicente (1854-1912)

Padrinho	Afilhados	Madrinha	Afilhados
Antonio Gomes da Costa	82	Antonia Prestes da Costa	76
João Vitorino Filho	57	Balbina da Fonseca de Lima	40
João Baptista de Lima	52	Francisca d' Paula Oliveira	39
Boaventura Garcia	44	Nimpha Victorina dos Santos	30
José João de Lima Pereira	43	Cristina Alves Jardim	27
João Alves Machado João Antonio d'Avila	34	Adélia Prates dos Santos Maria Victorina dos Santos	26
Lauro Domingues Prates	30	Mariana Leite da Conceição	25
Raimundo Victorino dos Santos	29	Cândida Alves da Conceição Francelina Rodrigues Ramos	24
Zeferino Alves Machado	26	Cândida Victorina dos Santos	23
Antonio Prestes dos Santos Gil Domingues Prates	24	Antonia Prestes dos Santos	22

Fonte: AMDB, **Livros de batismo da paróquia de São Gabriel**. São Gabriel, freguesia de São Vicente, a. 1854-1876, liv. 4b, 5b, 6b, 7b, 8b, 9b, 10a, 10b, 11b e 12b.

AASM, **Livros de batismo da paróquia de São Vicente**. São Vicente, a. 1876-1912, liv. 1, 2, 3, 4, 5 e 6.

O que mais chama nossa atenção é a impressionante marca do casal Antonio Gomes da Costa e Antonia Prestes da Costa. De longe os campeões em termos de apadrinhamento/amadrinhamento de São Vicente, que iniciaram seus batizados conjuntos em 1872 e em 1911 ainda faziam par nas cerimônias batismais. Chegamos a pensar que se tratava de homônimos, mas é muito pouco provável que houvesse dois casais com os mesmos nomes. A primeira informação que conseguimos de Antonio, fora dos registros de batismo, dista o ano de 1877, quando serviu de testemunha junto com o padre Boaventura Garcia numa escritura pública de perfilhação²⁷¹. Além disso,

²⁷¹ APERS, **Escritura de perfilhação que faz José Prestes dos Santos**. São Vicente, 1º Tabelionato, Notas e transmissões, a. 1877, liv. 6, ff. 1r. No referido documento José Prestes dos Santos reconheceu como filho legítimo Rodolphiano, que havia tido com Generosa dos Santos Moraes nove anos antes. A escritura de legitimação, também denominada de confirmação de perfilhamento, estava prevista nas ORDENAÇÕES FILIPINAS, (1870) que estabeleciam: “*Se a dita Lei haveria lugar no filho, ou neto natural, ou espúrio legitimado [...] per nomeação feita pelo pai*”. O indivíduo perfilhado passaria a ter

Antonio Gomes da Costa foi uma figura muito presente como testemunha nas cerimônias de casamento. Não procedemos à contagem, mas caso tivéssemos feito ele teria figurado entre aqueles que mais afiançaram as uniões matrimoniais nos livros de casamento de São Vicente. Outro cenário onde seu nome também fora muito citado, foi nos livros de protocolos de audiência de São Vicente, onde serviu como testemunha, tutor, curador *ad-litem*, se constituiu em representante de causas, avaliador e partidor de vários inventários.

Através das informações presentes no Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro descobrimos que Antônio Gomes da Costa, entre 1909 a 1912, ganhava a vida como comerciante²⁷². Isso nos instigou a olhar os ofícios dos demais padrinhos. Assim buscamos seus nomes no Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial, nas qualificações da Guarda Nacional, nos registros notariais, habilitações de matrimônio e nas informações presentes no Álbum Ilustrado do Partido Castilista (1934). Conseguimos apurar os ofícios de todos os padrinhos preferenciais de São Vicente. Seis deles (João Victorino Filho, José João de Lima Pereira, Lauro Domingues Prates, Raimundo Victorino dos Santos, Antonio Prestes dos Santos e Gil Domingues Prates) iniciaram suas atividades profissionais como criadores, mas no decorrer de suas vidas passaram a atuar como comerciantes. Outros dois (João Baptista de Lima e João Alves Machado) eram criadores. Conforme já dito no capítulo segundo, Zeferino Alves Machado era lavrador, o vigário Boaventura Garcia, como se verá adiante, combinava as atividades prestamistas com a pecuária, e João Antonio d'Avila era fazendeiro.

Portanto, a tendência apresentada entre os padrinhos preferenciais era a de privilegiar os criadores e negociantes. Entendemos que isso se explica em virtude da pecuária ser apresentada no discurso das autoridades como a principal atividade econômica do município²⁷³. Em relação aos comerciantes, conjectura-se que era uma estratégia importante poder contar na sua rede de parentela com um indivíduo que pudesse disponibilizar compras a prazo, vender ou intermediar a venda da produção, assim como, os contatos fora da freguesia que o compadre negociante possuía o transformavam numa boa possibilidade de obtenção de informação.

direitos de heranças desde que “na legitimação per ele feita, ou no perfilhamento por ele confirmado, expressamente fosse declarado, que as pudesse herdar e haver, ou na confirmação, sem embargo do defeito de seu nascimento” (Idem, Liv. III, Tit. XXXV, §12, p. 457).

²⁷² ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO. Estado do Rio grande do Sul, a. 1909, ff. 1910; a. 1910, ff. 2772; a. 1911, ff. 4104; a. 1912, ff. 4109.

²⁷³ AHRS, Correspondências expedidas da Camara de S. Vicente. São Vicente, a. 1883, cx. 153 l. 95 m. 271, ff. 2r.

Um dado importante é que não localizamos nenhum registro de batismo no qual Antonio Gomes da Costa e Antonia Prestes da Costa fossem mencionados na condição de pais. O mesmo vale para os cônjuges João Baptista de Lima - Balbina da Fonseca de Lima e João Antônio d'Avila - Francelina Rodrigues Ramos. Possivelmente estejamos diante daquilo que Hameister (2006) verificou em seu estudo para Vila de Rio Grande, onde casais que não tivessem filhos estariam mais propensos a servir como padrinhos. Uma vez que o apadrinhamento talvez fosse uma forma simbólica de suprir a ausência de filhos biológicos, pelo menos espiritualmente eles poderiam ter muitos.

Entretanto, não tomemos como regra, pois encontramos também entre os padrinhos mais bem cotados outros três casais que deixaram prole. Foram eles: José João de Lima Pereira - Francisca d' Paula Oliveira, Zeferino Alves Machado - Mariana Alves da Conceição e Antônio Prestes dos Santos- Antônia Prestes dos Santos. Tal situação nos remete a outra observação de Hameister, de que “as mulheres que mais batizaram guardavam estreita relação familiar com os homens que mais batizavam. Isso, de certo modo, não é resultado surpreendente”, pois a “preferência ao compadrio recaia muito mais sobre determinados núcleos familiares do que sobre indivíduos” (2010, p. 6).

De certa forma, essa questão do apadrinhamento/amadrinhamento enquanto estratégia familiar, está demonstrada no quadro 5 pelo menos para a família remediada dos Alves da Conceição que tiveram quatro indivíduos (Zeferino Alves Machado, João Alves Machado, Mariana Leite da Conceição e Candida Alves da Conceição) entre os padrinhos mais buscados. Entendemos que no caso específico desse núcleo familiar, a manutenção do oratório junto à casa de moradia contribuiu para que seus nomes se fizessem presentes nesse seleto grupo.

Outro núcleo familiar no qual se verificou o batizado enquanto estratégia familiar foi entre os Victorino dos Santos. Se entre os padrinhos figuraram João Victorino Filho, o segundo padrinho mais bem posicionado no *ranking*, e seu irmão Raimundo Victorino dos Santos, entre as mulheres a referida estirpe teve quatro nomes entre aquelas que mais vezes foram chamadas para amadrinhar. Foram elas: Dona Nimpha Victorina dos Santos, sua cunhada Adélia Prates dos Santos (esposa de Raimundo) e suas irmãs Maria Victorina dos Santos e Cândida Victorina dos Santos. As mulheres dessa estirpe foram as únicas que tiveram o sobrenome familiar flexionado para o feminino, constando nos registros de batismo Victorina, talvez estejamos diante de outra forma de distinção social.

Entre as cinquenta e sete cerimônias de batismo onde João Victorino Filho fora citado como padrinho, em apenas uma ocasião não se fez menção ao nome da madrinha²⁷⁴. Encontramos 100 casos de madrinhas ausentes entre os registros analisados. Renato Pinto Venâncio (1986), ao tratar da ausência das madrinhas nos assentos de batismo, defendeu que isso seria um reflexo da sociedade patriarcal, uma clara evidência do papel secundário que as madrinhas teriam no processo de estabelecimento de alianças. No entendimento de Venâncio, uma das principais provas disso eram os batizados que envolviam:

[...] madrinha no céu e padrinho na terra, correspondia a uma singular desvalorização da mulher. Ou seja, se o compadrio era utilizado como um meio de acesso a bens materiais e simbólicos, podemos deduzir que o distanciamento ou inexistência de madrinhas simboliza as reais dificuldades das mulheres na manipulação e utilização do prestígio e riqueza (1986, p. 97).

Entre os autores que relativizaram o posicionamento de Venâncio (1986) está Martha Hameister, ao destacar que as madrinhas lidavam com bens de outra natureza, podendo agir “como casamenteiras, intercederem na obtenção de uma colocação de trabalho, pedirem o alívio da aplicação de alguma pena” (2006, p. 354). Já Roberto Guedes Ferreira argumenta que “as madrinhas espirituais supriam a ausência das corpóreas” (2014, p. 138). O fato de ter madrinhas “com os pés no céu” não deve ser entendido como uma desvalorização do papel delas, já que a invocação de madrinhas celestiais mexia com questões transcendentais ligadas a esfera sobrenatural. Até porque a “madrinha ausente” poderia originar-se de um engano por parte do pároco que não registrou seu nome (SIRTORI, 2008). Conforme os próprios padres que atenderam em São Vicente deixaram escrito, eles tendiam a fazer o registro em papel avulso para depois fazer a transcrição no livro. Não esqueçamos a prática costumeira dos batizados em casa, algo que parece ter sido corrente entre as gentes que viviam naquele “pedacinho de Rio Grande”, onde era conferida ao batizando uma madrinha, o que pode ter levado os pais a simplesmente não declarar o nome da mãe espiritual, quando do batizado na Igreja.

Silvia Brügger (2007) traz outro elemento que deve ser considerado acerca da ausência de madrinhas e padrinhos nas cerimônias. Segundo o entendimento da autora, talvez fosse consequência de “celebrações feitas às pressas, provavelmente, em

²⁷⁴ AMDB, **Registro de batismo de Manoela**. São Gabriel, freguesia de São Vicente, a. 1870, liv. 10a, ff. 90v., n.º 118.

situações de risco de vida para a criança. Nestes casos, seria preferível que recebesse o sacramento, mesmo sem a presença de ‘pais espirituais’, a que corresse o risco de deixá-la ‘morrer pagã’” (Idem, p. 293). Cabe destacar que os padrinhos também foram ausentes nos assentos de São Vicente, em menor número, mas em trinta e cinco atas de batismo seus nomes não foram registrados. Destas, em onze delas constou somente o nome das madrinhas. Em duas oportunidades inclusive foram citadas os nomes de duas madrinhas no mesmo assento, tal qual foi verificado no registro de Octaviano²⁷⁵.

As Constituições do Arcebispado da Bahia em seu Título XVIII, parágrafo 64 estabeleciam que “no Baptismo não haja mais que um só padrinho, e uma só madrinha e que não admittão juntamente dous padrinhos, e duas madrinhas” (DA VIDE, 1707). Conforme temos insistido, a distância entre as normas da Igreja e a realidade era muito maior do que almejavam as autoridades religiosas que elaboravam os regulamentos. A presença simultânea de dois padrinhos no mesmo batistério ocorreu onze vezes, em todas elas o nome da madrinha não fora informado. Inclusive o padre João Peixoto de Miranda e Veras participou como padrinho desse tipo de cerimônia em duas ocasiões²⁷⁶. João Victorino Filho não participou em nenhuma oportunidade de batizados que tiveram citados os nomes de padrinhos duplos no mesmo assento. Nem fez essa opção para os filhos que teve com Mathilde dos Reis e Carolina da Silva Victorino conforme veremos a seguir.

4.3 “Entre ilegítimos e legitimados”: As práticas de legitimação

Em todas as qualificações da Guarda Nacional feitas entre 1862 a 1882 o Capitão João foi descrito como solteiro. Não obstante, graças a uma escritura de perfilhação²⁷⁷ registrada em 1880, descobrimos que o Capitão manteve uma relação consensual com Mathilde dos Reis. O documento fazia menção a três filhos (João, Joaquina e Anna), contudo ao cruzarmos com os registros de batismo encontramos outra filha, denominada de Celanira²⁷⁸, nascida em 1871 e batizada no ano seguinte. Como

²⁷⁵ AASM, **Registro de batismo de Octaviano**. São Vicente, a. 1896, liv. 5, ff. 8r., n.º 230.

²⁷⁶ AMDB, **Registro de batismo de Gertrudes**. São Gabriel, freguesia de São Vicente, a. 1870, liv. 10a, ff. 133v., n.º 396.

AMDB, **Registro de batismo de Jesuino**. São Gabriel, freguesia de São Vicente, a. 1872, liv. 10a, ff. 233v., n.º 118.

²⁷⁷ APERS, **Escritura de perfilhação que faz João Victorino Filho**. São Vicente, 1º Tabelionato, Notas e Transmissões, a. 1880, liv. 8A, ff. 74v..

²⁷⁸ AASM, **Registro de batismo de Celanira**. São Gabriel, freguesia de São Vicente, a. 1872, liv. 10a, ff. 248r., n.º 218.

seu nome não consta na escritura de legitimação, deve ter falecido entre 1872 e o ano em que seu pai reconheceu seus irmãos como filhos legítimos. Na sociedade brasileira, de acordo com Eliane Cristina Lopes (1998, p. 25),

[...] tão comum como a própria ilegitimidade era o reconhecimento da prole ilícita. Denominava-se perfilhação ou legitimação o ato pelo qual um pai ou mãe reconhecia voluntariamente seus filhos bastardos. Esse ato concedia ao ilegítimo as prerrogativas de contrair matrimônio, concorrer a cargos públicos/eclesiásticos, bem como participar da partilha dos bens dos pais. A legitimação de filhos bastardos poderia se realizada pelo subsequente matrimônio, perfilhação solene por meio de escritura pública ou testamento.

Acreditamos que as conclusões apuradas por Eliane Lopes estejam muito ligadas ao local e período, São Paulo no século XVIII, onde ela centrou sua análise, uma vez que as práticas de legitimação não foram algo tão frequente para São Vicente. Entre os 70 livros de notas que analisamos para o período de 1868 a 1912, encontramos apenas onze escrituras dessa natureza, que legitimaram quinze crianças²⁷⁹. Panorama semelhante foi obtido por Gabriel Berute (2011) ao analisar as escrituras produzidas entre 1808 a 1850 para Rio Grande e Porto Alegre. Para o município de Rio Grande, num universo de 2.059, encontrou apenas cinco casos, já para capital, de 4.289 casos, verificou a existência de 14 instrumentos de legitimação. As razões principais que levavam os pais a legitimar filhos ilegítimos são aquelas apontadas por Lopes (1998) e entre elas certamente os direitos a herança tinham um peso considerável na tomada deste tipo de decisão. Ao cruzarmos as escrituras de perfilhação e os autos de tutela de São Vicente, encontramos um caso onde a motivação fora outra.

²⁷⁹ APERS, **Escritura de perfilhação que faz Roque de Almeida**. São Gabriel, 4º Distrito – São Vicente, Notas e transmissões. a. 1868, liv. 2, ff. 13r.

APERS, **Escritura de perfilhação que faz Jose Borba de Sant'Anna**. São Vicente, 1º Tabelionato, Notas e transmissões. a. 1876, liv. 5 ff. 12v -13r.

APERS, **Escritura de perfilhação que faz José Prestes dos Santos...** op. cit.

APERS, **Escritura de perfilhação que faz João Victorino Filho...** op. cit.

APERS, **Escritura de perfilhação que faz Antonio Martins Laia**. São Vicente, 1º Tabelionato, Notas e transmissões. a. 1880, liv. 2 ff. 5r.

APERS, **Escritura de perfilhação que faz Gaspar José dos Santos**. São Vicente, 1º Tabelionato, Notas e transmissões. a. 1891, liv. 6A ff. 17-18.

APERS, **Escritura de perfilhação que faz Manoel José da Cruz**. São Vicente, 1º Tabelionato, Notas e transmissões. a. 1895, liv. 11A, ff. 27v.

APERS, **Escritura de perfilhação que faz Daniel Antonio Borba**. São Vicente, 1º Tabelionato, Notas e transmissões. a. 1898, liv. 16, ff. 23r.

APERS, **Escritura de perfilhação que faz João Batista Brum**. São Vicente, 1º Tabelionato, Notas e transmissões. a. 1899, liv.16, ff. 31r.

APERS, **Escritura de perfilhação que faz Bonifácio José Barcelos**. São Vicente, 1º Tabelionato, Notas e transmissões. a. 1899, liv.16, ff. 31v.

APERS, **Escritura de perfilhação que faz Arthur Leocadio dos Santos**. São Vicente, 1º Tabelionato, Notas e transmissões. a. 1903, liv.24, ff. 87r.

Em 21 de fevereiro de 1891 Gaspar José dos Santos dirigiu-se ao cartório registrando uma escritura através da qual “reconhecia, perfilhava e legitimava, como se fosse nascida de legítimo matrimônio, para que possa gozar de todas as honras e direitos que lhe competir, e ser sua herdeira por sua morte, concorrendo a herança paterna com os filhos legítimos se os houver”. A escritura de perfilhação fazia menção a menina Amabilia²⁸⁰, nascida nove anos antes, filha que havia tido com Maria Guilhermina Alves²⁸¹. Passados dois dias procurou o Juiz de Órfãos e solicitou que fosse anulada a tutela que havia sido conferida, após o falecimento de Maria Guilhermina, ao tio da menina, José Garibaldi Alves de Mesquita²⁸². Solicitava que a mesma fosse entregue imediatamente e lhe fosse passado o direito de tutela sobre a menor. O processo foi relativamente rápido, na medida em que em 11 de março o Oficial de Justiça cumpriu a decisão do Juiz entregando a menor ao seu legítimo pai²⁸³. O documento não dá maiores informações sobre a proximidade que Gaspar e Amabilia tinham. O que se percebe nas entrelinhas é que após o falecimento de Maria Guilhermina o contato do pai com a filha fora interrompido. Diante disso, o pai buscou a justiça a fim de garantir o pátrio poder, que lhe possibilitaria administrar e educar sua filha.

Outra possibilidade de legitimação apresentada por Eliane Lopes (1998) era através do casamento dos pais, pois ao unirem-se em matrimônio legítimo o padre citava os nomes dos filhos que a partir daquele momento ascendiam à condição de legitimidade. Os resultados para São Vicente, entre 1862 a 1912, demonstraram que poucos casais recorreram a esse recurso, uma vez que encontramos apenas dez registros entre os 615 assentos de casamentos no período. Entre eles, o de Pantaleão José Jaques e Maria Honória da Conceição, que ao se unirem sob as bênçãos da Igreja Católica legitimaram dez filhos²⁸⁴. Talvez estudos futuros que direcionem o foco para a análise dos inventários e dos testamentos possibilitem apresentar outro panorama em termos de legitimação, pois o número de escrituras de perfilhação, assim como o número de

²⁸⁰ AASM, **Registro de batismo de Amabilia**. São Vicente, a. 1885, liv. 3, ff. 30r., n.º 86.

²⁸¹ APERS, **Escritura de perfilhação que faz Gaspar José dos Santos...** op. cit.

²⁸² MEMORIAL DO JUDICIÁRIO, **Perfilhação e solicitação de tutela que faz Gaspar José dos Santos**. São Vicente, a. 1891, n. [n/c].

²⁸³ Idem, ff. 6v

²⁸⁴ AASM, **Registro de casamento de Pantaleão José Jaques e Maria Honória da Conceição**. São Vicente, a. 1894, liv. 2, ff. 2, n.º 2. Foram eles: Antonia, Anna, Fermiano, Mariana, Carmelinda, Torquato, Maria José, Apolinaria, Rodrigo e Luis. Além desses, o casal teve no mínimo mais três após o casamento na Igreja (Raimundo, Bernardina e Veridiana), conforme foi passível de verificação através do inventário *post-mortem* do casal.

AJC, **Inventário post-mortem de Pantaleão José Jaques e Maria Honória Conceição Jaques**. São Vicente do Sul, a. 1950, cx. 595, n.º 272.

legitimações feitas mediante o casamento no religioso, não sugerem uma prática tão corrente conforme Lopes (1998) constatou para São Paulo.

Por falar em casamento segundo os ditames do catolicismo, em janeiro de 1883 João Victorino Filho subiu ao altar com Carolina da Silva, para se unir em matrimônio conforme as “formalidades e determinações do Sagrado Concílio Tridentino”²⁸⁵. A noiva foi descrita como viúva, sem filhos do primeiro casamento. Além disso, a idade informada era de 30 anos, portanto ela era 19 anos mais jovem que seu noivo. Serviram como testemunhas Prudente Jose Domingues e seu irmão Raimundo Victorino dos Santos²⁸⁶. Dessa nova união nasceram pelo menos três filhos (ver genealogia 10).

A ampliação da prole do Capitão João nos abre espaço para tratarmos da escolha dos padrinhos que batizaram seus filhos. Não conseguimos encontrar o registro de uma das filhas (Joaquina), mas o que se percebeu para os seis assentos restantes foram relações de compadrio que seguiam dois tipos de padrões. Em duas oportunidades (Anna²⁸⁷ e Maria²⁸⁸) foram escolhidos padrinhos externos, ou seja, foram forjadas junto a pia batismal conexões de parentesco com pessoas com quem não possuíam vínculo consanguíneo nem afim. Nos outros quatro casos (Celanira²⁸⁹, João²⁹⁰, Maria²⁹¹ e João²⁹²) os padrinhos possuíam laços familiares com o pai das crianças.

Giovanni Levi, ao discorrer sobre as relações de apadrinhamento e compadrio que envolviam parentes sanguíneos e afins, realçou que “neste caso, o parentesco fictício desenvolve um papel de reforço das alianças internas e de reafirmação do fechamento de todas as posições na solidariedade e na tutela do próprio prestígio e da riqueza” (2015, p. 19). No entendimento do historiador italiano o ato de privilegiar membros da própria família representava uma estratégia que reforçava os vínculos familiares, de modo especial as teias de sentido horizontal que poderiam auxiliar na manutenção de prestígio.

²⁸⁵ AASM, **Registro de casamento de João Victorino Filho e Carolina da Silva...** op. cit.

²⁸⁶ Idem.

²⁸⁷ AASM, **Registro de batismo de Anna.** São Vicente, a. 1879, liv. 1, ff. 86v., n.º 187.

Padrinhos: Alfredo Machado Bittencourt e Joaquina Bittencourt.

²⁸⁸ AASM, **Registro de batismo de Maria.** São Vicente, a. 1894, liv. 4, ff. 53r., n.º 142.

Padrinhos: Claricio Jose da Silva e Rita Ferreira.

²⁸⁹ AASM, **Registro de batismo de Celanira...** op. cit.

Padrinhos: João Victorino dos Santos e Maria Rolinda dos Santos.

²⁹⁰ AASM, **Registro de batismo de João.** São Gabriel, freguesia de São Vicente, a. 1874, liv. 4, ff. 5, n.º 151. Padrinhos: Cândido José da Silva Pereira e Cândida Victorina dos Santos.

²⁹¹ AASM, **Registro de batismo de Maria.** São Vicente, a. 1890, liv. 4, ff. 5r., n.º 151.

Padrinhos: Januário Gonçalves das Chagas e Maria Luiza Victorina dos Santos Chagas.

²⁹² AASM, **Registro de batismo de João.** São Vicente, a. 1896, liv. 5, ff. 7v., n.º 24.

Padrinhos: Ricardo Pires d'Oliveira e Nympha Victorina dos Santos.

Ainda sobre o reforço dos laços de compadrio intrafamiliares (MENDES, 2012), entre os Victorino dos Santos, foi percebida a estratégia de trocar afilhados. No entendimento de Hameister (2006) nesses casos o compadrio assumia a condição de troca simbólica do dom e contra dom. Encontramos oito casos onde os membros desta estirpe trocaram afilhados. Entre as trocas destaca-se a que foi feita entre João Victorino Filho e sua irmã Maria Luiza Victorina dos Santos – casada com Januário Gonçalves das Chagas. Num primeiro momento, Maria Luisa e Januário convidaram o Capitão João para batizar Luiz²⁹³, posteriormente à dádiva fora retribuída, quando o Capitão João chamou sua irmã e seu cunhado para batizarem Maria²⁹⁴.

O fortalecimento das afinidades familiares também pôde ser observado ao analisarmos o rol dos prenomes legados aos descendentes. O prenome recebido no momento do batizado, muitas vezes, possibilitava que um nome circulasse numa mesma família através de várias gerações, uma espécie de bem simbólico que poderia ser legado aos membros da linhagem gerando sentimento de pertencimento e ancestralidade, uma memória familiar fixada através das práticas de nomeação. Em relação à transmissão do “bom nome”²⁹⁵ verificou-se a transferência do prenome João e Joaquina, numa clara homenagem a figura dos avôs paternos. Nesse sentido, o avô seria homenageado por quatro netos e a avó por mais três, nos fazendo pensar na herança imaterial relacionada à transmissão da graça, sendo esta última entendida enquanto um mecanismo que visava “perpetuar” um nome dentro da família, mas que ao ser pronunciado fora do ramo familiar também fosse objeto de reconhecimento e distinção social.

No que diz respeito à trajetória da prole de João Victorino Filho queremos trazer a cena um fragmento da trajetória de Joaquina Victorino, que no ano de 1895 teve seu nome citado numa habilitação de casamento civil com Bento José do Carmo, natural do município de São Thiago do Boqueirão, que atuava como funcionário público junto a Collectoria Estadual de São Vicente²⁹⁶. Do consórcio resultou Clotilde²⁹⁷, nascida e

²⁹³ AASM, **Registro de batismo de Luiz...** op. cit.

²⁹⁴ AASM, **Registro de batismo de Maria...** op. cit.

²⁹⁵ Um “bom nome”, na visão de Carla Barbosa, era aquele que trazia em seu âmago “*reputação, integridade, veracidade, caráter, estima, respeito, força, coragem, honra e prestígio*” (2009, p. 52). E para se conseguir um nome que expressasse todos os atributos referidos anteriormente poderia se recorrer a diferentes estratégias, entre elas o “*trabajo o de la fuerza: otros, por la intriga o el talento: y otros se transmiten por la educación o la herencia*” (REGUERA, 2006, p. 221).

²⁹⁶ APERS, **Habilitação de matrimônio de Bento José do Carmo e Joaquina Victorino**. São Vicente, a. 1895, est. 266, cx.63, n.º 6.

²⁹⁷ AASM, **Registro de batismo de Clotilde**. São Vicente, a. 1896, liv. 5, ff. 6v., n.º 202.

batizada no ano seguinte. Mesmo não se constituindo em objetivo deste trabalho analisar os casamentos, a habilitação de Joaquina e Bento foi uma das trezentas e trinta e oito habilitações de matrimônio²⁹⁸ que encontramos entre 1891 a 1912. Para o mesmo período encontramos cento e vinte e três atas de casamento no religioso. Ou seja, no recorte temporal por último citado, houve uma preferência daqueles que se casavam em São Vicente em legitimar suas uniões dentro dos preceitos da lei civil. Acreditamos que essa tendência de privilegiar o casamento civil esteve ligada ao fato de que o mesmo era realizado de forma gratuita, ao passo que o casamento no religioso implicava no pagamento das espórtulas para o padre.

O casamento civil foi aprovado através do Decreto n.º 181 de 24 de janeiro de 1890 (BRASIL, 1890). Mesmo a Constituição de 1891 não tratando especificamente da família, a Carta Magna estabeleceu que “A Republica só reconhece o casamento civil, cuja celebração será gratuita” (BRASIL, 1891, art. 72, § 4º). Segundo Domingues, a regulamentação só viria a *posteriori*, com o Código Beviláqua, em 1916, que reconhecia como família legítima unicamente “aquela derivada do casamento, o que excluía todos aqueles que, por algum motivo, não se submetessem ao procedimento da habilitação civil para o casamento” (2008, p. 1). As uniões civis²⁹⁹, conforme já dito, contribuíram de forma expressiva para o alto índice de ilegitimidade religiosa que encontramos em São Vicente, na medida em que os batizados, cujos pais eram unidos somente através do contrato civil, perfizerem 9,76% do total analisado, conforme consta na tabela 1.

Em relação a essas crianças, a Revista Semana Religiosa se referiu a elas da seguinte maneira:

A igreja considerara ilegítimos os filhos que nascem d’esses casamentos puramente civis, e Deus condenará ao inferno seus pais concubinários, se não se arrependerem com tempo, e se não se separarem e não contrahirem matrimonio na presença do parochio e de duas testemunhas. O contrato civil que se faz só na presença do funcionario publico, ainda que esteja cercado de todos os moradores da parochia, se faltar parochio, é nullo perante Deus e a Igreja (apud CANCELA, 2011, p. 155).

Possivelmente o discurso presente na Revista publicada na capital do estado do Pará, no princípio do século XX, deveria ser a ressonância das orientações dadas pela

²⁹⁸ Temos presente que a habilitação não era garantia de que o enlace se efetivasse, pois entre o término do processo e o casamento era dado o prazo de 60 dias. Nesse intervalo, imprevistos poderiam acontecer, por exemplo, a desistência de um dos noivos ou a morte de um dos habilitados. No entanto, acreditamos que a maior parte desses processos acabou se consumando.

²⁹⁹ Sobre a temática do casamento civil ver, entre outros: Silva (2003), Santirochi (2010) e Cancela (2011).

Igreja Católica para as diferentes paróquias do país. A condição dessas crianças era ambígua, pois enquanto do ponto de vista do direito canônico tratava-se de frutos de “mancebia legalizada”, segundo o direito civil elas eram legítimas. O que se percebeu nos registros é que, diferentemente dos classificados como naturais, que conforme demonstramos anteriormente não foram muitos os que tiveram os nomes dos pais citados, nos casos dos filhos de pais casados só no civil, o padre registrava os nomes dos genitores do batizando junto com a expressão “unidos só civilmente”.

Parece que as ameaças de “arder nas labaredas do fogo do inferno” não surtiram muito efeito, pois em visita pastoral a São Vicente, no ano de 1908, o bispo diocesano constatou uma realidade que ele classificou como lamentável. Pois “o povo ainda tem fé, mas desconhece a natureza, valor e necessidade dos sacramentos, não sendo assim para admirar que se constituem quase todos, com o casamento civil e que as famílias se constituam sem a graça e a benção de Deus”³⁰⁰. Nas palavras do religioso o sacramento do matrimônio havia perdido espaço em virtude da preferência pelo casamento civil, o que pôde ser corroborado através dos números que apresentamos a pouco, onde comparamos o quantitativo de habilitações e de registros de casamento no religioso entre 1891 a 1912³⁰¹.

No entanto, tem algo que nos intriga. Havia uma tendência de não casar na Igreja, mas quais as razões que levavam os pais a continuar levando os filhos para serem batizados? Se durante o período colonial e imperial o registro de batismo de certa forma era o registro de sua existência, de sua condição civil (BEOZZO, 1993; VENÂNCIO et al, 2006 e MENEGAT, 2009), por que com o advento da república e com o estabelecimento do registro civil de nascimento as crianças continuaram sendo levadas a presença do padre para serem batizadas? Acreditamos que muito além de uma mera formalidade, por “de trás da pia” haviam questões ligadas à crença de que o batismo era

³⁰⁰ AASM, **Livro de casamentos da paróquia de São Vicente**. São Vicente, a. 1908, *liv. 2, ff. 16v.*

³⁰¹ Um exercício metodológico interessante para trabalhos futuros é estabelecer o cruzamento entre as habilitações e os registros presentes nos livros de casamento, a fim de verificar qual dos dois casamentos era buscado primeiro ou se aqueles que casavam no religioso tendiam também a buscar a união no civil. Por ora fizemos um rápido exercício, tendo por base João de Oliveira Sanches (filho de Honório e Pauliana – ver genealogia 6), que casou com Mariana José Jaques (filha de Pantaleão José Jaques e Maria Honória da conceição - citados a pouco quando tratamos do casamento no religioso enquanto prática de legitimação). O casal apresentou um longo intervalo entre os dois casamentos. Inicialmente eles contraíram núpcias dentro dos ditames das leis da república. Passados 16 anos, eles sacramentaram sua união aos olhos da igreja.

APERS, **Habilitação de matrimônio de João de Oliveira Sanches e Mariana José Jaques**. São Vicente, a. 1913, *est. 266, cx. 63, n.º 7.*

AASM, **Registro de matrimônio de João de Oliveira Sanches e Mariana José Jaques**. São Vicente, a. 1929, *liv. 2, ff. 86v., n.º 231.*

um ritual de purificação do pecado original. Mas talvez parte da resposta passe por algo mais “mundano”, quiçá o que as pessoas buscavam fosse à prática social da benção, isto é, o emaranhado que envolvia pais, compadres, comadres e afilhados configurando alianças sociais sacramentadas pelo catolicismo. E certamente a igreja era um local que dava maior visibilidade do que batizados realizados privadamente em casa.

E João Victorino Filho em meio a essas mudanças? As habilitações nos mostraram que continuava desfrutando de prestígio, tendo em vista que entre 1891 a 1895 foi chamado para testemunhar que eram verdadeiras as informações prestadas pelos nubentes em doze oportunidades. No ano por último referido também sumiria das habilitações, tal qual já havia feito nos documentos da Guarda Nacional e dos registros de batismo. Paulo Moreira ao comentar os desafios que se apresenta para o historiador ao se propor acompanhar o nome enquanto fio condutor deixa o alerta que “muitos nomes, assim como surgem, desaparecem, e o seu sumiço – ou apagamento – pode nos trazer informações significativas” (2010, p. 131). No próximo subtítulo buscaremos apresentar aquilo que nos parece ter sido a razão principal que levou o personagem João a desaparecer de vários tipos de documentos na mesma época.

4.4 As ocupações econômicas e “a roda” dos compadrios

Nesta parte do trabalho iremos discorrer sobre as bases materiais que propiciaram os meios de sobrevivência ao Capitão João Victorino Filho. Homem de ocupações múltiplas que ao longo de sua trajetória se dedicou ao ofício de criador, negociante, prestou serviços a municipalidade, especulou no mercado de terras e imóveis, foi Delegado de Polícia, hoteleiro e por fim agente do telefone. Esse ecletismo em termos de ocupações econômicas certamente foi um dos elementos que propiciou um círculo de convivência mais amplo, o que reverberou no número de compadres, comadres e afilhados. As várias trocas de ofício nos sugerem poder de adaptabilidade do personagem, mas particularmente nos interessa ver qual o papel que essas teias profissionais tiveram no processo de notoriedade do indivíduo e de que forma as muitas trocas refletiram na roda de compadres.

Na busca de verificar a relação entre as atividades profissionais e o processo de construção do cabedal social do personagem João, outra vez recorreremos ao cruzamento de fontes nominativas (registros cartoriais - escrituras e procurações, habilitações matrimoniais, inventários *post-mortem* e qualificações da Guarda

Nacional). O exercício terá como objetivo tentar entender que tipos de malhas enredavam esses sujeitos, buscando verificar quais ocupações econômicas do séquito de compadres para podermos discorrer sobre quais os bens circulavam por essas teias.

Com o intuito de apurarmos quem eram os sujeitos que faziam parte do grupo de compadres do Capitão elaboramos o quadro 6, no qual olharemos somente as figuras masculinas. No quadro constam os nomes de 40 compadres, a ocupação profissional e o ano em que o compadrio foi estabelecido. Quanto àqueles agentes históricos que apresentaram divergência na documentação consultada em relação ao ofício em que labutavam, quando um mesmo indivíduo aparece desempenhando atividades diferentes, optamos pela ocupação que apareceu mais vezes. Esses desencontros no tocante ao exercício profissional podem estar relacionados a ocupações múltiplas, realização paralela de mais de uma atividade (CARVALHO, 2007), indivíduos ligados a atividades sazonais sem necessariamente se fixar em uma delas (OLIVEIRA, 2013), podem ser resultado de equívocos dos qualificadores que preenchiam as listas da milícia cidadã, de falhas dos escrivães ao procederem os registros nos livros de notas e transmissões ou simplesmente no decurso da vida o personagem pode ter trocado de ofício tal qual o fizera João Victorino Filho.

Outra observação pertinente fica por conta da situação de que apesar de terem sido todos agrupados no mesmo quadro havia dois grupos distintos. Por um lado estavam aqueles que o Capitão João convidou para apadrinhar sua prole e do outro figuravam aqueles que o convidaram. Essa situação repercute na mudança da díade do elo compadresco. Para aquelas onde o Capitão foi o responsável pelo convite observou-se uma tendência de estabelecimento de redes horizontais. Quando os papéis se inverteram e ele fora convidado para servir como padrinho, percebeu-se além das teias horizontais malhas verticais para baixo.

Quadro 6: Ofícios dos compadres e ano em que foram estabelecidas as relações de compadrio de João Victorino Filho

Compadre	Ofício	Ano do compadrio	Compadre	Ofício	Ano do compadrio
Jerônimo Pereira de Quadros	Criador	1862	Antonio Joaquim Guerra	Negociante	1873
Francisco Jose Mendes	Criador	1862	José Maria Machado de Bittencourt	Negociante	1874
Evaristo Ferreira de Oliveira	-	1862	Cândido Jose da Silva Pereira	Negociante	1874
Hermenegildo Antonio da Silva	-	1864	Luis Fernandes da Cunha	Carpinteiro	1874
Marcelino Rodrigues Cabrera	-	1864	Jose Francisco Rodrigues	-	1874
Bento Gonçalves de Lima	Agência	1864	Januario Gonçalves das Chagas	Criador	1876/1890
Francisco Joaquim da Silva	-	1868	Francisco José Pinto	Criador	1878
Carmo de Lima Barrios	Agência	1869	João Betim Duarte	Carreteiro	1879
David Jose Flores	Criador	1870	Jose de Castro Pinheiro	Agência	1879
Reginaldo Jose de Barros	Lavrador	1870	João Joze Fernandes	Carreteiro	1879
Manoel Machado Netto	Carreteiro	1870	Alfredo Machado Bittencourt	Negociante	1879
Manoel Antonio dos Santos Chará	Agência	1870	Caetano Joaquim Machado	-	1880
João Nicolau de Andrade	Carreteiro	1870	Oliverio Pinto Carneiro	Capataz	1881
Leandro Jose da Roza	-	1870	Carlos Steibel	Negociante	1883
Luiz Ignacio da Silveira	-	1872	Manoel Soares da Motta	Lavrador	1883
Simeão Jose Roza	Criador	1872	Israel Jose de Mello	Carreteiro	1884
Jose João Vitorino do Santos	Criador	1872	Vidal Baptista de Oliveira Pillar Filho	Criador	1889
Hilário Jose da Roza	Negociante	1872	José Fernandes Junior	Negociante	1892
Randolpho José da Silva Pereira	Criador	1873	Claricio Jose da Silva	-	1894
Manuel Eneas Flores	Oleiro	1873	Ricardo Pires d'Oliveira	Criador	1896

Fonte: Registros cartoriais (escrituras e proações), habilitações de casamento, inventários *post-mortem* e qualificações da Guarda Nacional.

Dos 40 compadres foi possível observar a ocupação econômica para 31 deles. Destes, o ofício que apresentou maior recorrência foi o de criador, que respondeu por dez relações de compadrio. O segundo grupo foi o dos negociantes, com sete indivíduos, depois vieram cinco carreteiros, quatro que viviam de suas agências, dois lavradores e ainda se fez menção a um oleiro, um carpinteiro e havia ainda outro que era capataz³⁰². O que se depreende do quadro 6 é que a maior parte dos compadres desenvolviam as atividades econômicas nas quais o Capitão João labutou por mais tempo. O que de certa forma não surpreende. Mas quando olhamos de forma mais detida às ocupações e os anos em que os compadres compareceram a pia batismal, percebemos que a transição do ofício de criador para negociante, presente nas qualificações do princípio da década de 1870, se refletiu no círculo de compadrio. Pois até 1872, na roda dos compadres, não figurava nenhum que se dedicava ao comércio. A partir daquele ano os comerciantes começaram a aparecer e passaram a dividir espaço com os criadores como o principal grupo onde foram tecidas as relações de parentesco ritual.

Entre as conexões com os compadres negociantes queremos destacar os tramados que envolveram Cândido José da Silva Pereira. Em dezembro de 1875 João Victorino Filho comprou uma casa junto a Rua do Comércio, na Vila de São Gabriel, no valor de 1:000\$000 de réis (algo em torno de £ 133,33)³⁰³. Passados três meses ele vendeu o imóvel pelo mesmo valor³⁰⁴ a Cândido José, que se estabeleceu naquele local. Após ter fixado residência em São Gabriel Cândido José continuou exercendo a função de comerciante, mas paralelamente passou a auxiliar seu compadre em negócios que ele tinha naquele município, até o ano de 1881, momento em que Cândido legou suas últimas vontades a João Victorino Filho³⁰⁵, falecendo no ano seguinte. Cândido não teve filhos, sendo sua única herdeira sua esposa Cândida Victorina dos Santos³⁰⁶. Antonio Irigoryen López (2009), ao tratar das relações de parentela por afinidade enfatizou que

³⁰² Em trabalho anterior (UBERTI, 2013) quantificamos todos os ofícios citados nos autos de qualificação da Guarda Nacional para o ano de 1873. Entre os 405 milicianos que moravam em São Vicente apuramos que aqueles que viviam de suas agências eram 33,33%, os lavradores 26,66%, os criadores 12,83%, os carreteiros 6,91% e os negociantes 3,45%. As demais profissões juntas (carpinteiro, pedreiro, capataz, ferreiro, sapateiro, caixeiro, oleiro e fazendeiro) representaram 16,82%.

³⁰³ APERS, **Notas e transmissões**. São Gabriel, Cartório do civil do 4º distrito, a. 1876, liv. 4, ff. 53r e v.

³⁰⁴ APERS, **Notas e transmissões**. São Gabriel, Cartório do civil do 4º distrito, a. 1876, liv. 4, ff. 71r. - 72v..

³⁰⁵ APERS, **Testamento de Cândido José da Silva Pereira**. São Gabriel, Provedoria, a. 1881, n.º 174, m.7, est.108.

³⁰⁶ APERS, **Inventário post-mortem de Cândido José da Silva Pereira**. São Gabriel, Provedoria, a. 1882, n.º 17, m. 1, est. 108.

as redes poderiam ser um canal pelo qual circulariam relações de reciprocidade que no final das contas poderiam cristalizar liames de confiança, tal qual foi percebido entre os cunhados que estreitaram laços através do compadrio.

Queremos destacar ainda a presença dos compadres carreteiros, pessoas que também estavam diretamente envolvidas com o comércio, eles também ganharam evidência nas relações de compadrio a partir da década de 1870³⁰⁷. Ao buscamos o local de residência desses agentes históricos, nos deparamos com a situação de que três deles (Israel Jose de Mello, João Betim Duarte e João Nicolau de Andrade) eram moradores do 7º quarteirão, o mesmo onde o capitão João residiu durante uma fase de sua vida. Nesse caso, o parentesco forjado na pia batismal certamente ratificou relações de vizinhança. Quem sabe estejamos diante daqueles sujeitos anônimos que acompanhavam o oficial miliciano em sua viagem para Rio Pardo, quando fora impedido de seguir adiante por ter sido acusado de promover uma reunião com desertores. Entre os compadres que viviam de suas agências quem sabe não estavam os peões utilizados no costeio do gado ou até mesmo de algum deles ter participado da tropeada em direção a Pelotas. Ou desse setor tenham saído os trabalhadores que auxiliaram em empreitadas, tais como a prestação de serviços a municipalidade, quando assumiu a responsabilidade de arrumar a picada de São Xavier³⁰⁸.

Houve nove personagens para os quais não apuramos a ocupação profissional. Esse silêncio nos faz pensar em duas hipóteses. A primeira é que batizaram em São Vicente, mas como encontramos seus nomes somente uma vez nos registros na condição de padrinhos, nossa suspeita é que se tratava de pessoas de fora da freguesia, possivelmente nessa condição estava Hermenegildo Antonio da Silva, camarada de armas de João Victorino Filho, conforme sugere o quadro da força do 26º regimento de

³⁰⁷ Miguel Ângelo da Silva Costa (2006) afirmou que esses indivíduos, oriundos geralmente dos setores populares, além da importância econômica, uma vez que transportavam os mais variados tipos de mercadoria, desempenhavam um papel social importantíssimo, pois eram os responsáveis pela circulação de informações, de modo especial entre os populares.

³⁰⁸ AHRs, **Correspondências expedidas da Camara de S. Gabriel**. São Gabriel, a. 1870 - 1871, m. 242.

Em abril de 1870 a Câmara de São Gabriel lançou edital de licitação a fim de que fosse arrematado o conserto da picada de São Xavier, a mesma que anos mais tarde ficaria sob a incumbência da família Alves da Conceição. O único indivíduo que apresentou proposta foi João Victorino Filho, que orçou a obra em 3:000\$000 réis (aproximadamente £ 282,30). Mesmo que num primeiro momento os camaristas tenham relutado, alegando que a soma era demasiadamente alta, o que os levou inclusive a fazer uma contraproposta, a pedida inicial foi mantida e acabou sendo aceita. O contrato foi assinado em maio e o valor dividido em duas parcelas, sendo que a primeira o contratante recebeu no momento da assinatura do contrato. Em novembro do mesmo ano o arrematante informou que o serviço estava pronto. Diante disso, no mês subsequente a câmara convocou um engenheiro para examinar a obra. O profissional e um grupo de vereadores só fizeram a inspeção da obra em agosto do ano seguinte. O serviço foi considerado satisfatório e o contratante recebeu o restante do pagamento.

cavalaria da Guarda Nacional, sediado em São Gabriel³⁰⁹. Ainda tratando dos compadres que não conseguimos descobrir a ocupação profissional destacamos Marcelino Rodrigues Cabrera. Este último foi encontrado nos assentos em oito oportunidades na condição de pai, mas não foi um padrinho muito assíduo, especula-se que se tratava de um sujeito que dispunha de poucos recursos. Isso talvez explique a ausência dele nos autos de qualificação da Guarda Nacional e porque não localizamos nenhuma escritura em seu nome nos registros notariais.

Outra fonte manuscrita onde o Capitão João teve seu nome citado com muita frequência foi nas escrituras cartoriais. Gabriel Berute (2011) destacou que esse tipo de fonte é socialmente determinada. Em virtude dos custos apresentados para se fazer os registros os setores menos favorecidos da sociedade tendiam a não serem tão presentes neste tipo de documentação. Ao mesmo tempo, deixou o alerta que nem todas as transações eram obrigatoriamente registradas em escrituras públicas. Do ponto de vista das possibilidades da fonte, asseverou que os livros de transmissões e notas podem fornecer informações sobre o padrão de investimento econômico. A análise de procurações públicas se constitui num instrumento que possibilitou mapear os vínculos e a extensão das redes de relações nas quais os sujeitos estavam imiscuídos. A fim de podermos entender como foi a participação do personagem junto ao notário elaboramos a tabela que segue onde constam os tipos de escrituras que fizeram menção ao nome do Capitão.

Tabela 8: Tipos de escrituras registradas por João Victorino Filho ou que fizeram menção a ele

Tipo de escritura	N.º de Escrituras	%
Compra	20	30,30
Dívida e hipoteca	7	10,61
Perfilhação	1	1,51
Permuta	1	1,51
Procuração	15	22,73
Venda	22	33,34
Total	66	100

Fonte: APERS, **Registros diversos**. São Gabriel, Cartório do Civil, 4º distrito, Fundo: 69, *liv.* 2-4 (1868-1876). APERS, **Notas e transmissões**. São Gabriel, Cartório do Civil, 4º distrito, Fundo: 69, *liv.* 2-4 (1876-1884). APERS, **Notas e transmissões**. São Vicente, 1º Tabelionato, Fundo: 79, *Liv.* 1-30 (1887-1912). APERS, **Notas e transmissões**. São Vicente, 2º Tabelionato, Fundo: 79, *liv.* 2A-14A (1876-1887). APERS, **Notas e transmissões**. São Vicente, Cartório do Civil, 2º Distrito, Fundo: 79, *liv.* 1-11 (1899-1912). APERS, **Notas e transmissões**. São Vicente, Cartório do Civil, 4º Distrito, Fundo: 79, *liv.* 1-10 (1897-1912).

³⁰⁹ AHRS, **Qualificação Guarda Nacional**. São Gabriel, *a.* 1865, *m.* 98.

Conforme se verifica na tabela acima, os negócios que envolveram a compra e a venda representaram a maior parte das escrituras onde João Victorino Filho teve seu nome citado, correspondendo a 63,64% do total de registros encontrados. A lógica do negociante durante um bom tempo foi comprar e logo na sequência revender. Tal qual pode ser observado no negócio envolvendo o escravo Thomaz, comprado por 600\$000 réis (cerca de £ 68)³¹⁰ e menos de um mês depois revendido por 1:000\$000 de réis (aproximadamente £ 113)³¹¹. Acreditamos que negócios desse tipo ajudam a entender as razões que contribuíram para que despontasse como um dos homens melhor situados economicamente daquelas paragens, conforme sugerem os autos de qualificação da Guarda Nacional.

Em outro negócio, João Victorino Filho estabeleceu uma permuta, onde entregou seis quadras de campo junto a estância de São Raphael, recebendo em troca 2:000\$000 réis (cerca de £ 220) e duas casas na Vila de São Vicente, uma situada na Rua São Miguel e outra na Rua Carapé, que juntas também totalizaram outros dois contos de réis³¹². Está última casa seria negociada 24 dias depois por 1:500\$000 (algo em torno de £ 165)³¹³. Esse negócio nos mostra uma mudança de tendência no padrão de investimento econômico, pois se até o início da década de 1880 a maior parte das compras fez menção a aquisição de terras, a partir daquele momento passou a investir principalmente em casas.

Cabe também fazer algumas considerações sobre as procurações³¹⁴ (22,73%), nas quais foi representado e representou os interesses de terceiros. Entre aqueles que foram escolhidos para representá-lo, cita-se o nome do cunhado/compadre José Maria Machado de Bittencourt, a quem foi conferida a incumbência de participar de uma arrematação dos bens que foram levados a hasta pública em São Gabriel³¹⁵. Entre os indivíduos que confiaram na sua pessoa para defender seus interesses, esteve o casal João Leite dos Santos e Deolinda Alves dos Santos, moradores de São Luiz Gonzaga, que venderam uma parcela de matos na Serra de São Xavier a Claricio Jose da Silva³¹⁶, conforme visto no quadro 6 um dos compadres de João Victorino Filho.

³¹⁰ APERS, **Notas e transmissões**. São Gabriel, 2º Tabelionato, a. 1863, liv. 1, ff. 45v.

³¹¹ APERS, **Notas e transmissões**. São Gabriel, 1º Tabelionato, a. 1863, liv. 4, ff. 86 r.

³¹² APERS, **Notas e transmissões**. São Vicente, 1º Tabelionato, a. 1889, liv. 3, ff. 69r. - 71v.

³¹³ APERS, **Notas e transmissões**. São Vicente, 1º Tabelionato, a. 1889, liv. 3, ff. 82v - 84r.

³¹⁴ Sobre das possibilidades das procurações enquanto fonte manuscrita ver: Mathias (2008).

³¹⁵ APERS, **Notas e transmissões**. São Vicente, 2º Tabelionato, a. 1878, liv. 6A, ff. 36v.

³¹⁶ APERS, **Notas e transmissões**. São Vicente, 1º Tabelionato, a. 1883, liv. 2, ff. 77v.

Mas nem só de negócios exitosos ficou marcada a trajetória deste personagem. Em abril de 1888 ele registrou uma escritura de compra de três colônias de terras junto a Serra de Sertão³¹⁷, adquiridas por 600\$000 réis (algo em torno de £ 63). Em junho do ano seguinte as revendeu³¹⁸ por 500\$000 réis (cerca de £ 55). Por essa época, o Coletor das rendas provinciais, o Tenente Jacinto Victorino dos Santos, protocolou uma ação junto ao Juiz Distrital Vidal Baptista de Oliveira Pillar Filho, onde “acuzava a penhora feita pelo Capitão João Victorino Filho de uma casa que tinha na Villa de São Vicente”³¹⁹. A solicitação se justificava em virtude de débitos que ele detinha junto à receita provincial³²⁰. O Juiz intimou o devedor para que no prazo de 20 dias viesse a audiência pública e apresentasse sua defesa³²¹. Todavia, o acusado não compareceu, justificando que estava “fora da Villa como Delegado de Policia em exercício”³²². Nada sabemos se a solicitação do coletor das rendas provinciais foi atendida.

Mas supomos que o mal estar entre os irmãos deve ter sido grande. A contenda entre eles nos remete aos escritos de Luís Augusto Farinatti e Jonas Vargas ao afirmarem que “da mesma maneira, se as relações parentais envolvem um potencial agregador, elas também carregam o germe de conflitos que, muitas vezes, rompem solidariedades” (2014a, p. 392). A citação chama atenção para os atritos, disputas que dependendo do grau de intensidade poderiam inclusive provocar afastamentos de forma definitiva entre membros do mesmo núcleo familiar³²³.

³¹⁷ APERS, **Notas e transmissões**. São Vicente, 2º Tabelionato, a. 1888, liv. 2A, ff. 76 v. - 77r.

³¹⁸ APERS, **Notas e transmissões**. São Vicente, 1º Tabelionato, a. 1889, liv.3, ff. 80v.

³¹⁹ MEMORIAL DO JUDICIÁRIO, **Protocolo de audiências**. São Vicente, a. 1887, liv. 1, ff. 8r.

³²⁰ Idem, 8v.

³²¹ Ibidem, ff. 9v.

³²² Ibidem, ff. 10v.

³²³ Desentendimentos entre os Victorino dos Santos não eram novidade. Em nossa dissertação de mestrado (UBERTI, 2011) exploramos a situação conflituosa que irrompeu por ocasião do inventário de Joaquina Carolina Fagundes. Dona Joaquina faleceu em 1874, mas o inventário só seria aberto dois anos mais tarde quando o genro Cândido José da Silva Pereira e a filha Cândida Victorina dos Santos chamaram a juízo João Victorino dos Santos para que procedesse a partilha dos bens. Em meio ao inventário, o velho João Victorino foi acusado de vender ilegalmente animais e esconder outros a fim de que diminuísse o valor dos bens a serem divididos. Até mesmo após os autos de partilha prontos, isso nos idos de 1883, o patriarca continuou dificultando a entrega dos bens, o que levou inclusive João Victorino Filho a entrar com uma representação contra seu pai. Anos mais tarde a partilha dos bens deixados por João Victorino dos Santos, que faleceu em 1889, também não foi das mais amistosas. Inicialmente, os herdeiros chamaram a juízo a segunda esposa de seu pai, Leonor da Silva dos Santos, para que realizasse o inventário de seu falecido marido. Dois anos mais tarde encontramos junto ao livro de protocolos de audiências menção a um Libelo Civil que Raimundo Victorino dos Santos moveu contra a viúva e seus irmãos, onde cobrava salários atrasados da época em que fora capataz na fazenda São Miguel. Mesmo não tendo localizado o processo, o livro de protocolo de audiências fala na expedição de uma carta precatória em favor do demandante.

MEMORIAL DO JUDICIÁRIO, **Protocolo de audiências**. São Vicente, a. 1889, liv. [s/n], ff. 51v. - 52r.

MEMORIAL DO JUDICIÁRIO, **Protocolo de audiências**. São Vicente, a. 1891, liv. [s/n], ff. 8r. - 9v. e 20r. - 20v.

Alguns pontos chamam nossa atenção na querela que envolveu os irmãos. O primeiro é que a contenda não deve ter abalado de forma significativa a relação de João Victorino Filho e Vidal Pillar Filho, pois dois anos mais tarde se tornaram compadres³²⁴. O segundo é que ao se declarar como Delegado de Polícia, talvez isso tivesse algum tipo de peso não só para justificar sua ausência, mas para tentar demonstrar que o demandante estava lidando com alguém de prestígio. Afinal, era um dos responsáveis pela manutenção da ordem naquelas paragens. Ao responder a intimação do juiz na condição de delegado indica também outro ofício que ele desenvolveu no transcurso de sua vida. Mas o ponto principal fica por conta das dificuldades financeiras pelas quais o personagem João estava passando.

Em 1889, João, se dirigiu ao notário registrando uma hipoteca de dívida na importância de 841\$000 réis (£ 92,51). Valor esse que lhe havia sido emprestado por Prudente Domingues Filho sob a condição de pagamento de juros com taxa fixa de 12% ao ano. Para tanto, apresentou como garantia um terreno que possuía junto ao arroio Cuchá³²⁵. A partir de 1890 não apareceria mais em nenhuma escritura como comprador. Em compensação, fora o momento onde começou a se desfazer dos bens e registrou pelo menos mais três escrituras de hipoteca de dívidas. O que nos faz pensar que as dificuldades persistiram, e diante disso recorreu a novos empréstimos.

Possivelmente estamos diante da razão principal que fez com que ele “sumisse” de vários cenários nos quais, até então, havia tido proeminência. Parece-nos que, na medida em que foi se endividando e se desfazendo do patrimônio que havia comprado ou recebido através da herança de seus pais, o prestígio do personagem proporcionalmente foi diminuindo. De certa forma podemos observar um “apagamento do sujeito”. Desse modo, deixou de ser convidado para apadrinhar, provavelmente a faixa etária na qual se encontrava também contribuiu para essa situação. Mas deixou de afiançar as informações que os nubentes prestavam nas habilitações civis de casamento, não foi mais chamado para assinar como testemunha dos negócios que eram feitos no notário, também não foi mais lembrado para servir como avaliador nem partidor nos

³²⁴ Vidal Baptista de Oliveira Pillar Filho e Maria Francisca da Silva Pillar se tornaram compadres de João Victorino filho em 1889, por ocasião do batismo de sua filha Maria. Ao que tudo indica, o comparecimento a pia batismal ratificou comunhões pretéritas, haja vista que o pai e o padrinho foram vizinhos durante um tempo. Do ponto de vista do sentido das redes, a escolha do padrinho manifestou uma relação horizontal dentro da hierarquia social, pois fora escolhido para servir como pai espiritual um indivíduo que figurava no mesmo estatuto social dos pais da batizanda.

AASM, **Registro de batismo de Maria**. São Vicente, a. 1889, liv.3, ff. 88r. n.º 44.

³²⁵ APERS, **Notas e transmissões**. São Vicente, 1º Tabelionato, a. 1889, liv. 3, ff. 86r - 87r.

inventários *post-mortem*, assim como não lhe conferiram mais a condição de tutor de menores nem de curador dos bens dos órfãos.

Essa perda de prestígio se materializou inclusive nos próprios registros do notário, uma vez que as escrituras a partir de 1900 são emblemáticas, momento em que as hipotecas foram cobradas³²⁶ e para poder honrar os compromissos assumidos se desfez de terras e imóveis³²⁷. Enquanto outros ainda ostentavam títulos da milícia cidadã junto aos registros notariais, entre eles cita-se os seus irmãos Raimundo e Jacinto, em relação a ele nada se dizia. Ainda encontraríamos seu nome junto ao Almanak administrativo, mercantil e industrial nas suas edições de 1909 (p. 1910), 1910 (p. 2772), 1911 (p. 4104) e 1912 (p. 4109), onde foi citado como proprietário do hotel Dos Viajantes, situado em São Vicente, e como o agente do telefone de Jaguary, mas nada acompanhava seu nome em termos de distintividade. Possivelmente, foi das rendas advindas dessas atividades que sobreviveu em seus últimos anos de vida. Naquele momento, ao que tudo indica, já não desfrutava da mesma respeitabilidade e notoriedade que durante boa parte de sua trajetória estiveram ligadas ao seu nome.

* * *

No decorrer deste capítulo centramos nossa análise na trajetória do “especialista na arte de apadrinhar” João Victorino Filho. Na busca das razões que contribuíram para que se tornasse um dos padrinhos mais buscados de São Vicente, inicialmente discorreremos sobre sua atuação na Guarda Nacional, espaço no qual mesmo se envolvendo em querelas, ocupou posições de comando, o que certamente lhe conferiu notoriedade e possibilidades de estreitar teias de clientela.

No que diz respeito aos 57 afilhados, demonstramos que os apadrinhamentos ocorreram no intervalo de mais de três décadas. Período em que batizou principalmente meninos designados como brancos e juridicamente livres. Entre as relações de apadrinhamento, destacamos aquelas nas quais o prenome do padrinho fora transmitido ao afilhado e discorreremos sobre o grau de intensidade da relação padrinho-afilhado.

³²⁶ APERS, **Notas e transmissões**. São Vicente, 1º Tabelionato, a. 1900, liv. 21, ff. 12v - 13r.

APERS, **Notas e transmissões**. São Vicente, 1º Tabelionato, a. 1900, liv. 21, ff. 14v - 15r.

APERS, **Notas e transmissões**. São Vicente, 1º Tabelionato, a. 1900, liv. 21, ff. 15v - 16r.

APERS, **Notas e transmissões**. São Vicente, 1º Tabelionato, a. 1902, liv. 24, ff. 30r.

³²⁷ APERS, **Notas e transmissões**. São Vicente, 1º Tabelionato, a. 1900, liv. 21, ff. 18r. e v.

APERS, **Notas e transmissões**. São Vicente, 1º Tabelionato, a. 1901, liv. 22, ff. 31r. e v.

APERS, **Notas e transmissões**. São Vicente, 1º Tabelionato, a. 1902, liv. 24, ff. 5v - 6v.

Conjecturamos que as relações de apadrinhamento dos sobrinhos devem ter apresentado maior grau de proximidade do que aquelas nas quais não havia relações de parentesco sanguíneo e afim.

Em meio as relações de apadrinhamento tecidas pelo Capitão João trouxemos a cena sua irmã, Dona Nimpha, que desde tenra idade frequentou os registros de batismo, o que foi decisivo para que tivesse seu nome no rol das madrinhas que mais compareceram a pia batismal. O casal de irmãos nos possibilitou trazer ao palco outros indivíduos que também figuraram como padrinhos preferenciais. Ao analisarmos especificamente as figuras dos padrinhos, percebemos que havia uma tendência de privilegiar aqueles que desempenhavam os ofícios de criador e negociante. Outra situação apurada foi a de que entre os casais que mais apadrinharam havia três que não tiveram filhos biológicos, o que a nosso ver favoreceu a incorporação a sua rede de parentela de muitos filhos espirituais. Outra tendência que os registros suscitaram foi a de que os batizados eram uma estratégia familiar, ou seja, determinados núcleos familiares tiveram vários de seus membros figurando entre os padrinhos preferenciais.

Destacamos também que o personagem João encontrou tempo para se “despir do fardão vistoso e do boné elegante” para constituir família. O registro da escritura de perfilhação de João, Joaquina e Anna nos mostrou a relação consensual que manteve com Mathilde dos Reis. O perfilhamento de seus filhos nos possibilitou tratar das práticas de legitimação, nas quais encontramos onze escrituras de perfilhação e dez cerimônias de casamento que fizeram menção a filhos que os cônjuges haviam tido durante o estado de concubinato.

Mas nem só de amores clandestinos ficou marcada a vida de João Victorino Filho, pois em 1883 subiu ao altar onde estabeleceu relação de matrimônio sacramentada com Carolina da Silva. Casamento que resultou no nascimento de pelo menos mais três filhos (Maria, Maria e João). A prole das duas uniões nos oportunizou analisar os padrões de compadrio que nos mostraram duas tendências. Em duas oportunidades se recorreu a pessoas de fora para se tornar compadre e nas outras quatro cerimônias os padrinhos eram membros do núcleo familiar. Nesse sentido, enfatizamos o reforço dos vínculos familiares através da troca de afilhados e o reforço das malhas parentais mediante a transmissão do nome dos parentes ascendentes aos batizados. A prole de João Victorino Filho também nos deu abertura para que discorrêssemos sobre os arranjos familiares que resultaram das habilitações civis de casamento. Uniões cujos frutos começaram a aparecer nos assentos batismais, correspondendo por 9,76% do total

de batizados analisados, nos quais o padre citava os nomes dos pais, mas junto a expressão “unidos só civilmente”.

Traçamos também um perfil das ocupações econômicas dos compadres do Capitão João e apresentamos algumas teias profissionais que envolviam esses agentes históricos. Percebemos que a maior parte do séquito de compadres eram criadores e negociantes, justamente dois dos ofícios que o personagem desenvolveu no transcurso de sua vida. Todavia também demos ênfase para os compadres carreteiros e aqueles que viviam de suas agências, enquanto aliados oriundos dos estratos subalternos. Por último, buscamos o personagem João nos registros notariais onde encontramos os registros de 66 escrituras públicas. Em sua maioria de compra e venda que nos revelaram um padrão de investimento que num primeiro momento centrou-se em terras, mas com o passar do tempo tendeu a privilegiar a aquisição de casas.

As escrituras também nos mostraram que entre o final da década de 1880 e o início da década de 1890 recorreu a empréstimos que resultaram no registro de hipotecas. Dívidas que passaram a ser cobradas a partir de 1900 levando o Capitão João a vender ou entregar uma série de bens. Na medida em que foi se desfazendo de seu patrimônio também foi desaparecendo de uma série de espaços nos quais durante parte de sua vida havia obtido destaque. Talvez o melhor exemplo que encontramos foi junto às próprias escrituras. Nos tempos áureos elas tendiam a colocar a patente da Guarda Nacional em destaque, mas na medida em que os recursos foram diminuindo os registros tenderam a simplesmente informar o nome do indivíduo, nos fazendo pensar que o prestígio fora abalado de forma considerável.

Capítulo 5

“EL CABALLERO ANDANTE DE LA RELIGIOSIDAD”

Dize, sacerdote de Cristo, onde queres arrastar a impoluta virgem? Queres arrastá-la aos lodaçais do vício? Que vens fazer aqui ao seio desta respeitável família? Por que rondas em volta da tua presa, como o milhafre em torno da inocente pomba? Para trás, sacrílego! Murmuras-lhe sedutoras frases, para a desviares do caminho da honra; condenas á desgraça e á viuvez algum honrado moço que lhe queira oferecer a sua mão trabalhadora; e vais-lhe preparando um horroroso futuro de lágrimas. E tudo para quê? Para saciares os torpes impulsos da tua criminosa lascívia.

Eça de Queirós

Neste capítulo intentamos investigar alguns aspectos da trajetória de Boaventura Garcia, religioso que esteve à frente da paróquia de São Vicente Ferrer por 36 anos (1876-1912). Ao longo do referido período desempenhou os papéis que se esperava de um padre, tais como: batizou, casou, rezou missas, ouviu confissões e prestou os serviços da alma. Assistência espiritual exercida junto à igreja matriz, mas que também ocorria mediante suas andanças pela freguesia, muitas delas feitas, ao que tudo indica, a cavalo. Paralelamente, amealhou um patrimônio considerável que se consubstanciava no domínio de milhares de hectares de terras e centenas de animais. Atuou ainda como prestamista, possivelmente uma das bases que lhe propiciou acumular pecúlio, o que nos possibilitou abordar as teias de crédito do padre junto a seus paroquianos.

Em relação aos registros de batismo produzidos por ele, privilegiamos aqueles que envolveram crianças enjeitadas, a fim de analisarmos questões que envolveram a exposição junto a São Vicente. Ainda no que concernem aos assentos batismais, tratamos das práticas de nomeação, observando os nomes que mais se fizeram presente nos livros. A análise dos prenomes também será feita dentro da ótica da “herança imaterial da graça”, nas quais as formas de nomeação serão tratadas como um bem simbólico que pais, padrinhos e avôs transmitiam ao batizando.

As atas de batismo também nos serviram para discorrer sobre o núcleo familiar de Maria dos Santos Figueiredo e seus três filhos (Pedro, Júlia e Fulgêncio), que tiveram uma relação muito próxima ao padre. Proximidade esta verificada através dos batizados, nos quais além de ter realizado a cerimônia, o padre participou como padrinho. Mas o nível de intimidade entre a serventa, que o “servia satisfatoriamente”, conforme ele registrou em seu testamento, foi tamanho que quando o religioso faleceu, Maria e seus filhos foram convertidos nos principais herdeiros de Boaventura Garcia.

O referido religioso aqui será tratado como “el caballero andante de la religiosidad” e a metáfora presente no título se justifica por três razões. A primeira delas devido ao personagem ser de origem espanhola, mais precisamente da cidade de Valderey, na província de Leon e ter imigrado para o Rio Grande do Sul. A segunda, em virtude de que entre os livros que constituíam sua biblioteca particular estava Dom Quixote de la Mancha. E por fim, o fato de que durante boa parte do referido tempo em que serviu como pároco de São Vicente, o religioso realizou andanças pelo interior da freguesia, valendo-se de casas de moradia e de oratórios particulares com a finalidade de prestar os serviços espirituais.

5.1 “Rosto e verso”: batizando e apadrinhando

Nesta seção iremos discutir dois papéis que o pároco Boaventura Garcia desempenhou nas cerimônias de batismo. Inspirado nos registros por ele elaborados, com sua letra bem desenhada que na maioria das vezes facilitou a transcrição tanto do “rosto” quanto do “verso” das folhas dos livros de batismo, iremos apresentar algumas situações que envolveram sua participação na condição de batizador e traremos a cena também algumas questões ligadas a sua atuação como padrinho. Situações essas que nos serviram de desculpa para discorrermos sobre a exposição de crianças junto ao espaço em estudo e sobre as práticas de nomeação suscitadas pelos registros de batismo.

Entre os registros elaborados por ele, nos quais apareceu na condição de batizante, encontramos alguns cujo estatuto de filiação era desconhecido. Tratava-se de pequerruchos que haviam sido enjeitados³²⁸ por seus familiares. No que dista a exposição³²⁹, não foram muitas crianças sujeitas a essa situação em São Vicente, pois encontramos somente vinte e dois casos, conforme pode ser observado na tabela 1, dos quais treze eram meninas e nove meninos. Em virtude de nossa pequena amostragem julgamos precipitado afirmar que havia uma tendência maior de exposição de meninas. Mesmo apresentando um percentual baixo, pois representaram apenas 0,25% do total

³²⁸ Segundo Bluteau (1713, p. 114) “*menino enjeitado, he o que desamparado de seus pays, e exposto no adro de huma Igreja, ou deixado no lumiar de um Convento, ou de pessoa particular, ou depositado no campo a Deos, e à ventura*”. No entendimento de Ariès o ato de se livrar de uma criança “*fazia parte das coisas moralmente condenadas pela ética da Igreja e do Estado, mas praticadas em segredo, numa semiconsciência, no limite da verdade, do esquecimento e da falta de jeito*” (1981b, p. 17).

³²⁹ Ver, entre outros: Faria (1998), Bacellar (2001), Scott e Bacellar (2010), Venâncio (2011) e Silva (2013).

analisado, julgamos necessário trazer a baila algumas situações que envolveram essa outra condição de batizando.

Em relação à exposição, percebemos que a maioria das crianças foi abandonada junto às portas das residências localizadas na Vila de São Vicente, sendo citado apenas um caso de abandono no meio rural. Além disso, os enjeitados “nunca bateram” mais que uma vez na mesma porta, ou seja, segundo os registros, não houve famílias que tiveram mais que uma criança deixada na porta de seus lares. Entre esses inocentes estava Castoriana, “engeitada recém nascida na casa do Reverendíssimo Vigário”³³⁰ no final do mês de setembro de 1880. As datas registradas nos assentos demonstram que não havia propriamente momentos específicos onde a exposição tendesse a crescer, elas ocorreram ao longo dos 12 meses do ano, seguindo a mesma tendência apresentada no gráfico 3, qual seja, dos nascimentos apresentarem números muito próximos no decorrer de todo o ano.

Ao estudar o abandono de crianças na Paróquia de Nossa Senhora da Apresentação em Natal, capitania do Rio Grande do Norte, no século XVIII, Thiago de Paula percebeu que a igreja matriz era um dos principais pontos onde as crianças eram deixadas, “pois uma mãe, ou mesmo pais que deixaram seu filho exposto próximo à igreja matriz, tinham a intenção que alguém o encontrasse, pois possivelmente era aquele local da freguesia bastante movimentado” (2009, p. 126). No caso de São Vicente não foi registrado nenhum caso de abandono junto à porta da capela/matriz, o mais próximo foi na casa do vigário que ficava no outro lado da praça.

Mas houve pelo menos um caso em que a criança foi deixada em lugar de pouca movimentação. A recém nascida Júlia foi “abandonada no meio do campo de Urbano Francisco Galvão”, que a acolheu em sua casa³³¹. Possivelmente estamos diante daquilo que Renato Pinto Venâncio chamou de abandono selvagem, quando “bebês de tenra idade eram deixados nos *monturos* (depósitos de lixo), em terrenos baldios ou em praias desertas durante a noite” (2002, p. 130). Essa situação de abandono em lugares ermos era um dos fatores que mais contribuía para o elevado número de óbitos entre expostos. Cerca de treze dias após ter sido encontrada, esta exposta foi batizada tendo como “fiador perante Deus” o filho de seu bem feitor, Alejandro Francisco Galvão.

Quanto ao rápido intervalo de tempo entre a descoberta e o batismo da exposta Júlia, talvez se explique pelo fato de que a ideia era de que “o pequeno desvalido fosse

³³⁰ AASM. **Registro de batismo de Castorina**. São Vicente, a. 1880, liv. 2, ff. 8v., n.º 137.

³³¹ AASM. **Registro de batismo de Julia**. São Vicente, a. 1878, liv. 1, ff. 44v., n.º 62.

logo batizado tendo em caso de falecimento a alma salva” (MARCÍLIO, 1998, p. 60). Nesses casos excepcionais, onde pairava a dúvida sobre se a criança havia ou não sido batizada, o padre recorria ao batismo condicional (SILVA, 2014). Mas não tomemos por regra esse batizado relativamente rápido, pois além de Júlia somente outros dois registros fizeram menção que o batizado fora feito antes de completar 30 dias do enjeitamento. Conforme dito, os vicentinos batizavam tardiamente e a média entre os enjeitados, que fora calculada a partir das datas informadas nos assentos de quando ocorreu o abandono e o momento do batizado, ficou em 24 meses e 17 dias.

Entre as razões que contribuíram para os enjeitamentos supomos que algumas das crianças eram oriundas de relações legítimas, no entanto naquele momento os genitores não dispunham de condições financeiras para criá-las, mas pode-se imaginar ainda que pudessem ser “frutos de relações indesejadas e proibidas aos olhos da sociedade” (FARIA, 2013, p. 231). Nesses casos “abandonar os pequerruchos [...] poderia salvar a honra da mulher, principalmente se ela fizer parte de uma família abastada” (SILVA, 2012, p. 77). Outro elemento que ia além da moral³³² compartilhada, estava ligado aos interesses econômicos, evitando que filhos bastardos tivessem acesso aos direitos de herança. Havia ainda outra situação que envolvia essas crianças, a chamada falsa exposição, pois os recém nascidos eram “colocados à porta de parentes ou compadres daquela que os dera à luz. A mãe salvaguardava assim sua honra e ao mesmo tempo conhecia o destino da criança, pronta a legitimá-la quando a ocasião fosse para isso propícia” (SILVA, 1993, p. 85).

Encontramos apenas cinco casos onde as famílias receptoras assumiram o compromisso de apadrinhar a criança, o que demonstra que a estratégia de tentar escolher protetores para os seus filhos enjeitados não funcionava sempre, já que estes passavam a outros a proteção dos expostos. Entre aqueles que receberam crianças em sua porta, mas não assumiram a condição de padrinhos, figurou o próprio padre Boaventura. Em relação aos pais espirituais, convém destacar também que nenhum deles batizou mais do que uma vez crianças nessa condição.

³³² Em relação ao conceito de moral Marilena Chauí chama atenção para o fato de que “*cada sociedade institui uma moral, isto é, valores concernentes ao bem e ao mal, ao permitido e ao proibido, e à conduta correta, válidos para todos os seus membros*” (2005, p. 310). Ao mesmo tempo, destaca que a moral é histórica, ou seja, os agentes históricos de cada época estabeleceram regras que devem ser compreendidas diante daquele contexto. Diante disso, a definição de moral presente no dicionário Moraes e Silva constitui-se em: “*sciencia de regular os costumes com o respeito ao honesto, virtuoso, e decoro, segundo a Ethica racional, ou revelada*” (1813, p. 96).

Na busca de atributos qualificativos junto aos nomes dos padrinhos observamos algo diferente daquilo que Jonathan Fachini da Silva (2014) verificou para a Paróquia da Madre de Deus, em Porto Alegre. Nenhuma das madrinhas de expostos foi classificada como Dona. O mesmo vale para os padrinhos, que em momento algum se fez menção a qualquer tipo de atributo qualificativo. Porém, independente de apresentarem ou não formas de prestígio ligadas a seus nomes, acreditamos que os sentimentos que levaram essas pessoas a batizarem essas crianças devem ter sido semelhantes daqueles observados para Porto Alegre por Silva (Idem). Quais sejam, um ato de caridade e misericórdia para com o próximo, que trazia ganhos simbólicos na vida terrena e poderia gerar recompensas na outra vida.

Quanto ao destino dessas crianças não temos muito a dizer, pois os documentos com os quais tratamos não nos permitiram acompanhar suas trajetórias. Mesmo havendo uma legislação que determinava que as câmaras auxiliassem na sua criação, houve um silêncio em relação a esses inocentes por parte dos camaristas de São Vicente. Mas podemos supor que o pequeno número de expostos tenha contribuído para que os vereadores não tomassem medidas sobre o assunto. Diante disso não sabemos para quem foram entregues, muito menos se conseguiram sobreviver³³³.

Conforme visto no capítulo anterior, o pároco Boaventura Garcia figurou como um dos padrinhos preferenciais³³⁴. Ao todo foram quarenta e quatro cerimônias em que simultaneamente foi o oficiante e padrinho. Ana Pereira (2009), em seu estudo sobre a paróquia de São João do Souto na cidade de Braga (Portugal), percebeu a presença constante de membros do clero na condição de padrinhos, nas cerimônias de batismo, ao que ela buscou explicar “como uma estratégia utilizada pelos pais não somente de ascensão social, como também de garantia do bem-estar dos filhos” (Idem, p. 84). Acreditamos que, além do prestígio que as autoridades religiosas desfrutavam e da busca de proteção aos filhos, que poderiam ser amparados em caso de falta dos pais e/ou

³³³ As câmaras deveriam dispor de uma parte de seu orçamento para atender a infância desvalida, contratando, quando possível, mulheres que assumiam a tarefa de criar os enjeitados. Essas personagens ficaram conhecidas como *criadeiras* e deveriam ficar com a criança até os sete anos (VENÂNCIO, 2002). A seleção dessas mulheres, em muitos casos, dava-se pelo “*potencial lactífero*”, ou seja, “*uma mulher que estava amamentando*” (PAULA, 2009, p. 141). Quanto à questão da sobrevivência, Venâncio nos diz que “*a História do abandono é uma história da morte [...] durante os séculos XVIII e XIX, as crianças abandonadas conviveram com os mais elevados índices de mortalidade infantil registrados na sociedade brasileira*” (1999, p. 99). A mortalidade no caso da roda dos expostos da Santa Casa do Rio de Janeiro, para o início do século XIX, chegou a um percentual de 70%, já para Bahia, no final da referida centúria, foi computado um percentual de 60% (MARCÍLIO, 1998).

³³⁴ Sobre o apadrinhamento por parte de religiosos ver, entre outros: Venâncio et al. (1986), Cascudo (1992), Silva (2004), Hameister (2006 e 2010), Brügger (2007), Paula (2009) e Pereira (2009).

serem beneficiados em momentos de partilha de bens, estabelecer laços com o padre passava também pela crença de que os religiosos eram intermediários entre os homens e Deus.

Ao observarmos a condição de filiação dos batizados, nas cerimônias onde o reverendo Boaventura desempenhou o papel de agente apadrinhador, contou-se 24 filhos legítimos e 20 naturais, demonstrando uma proximidade dos números, no que diz respeito à condição de filiação dos batizados. Entretanto, cabe uma observação de que entre aqueles nascidos de tratos sem o reconhecimento eclesiástico, não encontramos nenhum afilhado cujos pais haviam contraído somente o casamento civil. Pode-se explicar isso a partir da situação de que nenhum casal “unido só civilmente” lhe tenha estendido o convite para apadrinhar, mas não se descartar a hipótese de que o padre não tenha aceitado o convite, haja vista que a pressão da Igreja foi bastante imperativa no tocante a nova prática social do casar-se trazida pelo Estado Republicano (CANCELA, 2011).

As cerimônias onde o reverendo desempenhou o papel de padrinho foram realizadas entre 1878 – 1891, ínterim no qual o reverendo ganhou 32 afilhados, sendo agraciado com outros 12 no intervalo entre 1896 a 1911. Ao longo de todo esse período o primeiro a ser apadrinhado foi Quirino³³⁵ e a última foi Maria³³⁶, filha legítima de Fabrício Pilar da Silva e Julia Garcia de Figueiredo. Mas existe outro intervalo de tempo que queremos destacar, o que transcorreu entre 1892 a 1895. Acreditamos que deve ter pesado para que subitamente o cura tenha deixado de ser convidado, o seu estado de convalescença, que o levou inclusive a elaborar seu testamento, conforme veremos de forma mais detida nas próximas seções. Mas algo chama atenção na retomada dos 12 batizados entre 1896 a 1911, sete deles foi feita junto a pessoas muito próximas ao padre. Em três oportunidades batizou seus sobrinhos³³⁷ e nas outras quatro batizou os netos de Maria dos Santos Figueiredo. Mas o que contribuiu para que o padre perdesse a preferência nos convites para apadrinhar? Acreditamos que parte dessa resposta será dada no próximo subtítulo no qual discorreremos sobre os tratos estabelecidos com o núcleo familiar de sua “serventa” Maria.

Ainda tratando do agente apadrinhador Boaventura, no que diz respeito ao sexo dos batizados, os números também foram muito próximos, com pequena vantagem

³³⁵ AASM, **Registro de batismo de Quirino...** op. cit.

³³⁶ AASM, **Registro de batismo de Maria.** São Vicente, a. 1911, liv. 6, ff. 53v., n.º 75.

³³⁷ AASM, **Registro de batismo de José.** São Vicente, a. 1903, liv.5, ff. 68r., n.º 52.

AASM, **Registro de batismo de Francisco.** São Vicente, a. 1903, liv.5, ff. 68r., n.º 53.

para as meninas, haja vista que foram 25, enquanto que o número de afilhados ficou em 19. Em relação aos meninos destacamos o apadrinhamento do filho natural de Francisca Fraga de Medeiros, que recebeu o mesmo nome de seu padrinho³³⁸. No decorrer do período analisado, contabilizando o total de registros, o nome Boaventura não esteve entre os mais citados nos livros de batismo, uma vez que encontramos apenas dezenove crianças recebendo a mesma graça que o vigário, sendo que seis delas já haviam sido batizadas antes dele assumir. Assim restam treze cerimônias nas quais o padre pode ter sido homenageado por seus paroquianos³³⁹.

Martha Hameister (2006), ao analisar as práticas de nomeação³⁴⁰, de modo especial a relação entre padrinhos e afilhados, defendeu que nesses casos o batizando ingressava na família espiritual de seus padrinhos na condição de devedor, pois além do ingresso no mundo católico, “devia” também seu próprio nome. Ainda no que se refere à transmissão do nome mais que uma simples lisonja a amigos ou parentes, fossem eles sanguíneos, afins ou simbólicos, tal situação nos remete a mecanismos de ascensão e reprodução social.

Por detrás da escolha do nome havia toda uma dimensão simbólica, como demonstra Silvia Brügger, uma vez que “tanto na tradição ocidental, como em culturas africanas, faz-se presente a identificação entre nome e augúrio ou destino”, assim, figurava no horizonte da prenominação o “desejo de transferir determinadas qualidades do ‘dono’ dos nomes para a criança” (2007, p. 314). Nesse sentido, Pierre Bourdieu defende que o nome próprio deve ser visto como uma instituição sujeita:

[...] às variações de lugar e de momento: assim, para além de todas as mudanças e flutuações biológicas e sociais, ele assegura aos indivíduos designados à constância nominal, a identidade com o sentido de identidade a si mesmo, de *constantia sibi*, exigida pela ordem social. Compreende-se, então, que, em inúmeros universos sociais, os deveres mais sagrados em relação a si mesmo tomem a forma de deveres em relação ao nome próprio (1996, p. 77).

³³⁸ AASM, **Registro de batismo de Boaventura**. São Vicente, a. 1881, liv.2, ff. 37v., n.º 137.

³³⁹ Entre as possíveis homenagens, destacamos os batizados feitos pelo casal de sobrinhos Lorenzo Garcia Gonzales e Maria Garcia Morán, em 1897, e pelos consortes Pedro Garcia Figueiredo e Anastácia Machado Figueiredo, em 1910.

AASM, **Registro de batismo de Boaventura**. São Vicente, a. 1897, liv.5, ff. 22v., n.º 146.

AASM, **Registro de batismo de Boaventura**. São Vicente, a. 1910, liv.6, ff. 39v., n.º 17.

³⁴⁰ Segundo Weimer as práticas de nomeação se constituem nas “maneiras pelas quais os homens, em sociedade, atribuem, para si e para outrem, formas de denominação pessoal; as maneiras pelas quais manipulam, ocultam ou evidenciam em diversos contextos sociais tais denominações; as formas pelas quais, através de nomes, prenomes e apelidos, os indivíduos relacionam-se com a história e com tradições herdadas; as formas pelas quais os nomes são operados no sentido de reiterar hierarquias sociais, afirmar estatutos, ou mesmo contestá-los” (2012, p. 182).

A escolha da “graça” dos batizados articulava vários elementos, uma vez que era uma marca individual, mas que abria também a possibilidade de um sentimento identitário de grupo, comunitário ou familiar. Ao mesmo tempo, a transmissão do nome está ligada a um determinado tempo e espaço, onde se fazem presentes os condicionamentos sociais (classificatórios e qualificativos) que denotam práticas culturais tais como: usos, costumes e tradições (familiares e religiosas). Mas a quem cabia a tarefa de escolher o prenome que seria registrado no batistério?

As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (DA VIDE, 1707, Tit. XII - XX) dão a entender que a escolha dos nomes era de competência dos padrinhos³⁴¹. A despeito de, Hameister (2006, p. 95) afirma que é “impossível dizer se esta disposição era seguida à risca, se pais e padrinhos entravam em acordo, ou ainda se o padrinho 'oficializava' um prenome escolhido pelos pais” (2006, p. 95). Em relação aos nomes que mais se fizeram presentes nas atas de batismo de São Vicente, selecionamos os dez mais citados que podem ser visualizados no quadro que segue.

Quadro 7: Nomes mais presentes nos registros de batismo de São Vicente (1854-1912)

Masculino	N.º de ocorrências	Feminino	N.º de ocorrências
João	503	Maria	753
José	325	Anna	133
Manoel	252	Antonia	103
Antonio	169	Joanna	80
Pedro	144	Francisca	76
Francisco	124	Luisa	62
Vicente	60	Rita	61
Joaquim	45	Candida	61
Gabriel	40	Rosalina	50
Alfredo	38	Manoela	49

Fonte: AMDB, **Livros de batismo da paróquia de São Gabriel**. São Gabriel, freguesia de São Vicente, a. 1854-1876, *Liv.* 4b, 5b, 6b,7b, 8b, 9b, 10a, 10b, 11b e 12b.

AASM, **Livros de batismo da paróquia de São Vicente**. São Vicente, a. 1876-1912, *liv.* 1, 2, 3, 4, 5 e 6.

Mesmo trabalhando com um número muito próximo de batizados, no que diz respeito à razão de sexo, pois conforme mostramos no primeiro capítulo o número de meninas/moças foi de 4.492 enquanto que os de meninos/rapazes ficou em 4.410, ao analisarmos a forma como os nomes eram distribuídos verificamos algumas diferenças que precisam ser pontuadas. Ao nos determos no rol de nomes dados aos meninos/rapazes percebemos que havia uma tendência de concentração maior em torno de alguns nomes, seis deles inclusive superaram a barreira da centena, enquanto que

³⁴¹ Sobre a escolha do nome do batizando ver, entre outros: Amorim (1983), Pina Cabral (2008), Rowland (2008), Mercer e Nadalin (2008) e Camilo (2015).

isso só foi encontrado para três nomes femininos. Ao somarmos os dez nomes masculinos mais presentes, chega-se a 1.700, que percentualmente respondem a 38,55%. Ao realizarmos o mesmo procedimento com os dez nomes femininos mais registrados nos assentos de batismo, eles perfazem 1.324, que percentualmente correspondem a 29,47%.

Ao tratar dos nomes femininos, algo que chama a atenção é a distância considerável do prenome Maria, em primeiro lugar, para o nome Anna em segundo, são mais de cinco vezes de diferença entre os dois nomes, disposição diferente da apresentada entre os homens, onde a distância do primeiro para o segundo não é tão expressiva. Acreditamos que em parte essa questão pode ser explicada pelo *stock* que estava à disposição dos responsáveis pela escolha, uma vez que encontramos 753 nomes diferentes masculinos, enquanto que as possibilidades de nomes femininos eram da ordem de 775. Mesmo sendo apenas 22 nomes de diferença, as possibilidades de escolha para o sexo feminino eram um pouco maiores do que as que se apresentavam para os homens.

Outra questão suscitada pelo quadro 7 é a conotação simbólica dos nomes, no qual é evidente a relação com nomes bíblicos ou personagens de destaque na história da Igreja Católica. Patrícia de Jesus Carvalhinos aponta que a escolha por devoção se dava “pela crença que um nome sagrado ou ligado ao sagrado traria sorte ao portador do mesmo” (2007, p. 3). Mesmo figurando no rol dos dez mais citados, chama atenção o número de vezes que Vicente foi homenageado e invocado como protetor espiritual. A nosso ver número modesto, tendo em vista que o padroeiro figurava no horizonte religioso desde o século XVIII, aquela altura já poderia ter sido gestada uma tradição nominativa um pouco mais expressiva em torno de seu nome.

Ainda dentro das práticas de nomeação destaca-se a ocorrência de 122 casos que apresentaram dois prenomes para o mesmo batizando. Vale destacar que esses assentos não foram computados no quadro anterior por entendermos que a fusão de dois nomes, tais como José João ou José Joaquim, para os nomes masculinos ou Anna Maria e Maria Luisa, para os femininos, tratavam-se de um novo nome próprio. Quando se recorreu a dois prenomes, as nomenclaturas que mais se sobressaíram foram Maria, em 61 registros (dos quais apresentaram trinta e seis possibilidades de combinações) e José, com 23 assentos (com nove formas agregadas ao nome). A presença de dois prenomes poderia se constituir num artifício de agrado através da transmissão do nome a dois indivíduos simultaneamente, tal como foi verificado no registro de André Martim,

sendo que o primeiro prenome era o do seu pai enquanto que o segundo era o primeiro nome de seu padrinho³⁴².

Outra nuance que o processo de seriação evidenciou no tocante ao sistema de nomeação foi o estabelecimento de serialidades intergeracionais (PINA CABRAL, 2008). O nome estabelecia conexões entre diferentes gerações, no caso o recebimento por parte dos neófitos dos nomes que lhes eram transmitidos pelos pais, padrinhos e avôs. Mas não bastava simplesmente repassar o nome, o importante era repassar um “bom nome”, que adquiria a condição de um patrimônio simbólico “vinculado à sua família, ao seu grupo ou local de origem, à sua própria vida, existente antes mesmo de seu nascimento” (HAMEISTER, 2006, p. 117).

Entre os reflexos das formas de nomeação, envolvendo a linhagem ancestral, estava a produção de homônimos. A repetição de prenomes visava

[...] gerar uma espécie de ‘fusão’ de duas pessoas distintas, padrinhos e afilhados, avôs e netos ou ilustres e desconhecidos [...] Deste modo, a vida pregressa estaria associada ao nome, ao identificador do sujeito designando uma espécie de entidade que pertencia à família ou o grupo em que estavam inseridos. O nome também significava uma forma de continuidade e, muitas vezes, estava impregnado com os atributos dos homens aos quais identificavam. (BARBOSA, 2009, p.50).

No caso da presença de homônimos, se constituía numa identidade familiar que assumia a condição de localizador social que era transmitido de geração a geração. Por sua vez a homonímia gerava vínculos entre indivíduos que partilhavam do mesmo nome, cabendo ao receptor dar continuidade aos atributos que lhe haviam sido transmitidos³⁴³. Feitas essas considerações sobre as práticas de nomeação e o que poderia perpassar pela “herança imaterial da graça”, cabe agora trazeremos de que forma se deu a distribuição das serialidades intergeracionais. Nesse sentido, elaboramos o quadro abaixo, onde destacamos a referência direta do nome do batizando a outros nomes presentes no registro de batismo (pai, mãe, padrinho, madrinha, avô e avó).

³⁴² AMDB, **Registro de batismo de André Martim**. São Vicente, a. 1908, liv. 6, ff. 26r., n.º 180.

³⁴³ Pierre Bourdieu ao tratar da transmissão do nome enquanto patrimônio simbólico deixou o alerta para as possibilidades de fracasso, pois o que ele designa “*não é senão uma rapsódia heterogênea e disparatada de propriedades biológicas e sociais em constante mutação [...] ele só pode atestar a identidade da personalidade, como individualidade socialmente constituída, a custa de uma formidável abstração*” (In: FERREIRA e AMADO, 2002, p. 187).

Quadro 8: Origem dos nomes repassados aos batizados em São Vicente (1854-1912)

Origem do nome	Ocorrências
Pais	390
Padrinhos	662
Avôs	115
Total	1.167

Fonte: AMDB, *Livros de batismo da paróquia de São Gabriel*. São Gabriel, freguesia de São Vicente, a. 1854-1876, *liv.* 4b, 5b, 6b,7b, 8b, 9b, 10a, 10b, 11b e 12b.
AASM, *Livros de batismo da paróquia de São Vicente*. São Vicente, a. 1876-1912, *liv.* 1, 2, 3, 4, 5 e 6.

A tendência expressa no quadro 8 é a de que quando se fazia a opção de dar o nome ao batizando, conferindo-lhe a mesma graça dos pais, avôs ou padrinhos, a preferência era pelo nome destes últimos. O que talvez encontre consonância no que fora dito anteriormente de que as Constituições Primeiras orientavam que a incumbência de nomear os batizados era de seus pais espirituais. Nessas situações nas quais os padrinhos emprestaram seus nomes aos afilhados, entre os 662 presentes no quadro 8, destacamos cinco casos de crianças expostas que receberam a mesma graça de seus “fiadores perante Deus”.

Ao realizarmos o cruzamento nominativo que envolveu prenomes dos batizados, pais, padrinhos e avôs, nos deparamos com a situação de que havia casos de sobreposição de nomes (HAMEISTER, 2003), em suma, a origem do nome era imprecisa, na medida em que poderia tratar-se da homenagem a duas ou até três pessoas. Diante disso elaboramos o quadro seguinte no qual tratamos dessas possíveis combinações.

Quadro 9: Sobreposição de nomes nas cerimônias de batismo de São Vicente (1854-1912)

Origens dos nomes	Ocorrências
Pais+Padrinhos	65
Pais+Avôs	19
Padrinhos+Avôs	18
Avó+Avó	4
Mãe+Madrinha+Avó	2
Mãe+Avó+Avó	2
Total	110

Fonte: AMDB, *Livros de batismo da paróquia de São Gabriel*. São Gabriel, freguesia de São Vicente, a. 1854-1876, *liv.* 4b, 5b, 6b,7b, 8b, 9b, 10a, 10b, 11b e 12b.
AASM, *Livros de batismo da paróquia de São Vicente*. São Vicente, a. 1876-1912, *liv.* 1, 2, 3, 4, 5 e 6.

O quadro apresentou seis possibilidades de sobreposição de nomes, entre elas aquela a que mais se recorreu foi a que envolveu a “dobradinha” que envolvia pais e padrinhos. Ainda cabe destaque o número muito aproximado que envolveu a sobreposição de pais+avôs e padrinhos+avôs. Ao somarmos os números finais do

quadro 8 e 9 chegamos a 1.277 assentos que ao serem vistos dentro do total de registros analisados respondem por 14,34%. O que nos permite constatar que a ampla maioria dos batizados de São Vicente não recebeu a mesma graça de seus parentes sanguíneos ou simbólicos.

5.2 “Amores extraños, extraños amores”: amores sacrílegos

Arlindo Rubert (1998), em seu livro *História da Igreja no Rio Grande Sul*, nos traz um apanhado de paróquias e de religiosos que colaboraram na construção do catolicismo no Rio Grande do Sul. No seu discurso laudatório não deixou de elogiar a força moral, a boa índole de muitos deles, que mesmo enfrentando uma série de obstáculos conquistaram a estima dos paroquianos e empreenderam seu trabalho pastoral. Em meio aos muitos nomes dos homens de fé e de fibra encontramos Boaventura Garcia, a quem o autor se referiu como sendo “de poucos préstimos”, quando, em 1875, interinamente, respondeu pela paróquia de São Francisco de Assis (Idem, p. 239).

Ao analisar a atuação do religioso como pároco de São Vicente, Rubert foi extremamente sucinto, informou que ele “paroquiou por 36 anos, falecido, *com descendência*, a 11/11/1912” (grifo nosso, Ibidem). Acreditamos que a referida descendência era constituída por Pedro Garcia Figueiredo, Júlia Garcia Figueiredo e Fulgêncio Garcia Figueiredo, frutos da relação *sacrílega* que o padre manteve por vários anos com Maria dos Santos Figueiredo (ver genealogia 11). Talvez aqui estejamos diante do primeiro indício da relação *sacrílega*. Chamamos atenção para os sobrenomes dos filhos de Maria, já que todos eles incorporaram o *apellido* do padre. Hugo Fragoso destacou que “padres davam seu nome aos filhos, pois não eram eles simples 'bastardos', que só tivessem o sobrenome da mãe. Deviam ser criados os filhos em igualdade de condições com as melhores famílias do lugar” (1992, p. 144).

Ao longo da história da Igreja um dos principais desafios foi a tentativa de controlar as mentes e os corpos de seus membros. Nesse sentido, as tentativas de controle dos comportamentos ligados a sexualidade passaram a ser classificados como possibilidades de se aproximar ou se afastar de Deus. Entre os que estavam mais perto, figuravam os religiosos que, ao adotarem a continência elevavam o espírito. Num “segundo plano vinham os leigos casados em uniões sacramentadas pela Igreja. Por fim, próximos a Satã, ficavam os praticantes da luxúria” (DAIBERT JUNIOR, 2013, p. 51).

Segundo Antonio Irigoyen López, a condição celibatária, confirmada através do voto de castidade, “constituía un pesado lastre para el clero, hombres de carne y hueso” (2011, p. 84). Desse modo, muitos padres não resistiam à fragilidade humana, desvios de conduta que contribuía para engrossar o número de bastardos (FARIA, 2013). Ao invés de ensinar, através do exemplo, muitos deles acabavam tendo uma vida desregrada que se chocava com os princípios morais defendidos pela Igreja. Entre os principais deslizes estavam os amores sacrílegos, nos quais religiosos passavam a viver maritalmente com mulheres com as quais muitas vezes acabavam tendo filhos (LOPES, 1998).

Essa situação, quando o "marido" era religioso, foi percebida por Mónica Ghirardi e Nora Siegrist (2012) ao estudarem as dioceses de Tucumán e Buenos Aires nos séculos XVIII e XIX. Entre as razões apontadas pelas autoras, para que ocorresse a aproximação e romances tivessem início, estava “la creación de lazos de profunda intimidad y estrecho relacionamiento derivado además del sacramento de la confesión” (Idem, p. 160). Além disso, em muitos casos, “humildes servidoras libres, sacadas del terruño y empujadas por la miseria al servicio doméstico véanse no pocas veces arrastradas a situaciones de mancebía” (Ibidem, p. 164). Concomitantemente, muitos clérigos concentravam,

[...] una cuota de poder y prestigio que los diferenciaba de la gente del común en las jerárquicas sociedades católicas tradicionales. No pocos de ellos pertenecían a familias distinguidas de la comunidad y estaban vinculados al poder político y económico integrando el entramado de autoridad social. Entendidos como intermediarios entre la Providencia y los simples feligreses [...] los hombres de religión personificaban en las representaciones sociales un estado sublime, perfecto, superior (Ibidem, p. 200).

Havia toda uma aura construída em torno desses sujeitos que, num universo caracterizado pelo analfabetismo, estavam entre os poucos letrados das comunidades o que lhes conferia poder. Os guias espirituais também poderiam se constituir em canais de salvação e curadores das moléstias do corpo e da alma. Do mesmo modo, o fato de receberem as espórtulas³⁴⁴, mesmo que em muitos casos de forma módica, também se

³⁴⁴ Moraes e Silva define como “*certa porção de dinheiro que se dá d’esmola ao pároco que baptiza*” (1813, p. 554). Harold B. Jhonson Júnior ao estudar as paróquias portuguesas no século XVIII destacou que elas se constituíam no principal rendimento dos padres, pois “*em cada ano; tinha pagamento em moeda ou gênero por cada criança baptizada, por cada casamento, e por cada pessoa que morreu [...] e parece ter sido muito lucrativo, [...] a morte também dava rendimento contínuos vindo das missas sucessivas que o padre rezava para as almas dos defuntos [...] e ninguém podia dizer missa dentro da sua jurisdição sem a sua permissão*” (1985, p. 5-6). Já Italo Santirocchi (2010) ao analisar algumas

constituíam numa possibilidade de sustento para muitas mulheres oriundas dos estratos subalternos da sociedade.

Em relação à Maria e seus filhos conseguimos encontrar algumas informações que nos permitem apresentar situações que envolveram a trajetória desse núcleo familiar. A primeira vez que os encontramos na documentação analisada foi em 1883, quando Pedro foi batizado pelo padre Boaventura, tendo como padrinhos Antonio de Vasconcellos e sua esposa Dona Emerenciana Pereira de Vasconcellos. O menino foi batizado quando estava com 16 meses, sendo descrito como filho natural de Maria dos Santos Figueiredo. Três anos mais tarde, Maria voltaria a pia batismal para que seu filho Fulgêncio³⁴⁵ recebesse o primeiro dos sacramentos. Não conseguimos localizar o registro da filha do meio, que recebeu a graça de Júlia. Ainda no campo das atas de batismo encontramos Maria dos Santos Figueiredo amadrinhando em apenas duas ocasiões, uma em 1904, na companhia de seu filho Pedro, e outra no ano seguinte, quando fez par com seu genro Fabrício Pilar da Silva. Panorama diferente do que encontramos para os filhos que Maria teve com o padre Boaventura. Eles foram bem mais assíduos a pia batismal, uma vez que localizamos seus nomes, entre 1890 a 1912, em trinta e sete oportunidades, desse total em dezesseis ocasiões eram filhos naturais, quinze legítimos e seis de contrato civil.

Outro cenário onde encontramos esse ramo familiar foi junto ao notário. Em 1885 Maria dos Santos Figueiredo adquiriu “uma casa de meias aguas e úm terreno na Rua General João Manuel, localizada nesta Villa”³⁴⁶, no valor de 50\$000 réis (algo em torno de £ 3,85). Conforme consta no registro da escritura Maria era natural do Paraguai, todavia não sabemos precisar se fez parte daquele grupo de mulheres que foram trazidas por militares ao término do conflito. Dois anos mais tarde ela voltaria novamente a presença do escrivão para desta vez registrar a compra de uma “chacara com casa de vivendas nas proximidades desta Villa”³⁴⁷, na importância de 70\$000 réis (aproximadamente £ 6,53).

paróquias brasileiras apresenta outro panorama frisando que em comunidades pequenas e/ou pobres os religiosos precisavam do auxílio dos paroquianos para poder suprir as necessidades mínimas de sua subsistência.

³⁴⁵ AASM. **Registro de batismo de Pedro**. São Vicente, a. 1883, liv. 2, ff. 84 v., n.º 63.

AASM. **Registro de batismo de Fulgencio**. São Vicente, a. 1886, liv. 3, ff. 46 v., n.º 104.

³⁴⁶ APERS, **Livros notariais de transmissões e notas**. São Vicente, 1º tabelionato, a. 1885, liv. 13A, ff. 27 v.

³⁴⁷ APERS, **Livros notariais de transmissões e notas**. São Vicente, 1º tabelionato, a. 1887, liv. 14A, ff. 70r. - 71v.

Em março de 1897 Maria reapareceu junto aos registros notariais, substabelecendo uma procuração no qual conferia plenos poderes a Carlos Augusto de Lima Pinto, para que procedesse uma retirada na Caixa Econômica, na cidade de Porto Alegre, na importância do que excedesse a 4:000\$000 réis (cerca de £ 136,16) “do capital que se acha recolhido na referida Caixa pertencente a seu filho Pedro Garcia Figueiredo”³⁴⁸. Algum tempo depois ela retornaria ao 1º Tabelionato com o intuito de escriturar uma casa “situada na Rua Vinte de Setembro contendo duas janelas e uma porta na frente pela importância de 1:000\$000 de réis”³⁴⁹ (aproximadamente £ 34,04). Vale destacar que entre os vizinhos confinantes citou-se o nome de seu compadre Antonio de Vasconcellos. Na mesma feita registrou uma procuração que fazia menção a outro saque no valor de 1:100\$000 réis (aproximadamente £ 35,13) que deveria ser efetuado no mesmo banco³⁵⁰. As transações nos remetem as palavras de Giovanni Levi ao chamar atenção para o fato que:

O tabelião apenas registrou a sanção final de uma série de contratos silenciosos, de transações formalizadas ou verbais, de apoios ou de trocas que se concluíram com um ato de venda. Foi esta, portanto, a única fase da transação que deixou vestígios, criando, assim, um véu que obscureceu as fases concretas da reciprocidade entre parentes (2000, p. 161).

Por “detrás do véu” que Levi faz menção, no caso ora estudado, estava Boaventura Garcia, uma vez que em todos os registros firmados por Maria e seus filhos junto ao notário de São Vicente tiveram a participação do pároco na condição de testemunha. Ainda no que toca as relações envolvendo o vigário, sua “serventa” e o advogado, elas certamente eram de muita proximidade, haja vista que o padre também era possuidor na esquina da Rua Vinte de Setembro de uma casa onde residia.

No que diz respeito a Pedro Garcia Figueiredo, apuramos que em 1897 era morador na capital do Estado. Em fevereiro do ano seguinte foi registrada em seu nome a escritura de uma casa própria para comércio “situada na Rua São Miguel, esquina com a do Commercio”³⁵¹. Cerca de sete meses depois da compra, foi registrada a sociedade comercial denominada de Vinhas e Garcia, constituída com Joaquim Martins Vinhas, que tinha como propósito “a compra e venda de mercadorias nacionais e estrangeiras [...] tendo como capital dezesseis contos com que entra o sócio Pedro Garcia Figueiredo

³⁴⁸ APERS, *Livros notariais de transmissões e notas*. São Vicente, 1º tabelionato, a. 1897, liv. 15, ff. 09r. e v.

³⁴⁹ *Idem*, ff. 65v. - 66v.

³⁵⁰ *Ibidem*, ff. 66v. - 67r.

³⁵¹ *Ibidem*, ff. 97v. - 99r.

conforme contrato firmado em janeiro de 1898³⁵². Porém o negócio não deu certo, uma vez que em maio de 1900 Pedro registrou procuração, nomeando José Dias, a fim de que procedesse a “dissolução da sociedade na junta commercial”³⁵³.

Mesmo não logrando êxito na atividade de negociante, esse episódio serviu para que o filho mais velho do padre se estabelecesse em São Vicente. Foi também no ano por último referido que ele estabeleceu núpcias com Anastácia Machado de Oliveira, descrita como tendo 16 anos e na condição de filha legítima³⁵⁴. As bodas tiveram como testemunhas Antonio Prestes Filho e Antônio Augusto Leitão. Dois anos mais tarde foi indicado ao posto de Tenente do 1º esquadrão do regimento de cavalaria da Guarda Nacional em São Vicente, na mesma unidade na qual Antonio Augusto Leitão ocupava o posto de Major-cirurgião³⁵⁵.

Outro cenário onde conseguimos localizar os Garcia Figueiredo foi através do assento matrimonial de Fulgêncio, que em 1908 uniu-se em matrimônio com Rozalina Coelho de Lima, tendo como testemunhas Ventura Ruiz Garcia e Pedro Garcia Figueiredo. A condição de filho natural do nubente foi informada pelo oficiante da celebração, enquanto que sua noiva foi citada como filha legítima³⁵⁶. Ou seja, os dois filhos de Boaventura buscaram esposas que apresentavam natureza de filiação diferente da que eles possuíam.

Mas o altar da matriz de São Vicente não fora utilizado somente para casar os filhos, o local serviu também para batizar pelo menos 13 netos. Nessas cerimônias

³⁵² APERS, **Livros notariais de transmissões e notas**. São Vicente, 1º tabelionato, a. 1899, liv. 19, ff. 22 v. - 24r.

³⁵³ Idem, ff. 41v. - 42r.

O mesmo procurador também representaria os interesses de sua irmã Julia Garcia de Figueiredo, “a fim de receber na Alfandega em Porto Alegre seu pagamento como professora interina de aula mista no Jaguarizinho”. As correspondências da câmara de São Vicente, no decorrer da década 1880, apontaram uma série de obstáculos para desenvolver a “Instrução do Povo”. Entre elas a dificuldade de se conseguir um local adequado para que as aulas fossem ministradas, ao que o cidadão Antonio de Vasconcellos elaborou documento remetido à capital da província onde pediu permissão para a câmara alugar o espaço da Sociedade Recreio familiar. Uma vez aceita a proposta, a aula pública passou a funcionar, inicialmente, no turno da noite para indivíduos do sexo masculino. Posteriormente, se fez menção as aulas diurnas ministradas para meninos e meninas. Numa população de cerca de 5.000 almas a escola atendia apenas 80 alunos, o que gerava entre os camaristas um sentimento de lamentação em função do número pouco expressivo. Mas sem dúvida nenhuma o maior obstáculo eram os professores, que tendiam a pedir transferência para outros municípios o que acarretava na suspensão das aulas por meses até que se encontrassem outras professoras dispostas a assumirem as classes.

APERS, **Livros notariais de transmissões e notas**. São Vicente, 1º tabelionato, a. 1900, liv. 20, ff. 26r. e v.

³⁵⁴ AASM, **Registro de matrimônio de Pedro Garcia Figueiredo e Anastácia Machado de Oliveira**. São Vicente, a. 1900, liv. 2, ff. 11v., n.º 1.

³⁵⁵ BRASIL, **Indicação para oficiais da Guarda Nacional - comarca de São Vicente...** op. cit. ff. 2708.

³⁵⁶ AASM, **Registro de matrimônio de Fulgencio Garcia Figueiredo e Rozalina Coelho de Lima**. São Vicente, a. 1908, liv. 2, ff. 16 r. e v., n.º 02.

queremos destacar a ratificação de vínculos familiares, através da troca de afilhados, que os irmãos Pedro e Fulgêncio realizaram. Em 1905 se tornaram compadres quando Fulgêncio batizou Ovidia³⁵⁷. Passados seis anos inverteram-se os papéis, quando por ocasião do batizado de Maria Ernestina³⁵⁸ a condição de padrinho foi assumida por Pedro. Entendemos que os registros nos mostram uma ratificação dos vínculos sanguíneos, “una reciprocidad que emanaba de la buena voluntad y la amistad” (LEVI, 2002, 109). Ainda tratando dos batizados dos netos, em quatro assentos Boaventura além de batizá-los também serviu como padrinho³⁵⁹.

Entre os 8.902 assentos analisados somente em 930 (10,44%) os padres anotaram os nomes dos avôs/avós, sugerindo-nos certa seletividade ligada à condição social da família dos pais e a natureza de filiação do batizando. Entre os 930 casos apenas em um assento os pais do batizando eram casados somente no civil, em outros 22 os neófitos foram descritos como naturais e a esmagadora maioria, 907, eram rebentos legítimos. Ainda tratando dos registros onde se fez menção aos ascendentes, verificamos que 872 apresentaram os nomes dos quatro avôs/avós. Nos 58 registros onde os nomes dos avôs foram informados parcialmente, a ausência mais frequente ficou por conta dos avôs paternos, o que ocorreu em cinquenta oportunidades.

Mas existe outro dado que consideramos importante trazeremos a lume, que está relacionado à presença do nome das avós maternas que registraram 901 participações. Entre essas matriarcas, houve 30 casos em que somente os nomes delas foram citados nos registros. Destes, 20 foram de batizandos cuja natureza da filiação era natural, tais como Maria, filha de Maria da Encarnação Placida e neta de Maria Petronia Rodrigues³⁶⁰. A omissão do nome do avô materno nos leva a supor que talvez o responsável pela feitura do batistério tenha se esquecido de registrar essa informação, mas não se exclui a possibilidade de tratar-se de uma segunda geração de filhos naturais.

Mas voltando a tratar dos amores sacrílegos, outra faceta ligada a esse tipo de relacionamento era a forma como essas relações eram mantidas, onde o ilícito, teológica e institucionalmente, poderia ser aceito desde que o caso não causasse escândalos. Desta forma, “la mayoría procuro guardar silencio también respecto de los frutos de esos

³⁵⁷ AMDB. **Registro de batismo de Ovidia**. São Vicente, a. 1905, liv. 5, ff. 80r., n.º 1.

³⁵⁸ AMDB. **Registro de batismo de Maria Ernestina**. São Vicente, a. 1911, liv. 6, ff. 53r., n.º 69.

³⁵⁹ AASM. **Registro de batismo de Maria Adelaide**. São Vicente, a. 1902, liv. 5, ff. 60 v., n.º 72.

Filha de Pedro Garcia Figueiredo e Anastácia Machado Figueiredo.

³⁶⁰ AMDB. **Registro de batismo de Maria**. São Vicente, a. 1862, liv. 7b, ff. 59 v., n.º 293.

vínculos considerados sacrílegos para la doctrina de la Iglesia y salieron a la luz solo por casualidad porque las amasias los reconocieron o parientes o vecinos lo comentaron (GHIRARDI e SIEGRIST, 2012, p. 80). Todavía, em casos excepcionais, os clérigos, “se atrevieron a ventilar sus íntimos vínculos haciéndolos públicos, exhibiendo a las compañeras de turno y hasta parecen haber experimentado satisfacción ostentosa mostrándose abiertamente en pareja, desafiando incluso a las altas esferas de la autoridad eclesial y secular” (Idem, p. 81).

Parece que o grande problema era quando isso se tornava público, nesses casos a relação sacrílega poderia se constituir numa afronta aos ditames da Igreja e em grave ofensa a moral vigente. Contudo, havia uma terceira possibilidade que passava pelo “explícito”, mas sem causar grandes embaraços. Tal como foi percebido por Leticia Guterres (2013) em seu estudo sobre Santa Maria da Boca do Monte. A autora afiançou que o vigário daquela localidade, Antonio Gomes Coelho do Vale, era amásio de uma de suas escravas, ter com a dita cinco filhos³⁶¹ e que isto não lhe trouxe grandes constrangimentos, “mais importante que isso era o grau de convencimento que exercera naquela sociedade quanto a sua moralidade” (Idem, p. 372)³⁶².

O caso da paróquia vizinha a de São Vicente nos faz pensar nas palavras de Maria Elena Barral uma vez que a honra pode estar cristalizada numa “esfera mental donde las verdades aceptadas quedan abrigadas de todo examen crítico por una convicción insensible al razonamiento” (2007, p. 63). Talvez estejamos diante de um jogo no qual o mais importante era o que transparecia, ou seja, havia uma conduta preestabelecida e um nível de tolerância entre o que acontecia “portas adentro” e aquilo que era demonstrado publicamente. No caso do sacerdote Boaventura deve ter pesado também para sua “moral” a atuação em outras empreitadas, tais como a conclusão das

³⁶¹ Sobre o fato de Lucrecia ser amásia do pároco e de sua prole ser espúria Ana Paula Marquesini Flores (2006), em seu estudo sobre os testamentos produzidos em Santa Maria, entre 1850 a 1900, analisou o testamento do vigário no qual encontrou as vontades manifestadas estava à libertação da concubina que durante sua vida havia servido-o na condição de escrava. Outro elemento que envolveu Lucrecia e seus cinco filhos ilegítimos foi o fato de terem sido convertidos nos herdeiros do terreno e da casa que o religioso possuía na Vila. Ver também: Beltrão (1979) e Daudt Filho (2003).

³⁶² Em relação aos amancebamentos de religiosos no Brasil Italo Santirochi (2010) observou, mediante as correspondências trocadas entre membros da Santa Sé e bispos de várias paróquias brasileiras, assim como nas instruções remetidas aos internuncios presentes em nosso país, que figuravam entre as principais preocupações acerca do clero brasileiro. Para tanto, eram necessárias reformas que combatessem “a facilidade com que a lei brasileira reconhecia a paternidade dos filhos sacrílegos dos sacerdotes amancebados. Em relação aos rebentos dos padres prevaricadores eram, sem grande relutância, até meados do século XIX, facilmente ordenados pelos bispos. Isto se tornara possível graças às faculdades Decenais concedidas aos prelados brasileiros, que lhes davam o direito de dispensarem os ordenandos de qualquer irregularidade” (2010, p. 441). Sobre tratos ilícitos de religiosos ver também: Freyre (1966), Figueredo (1997), Araújo (1997), Lodoño (1999), Vêscio (2001), Possamai (2005), Vendrame (2007 e 2013), Mendonça (2011), Santos (2013) e Del Priore (2015).

obras da igreja matriz e a longa atuação na condição de pároco. Nesse sentido, recorreremos mais uma vez a Barral (2007) que afirma que um dos predicativos para ser considerado um bom pároco, nas paróquias rurais da Argentina, passava pelo tempo de permanência, bem como o envolvimento demonstrado com as questões da comunidade.

5.3 Vontades testadas

Em agosto de 1893 Boaventura Garcia ditou suas últimas vontades para Antonio de Vasconcelos, o qual ele definiu como pessoa instruída nas leis e que dispunha da sua mais absoluta confiança. A iniciativa do vigário fora justificada em virtude da grave doença que o havia acometido. Entre as vontades presentes em seu testamento³⁶³, destacaremos aquelas relacionadas à Maria dos Santos Figueiredo, a nosso ver mais um elemento que remete ao amasiamento que manteve com ela. Mas antes de nos enredarmos nas últimas vontades do padre, cabe discorrermos sobre algumas questões que envolviam a elaboração dos testamentos.

De acordo com Phillippe Ariès (1981) mesmo estando sujeito a uma série de convenções e condicionamentos, o testamento exprime “um sentimento muito próximo das artes *moriendi* a consciência de si, a responsabilidade do seu destino e o dever de dispor de si, da sua alma, do seu corpo, dos seus bens a importância dada às últimas vontades” (Idem, p. 237). Dessa forma “o testamento reproduz pela escrita os ritos orais da morte [...] fazendo-os entrar no mundo do escrito e do direito, retira-lhes um pouco do seu carácter litúrgico, colectivo, rotineiro, [...] personaliza-os” (Ibidem).

Ana Silvia Scott salientou que era um momento onde o indivíduo tentava “colocar em ordem tanto a parte espiritual quanto material da sua vida independente do montante que haja para ser legado a alguém” (1999, p. 331). Destacou também que o testamento era um instrumento de negociação e poder, pois poderia motivar conflitos intergeracionais, mediante a nomeação da terça, ou seja, a constituição de um herdeiro beneficiado que ficaria com um terço do patrimônio a ser distribuído. Isso acabava criando um laço de dependência maior em relação ao escolhido, pois uma das características dos testamentos era seu carácter revogável, isto é, caso o selecionado fizesse ou deixasse de fazer algo que envolvesse o testador, este último tinha o poder de

³⁶³ Segundo Bluteau testamento é uma “*declaração de ultima vontade, & disposição de seus bens, depois da morte lãçada em papel por Tabellião, em presença de testemunhas, segundo as formalidades do Direyto, que as Leys ou costumes locaes ordenão*” (1728, p. 132).

anular o documento, elaborando um novo, no qual poderia nomear outra pessoa para ficar com uma parcela maior na herança. No caso ora estudado, não houve retificações, tendo em vista que o testamento feito em 1893 foi copiado *ipsis litteris* no inventário do vigário, aberto em 1912.

Do ponto de vista da feitura desses documentos, eles seguiam um roteiro pré-estabelecido onde o prólogo era o momento em que o testador se identificava, o preâmbulo era a parte em que se fazia a “invocação”, apresentava seu estado de saúde, tecia considerações sobre sua vida e expectativas em relação a sua morte, bem como explicitava as razões que o levaram a redigir o testamento. Na sequência havia as disposições espirituais, etapa na qual o testador escolhia a mortalha, assim como o local onde ocorreria o sepultamento, o número de missas, o valor da cerimônia e a distribuição dos legados.

Depois apareciam as disposições materiais, entre elas a declaração dos herdeiros universais e legatários, e caso fosse do interesse do testador, a indicação da terça parte dos bens deixados. No escatocolo ocorria a nomeação das testemunhas presentes no ato de elaboração do testamento, bem como do escrivão e o lugar onde fora redigido. Uma vez declaradas às últimas vontades, “o documento deveria ser aprovado pelo Tabelião, que, após um exame minucioso do processo tentando identificar falsificações, iniciava a redacção do auto de aprovação na mesma folha em que o testamento tinha sido acabado de ser escrito” (PEREIRA, 2009, p. 131). Após seguir todos esses tramites o testamento era validado, se constituindo no instrumento que exprimia as vontades do indivíduo, trazendo a tona afetos e segredos do testador³⁶⁴.

Em seu testamento, Boaventura Garcia declarou que era natural da paróquia de Val de Rey, na província de Leon no Reino da Hespanha. Havia nascido em 1840, sendo filho legítimo de Nicolau Garcia e Maria Josefa Prieto, já falecidos. Não fez invocação a nenhuma entidade espiritual, ressaltou apenas o fato de ser “Christão Catolico Apostolico Romano”³⁶⁵. Entre as vontades manifestadas pelo padre elencam-se aquelas destinadas aos serviços da alma³⁶⁶, nas quais registrou o pedido para ser enterrado dentro de um caixão que deveria ser depositado num túmulo a ser construído no cemitério público.

³⁶⁴ Sobre testamento ver também: Vovelle (1991), Rodrigues (2005) e Ferreira, Rodrigues e Wanderley (2015).

³⁶⁵ AJC, *Inventário post-mortem de Boaventura Garcia*. op. cit., ff. 03.

³⁶⁶ AJC, *Inventário post-mortem de Boaventura Garcia...* op. cit.

Solicitou que fosse amortalhado com seus hábitos talaes e devidamente paramentado. A vestimenta era peça importante, pois dizia muito da importância social do morto e das relações que havia tecido em vida, principalmente se estivessem estampadas cores e símbolos de determinadas irmandades religiosas. A segunda vontade expressa no testamento do vigário foi de que por ocasião de sua morte houvesse “signaes ou toques de sinos recomendados pelo rito da Santa Igreja em taes circunstancias”³⁶⁷. Esse tipo de pedido caracterizava um dos elementos de um bom funeral e principalmente trazia em seu bojo símbolos de distinção social, uma vez que, quanto mais barulho, maior era proeminência do morto (CATROGA, 1999).

O sacerdote deixou ainda expresso que fossem rezadas cem missas por sua alma, sendo que elas deveriam ocorrer no sétimo, no trigésimo e quando completasse um ano de sua morte. Essa incumbência fora passada a seus irmãos (Gabriel, Felippa e Maria) e aos filhos *espúrios* (Pedro, Júlia e Fulgêncio), que só justificariam o recebimento da herança mediante o cumprimento dessa vontade. As missas eram outro elemento importante que eram utilizadas de forma intensa com o intuito de auxiliar no “julgamento da alma perante o Tribunal Divino, pensando abreviar ou até mesmo (os mais otimistas) evitar a passagem pelo Purgatório” (REIS, 1991, p. 209)³⁶⁸. Segundo as orientações da Igreja não havia um número mínimo necessário para se obter a salvação, imperava o sentimento de quanto mais, maiores eram as chances de se chegar ao paraíso. Mas o desafio não era só fazer com que a alma adentrasse no reino dos céus, mas criar mecanismos que possibilitassem a permanência naquele recinto. Diante disso, era muito corrente nos testamentos deixar uma parcela dos bens para os serviços da alma, pois todos estavam sujeitos a cometerem pecados, porém Deus poderia perdoar (MORENO, 2011).

No que dista as vontades materiais, o *espúrio* padre Boaventura testou que a maior parte do patrimônio deveria ser dividido entre “Julia, Pedro e Fulgencio, filhos de Maria dos Santos Figueiredo que tem sido minha serventa”³⁶⁹. No caso de sua companheira, que o “servia satisfatoriamente em sua residência”, deixou registrado que caberia a ela a casa que possuía na sede do povoado. Por fim, manifestou que estava deixando uma carta a seu testamenteiro, na qual lhe passava recomendações em segredo que só deveriam vir a público caso suas vontades fossem contestadas.

³⁶⁷ Idem.

³⁶⁸ Em relação à ideia de purgatório ver, entre outros: Le Goff (1995) e Aliguieri (2010).

³⁶⁹ AJC, *Inventário post-mortem de Boaventura Garcia ...* op. cit. ff. 04 r.

Chama atenção no testamento do padre que mesmo sendo detentor de um patrimônio considerável e tendo dezenas de afilhados, silenciou completamente em relação a eles. Quanto a Igreja, mesmo manifestando o sentimento de pertencimento a “Religião” onde “nasci, cresci e fui educado, e em que me tenho felismente conservado e espero morrer”³⁷⁰, não legou nada a Instituição a qual representou por 36 anos junto aos fiéis de São Vicente.

5.4 Vontades legadas

Corria o mês de novembro do ano de 1912 quando após alguns meses de enfermidade Boaventura Garcia fez seu passamento rumo à outra vida³⁷¹. O padre teve um bom tempo de espera até que encontrasse a morte, conforme deixou registrado o bispo, que cerca de um mês antes havia feito a visita pastoral em São Vicente, quando registrou no livro de batismos que a doença grave havia colocado o vigário na cama desde o princípio do mês de março³⁷². Ademais, localizamos junto às contas do inventário³⁷³, através dos recibos dos médicos e aviamento de receitas, que esteve em tratamento durante meses até ocorrer seu fenecimento.

Ana Silvia Scott observou que “o tema da morte, de um modo geral, tem exercido uma atração inegável sobre os investigadores de diversas áreas” (1999, p. 325). Entre os estudiosos que se dedicaram ao assunto, menciona-se Phillippe Ariès (1981), que em seus escritos demonstrou as mutações pelas quais o ocidente cristão passou ao longo dos séculos em relação às atitudes e representações que envolvem a morte. Entre elas a perda de espaço da chamada morte doméstica, uma das características da cultura medieval, situação essa que ocorria, geralmente, em casa na companhia de parentes, amigos e vizinhos. Entre os rituais que o doente deveria cumprir antes de encontrá-la estava o de expiação dos pecados mediante a confissão e a extrema-unção. Uma boa morte necessitava de um tempo de preparação, no qual o sofrimento era visto como um importante ingrediente da salvação da alma. Temia-se sobremaneira a morte súbita, aquela que chegava sem aviso e acontecia de forma repentina e trágica, pois ela poderia “fechar” as portas do paraíso.

³⁷⁰ Idem.

³⁷¹ Segundo Flores passamento é “*um termo utilizado pelos próprios testadores ao referirem-se ao momento de sua morte, simbolizando uma passagem para o pós-morte*” (2006, p. 50).

³⁷² AASM, **Livro de batismos da paróquia de São Vicente**. São Vicente, a. 1912, liv. 6, ff. 58v.

³⁷³ AJC, **Inventário post-mortem de Boaventura Garcia ...** op. cit. ff. 04 r.

A partir do século XVIII o fim da vida terrena ganhou uma conotação mais dramática, sendo que o luto passou a ser deveras exagerado, paralelamente as atenções foram deslocadas do morto para a família, com a qual passou a imperar o sentimento de resignação. No século seguinte a morte se transformou em tabu, sendo que os parentes do moribundo, quando possível, passaram a tentar poupá-lo, esconder a gravidade do seu estado, ao mesmo tempo começou a se desenvolver um processo de dessacralização da morte.

Entre aqueles que se debruçaram nesse tema no Brasil destacamos João José Reis (1991), que abordou o processo de laicização do pensamento e das práticas ligadas à morte no tocante a construção do cemitério extramuros na capital da província da Bahia³⁷⁴. Verificou uma série de situações relacionadas a um bom funeral que passavam, entre outros pontos, pelo velório que acontecia geralmente em casa e entre os artefatos indispensáveis destacam-se as velas que serviam para “iluminar” o caminho do morto no outro mundo. Em relação à busca de distinção se menciona a presença do maior número possível de padres, de preferência no cerimonial de encomendação da alma, que geralmente ocorria dentro das igrejas. O número de pessoas que compareciam ao velório e acompanhavam o cortejo fúnebre também revelava a importância do morto, para tanto em muitos casos se recorria à presença paga. Mesmo que uma das marcas desses rituais fossem as poucas lágrimas, principalmente dos familiares, havia aquelas pessoas, carpideiras, que eram contratadas para chorar copiosamente criando certo clima de comoção. Entretanto, simultaneamente esses momentos não excluía foguetes, comida, bebida e música, o que dava a morte no Brasil oitocentista um sentido de festa (REIS, 1991).

A fim de observarmos se as vontades testadas pelo pároco Boaventura se materializaram, passaremos a analisar o seu inventário *post-mortem*, que atingiu o montante bruto de 77:026\$345 réis (cerca de £ 5.199,27), descontadas as dívidas passivas no valor de 15:141\$640 réis (perto de £ 1.022,06) e as taxas que perfizeram

³⁷⁴ A transferência do local do cemitério gerou a revolta denominada de Cemiterada onde milhares de pessoas saíram às ruas de Salvador a fim de protestar contra o novo cemitério construído fora do espaço urbano. Tais mudanças encontravam consonância no discurso de “*médicos, intelectuais, parlamentares e alguns eclesiásticos, envoltos em ideais de racionalidade iluminista e liberais*” (FLORES, 2006, p. 78). Essa civilização dos costumes mexia com mentalidades de longa data uma vez que se propunha a trazer uma nova dinâmica atrelada a exaltação do “*sujeito e a individualidade [...] uma identidade individual dentro dos cemitérios*” (Idem, p. 80). Passava também por um “*novo conceito de enterramento [...] ligado a criação de verdadeiras necrópoles*”, pois começaram a “*edificar-se os cemitérios, perpetuando as características que se verificavam em vida*”, entre elas “*a situação econômica e o estatuto social do indivíduo*” (JAQUES, 2012, p. 23).

7:059\$330 réis (algo em torno de £ 476,50) - o valor líquido ficou em 54:825\$375 (aproximadamente £ 3.700,71). Entre as despesas destacamos aquelas ligadas ao funeral que chegaram a 1.984\$730 réis (£ 132,97), entre elas o pagamento da banda do regimento que tocou durante o cortejo fúnebre³⁷⁵.

João José Reis (1991) ressaltou que a presença de bandas, bem como o número de instrumentistas, também se constituiu num elemento de distinção social ligado aos ritos fúnebres. Quanto aos custos havia uma variação ligada ao tipo de instrumentos utilizados, ao número de músicos, ao tempo de prestação do serviço e até mesmo o lugar (casa, igreja ou no cortejo fúnebre até o cemitério) também influenciava³⁷⁶. Maria Cony (1992) informa que mesmo antes da saída do cortejo do padre Boaventura, Dona Adélia Prates Fagundes (personagem que já figurou nas páginas deste trabalho no 1º e 4º capítulos), com seu piano já teria executado alguns números durante o velório.

Outro elemento presente nos enterros, que contribuía para transformar a morte num espetáculo, ficou por conta das badaladas do sino. Segundo Cony (1992) o corpo deixou a Igreja sob toques de sino que persistiram durante todo o cortejo e só cessaram após a chegada ao cemitério público, onde seus restos mortais foram depositados. Só faltaram os fogos, pelo menos não localizamos a compra deles junto aos dois estabelecimentos comerciais que forneceram os produtos para o velório, cortejo e sepultamento. Mas, mesmo sem eles, o barulho deve ter sido grande.

³⁷⁵ AJC, *Inventário post-mortem de Boaventura Garcia...* op. cit. Recibo n.º 04 passado por Antônio Gomes da Costa.

³⁷⁶ A presença de música nesses momentos foi relatada pelo militar Carl Seidler que em suas andanças pela província de São Pedro do Rio Grande do Sul certa vez participou do velório e enterro de uma criança oriunda de importante família nas imediações de Jaguarão. O oficial prussiano relatou esse episódio da seguinte forma “*hávamos levado a banda de música do batalhão e começou a tocar na rua, diante das janelas espessamente veladas, uma marcha fúnebre; cada um de nós recebeu uma vela de cera acesa, de uns três pés de comprimento, com a qual devíamos acompanhar o saímento, em solene lentidão, divididos em suas fileiras. Alguns soldados que se haviam aproximado por curiosidade também receberam velas dessas, para aumentar com seu uniforme a imponência do cortejo [...] Não se fizeram de rogados, pois podiam depois ficar com as velas e na primeira venda barganharem-nas em troca de alguma coisa que lhes apetecesse. Enquanto atravessávamos a cidade, o cortejo ia no maior silêncio e solenidade, mas na saída deparamos com um cavalo que prêso a uma corda alegremente espinoteava no pasto. Assustado com a nossa música, o bravo animal queria livrar-se da prisão, mas encontrando resistência da soga, de repente deu uma disparada furiosa e passando no meio do cortejo debandou a música e com o laço de rasto derrubou o padre vigário, o nosso capelão e diversos soldados. Se bem que nesse ato solene não houvesse ninguém de ânimo alegre, explodiu generalizada gargalhada; o padre, a quem o laço passara pelo meio das pernas, com um valente salto para o ar nos revelou que só a batina lhe velava a nudez; refeito do susto, levantou-se depressa do chão, a berrar aos músicos que tocassem o miudinho (dansa muito comum no Brasil, mas muito indecente). Chegados com semelhante escândalo à porta do cemitério, achamo-la fechada, pelo que o senhor padre ordenou aos portadores do esquife que o depusessem mesmo ali fora, pois o coveiro haveria de achar depois o anjinho. Em seguida a música teve de tocar uma peça alegre e os dois frades foram os primeiros a entoar uma alegre canção, brejeira, alusiva aos secretos encantos da madona*” (2003, p. 156-157).

Por último, salientamos que também figurou entre as despesas a missa de corpo presente, celebrada pelo pároco da colônia Jaguari, Eurico Cabral. Missa essa que geralmente era celebrada pouco antes do sepultamento, e do ponto de vista simbólico se constituía num “momento de desaparecimento definitivo do indivíduo de entre os vivos – uma típica cerimônia de separação” (REIS, 1991, p. 210). Mas também foram deixados valores aos herdeiros para que fossem celebradas outras missas, pois conforme já dito, o importante não era só garantir a chegada, mas a permanência da alma no paraíso.

Elas estiveram atreladas as exigências legadas aos seus três filhos (Pedro, Fulgêncio e Julia) que foram constituídos em herdeiros principais. Eles deveriam todos os anos quando por ocasião do aniversário de nascimento do vigário mandar rezar missas em intenção de seu benfeitor. Já para seus irmãos (Maria, Fellipa e Gabriel) foi condicionado pedidos de missas que deveriam ser celebradas por ocasião da fatídica data do fenecimento do religioso. No entendimento de Ana Paula Flores essas celebrações tinham também um caráter de rememoração, pois buscavam fazer com que:

[...] suas memórias fossem sempre reavivadas, permitindo, quase que por um momento, o retorno da lembrança dos que já haviam realizado o seu “*passamento*”, tornando-os presentes, novamente, na sociedade a que pertenciam. Isto fazia com que, nessa sociedade, os mortos continuassem a ocupar um lugar, pois ao terem suas memórias trazidas à tona durante a realização das missas estas permaneciam vivas e presentes para seus contemporâneos (2006, p. 66).

A obrigação dos herdeiros em lembrar-se dele anualmente nos remetem mais uma vez as palavras de Reis (1991) que arguiu que o século XIX foi um momento de transição, cada vez mais os santos foram perdendo espaços, enquanto intercessores, em detrimento de outra visão acerca do papel dos intermediários, que passaram ser constituídos como “advogados do falecido”³⁷⁷.

Mas o inventário *post-mortem* de Boaventura não versou somente sobre os serviços da alma. Do total dos bens apresentados anteriormente, os bens de raiz foram os responsáveis pelo montante mais expressivo de seu patrimônio (50,31%). Eles foram constituídos por três casas, uma delas localizada na sede do povoado e as outras duas situadas no interior do município. A casa localizada junto a Rua Vinte de Setembro ficou em poder de Maria dos Santos Figueiredo e as outras duas couberam aos herdeiros

³⁷⁷ Outro elemento importante que cabia aos vivos, mas repercutia diretamente na “conquista e manutenção do paraíso” era o respeito ao período de luto, que variava de acordo com a idade e o tipo de morte, sob pena de prejudicar o descanso eterno (REIS, 1991).

Pedro e Fulgêncio. Havia ainda quatro propriedades, todas elas adquiridas por compra, localizadas em quatro locais diferentes, perfazendo um total 1.277 hectares. No que diz respeito aos animais, contava com um rebanho mediano, formado principalmente pelas quinhentas reses de criar. A Coletoria publica questionou a omissão de um “lote de novilhos invernados”, ao que o herdeiro Pedro respondeu que aqueles animais haviam sido dados a ele pelo padre como forma de gratidão por tê-lo acolhido em sua casa e cuidado dele nos momentos finais de sua vida³⁷⁸.

Outro ponto que salientamos no inventário do religioso é a presença de riqueza móvel, formada pelas dívidas ativas que chegaram a 16:441\$125 réis (£ 1.101,55), respondendo percentualmente por 21,34% do total do patrimônio deixado. Helen Osório (2000), ao estudar o processo de formação do grupo de homens de negócio³⁷⁹ de Rio Grande, entre meados do século XVIII até o primeiro quartel do XIX, constatou que os prestamistas possuíam em média 49% de suas fortunas em dívidas ativas. Ao todo foram dez nomes citados na condição de devedores, entre os débitos arrolados destacamos o da Intendência Municipal, representada na pessoa de Augusto Domingues Leitão, que chegou a ter uma pendência na ordem de 4:579\$915 réis (cerca de £ 309,52)³⁸⁰. Ao que tudo indica a atividade prestamista já era exercida pelo sacerdote há algum tempo, conforme foi passível de averiguação através dos livros de notas de São Vicente.

O *modus operandi* utilizado pelo vigário se desenvolvia da seguinte forma: inicialmente ele emprestava o dinheiro, cobrando taxa de juros de 12% ao ano. Ao mesmo tempo, registrava-se a hipoteca da dívida, apresentando algum imóvel como forma de garantia. Naqueles casos onde o débito não era saldado no tempo combinado entrava em cena o advogado Antonio de Vasconcellos que efetuava a cobrança judicial. Uma vez o bem passado para o nome do vigário ele rapidamente repassava para terceiros. A fim de demonstrarmos a forma como agia o capitalista Boaventura selecionamos uma sequência de negócios que teve início com o registro de uma escritura pública de dívida e hipoteca datada de maio de 1890.

Naquela feita o casal Francisco Pereira Fortes e Generosa d’Avila Pereira assumiu o compromisso de que no prazo de um ano pagariam ao padre a importância de 5:100\$000 réis (cerca de £ 487,47). Como garantia o casal apresentou a escritura de

³⁷⁸ AJC, *Inventário post-mortem de Boaventura Garcia...* op. cit. ff. 23v. - 24v. .

³⁷⁹ Sobre as atividades prestamistas ver, entre outros: Fragoso (1998) e Sampaio (2007 e 2014).

³⁸⁰ AJC, *Inventário post-mortem de Boaventura Garcia...* op. cit. ff. 14r.

dezoito quadras de campo³⁸¹. Pois bem, passados três anos a viúva entregou a propriedade no Rincão da Timbauva no valor de 7:000\$000³⁸² (cerca de £ 368,37). No mesmo dia que foi feita a escritura em seu nome o vigário arrendou a propriedade para Severino Pires d'Oliveira descrevendo os campos de invernar com cercas de arame farpado que representavam a possibilidade de “depositar qualquer espécie de gado sem grande perigo de escapar ou fugir”. O preço acertado foi de meio conto de réis por ano e o prazo combinado para vigência do arrendamento foi de três anos³⁸³. Porém, em abril de 1894 o “capitalista” Boaventura Garcia voltaria ao notário onde registrou a venda da propriedade pela quantia de 9:000\$000 réis³⁸⁴ (cerca de £ 351), justificando que o arrendatário havia falecido o que abria a brecha para a rescisão contratual³⁸⁵. Por fim, a ciranda de negócios nos mostrou a viúva Anna Maria Pires Collares saldando o débito que havia ficado do arrendamento, no valor de 500\$000 (cerca de £ 22,12), ao entregar em outubro do mesmo ano um terreno e duas chácaras com arvoredos³⁸⁶.

A teia de negócios nos revela que havia uma articulação entre o capital financeiro e o capital agrário. Mas cobrar hipotecas de viúvas tal qual fizeram Boaventura Garcia e o advogado Antonio de Vasconcellos não deve ter sido algo visto de forma positiva pela comunidade vicentina. Talvez seja uma mera coincidência, mas na mesma época em que ocorreu a oscilação nos batizados do padre apresentado anteriormente o nome do advogado também sumiu dos registros para não mais voltar.

Outro que recorreu aos empréstimos do prestamista foi o compadre José Fernandes Junior. No inventário *post-mortem* do Major, consta uma dívida passiva na importância de 1:200\$000 réis (cerca de £ 63,12) com a mesma taxa de juros referida anteriormente³⁸⁷. Boaventura emprestou dinheiro também para seu afilhado Quirino Alves Machado que nas pendências que deixou ao partir deste mundo apresentava uma letra paga por sua esposa ao padrinho de seu falecido marido³⁸⁸. Certamente as relações de parentesco fictício auxiliaram nesses dois negócios, pois se trataram da

³⁸¹ APERS, **Livros notariais de transmissões e notas**. São Vicente, 1º tabelionato, a. 1890, liv. 4, ff. 84v. - 86r.

³⁸² APERS, **Livros notariais de transmissões e notas**. São Vicente, 1º tabelionato, a. 1893, liv. 8, ff. 28v. - 31v.

³⁸³ Idem, ff. 31v. - 32v.

³⁸⁴ APERS, **Livros notariais de transmissões e notas**. São Vicente, 1º tabelionato, a. 1894, liv. 9A, ff. 6r. e v.

³⁸⁵ Idem, ff. 34r. - 35r.

³⁸⁶ APERS, **Livros notariais de transmissões e notas**. São Vicente, 1º tabelionato, a. 1895, liv. 10A, ff. 33r. - 36v.

³⁸⁷ AJC, **Inventário post-mortem de José Fernandes Junior...** op. cit.

³⁸⁸ AJC, **Inventário post-mortem de Quirino Alves Machado**. São Vicente, a. 1912, cx. 346, n.º 105.

operacionalização de teias de crédito com pessoas que possuíam relações próximas ao padre há algum tempo.

Não encontramos nenhum caso onde simplesmente a palavra do devedor bastava, “deve o que disser”, tal qual foi observado por Ana Luisa de Castro Pereira (2009) ao analisar os inventários *post-mortem* da freguesia de São João do Souto, em Portugal e em Sabará, em Minas Gerais, no século XVII. Conquanto mesmo contando com o auxílio de seu aliado Antonio de Vasconcellos, a existência de papéis, o registro de dívidas e a hipoteca de bens, não era garantia de recebimento, pois uma letra firmada em julho de 1900 por Appolinario Albuquerque, na importância de 607\$970 réis (aproximadamente £ 30,34), foi julgada como perdida quando por ocasião do inventário³⁸⁹.

Quanto à origem dos recursos repassados através de empréstimos não temos muito a informar. O que apuramos foi que o patrimônio obtido mediante direitos de herança dos pais e do avô paterno Lourenço Prieto³⁹⁰, algo em torno de cinco contos, foi reivindicado por Boaventura Garcia, no ano de 1894, quando nomeou por procuração Manoel Garcia Prieto e Antonio Marano d’ Otero para representá-lo em sua terra natal³⁹¹. Contudo, conforme visto, muito antes disso o padre já realizava empréstimos a juros. Há que se mencionar também a venda de animais, como a feita para as tropas legalistas que acamparam nas imediações de São Vicente durante a Revolução Federalista³⁹² e o tino que parece ter tido para negócios, pois diversificou seus investimentos aplicando em apólices³⁹³.

Especulamos que talvez esses cabedais fossem oriundos das espórtulas. Não sabemos precisar quantos réis eram necessários dispor para poder contar com os préstimos espirituais do religioso. Contudo, os serviços fúnebres pagos ao religioso por

³⁸⁹ AJC, *Inventário post-mortem de Boaventura Garcia...* op. cit. ff. 41v.

³⁹⁰ APERS, *Livros notariais de transmissões e notas*. São Vicente, 1º tabelionato, a. 1894, liv. 9A, ff. 13v. - 14v.

³⁹¹ Os irmãos de Boaventura também substabeleceram procurações junto ao notário de São Vicente com o propósito de que os bens que haviam ficado por herança dos pais fossem negociados. Não sabemos precisar quando e nem por quais razões os irmãos do religioso emigraram, o fato é que em 1893, quando o padre redigiu o seu testamento, seus familiares foram mencionados vivendo em solo espanhol. No ano da abertura de seu inventário os irmãos foram citados como moradores de São Vicente.

APERS, *Livros notariais de transmissões e notas*. São Vicente, 1º tabelionato, a. 1894, liv.9A, ff. 20v. - 21v.

APERS, *Livros notariais de transmissões e notas*. São Vicente, 1º tabelionato, a. 1896, liv. 14, ff. 12r.

³⁹² APERS, *Livros notariais de transmissões e notas*. São Vicente, 1º tabelionato, a. 1893, liv.8, ff. 2v. - 3r.

APERS, *Livros notariais de transmissões e notas*. São Vicente, 1º tabelionato, a. 1896, liv.9A, ff. 35r.

³⁹³ APERS, *Livros notariais de transmissões e notas*. São Vicente, 1º tabelionato, a. 1896, liv. 10A, ff. 45v. - 46r.

ocasião da encomendação da alma de Ozório Machado d' Avila, morador no interior do município, ficaram em 300\$000 réis³⁹⁴ (cerca de £ 20,22). Segundo João José Reis (1991) as encomendações variavam de acordo com a importância social do morto e dos bens que ele estava deixando. Em relação ao valor recebido não era nada desprezível se tomarmos por base alguns bens legados por Boaventura cerca de sete anos depois, isso seria o equivalente a dezessete reses ou era cerca de nove vezes mais que o valor de toda a biblioteca que o cura possuía.

No que tange a biblioteca do padre Boaventura, era composta de 22 livros que perfaziam um total de 33 exemplares, alguns deles na condição de volume único, Dicionário latino-español, e outros em dois volumes tais como *Novos Methodos de Curar*. Em sua maioria eram de cunho religioso, ou seja, livros relacionados à ocupação de seu proprietário. O que de certa forma nos remete as reflexões de Luiz Carlos Villalta (1999) ao destacar que os livros presentes no rol de bens listados podem se constituir numa alternativa para casos cuja profissão não foi explicitada. Ou quando há dúvidas em virtude dos bens inventariados serem oriundos de diferentes setores, sugerindo o exercício de ofícios múltiplos, pode-se recorrer a esse instrumento para apontar a área em que o inventariado atuava.

Márcia Abreu (2001) deixa o alerta que isso não deve ser tomado como regra, na medida em que ao estudar os inventários do Rio de Janeiro, entre meados do século XVIII e princípio do XIX, percebeu que em muitos casos não havia uma consonância entre a natureza dos livros legados e as atividades profissionais. O mesmo vale para a correspondência entre o predomínio de temáticas e a carreira profissional trilhada, a pesquisadora encontrou casos onde não havia nenhum livro listado que fizesse menção à atividade desenvolvida ao longo da vida.

Em relação à literatura foi encontrado apenas *Dom Quixote de la Mancha*, obra clássica de Miguel de Cervantes, que satirizava a cavalaria e os ideais de honra por ela preservados, sendo que o mesmo foi avaliado em 3\$000 réis (cerca de 0,20 *penny*), o valor mais alto entre todas as obras, porém de pouca representatividade se levarmos em conta que as garrafas de vinho do Porto³⁹⁵ que o religioso comprava junto a casa de

³⁹⁴ AJC, *Inventário post-mortem de Ozório Machado d'Avila*. São Vicente, a. 1906, cx. 738, n.º 63.

³⁹⁵ AJC, *Inventário post-mortem de Boaventura Garcia...* op. cit. ff. 179r.

comércio de Antonio Prestes Filho, custavam cada uma 3\$500 réis (cerca de 0,23 *penny*)³⁹⁶.

No que diz respeito aos valores dos livros Abreu (2001) percebeu uma dicotomia uma vez que para as pessoas de posses, “os impressos não tinham relevância no montante dos bens, mas para os menos aquinhoados pela fortuna, eles poderiam ser considerados caros. Se um livro custava em torno de mil réis por volume, era preciso ter uma renda razoável para poder adquiri-lo” (Idem, p. 9). Como principal razão para esse “encarecimento” Robert Darnton apresenta o frete que estava diretamente ligado ao “tamanho e o peso das folhas” (1990, p. 125). Além disso, o transporte significava a fase crítica onde muitas vezes os livros sofriam sérias avarias que posteriormente seriam agravadas pelo manuseio intenso e receberiam o golpe de misericórdia pelas “picadas dos bichos”, isto é, eram devorados pelas traças (Idem).

Já no que dista aos avaliadores e suas avaliações Vera Santos (2008) destacou que era muito difícil conseguir um especialista, um livreiro, assim os avaliadores tendiam a recorrer a generalizações do tipo número total de livros e o valor correspondente “a que se pensar ainda por não serem especializados no trato com os livros, não avaliavam minuciosamente as obras e por isso não lhe atribuíam o valor adequado” (Idem, p. 8).

Diante disso “o livro era o que possuía valor unitário dos mais baixos, podendo chegar a ser considerado ‘sem serventia’ pelos avaliadores” (ABREU, 2001, p. 09). No caso ora em estudo prevaleceu esse olhar generalista, pois não se fez qualquer tipo de comentário acerca do estado das obras, ao formato e tipo de encadernação. Talvez isso explique o valor dado pelos responsáveis pela avaliação, que fez 35\$000 réis que a título de comparação caso fossem vendidos não seriam suficientes para pagar o trabalho do marceneiro Domingos Prieto, que confeccionou o caixão onde os restos mortais do vigário foram depositados, para tanto apresentou junto às contas do inventário o valor de 43\$000 réis.

Com relação às formas utilizadas para poder adquirir os livros só nos resta especular, quiçá tenham sido recebidos na forma de herança de algum parente; talvez os tenha ganhado de presente de algum amigo, vizinho, fiel ou até mesmo de algum colega

³⁹⁶ As contas do inventário nos mostraram que além da possibilidade de comprar a prazo junto a venda de Antonio Prestes Filho, o padre Boaventura também comprava fiado no estabelecimento de Secos, Molhados e Fazendas de propriedade de Antonio Gomes da Costa. Segundo o Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial (1912, p. 4.104) havia no município de São Vicente, no ano em que o padre morreu, 28 estabelecimentos comerciais. Sobre a possibilidade de dispor de crédito ver, entre outros: Rotermund (1997), Witt (2008b), Moreira (2009) e Uberti (2011).

de batina, mas há que se aventar ainda a possibilidade de que tenham sido comprados. Todavia as incertezas persistem, pois não sabemos se foram obtidos ainda na Espanha ou em São Vicente. Assim como nunca saberemos se foram lidos por outras pessoas, ou pelo próprio vigário, na medida em que “referências feitas nos inventários, que ademais não garantem nada a respeito do efetivo exercício da leitura” (KÜHN, 2014, p. 117). Também nos faltam elementos para discorrermos sobre qual a razão de Dom Quixote ser o único livro ficcional que fazia parte do acervo, talvez o gosto particular pelo referido livro. O fato é que entre os 22 inventários que utilizamos somente o do reverendo fez menção à presença de livros. O que nos faz pensar num instrumento de poder e símbolo de notoriedade social³⁹⁷.

Em maio de 1913, momento em que o inventário do sacerdote Boaventura estava sendo encerrado, o promotor público interpelou Antonio de Vasconcelos, acerca da referida missiva que fazia parte do testamento. O advogado respondeu que a carta de consciência que seu amigo havia deixado, na qual fazia disposições em segredo, não tinha razão de vir a público, deveria ser liquidada junto com a vida do falecido, tendo em vista que se tratava de coisa antiga e que todas as suas vontades haviam sido cumpridas³⁹⁸.

* * *

Na visita pastoral realizada pelo bispo em outubro de 1908, a autoridade diocesana registrou no livro de casamentos da paróquia de São Vicente que “chamamos atenção do reverendo vigário sobre as contas que há de prestar no tribunal divino por tantos abusos que se procederam e não de se proceder no futuro em consequência de suas faltas e não menos graves omissões”³⁹⁹. Palavras fortes e intimidadoras que desqualificavam a forma como Boaventura estava “conduzindo seu rebanho” e que simultaneamente alertavam o vigário sobre as explicações que teria que dar a Deus quando o encontrasse na outra vida.

³⁹⁷ Jonas M. Vargas (2013) ao estudar os inventários *post-mortem* de charqueadores de Pelotas ao longo do século XIX percebeu que os livros figuravam como um dos bens legados. O autor propugna a ideia de que a presença de bibliotecas particulares seria uma das muitas formas que a “aristocracia do sebo” teria recorrido com o intuito de obter notoriedade social. Entre os membros daquela elite possivelmente Domingos José de Almeida foi quem mais deve ter se destacado uma vez que contava junto ao seu gabinete de leitura com mais de 800 livros.

³⁹⁸ AJC, *Inventário post-mortem de Boaventura Garcia...* op. cit. ff. 67r.

³⁹⁹ AASM, *Livro de casamentos da paróquia de São Vicente*. São Vicente, a. 1908, liv. 2, ff. 16v.

Possivelmente as falhas que o bispo mencionou no texto estavam ligadas ao amor *sacrilego* que o padre manteve com Maria dos Santos Figueiredo durante décadas. Amor proibido que resultou no nascimento de no mínimo três filhos que ao longo de suas trajetórias tiveram projetos de vida em comum com seu pai. Talvez as faltas mencionadas no livro de casamentos estivessem atreladas ao fato de que na página anterior ao registro do bispo constava o assento matrimonial de Fulgência Garcia de Figueiredo. Mas além de casar dois dos três filhos *espúrios* que teve, Boaventura usou o altar da matriz para batizar os treze netos que seus filhos lhe deram. Em quatro cerimônias, além de oficiante também assumiu o papel de padrinho. As contas que o pároco teria que pagar no outro mundo quiçá estivessem ligadas a prática usurária que desenvolveu junto aos paroquianos aos quais emprestava dinheiro mediante o registro de hipotecas, que uma vez não saldadas levaram o padre a se apropriar de bens dos devedores a fim de que os débitos fossem sanados.

Mas a trajetória do “Caballero andante de la religiosidad” não ficou marcada somente por omissões. Ao longo dos 36 anos que ficou a frente da paróquia de São Vicente teve papel decisivo no processo de término das obras da igreja matriz. Além disso, estreitou laços através do compadrio/apadrinhamento com dezenas de paroquianos. Entre as possibilidades que essas relações apresentaram destacamos o fato de ter legado sua “graça” a seus afilhados, o que nos abriu a possibilidade de verificar quais os nomes foram mais presentes nas atas de batismo de São Vicente. As práticas de nomeação também foram vistas através da forma como se dava a transmissão do prenome por parte de pais, padrinhos e avôs. Nos quais constatamos João e Maria foram os nomes que mais apareceram entre aqueles registrados nos livros de batismo. Ainda no campo das preferências foi verificada que na hora de transmitir o bem simbólico do nome aos neófitos, os nomes dos padrinhos se sobressaíam.

Abordamos também o processo de abandono de crianças, que mesmo apresentando números pouco expressivos, nos mostrou algumas situações que envolveram os enjeitamentos. Entre elas, o fato de que esse processo ocorria em sua maioria, nas portas das casas da Vila de São Vicente. Portas essas onde os inocentes tenderam a ser deixados apenas em uma única oportunidade. No que toca o apadrinhamento de expostos destacamos que na maioria dos casos buscaram-se pessoas de fora do domicílio receptor que tenderam a batizar tardiamente os expostos e que os agentes apadrinhadores tendiam a não apresentar formas de distintividade antecedendo seus nomes.

Ao trabalharmos com o testamento do vigário tecemos considerações sobre algumas das vontades testadas no tocante a uma boa morte e a um bom funeral. Entre elas a questão do barulho que houve durante o velório e enterro do religioso que mostraram a importância social do morto. Mas trabalhamos também com as preocupações manifestadas com a vida no outro mundo, de modo especial com as missas condição *sine qua non* para que alma chegasse e conseguisse se manter no paraíso.

Por fim, nos debruçamos no inventário no qual destacamos a atividade prestamista desenvolvida pelo sacerdote. Para tanto fizemos o cruzamento da referida fonte nominativa com outros dois inventários *post-mortem* e com os registros cartoriais que nos possibilitaram ver o *modus operandi* do personagem. As formas utilizadas na aquisição de pecúlio que posteriormente possibilitavam a aquisição de outros bens, tais como terras e animais. Bens esses que foram divididos conforme suas vontades testadas e legadas entre seus herdeiros, tanto entre seus irmãos quanto entre aqueles que ao longo de suas andanças se constituíram na sua “outra família”.

ÚLTIMAS PALAVRAS

É chegado o momento de encerrar a prosa. Ao longo desta tese nos esforçamos para que as teias familiares com as quais trabalhamos prendessem a atenção do leitor. Ao mesmo tempo, esperamos ter construído um tramado “com fios de Ariadne”. Fios fortes e precisos que possibilitaram adentrar, andar, mas principalmente sair dos labirintos familiares pelos quais nos propusemos transitar. Entendemos não ser necessário retomarmos aqui todos os argumentos apresentados ao longo deste texto, uma vez que ao final de cada capítulo procuramos fazer o fechamento destacando os principais pontos discutidos. O que se impõe é retomarmos a pergunta lançada logo no começo da conversa, onde indagamos sobre o papel que as redes sociais tiveram no processo de reconhecimento social e segurança econômica dos cinco núcleos familiares estudados.

Acreditamos que as redes de relações estabelecidas e/ou firmadas a partir da prática cultural do compadrio deram sua parcela de contribuição para que a maior parte dos ramos familiares conseguisse, dentro do universo de possibilidades que se apresentava no horizonte de cada um deles, certa notoriedade e segurança econômica. Se o número de vezes que o indivíduo comparecia a pia batismal era um indicador de prestígio, três dos cinco núcleos familiares que analisamos tiveram seus nomes entre os padrinhos que mais batizaram em São Vicente. Entretanto, cabe pontuar de forma mais individualizada o tipo de rede e possíveis bens que circularam por elas auxiliando no processo de obtenção de notoriedade social e segurança econômica dessas famílias.

Nesse sentido, o índio Jozé Antonio Betim se valeu de estratégias de compadrio firmando teias onde apadrinhava batizando da mesma origem dele, mas recorreu a padrinhos brancos para sua prole. Ao longo do tempo “branqueou” juntamente com seus familiares. Mais do que isso, conseguiu inclusive ter seu nome figurando nas qualificações da Guarda Nacional. O lavrador Zeferino Alves Machado, através da configuração de teias políticas conseguiu prestar serviços para a municipalidade, o que lhe propiciou agregar renda e ampliar seus domínios. Além disso, juntamente com sua esposa Mariana e dos filhos João e Cândida, se valeu do oratório particular que mantinha junto à casa de moradia, o que lhes propiciou uma série de relações de compadrio que contribuíram para que seus nomes figurassem entre os padrinhos preferenciais de São Vicente.

Abrimos espaço também para o posseiro cidadão Honório de Oliveira Sanches, que vivia de suas agências, indivíduo que estabeleceu redes assimétricas para cima, chamando para a tarefa do compadrio pessoas com as quais não possuía vínculo de sangue nem afim. Também conseguiu ao longo de sua trajetória que seu nome figurasse entre os cidadãos do império nos autos de qualificação da milícia cidadã. O “especialista na arte de apadrinhar” João Victorino Filho teceu redes de clientela e profissionais que ao que nos parece não foram suficientes para que mantivesse seu nome em evidência. Acabou fazendo o caminho inverso dos demais personagens, na medida em que se endividou e se desfez do patrimônio que detinha seu prestígio parece ter arrefecido. Por fim, o vigário Boaventura, que se valeu de suas andanças para estreitar laços com os paroquianos em relações de compadrio/apadrinhamento e os “auxiliou” também materialmente, enredando-os em teias de crédito que lhe possibilitaram amealhar um patrimônio considerável. No que diz respeito a sua notoriedade, talvez o velório/enterro do religioso, descrito no decorrer do texto, fale por si só.

O processo de seriação e quantificação dos registros de batismos nos possibilitou adentrar no universo dos arranjos familiares. Entre os números obtidos um dos mais impactantes foi o alto índice de ilegitimidade. O número de ilegítimos chegou à marca de 50,25%, que em sua maioria apresentaram o estatuto de filiação citado como natural, mas também direcionamos o olhar para aqueles cujos pais eram unidos só civilmente e encontramos tempo para falar de adulterinos e da prole *sacrílega* do padre Boaventura. Outra situação suscitada pelos registros de batismo foi a expressiva presença de índios, que em muito foi favorecida pela organização da estância e depois do aldeamento, que responderam por quase um terço das insígnias da cor no período entre 1854 a 1880. Olhamos também a hierarquia dos lugares onde percebemos que aquelas gentes de São Vicente preferiam batizar junto a pia batismal do templo. Situação essa que foi favorecida pelo processo de Romanização. Batizados que tendiam a ocorrer tardiamente, por volta dos dois anos e meio, situação essa que buscamos explicar a partir da prática costumeira dos batizados em casa.

Os registros também nos propiciaram observar a sazonalidade dos nascimentos, onde se verificou um equilíbrio entre os meses do ano, panorama diferente do que fora encontrado quando estabelecemos a comparação com os períodos onde as cerimônias foram realizadas, ocorrendo uma concentração entre os meses de maio a julho, sendo que no nosso entender isso passou diretamente pela menor intensidade das atividades econômicas naquele período do ano. Ainda no campo das atas de batismo adentramos

nas práticas de nomeação, nos quais percebemos que João e Maria foram os prenomes que mais vezes os párocos registraram. O nome foi trabalhado como uma graça, um bem simbólico, que se prestava a homenagear pais, avós, mas principalmente agraciava os padrinhos. Ademais, a transmissão do prenome aos descendentes foi abordada como uma possibilidade de reforço dos vínculos familiares, uma herança imaterial da graça que poderia circular dentro da família por várias gerações.

Ao definirmos o nosso recorte cronológico, uma das intenções era transpor a barreira existente nos estudos sobre a família entre o século XIX e o XX, pois de um modo em geral são poucos os trabalhos que se propõe a vê-la nesse outro momento, como se fossem duas margens opostas, que não se comunicam, como se as novas mentalidades que estavam surgindo, rapidamente tivessem suplantado antigas concepções. O que se observou foi que mesmo as famílias nucleares ganhando cada vez mais espaço, havia práticas de família extensa que ainda persistiam, tais como o batizado, definido enquanto estratégia familiar e não como algo individualizado. Ainda no campo dos batizados outra questão que parece ter se mantido foi a importância dada a cerimônia dentro dos preceitos da igreja, uma vez que mesmo com a possibilidade de que essas crianças fossem batizadas em casa e registradas apenas no civil, os pais continuavam levando seus filhos para serem remidos do pecado original junto a pia batismal. Mas esse período de transição também trouxe novidades e talvez a mais expressiva delas fique por conta do estabelecimento dos casamentos e registros civis. O que nos revelou uma tendência entre as gentes de São Vicente de que as pessoas se uniam muito mais segundo as leis dos homens do que sob as bênçãos da igreja.

Vale ressaltar, mais uma vez, que o trabalho buscou inspiração na micro-história, “o grande visto de perto”. Nesse sentido, nos esforçamos para não criar uma “monografia de aldeia”, haja vista que contemplamos algumas questões que extrapolaram os limites territoriais do Vale do Jaguari, tais como os deslocamentos dos guaranis, as mudanças na forma de organização da família na passagem do império para república e fomos mais longe ainda quando tratamos dos impactos que o processo de Romanização, desencadeado a partir do continente europeu, teve nos registros de batismo da freguesia de São Vicente. Além disso, as comparações com outras paróquias, no que diz respeito aos índices de ilegitimidade, idade média ao ser batizado e local onde as cerimônias de batismo eram realizadas, tiveram o propósito de ir além dos limites da aldeia.

Foram muitas as questões abordadas nesta tese e em momento algum figurou em nosso horizonte responder a tudo. Temos consciência de que quanto mais “flancos são abertos”, mais pontos frágeis acabam surgindo. Entre as questões cujas respostas não nos satisfizeram, muitas delas foram suscitadas pela própria documentação fragmentada que em alguns momentos nos possibilitou somente inferir. Entre as principais lacunas apresenta-se a não verificação do número do total de madrinhas e padrinhos, o que teria aberto um leque interessante de elaboração de faixas onde constaria o número de vezes que cada indivíduo compareceu a pia batismal. Não termos conseguido apurar o total dos nomes das mães e madrinhas, também nos incomodou, pois teria nos possibilitado apresentar um panorama mais aprofundado sobre a utilização da forma de tratamento Dona, haja vista que nosso cálculo se fez a partir do número de registros onde elas foram citadas. A pequena amostragem e a não realização do processo de seriação dos inventários acabou fragilizando nossa análise principalmente no que diz respeito à inserção dos indivíduos dentro de determinadas categorias sociais.

Não obstante, a crítica interna ao nosso próprio texto tem também o intuito de indicar caminhos para trabalhos futuros que venham ratificar muitas das premissas aqui defendidas, acrescentar novas hipóteses e questionar muito das ideias apresentadas, o que possibilitará a ampliação do leque de respostas. Nesse sentido, há que se mencionar algumas das possibilidades a serem exploradas junto a documentação de São Vicente no que diz respeito à história da família. O que fizemos em vários momentos foi trazer algumas situações pontais, tais como quando abordamos as relações de tutela. Novas pesquisas poderão demonstrar através dos números, entre outros aspectos, quem e quantos eram esses sujeitos que estiveram envolvidos nos “enredos” tutelares. O processo de seriação dos inventários *post-mortem* poderá revelar além dos aspectos quantitativos questões atinentes a organização familiar, a estrutura dos grupos sociais, as formas de organização do trabalho e a mobilidade social. Outra possibilidade que certamente renderá bons resultados são as questões ligadas a nupcialidade. Entre outras, as médias de idade ao casar, o recasamento de viúvos(as), a origem dos noivos, as testemunhas que mais afiançaram uniões e o período onde as cerimônias eram realizadas articulando com as questões de produção econômica e no caso específico da pesquisa centrar-se somente nos registros religiosos também é possível estabelecer a relação com o calendário litúrgico.

Temos consciência de que o que apresentamos é apenas uma das “pontas do véu”, que a pesquisa sobre a família no período no qual nos propusemos a estudar ainda

carece de uma maior atenção por parte dos historiadores. Diante disso, não nos resta muito a dizer além de deixar o convite para que outros pesquisadores também se “enredem nas muitas teias que a família tece”.

FONTES MANUSCRITAS

Arquivo do Judiciário Centralizado

Inventários post-mortem

- João Antonio da Silveira. São Vicente, Cível e crime, *a.* 1873, *n.º* 2.
- Honório de Oliveira Sanches e Paulina Francisca da Conceição. São Vicente, *a.* 1892, *cx.* 343.
- Major José Fernandes Junior. São Vicente, *a.* 1893, *cx.* 343, *n.º* 07.
- Delfino José Mendes. São Vicente, *a.* 1894, *cx.* 343, *n.º* 03.
- Cristina Alves Jardim. São Vicente, *a.* 1898, *cx.* 345, *n.º* 22.
- João Eneas Flores. São Vicente, *a.* 1896, *cx.* 343, *n.º* 26.
- Ozório Machado d'Avila. São Vicente, *a.* 1906, *cx.* 738, *n.º* 63.
- Geraldo de Oliveira Sanches. São Vicente, *a.* 1911, *cx.* 577, *n.º* 96.
- Boaventura Garcia. São Vicente, *a.* 1912, *cx.* 915, *n.º* 184.
- Quirino Alves Machado. São Vicente do Sul, *a.* 1912, *cx.* 346, *n.º* 105.
- Randolpho José da Silva Pereira. São Vicente, *a.* 1914, *cx.* 361, *n.º* 114.
- Dona Mariana Alves da Conceição. São Vicente, *a.* 1925, *cx.* 503, *n.º* 215.
- Pantaleão José Jaques e Maria Honória Conceição Jaques. São Vicente do Sul, *a.* 1950, *cx.* 595, *n.º* 272.
- Diversos documentos do cartório de Orfãos e outros. São Vicente, *a.* 1890, *cx.* 357.
- Ação de demarcação e divisão da fazenda da Palma. São Vicente, *a.* 1897, *cx.* 344, *n.º* 70.
- Nulidade da partilha do inventário do Coronel João Antonio da Silveira. São Vicente, *a.* 1903, *cx.* 397, *n.º* 23.
- Ação de demarcação e divisão de terras da colônia Sertão. São Vicente, *a.* 1914-1944, *cx.* 1337, *n.º* 86.
- Apelação Civil de Alvaro Antonio da Silveira e outros junto aos herdeiros do General João Antonio da Silveira. São Vicente, *a.* 1914, *cx.* 353, *n.º* 2.099.

Arquivo do Memorial do Judiciário

- Livro do Rol dos culpados. São Gabriel, *a.* 1859, *n.º* 3.113, *m.* 101, *e.* 109.

- Livro do Termo de vizitas a cadêa civil. São Gabriel, *a.* 1859-1860. *n.º* 3.155, *m.* 104, *e.* 109.
- Livro *n.º* 1 de qualificação e sorteamento dos jurados do termo de São Gabriel. *a.* 1849-1870, *n.º* 3141.
- Livro *n.º* 2 de qualificação e sorteamento dos jurados do termo de São Gabriel. *a.* 1872-1885, *n.º* 3145.
- Livro de registro de tutelas. São Vicente, *a.* 1887-1891, *liv.* 1.
- Protocolo de audiências. São Vicente, *a.* 1887, *liv.* 1.
- Protocolo de audiências. São Vicente, *a.* 1889, *liv.* [s/n].
- Protocolo de audiências. São Vicente, *a.* 1891, *liv.* [s/n].
- Perfilhação e solicitação de tutela que faz Gaspar José dos Santos. São Vicente, *a.* 1891, *n.* [s/n].
- Protocolo de audiências. São Vicente, *a.* 1903, *liv.* [s/n].

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

Assuntos Religiosos

- Correspondências da paróquia de São Vicente Ferrer. São Vicente, *a.* 1879, *n.º* 13, *m.* 27.

Autoridades Militares

- Ofício enviado pelo Tenente coronel Manoel da Silva Pereira Lago ao Presidente da Província. São Borja, *a.* 1830, *l.* 183, *m.* 114.
- Ofício enviado pelo Tenente coronel Manoel da Silva Pereira Lago ao Presidente da Província. São Borja, *a.* 1832, *l.* 183, *m.* 116.
- Relatório de Ignacio Pinto de Aguiar, tenente encarregado da Invernada da Nação de S. Vicente. São Vicente, *a.* 1848, *l.* 191, *m.* 148.

Relatório de Ignacio Pinto de Aguiar, Tenente encarregado da Invernada da Nação de S. Vicente. São Vicente, *a.* 1849, *l.* 191, *m.* 150.

Câmara de São Gabriel

- Atas das eleições da câmara municipal de São Gabriel. *a.* 1860, 1863, 1869, 1872, 1876, 1878 e 1881, *cx.* 205, 206 e 207, *m.* 241, 242, 243 e 244.
- Correspondências expedidas da câmara. *a.* 1853 *m.* 241.
- Correspondências expedidas da câmara. *a.* 1859, *m.* 241
- Correspondências expedidas da câmara. *a.* 1864 *m.* 241.

- Correspondências expedidas da Câmara. *a.* 1870 -1871, *m.* 242.
- Correspondências expedidas da câmara. *a.* 1871, *cx.* 205, *m.* 242.
- Correspondências expedidas da câmara. *a.* 1875, *cx.* 205, *m.* 243.

Câmara de São Vicente

- Documentos da Câmara – correspondências expedidas. *a.* 1883, *cx.* 153 *l.* 95 *m.* 271.
- Correspondências expedidas da câmara. São Vicente, *a.* 1884, *l.* 95, *m.* 271.
- Contrato entre a Camara da Villa de São Vicente e Zeferino Alves Machado. São Vicente, *a.* 1887.
- Documentos da Câmara – correspondências expedidas, São Vicente, *a.* 1887, *cx.* 153, *l.* 95, *m.* 271.
- Relatório da Camara da Villa de São Vicente a Assembléa Legislativa Provincial. *a.* 1887, *cx.* 153, *l.* 95, *m.* 271.
- Relação nominal dos vereadores, juizes de paz e imediatos eleitos para o quadriênio de 1887 a 1890. *a.* 1887.

Estatística

- Correspondências expedidas da câmara. São Gabriel, *a.* 1859, *m.* 241.

Guarda Nacional

- Relação de conduta, São Gabriel, *a.* 1862, *m.* 98.
- Correspondências, São Gabriel, *a.* 1865, *m.* 98.
- Quadro da força, São Gabriel, *a.* 1865, *m.* 103.
- Correspondências, São Gabriel, *a.* 1867, *m.*58.
- Correspondências, Santiago, *a.* 1867, *m.* 113.
- Qualificação, São Gabriel. *a.* 1869, *m.* 83.
- Qualificação, São Gabriel, *a.* 1871, *m.* 98.
- Qualificação, São Gabriel, *a.* 1872, *m.* 59.
- Qualificação, São Gabriel, *a.* 1873, *m.* 58.
- Qualificação, São Gabriel, *a.* 1874, *m.* 60.
- Quadro da força, São Vicente, *a.*1886, *m.* 60.
- Quadro da força, São Vicente, *a.* 1893, *m.* 99.

- Indicação para oficiais. São Vicente, *a.* 1894, *m.* 63.

Índios

- Correspondência ativa de Manuel Pires Leis. São Gabriel, *a.* 1858, *m.* 2.

Justiça

- Declaração de venda da Estância de São Vicente. São Borja, *a.* 1830, *m.* 43.

- Matrícula Policial da Comarca de Rio Pardo. São Gabriel, *a.* 1853, *m.* 57, *n.º* 179.

- Ofício remetido ao Presidente do Estado. São Vicente, *a.* 1897, *m.* 12.

Polícia

- Correspondência do subdelegado de polícia João Pereira da Silva Borges Fortes para o Presidente da Província o Barão de Muritiba. São Vicente, *a.* 1856, *m.* 57.

Sebastião Ribeiro de Almeida,

- Carta para Dona Maria Mância escrita por Sebastião Ribeiro de Almeida em 07 de julho de 1837 na estância do Major Atanagildo. Alegrete, *a.* 1837.

Arquivo da Mitra Diocesana de Bagé

- Livro de batizados de São Gabriel, *a.* 1854 – 1858, *liv.* 4b.

- Livro de batizados de São Gabriel, *a.* 1858 – 1861, *liv.* 5b.

- Livro de batizados de São Gabriel, *a.* 1861 – 1862, *liv.* 6b.

- Livro de batizados de São Gabriel, *a.* 1862 – 1864, *liv.* 7b.

- Livro de batizados de São Gabriel, *a.* 1864 – 1866, *liv.* 8b.

- Livro de batizados de São Gabriel, *a.* 1866 – 1868, *liv.* 9b.

- Livro de batizados de São Gabriel, *a.* 1868 – 1873, *liv.* 10a.

- Livro de batizados de São Gabriel, *a.* 1873, *liv.* 10b.

- Livro de batizados de São Gabriel, *a.* 1873 – 1875, *liv.* 11b.

- Livro de batizados de São Gabriel, *a.* 1875 – 1876, *liv.* 12b.

- Livro de Casamentos de São Gabriel, *a.* 1857 – 1861, *liv.* 3.

- Livro de Casamentos de São Gabriel, *a.* 1861 – 1871, *liv.* 4.

Arquivo da Arquidiocese de Santa Maria

- Livro de batizados de São Vicente, *a.* 1876 – 1879, *liv.* 1.

- Livro de batizados de São Vicente, *a.* 1880 – 1884, *liv.* 2.

- Livro de batizados de São Vicente, *a.* 1884 – 1890, *liv.* 3.
- Livro de batizados de São Vicente, *a.* 1890 – 1896, *liv.* 4.
- Livro de batizados de São Vicente, *a.* 1896 – 1907, *liv.* 5.
- Livro de batizados de São Vicente, *a.* 1907 – 1912, *liv.* 6.
- Livro de Casamentos de São Vicente, *a.* 1876 – 1891, *liv.* 1.
- Livro de Casamentos de São Vicente, *a.* 1891 – 1912, *liv.* 2.
- Registro de matrimônio de João de Oliveira Sanches e Mariana José Jaques. São Vicente, *a.* 1929, *liv.* 2, *ff.* 86v., *n.º* 231.

Arquivo Museu Fragmentos do Tempo

- Carta do compadre João Victorino Filho a Randolpho José da Silva Pereira. São Vicente, 24 de setembro de 1876.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

- Registros paroquiais de terras. São Gabriel, *a.* 1856, *liv.* 47.
- Testamento de Cândido José da Silva Pereira. São Gabriel, Provedoria, *a.* 1881, *n.º* 174, *m.* 7, *e.* 108.

Inventários

- Joaquina Clara de Oliveira. São Gabriel, *a.* 1851, *n.º* 36, *m.* 2, *e.* 107.
- Joaquina Carolina Fagundes. São Gabriel, Cartório dos Órfãos e Ausentes, *a.* 1876, *n.º* 297, *m.* 16, *e.* 107.
- Fidelis Gomes de Siqueira. São Gabriel, Provedoria, *a.* 1877, *n.º* 14, *m.* 1, *e.* 108.
- Vidal Baptista de Oliveira Pillar. São Gabriel, Cartório do Cível, *a.* 1880, *n.º* 54, *m.* 1, *e.* 108.
- Cândido José da Silva Pereira. São Gabriel, Provedoria, *a.* 1882, *n.º* 17, *m.* 1, *e.* 108.
- Marphisa Domingues Prates. São Vicente, Cível e crime, *a.* 1886 *n.º* 2, *m.* 2, *e.* 148B, *cx.* 20.
- Carolina Maria do Carmo. São Vicente, Cível e crime, *a.* 1886 *n.º* 4, *m.* 2, *e.* 148B, *cx.* 20.
- Pedro José Eggres e Maria Polonia Eggres. São Vicente, Cível e crime, *a.* 1886 *n.º* 6, *m.* 2, *e.* 148B, *cx.* 20.

- Zeferino Alves Machado. São Vicente, Vara da família, *a.* 1886 *n.º* 26, *m.* 2, *e.* 148B, *cx.* 20.
- Josephina Fernandes Cezar. São Vicente, Cível e crime, *a.* 1887 *n.º* 7, *m.* 2, *e.* 148B, *cx.* 20.
- Bento José da Roza. São Vicente, Cível e crime, *a.* 1887 *n.º* 8, *m.* 2, *e.* 148B, *cx.* 20.
- David Antonio de Oliveira. São Vicente, Vara da família, *a.* 1887 *n.º* 10, *m.* 2, *e.* 148B, *cx.* 20.
- Claricio José da Silva. São Vicente, Cível e crime, *a.* 1908 *n.º* 9, *m.* 3, *e.* 148B, *cx.* 21.

Fundo Tabelionatos

- Livros Registros diversos. São Gabriel, Cartório do civil do 4º distrito, Fundo: 69, *a.* 1868-1876, *liv.* 2-4.
- Livros notariais de notas e transmissões. São Gabriel, Cartório do Civil, 4º distrito, Fundo: 69, *a.* 1876- 1884 , *liv.* 2-4.
- Livros notariais de notas e transmissões. São Vicente, 1º Tabelionato Fundo: 79, *a.* 1887-1912, *liv.* 1-30.
- Livros notariais de notas e transmissões. São Vicente do Sul, 2º Tabelionato, Fundo: 79, *a.* 1876-1887, *liv.* 2A-14A.
- Livros notariais de notas e transmissões. São Vicente do Sul. Cartório do Civil, 2º Distrito, Fundo: 79, *a.* 1899-1912, *liv.* 1-11
- Livros notariais de notas e transmissões. São Vicente do Sul, Cartório do Civil, 4º Distrito, Fundo: 79, *a.* 1897-1912, *liv.* 1-10.
- Habilitações Matrimoniais. São Vicente, *a.* 1891- 1912, Fundo: 63, *est.* 266, *cx.* 1 a 5.
- Habilitação de matrimônio de João de Oliveira Sanches e Mariana José Jaques. São Vicente, Fundo: 63, *a.* 1913, *est.* 266, *cx.* 5, *n.º* 7.
- Registros de óbitos. São Vicente, Distrito de Taquarichin, *a.* 1931-1935, *liv.* 1.
- Registros de óbitos. São Vicente, Distrito de Taquarichin, *a.* 1935-1936, *liv.* 2.

Tabelionato de registros de imóveis de São Vicente do Sul.

- Livros de transcrições e transmissões. *a.* 1924, *liv.* 3 A.

FONTES IMPRESSAS

ÁLBUM ILUSTRADO DO PARTIDO REPUBLICANO CASTILHISTA. Porto Alegre: Selbach, 1934.

ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO - 1891 A 1940. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/imanak/313394>, acesso em 08/2014.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez & latino:** aulico, anatomico, architectonico. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1713 Vol. 4.

_____. **Vocabulario portuguez & latino:** aulico, anatomico, architectonico. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1728. Vol. 8.

CHERNOVTIZ, Pedro Luiz Napoleão. **Diccionario de medicina popular e das sciencias accessorios para o uso das familias.** 6. ed. Paris: A. Roger & F. Chernoviz, 1890. Vol. 2.

DE PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO A ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - CENSOS DO RS: 1803-1950. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1982.

DOCUMENTOS DA ESCRAVIDÃO: Catálogo seletivo de cartas de liberdade. Porto Alegre: CORAG, 2006. Vol. II.

Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. Vol. 3.

ORDENAÇÕES FILIPINAS. Rio de Janeiro: Edição de Cândido Mendes de Almeida, 1870. Liv. III, IV e V.

Relatorio do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Francisco Joze de Souza Soares de Andrea á Assembléa Legislativa Provincial para o anno de 1849. Porto Alegre, Typog. do Porto-Alegrense, 1849.

Relatorio do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, o conselheiro José Antonio Pimenta Bueno á Assembléa Legislativa Provincial para o anno de 1850. Porto Alegre, Typ. De F. Pomatelli, 1850.

Relatorio do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul barão de Muritiba na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 1º de outubro de 1855. Porto Alegre: Typ. do Mercantil, 1855.

Relatorio do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul Patricio Correa da Camara á Assembléa Legislativa Provincial para o anno de 1857. Porto Alegre: Typ. Do Mercantil, 1857.

Relatorio do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul Angelo Muniz da Silva Ferraz á Assembléa Legislativa Provincial para o anno de 1858. Porto Alegre: Typ. Correio do Sul, 1858.

Relatorio do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão á Assembléa Legislativa Provincial para o anno de 1859. Porto Alegre: Typ. Correio do Sul, 1859.

SILVA, Antonio de Moraes. **Diccionario da Língua Portuguesa..** Lisboa, Tipografia Lacérdina, 1813. Vol. 1.

_____. **Diccionario da Língua Portuguesa..** Lisboa, Tipografia Lacérdina, 1824. Vol. 2.

REFERÊNCIAS

ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de história colonial & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil.** Brasília: Editora da UnB, 1982.

ABREU, Marcia. Quem lia no Brasil Colonial? Comunicação apresentada no XXIV Congresso Brasileiro da Comunicação, Campo Grande: **Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**, 2001. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2001/arquivos/np.htm#abreuquem>, acesso em 01/2014.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História: A arte de inventar o passado.** Ensaios de teoria da História. Bauru: Edusc, 2007.

ALIGUIERI, Dante. **A divina comédia.** São Paulo: Editora 34, 2010.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses indígenas: Identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro.** 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

AMORIM, Maria Norberta. Identificação de pessoas em duas paróquias do Norte de Portugal (1580-1820). **Boletim de Trabalhos Históricos**, Guimarães, v. XXXIV, p. 213-279, 1983.

_____. **Guimarães, 1580-1819: estudo demográfico.** Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987.

AMORIM, Maria Norberta et. al. Reconstituição de paróquias e formação de uma base de dados central. **Reconstituição de famílias, fogos e estratégias sociais**, Castelo Branco, v. II, p. 57-66, abr. 2001.

ANDERSON, Michael. **Elementos para a História da Família Ocidental 1500-1914.** Lisboa: Editorial Querco, 1984.

ANTUNES, Edna Fernandes. **Marinheiros para o Brasil: o recrutamento para a marinha de guerra imperial (1822-1870).** São Gonçalo: UERJ - Pós-graduação em História Social, 2011, 156 F. (Dissertação de Mestrado).

ARAÚJO, Emanuel. **O teatro dos vícios: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial**. 2. ed. Brasília/Rio de Janeiro: EDUN/ José Olympio, 1997.

ARAÚJO, Thiago Leitão de: **Escravidão, fronteira e liberdade: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (Vila de Cruz Alta, província do Rio Grande de São Pedro, 1834-1884)**. Porto Alegre: UFRGS – PPGH, 2009, 333 F. (Dissertação de Mestrado).

ARIAS NETO, José Miguel. **Em busca da cidadania: Praças da Armada Nacional 1867-1910**. São Paulo: USP - Programa de Pós-Graduação em História Social, 2001, (Tese de Doutorado).

ARIÈS, Phillippe. **O homem diante da morte**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.

ARMUS, Diego. **La ciudad impura. Salud, tuberculosis y cultura em Buenos Aires, 1870-1950**. Buenos Aires: Edhasa, 2007.

AROSTEGUI, Júlio. **A pesquisa histórica**. Bauru: EDUSC, 2006.

BACELLAR, Carlos. **Família e sociedade em uma economia de abastecimento interno (Sorocaba, séculos XVIII e XIX)**. São Paulo: FFLCH/USP, 1995, (Tese de Doutorado).

_____. **Senhores da Terra: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do oeste paulista (1765-1855)**. Campinas: UNICAMP, 1997.

_____. **Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, século XVIII e XIX**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2001.

BACELLAR, Carlos; BASSANEZI, Maria Sílvia e SCOTT, Ana Sílvia V. Quarenta anos de demografia histórica. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 339-350, jul./dez. 2005. Disponível em: http://www.rebep.org.br/index.php/revista/article/view/248/pdf_232, acesso 01/2016.

_____. **As fontes para o estudo da população do século XIX**. In: SCOTT, Ana Sílvia Volpi e FLECK, Eliane Cristina Deckmann. **A corte no Brasil: população e sociedade no Brasil e em Portugal no início o século XIX**. São Leopoldo: Oikos Editora/ Editora Unisinos, 2008, p. 89-103.

BAIOTO, Antonio Rafael et al. **Sepé Tiaraju: muito além da lenda**. Porto Alegre: Comunicação Impressa, 2006.

BALHANA, A.P. Política imigratória no Brasil, antes e após a proclamação da república. In: WESTPHALEN, Cecília Maria e BALHANA, Altiva Pilatti. **Revoluções e conferências**. Curitiba: SBPH-PR, 1989, p. 119-132.

BARBOSA, Carla Adriana da Silva. **A casa e suas virtudes: Relações familiares e a elite farroupilha (RS, 1835-1845)**. São Leopoldo: UNISINOS - PPGH, 2009, 139 F. (Dissertação de Mestrado).

BARRAL, Maria Elena. **De sotanas por la pampa: religión y sociedad en el Buenos Aires rural tardocolonial**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2007.

BARROS, José D'Assunção. História serial, História Quantitativa e História Demográfica: uma breve reflexão crítica. **Revista de Ciências Humanas**, v. 11, n.11, p. 163-172, jan./jun. 2011.

BASSANEZI, Maria Silvia. Os eventos vitais na reconstituição da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi e LUCA, Tânia Regina de (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2011.

BASTOS, Cristina e BARRETO Renilda (Orgs.). **A circulação do conhecimento: Medicina, redes e impérios**. Lisboa: IMT-ICS, 2011.

BELINAZZO, Maria Terezinha. **A população da paróquia de Santa Maria da Boca do Monte – 1844 -1882**. Curitiba, UFPR, 1981, 317 F. (Dissertação de Mestrado).

BELTRÃO, Romeu. **Cronologia histórica de Santa Maria e do extinto município de São Martinho:1787-1930**. 2. ed. Canoas: La Salle, 1979.

BEOZZO, José Oscar. As igrejas e a imigração. In: DREHER, Martin Norbeto. **Imigrações e história da igreja no Brasil**. Aparecida: Editora Santuário, 1993.

BERTRAND, Michel. Los modos relacionales de las élites hispanoamericanas coloniales: enfoques y posturas. **Anuário del IEHS**, Tandil, n. 15, p. 61-80, 2000.

BERTRAND, Michel; GUZZI-HEEB, Sandro; LEMERCIER, Claire. Introducción. ¿En qué punto se encuentra la análisis de redes en Historia? **REDES - Revista hispana para el análisis de redes sociales**. v. 21, #1, Diciembre 2011. Disponível em: <http://revista-redes.rediris.es>, acesso 01/2016.

BERTUCCI, Liane Maria. Remédios, charlatanices... curanderices. Práticas de cura no período da gripe espanhola de São Paulo. In: CHALHOUB, Sidney et al. (Orgs.) **Artes e ofícios de curar no Brasil: Capítulos de História social**. Campinas; UNICAMP, 2003.

BERUTE, Gabriel Santos. **Atividades mercantis do Rio Grande de São Pedro: Negócios, mercadorias e agentes mercantis (1808-1850)**. Porto Alegre: UFRGS - PPGH, 2011, 309 F. (Tese de Doutorado).

BERWANGER, Ana Regina e LEAL, João Eurípedes Franklin. **Noções de paleografia e de diplomática**. 3. ed. Santa Maria: UFSM, 2008.

BESSONE, Tânia Maria; NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira e GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. **Elites, fronteiras e cultura do Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2013.

BIASOLI, Vitor. **O catolicismo ultramontano e a conquista de Santa Maria (1870-1920)**. Santa Maria: UFSM, 2010.

BOLZAN, Milton José. **As reduções do Vale do Jaguari**: São Tomé e São José. Santa Maria: UFSM - Curso de Especialização em História do Brasil, 1998, 56 F. (Monografia).

BLOCH, Marc. **Os reis taumaturgos**: O caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da razão. 6. ed. Campinas: Papirus, 1996.

_____. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos & abusos da história oral**. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

_____. **O senso prático**. Petrópolis: Vozes, 2009.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. Batismo e compadrio de escravos: Montes Claros (MG), século XIX. **Lócus: Revista de História**, Juiz de Fora, v. 3, 1997.

BRASIL. **Lei n.º 317 de 21 de outubro de 1843**. Rio de Janeiro, 1843. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM317.htm, acesso em 02/2016.

_____. **Lei n.º 2.033**: Altera diferentes disposições da Legislação Judiciária. Rio de Janeiro, 1871. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm, acesso em 07/ 2014.

_____. **Decreto n.º 181, de 24 de janeiro de 1890**. Que promulga a lei sobre o casamento civil. Rio de Janeiro, 1890. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D181.htm, acesso em 02/2016.

_____. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1891. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm, acesso em 02/2016.

_____. **Indicação para oficiais da Guarda Nacional - comarca de São Vicente**. Diário Oficial da União, *a.* 1902.

_____. **Directoria do Patrimônio Nacional**. Diário Oficial da União, *a.* 1910.

BRENES, Anayansi Correa. História da parturição no Brasil, século XIX. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 7, n. 2, abr./jun. 1991. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1991000200002/, acesso em 11/2014.

BRESSAN, Hermes. **Rincão dos Alves - raízes e história**: Jaguari – 4º Distrito: resgate da memória dos rinconenses. Jaguari: [s.n.], 2011.

BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. **Minas patriarcal**: família e sociedade (São João Del Rei - Séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007.

BURGUIÈRE, André. A demografia. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. **História novas abordagens**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

BURKE, Peter. **Cultura popular na idade moderna**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CAMARGO, Fernando da Silva. **O Malón de 1801: a Guerra das Laranjas e suas implicações na América meridional**. Porto Alegre: PPGH –PUCRS, 2000, (Tese de Doutorado).

CAMILO, Nathan. “**Feliz o homem que deixa um bom nome**”: práticas de nomeação e apadrinhamento na freguesia de nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre (1772-1810). São Leopoldo; UNISINOS - PPGH, 2011, 85 F. (Monografia de Especialização).

_____. O nome além do como: possibilidades de diálogo entre o quantitativo e o qualitativo aplicadas às práticas de nomação. **Anais (complementares) do XXIV Simpósio Nacional de História (ANPUH)**. Florianópolis: UFSC, 2015. Disponível em: <http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434412546>, acesso em 12/2015.

CAMPOS, Marize Helena de. **Senhoras Donas: economia, povoamento e vida material em terras maranhenses (1755-1822)**. São Paulo: USP, 2008, 464 F. (Tese de Doutorado).

CANCELA, Cristina Donza. Famílias de elite: transformação da riqueza e alianças matrimoniais. Belém 1870-1920. **Topoi**, v. 10, n. 18, p. 24-38, jan./jun. 2009. Disponível em: www.revistatopoi.org/, acesso em 02/2010.

_____. **Casamento e família em uma capital Amazônica (Belém 1870-1920)**. Belém: Ed. Açaí, 2011.

CARDOSO, Ciro Flamarion e BRIGNOLI, Héctor Pérez. **Os métodos da história**. 6. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2002.

CARDOZO, José Carlos da Silva. **Enredos tutelares: O juizado de órfãos e a (re)organização da família porto-alegrense no início do século XX**. São Leopoldo: UNISINOS - PPGH, 2011, 253 F. (Dissertação de Mestrado).

CARNEIRO, Marina Braga; CHAGAS, Paula Roberta e NADALIN, Sérgio Odilon. Nascer e garantir-se no Reino de Deus; Curitiba, séculos XVIII e XIX. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v. 27, n.2, p. 361-384, jul./dez. 2010. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol27_n2_2010/08, acesso em 12/2014.

CARVALHINHOS, Patrícia de Jesus. As origens dos nomes de pessoas. **Domínios de lingu@gem**: Revista eletrônica de linguística, ano 1, v. 1, set. 2007. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/11401/6686>, acesso em 09/2014.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial.** Rio de Janeiro: Editora Campus Ltda, 1980.

_____. **A formação das almas: O imaginário da república no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. Cidadania: tipos e percursos. **Revista Estudos Históricos**, n.18, p. 337-359 1996. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/2>, acesso em 02/2015.

_____. **Teatro de sombras: a política imperial.** 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CASCUDO, Luís Câmara. **Paróquias do Rio Grande do Norte.** Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 1992.

CATROGA, Fernando. Morte romântica e religiosidade cívica. IN: Mattoso, José (Dir.). **História de Portugal: O Liberalismo (1807-1890).** Lisboa: Estampa, 1993. Vol. 5.

CESAR, Tiago da Silva. **A ilusão panóptica: encarcerar e punir nas imperiais cadeias da Província de São Pedro (1850-1888).** São Leopoldo; UNISINOS - PPGH, 2014, 226 F. (Dissertação de Mestrado).

CERUTTI, Simona. Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII. In: REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de Escalas: A experiência da Microanálise.** Rio de Janeiro: FGV, 1998.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque.** Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

CHARLE, Christophe. A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas. In: HEINZ, Flávio (Org.). **Por outra história das elites.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: A história entre certezas e inquietudes.** Porto Alegre: UFRGS, 2002.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia.** 13. ed. São Paulo: Ática, 2005.

CHEQUER, Raquel M. P. **Negócios de família, Gerência de Viúvas.** Senhoras administradoras de bens e pessoas (Minas Gerais 1750-1800). Belo Horizonte: UFMG- Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2002, 125 F. (Dissertação de Mestrado).

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. **Estranhos em seu próprio chão: o processo de apropriações e expropriações de terra na província de São Pedro do Rio Grande do Sul**

(O Vale do Taquari no período de 1840-1889). São Leopoldo; UNISINOS - PPGH, 2004, 205 F. (Dissertação de Mestrado).

CICERCHIA, Ricardo e BESTARD, Joan. ¡Todavía una historia de la familia! Encrucijadas e itinerarios en los estudios sobre las formas familiares. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**. Manizales/Colombia, v. 4, n. 1, p. 10-13, 2006.

_____. Historiografia das formas familiares. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 50, p. 103-123, jan./jun. 2009.

_____. e JIMÉNEZ, Francisco Chacón. Formas familiares y dinámicas de la sociedad. Notas teóricas sobre problemas historiográficos. In: GHIRARDI, Mónica e JIMÉNEZ, Francisco Chacón (Ed.). **Dinámicas familiares en el contexto de los bicentenarios latinoamericanos**. Córdoba: CIECS/CONICET – UNC, 2011, p. 19-42.

COMISSOLI, Adriano. **A serviço de Sua Majestade: administração, elites e poderes no extremo meridional brasileiro (1808-1831)**. Niterói: UFF - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2011, 390 F. (Tese de Doutorado).

CONY, Maria. “Folhas esparsas ao sopro do vento no verde esmeralda do pampa sulino” – São Vicente do Sul. Santa Maria: Pallotti, 1992.

COSTA, Iraci del Nero. **Populações mineiras**. Sobre a estrutura populacional de alguns núcleos mineiros no alvorecer do século XIX. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1981.

_____. Registros Paroquiais: notas sobre os assentos de batismo, casamento e óbito. **LPH – Revista de História**, Mariana, v. 1, n. 1, p. 46-54, 1990.

_____. Demografia histórica: algumas observações. **sÆculum - Revista de história**, João Pessoa, v. 24, p. 213-225, jan./ jun. 2011. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/viewFile/12443/7205>, acesso em 01/2016.

COSTA, Luciano Gomes da Costa. **Uma cidade negra: escravidão, estrutura econômico-demográfica e diferenciação social na formação de Porto Alegre, 1772-1802**. Porto Alegre: UFRGS - PPGH, 2012, 292 F. (Dissertação de Mestrado).

COSTA, Miguel Ângelo da Silva. **Entre a “flor da sociedade” e a “escória da população”**: A experiência de homens livres pobres no eleitorado de Rio Pardo (1850-1880). São Leopoldo: UNISINOS - PPGH, 2006, 249 F. (Dissertação de Mestrado).

CORTEZ, Ana Sara Ribeiro Parente. **Cabras, caboclos, negros e mulatos: A família escrava no Cariri Cearense (1850-1884)**. Fortaleza: UFC/PPGH, 2008, 245 F. (Dissertação de Mestrado).

DA VIDE, Sebastião Monteiro. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1707.

DAIBERT JUNIOR, Robert. Entre homens e anjos: padres e celibato no período colonial no Brasil. In: DEL PRIORE, Mary e AMANTINO, Márcia (Orgs.). **História dos homens no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2013, 49-84.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DARONCO, Leandro Jorge. **Campos esquecidos: Experiências sociais de cativo em uma zona rural e fronteira (Norte-Noroeste do Rio Grande do Sul: 1840-1888)**. São Leopoldo: UNISINOS - PPGH, 2012, 446 F. (Tese de Doutorado).

DAUDT FILHO, João. **Memórias**. Santa Maria: UFSM, 2003.

DAVIS, Natalie Zemon. **Nas margens: três mulheres do século XVII**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

DEL PRIORE, Mary. **Religião e religiosidade no Brasil colonial**. 6. ed. São Paulo: Ática, 2001.

_____. Pais de ontem: transformações da paternidade no século XIX. _____. e AMANTINO, Márcia (Orgs.). **História dos homens no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2013, p. 153-184.

_____. **História do amor no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

DREHER, Scheila dos Santos. **“O pontinho da balança”**: História do cotidiano de mulheres teuto-brasileiras evangélicas no sul do Brasil, na perspectiva do privado e do público. São Leopoldo: Faculdades EST, 2007, 153 F. (Dissertação de Mestrado).

DIAS, Maria Odila L. S. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

DI STEFANO, Roberto. Abundancia de clérigos, escasez de párrocos: las contradicciones del reclutamiento del clero secular en el Rio de la Plata (1770-1840). **Boletín do Instituto de Historia da Argentina y Latino America “Dr. Emilio Ravignani**, n. 16/17, 1996.

DOMINGUES, Eduardo Garcia Ribeiro Lopes. Família, sociedade e justiça. **Justiça e Cidadania**, Rio de Janeiro, n. 111, p. 1-12, out. 2008. Disponível em www.revistajc.com.br/ acesso em 10/2010.

DOMINGUES, Fausto J. L. et al. **Ideias políticas de Demétrio Ribeiro**. Porto Alegre: IHGRS/Corag, 2011.

DOMINGUES, Moacyr. **A Colônia do Sacramento e o sul do Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 1973.

DOTTI, Clemente. **O santo do dia do calendário Antoniano**. 2. ed. Caxias do Sul: Editora São Miguel, 2013.

DURLO, Cleto Vicente. **Sonho e saga de um povo: História da imigração italiana em Jaguari e da família Durlo.** Santa Maria: Pallotti, 2009.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizatório.** Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

ELIAS, Roger Sauandaj. **Ao derramar os santos óleos: propriedade, família e compadrio de escravos em Porto Alegre (1810-1835).** Porto Alegre: UFRGS - PPGH, 2013, 245 F. (Dissertação de Mestrado).

FAGUNDES, Rosicler M. R.. **Esfaqueamento no púlpito: O comércio e suas elites em Cachoeira do Sul na segunda metade do sec. XIX (1845-1865).** São Leopoldo: UNISINOS - PPGH, 2009, 158 F. (Dissertação de Mestrado).

FARIA, Rosane Freitas. À margem da sagrada família: Ilegitimidade na Vitória Oitocentista. **Politeia: História e sociedade**, Vitória da Conquista: v. 13, n. 1 p. 223-238, 2013.

FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento: Fortuna e família no cotidiano colonial.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____. Casamento. In: VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808).** Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

FARINATTI, Luís Augusto E. **Sobre a cinza da mata virgem lavradores nacionais na província do Rio Grande do Sul (Santa Maria, 1845-1880).** Porto Alegre: PUCRS-PPGH, 1999. (Dissertação de Mestrado).

_____. **Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865).** Rio de Janeiro: UFRJ - Programa de Pós-Graduação em História Social, 2007, 421 F. (Tese de Doutorado).

_____. **Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865).** Santa Maria: UFSM, 2010.

_____. A espada e a capela: relações de compadrio dos oficiais de milícia na fronteira meridional do Brasil (1816-1835). **Revista História Unisinos**, v. 16, p. 294-306, set./dez. 2012.

FARINATTI, Luís Augusto E. e VARGAS, Jonas Moreira. Elites regionais, guerra e compadrio: a família Ribeiro de Almeida e suas redes de relações (Rio Grande do Sul, c. 1816 – c. 1844). **Topoi**, v. 15, n. 29, p. 389-413, jul./dez. 2014a. Disponível em www.revistatopoi.org/, acesso em 01/2014.

_____. Gente de todo lado: deslocamentos populacionais, registros de batismo e reordenação social na fronteira meridional (Alegrete, 1816-1845). In: SCOTT, Ana Silvia Volpi et al. **História da Família no Brasil Meridional: temas e perspectivas.** São Leopoldo: Oikos/Editora Unisinos, 2014b. Coleção Estudos Históricos Latino-Americanos – EHILA, E-book Vol. 2, p. 215 -238.

_____. Elites agrárias e hierarquia social na fronteira (1801-1850). In: NEUMANN, Eduardo Santos e GRIJÓ Luiz Alberto. (Orgs.). **O império e a fronteira: A província de São Pedro no oitocentos**. São Leopoldo: Oikos, 2014c, p. 76-94.

FEE (Fundação de Economia e Estatística). **Corede Vale do Jaguari**. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/coredes=Vale+do+Jaguari>, acesso em 02/2016.

FERLA, Luis. **Feios, sujos e malvados sob medida: A utopia médica do biodeterminismo**. São Paulo: Alameda, 2009.

FERREIRA, Jurandy Pires. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

FERREIRA, Roberto Guedes. **Escravidão e cor nos censos de Porto Feliz (São Paulo, Século XIX)**. Ilhéus: UESC, 2007.

_____. **Egressos do cativo: trabalho, família aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo 1798-1850)**. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2008.

_____. Ocupação e mobilidade social (Porto Feliz, século XIX). In: BOTELHO, Tarcísio R. e VAN LEEUWEN, Marco H. D. (Org.). **Mobilidade social em sociedades coloniais e pós-coloniais: Brasil e Paraguai, séculos XVIII-XIX**. Belo Horizonte: Veredas e Cenários, 2009, p. 137-182.

_____. Livros paroquiais de batismo, escravidão e qualidade de cor (santíssimo Sacramento da Sé, Rio de Janeiro, Séculos XVII – XVIII). In: FRAGOSO, João; FERREIRA, Roberto Guedes e SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. (Orgs.) **Arquivos paroquiais e história social da América Lusa – séculos XVII e XVIII: técnicas de pesquisa na reinvenção de um corpus documental**. Rio de Janeiro: MauadX, 2014, p. 127-186.

FERREIRA, Roberto Guedes; RODRIGUES, Claudio e WANDERLEY, Marcelo. **Últimas vontades: testamento, sociedade e cultura na América Ibérica (Séculos XVII e XVIII)**. Rio de Janeiro: MauadX, 2015.

FERTIG, André. **Clientelismo político em tempos belicosos**. Santa Maria: UFSM, 2010.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. **Barrocas famílias: Vida familiar em Minas Gerais no século XVIII**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

FLECK, Eliane Cristina Deckmann. **Sentir, adoecer e morrer – sensibilidade e devoção no discurso missionário jesuítico do século XVII**. Porto Alegre: PUCRS – PPGH, 1999, 323 F. (Tese de Doutorado).

FLORENTINO, Manolo Garcia e MACHADO, Cacilda. Sobre a imigração portuguesa e miscigenação no Brasil nos séculos XIX e XX: Um ensaio. In: LESSA, Carlos (Org.). **Os Lusíadas na aventura do Rio moderno**. Rio de Janeiro: Record, 2002, p. 91-116.

FLORES, Ana Paula Marquesini. **Descanse em paz:** testamentos e cemitério extramuros na Santa Maria de 1850 a 1900. Porto Alegre: PUCRS, 2006, 142 F. (Dissertação de Mestrado).

FLORES, Mariana Flores da C. T. **Contrabando e contrabandistas na fronteira oeste do Rio Grande do Sul (1851-1864).** Porto Alegre: PPGH - UFRGS, 2007, 208 F. (Dissertação de Mestrado).

_____. **Crimes de fronteira:** a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889). Porto Alegre: PPGH – PUCRS, 2012, 343 F. (Tese de Doutorado).

FLORES, Mariana Flores da C. T. e FARINATTI, Luís Augusto. A fronteira manejada: apontamentos para uma história social da fronteira meridional do Brasil (século XIX). In: HEINZ, Flavio M. (Org.). **Experiências nacionais, temas transversais:** subsídios para uma história comparada da América Latina. São Leopoldo: Editora Oikos, 2009, p. 145-176.

FLORES, Moacir. **Colonialismo e missões jesuíticas.** Porto Alegre: EST/Instituto de cultura Hispânica do Rio Grande do Sul, 1983.

_____. **Reduções jesuíticas dos guaranis.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997. Coleção História. Vol. 17.

_____. **Tropeirismo no Brasil.** Porto Alegre: Nova Dimensão, 1998.

FLORESCANO, Enrique. A formação e a estrutura econômica da hacienda na Nova Espanha. In: BETHELL, Leslie. **América Latina Colonial.** São Paulo: EDUSP; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1999. Vol. II.

FOLETTTO, Arlene Guimarães. **Dos campos junto ao Uruguai aos matos em cima da serra:** a paisagem agrária na Paróquia de São Patrício de Itaqui (1850-1889). Porto Alegre: UFRGS, 2003, 182 F. (Dissertação de Mestrado).

_____. **No rodeio das relações:** três trajetórias de famílias abastadas no oeste da província do Rio Grande de São Pedro (segunda metade dos oitocentos). Porto Alegre: PPGH - UFRGS, 2012, 412 F. (Tese de Doutorado).

FONSECA, Claudia e BRITES, Jurema Gorski. Ritos de recepção: Nomes, batismos, e certidões como formas de inscrição da criança no mundo social In: SOUSA, Sônia Margarida Gomes (Org.). **Infância e adolescência:** múltiplos olhares. Goiânia: Editora da UCG, 2003.

FONTELLA, Leandro Goya. **Sobre as ruínas dos Sete Povos:** Estrutura produtiva, escravidão e distintos modos de trabalho no Espaço Oriental Missioneiro (Vila de São Borja, Rio Grande de São Pedro, 1828-1858). Porto Alegre: UFRGS - PPGH, 2013, 283 F. (Dissertação de Mestrado).

FORTES, Amir Borges. **Compêndio de História do Rio Grande do Sul.** 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 1968.

FRAGOSO, Hugo. A Igreja na formação do Estado imperial. In: BEOZZO, Oscar (Coord.). **História da Igreja no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1992. Tomo II.

FRAGOSO, João Luis Ribeiro e PITZER, Renato Rocha. Barões, Homens Livres Pobres e Escravos: notas sobre uma fonte múltipla – Inventários post-mortem. **Revista Arrabaldes**, Rio de Janeiro, a. I, n. 2, p. 29-52, set./dez. 1988.

FRAGOSO, João Luis Ribeiro. **Homens de Grossa Aventura: Acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro – 1790-1830**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

_____. Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica. Rio de Janeiro: **Topoi**, v. 3, n. 5, p. 41-70, jul./dez. 2002. Disponível em www.revistatopoi.org/, acesso em 09/2009.

_____. Principais da terra, escravos e a república: o desenho da paisagem agrária do Rio de Janeiro Seiscentista. Santa Maria: **Revista Ciência e Ambiente**, n. 33, p. 97-120, jul./dez. 2006.

_____. Fidalgos e parentes pretos: notas sobre a nobreza principal da terra do Rio de Janeiro (1600-1750). In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de e SAMPAIO, Carlos Jucá de (Orgs.). **Conquistadores e negociantes: História de elites no Antigo Regime nos trópicos. América Lusa, Séculos XVI a XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. Efigênia Angola, Francisca Muniz forra parda, seus parceiros e senhores: freguesias rurais do Rio de Janeiro, século XVIII. Uma contribuição metodológica para a história colonial. **Topoi**, v. 11, n. 21, p.74-106, jul./dez. 2010. Disponível em www.revistatopoi.org/, acesso em 01/2011.

FREITAS, Denize Terezinha Leal. **O casamento na freguesia Madre de Deus de Porto Alegre: A população livre e suas relações matrimoniais de 1772-1835**. São Leopoldo: UNISINOS-PPGH, 2011, 215 F. (Dissertação de Mestrado).

FREITAS, Décio Bergamaschi. **O socialismo Missioneiro**. Porto Alegre: Movimento, 1982.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 13. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1966.

_____. **Sobrados e mucambos: Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano**. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

FURET, François. **A oficina da história**. Lisboa: Gradativa Publicações, 1981.

FURTADO, Júnia Ferreira. **Chica da Silva e o contratador de diamantes – O outro lado do mito**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. A morte como testemunha da vida. In: PINSKY, Carla Bassanezi e LUCA, Tânia Regina de (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2011.

GARAVAGLIA, Juan Carlos. Las “estancias” en la campaña de Buenos Aires. Los medios de producción (1750-1850). In FRADKIN, Raul (Org.). **La historia agraria del Rio de la Plata Colonial**. Buenos Aires: CEAL, 1993.

_____. **Pastores y labradores de Buenos Aires**. Una historia de la campaña bonaerense 1790-1830. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 1999.

GARCIA, Elisa Frühauf. **As diversas formas de ser índio**: políticas indígenas e políticas indigenistas no Extremo sul da América Portuguesa. Niterói: UFF - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2007, 320 F. (Tese de Doutorado).

GARCIA, Graciela Bonassa. **O domínio da terra**: Conflitos e estrutura agrária na campanha Rio-Grandense oitocentista. Porto Alegre: UFRGS – PPGH, 2005, 191 F. (Dissertação de Mestrado).

GELMAN, Jorge. **Unos numeros sorprendentes**. Cambio y continuidad en el mundo Agrario Bonaerense durante la primera mitad del siglo XIX. Buenos Aires: Instituto Ravignani, 1996. Anuário del IEHS 11, Tandil.

GHIRARDI, Mónica e SIEGRIST, Nora. **Amores sacrílegos**: Amancebamientos de clérigos en las diócesis del Tucumán y Buenos Aires, Siglos XVIII y XIX. Buenos Aires: CIECS-CONICET/CEA-UNC, 2012.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GINZBURG, Carlo e PONI, Carlo. O nome e como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico e PONI, Carlo (Org.). **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989, p. 165-178.

_____. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GIL, Tiago Luís. **Infiéis transgressores**: contrabandistas da fronteira (1760-1810). Rio de Janeiro: UFRJ, 2002, 221 F. (Dissertação de Mestrado).

GOLIN, Tau. **A guerra guaraníca**: como os exércitos de Portugal e Espanha destruíram os Sete Povos dos jesuítas e índios guaranis no Rio Grande do Sul. Passo Fundo; Porto Alegre: UPF; UFRGS, 1999.

GOODY, Jack. **O roubo da história**: Como os europeus se apropriaram das ideias e invenções do Oriente. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

GRANDE DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA. Disponível em: <http://houaiss.uol.com.br/>, acesso em 05/2016.

GRINBERG, Keila. **O Fiador dos brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GUTERRES, Leticia Batistela Silveira. Famílias negras: Santa Maria, século XIX. In: ABREU, Martha e PEREIRA, Matheus Serva (Orgs.). **Caminhos da liberdade: Histórias da abolição e do pós-abolição do Brasil**. Niterói: UFF - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2011.

_____. **Escravidão, família e compadrio ao sul do Império do Brasil: Santa Maria (1844-1882)**. Rio de Janeiro: UFRJ - Programa de Pós-Graduação em História Social, 2013, 471 F. (Tese de Doutorado).

HABNER, June E. Honra e distinção das famílias. In: PINSKY, Carla Bassanezi e PEDRO, Joana Maria (Org.) **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

HAMEISTER, Martha Daisson. Forjando relações: estratégias de interação, inserção e exclusão social na vila do Rio Grande através dos batismos de filhos de açorianos (1738-1763). **Anais do XXII Simpósio Nacional de História (ANPUH)**. João Pessoa: UFPB, 2003. Disponível em: <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH>, acesso em 01/2016.

_____. **Para dar calor à nova povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila do Rio Grande (1738-1763)**. Rio de Janeiro: UFRJ - Programa de Pós-Graduação em História Social, 2006, 474 F. (Tese de Doutorado).

_____. Registros Batismais: documentos para reavaliar o papel da mulher na família e na sociedade coloniais. Anais eletrônicos [recurso eletrônico] / **Seminário Internacional Fazendo Gênero 9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos**. - Florianópolis: UFSC, 2010.

HASTENTEUFEL, Zeno. **Dom Feliciano na Igreja do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Livraria Editora Acadêmica, 1987.

HEINZ, Flávio M. **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

HEYWOOD, Colin. **Uma história da infância: da Idade Média à época contemporânea no ocidente**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

HESPANHA, Antônio Manoel. **História de Portugal Moderno: político e institucional**. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.

HOBSBAWN, Eric e RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUART, Maria José Imbault. História do Cancro. In: LE GOF, Jacques (Org.). **As doenças têm história**. Lisboa: Terramar, 1990.

HUBERT, Arlindo. **História da Igreja no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998. Vol. 2.

IMÍZCOZ, José Maria. Actores sociales y redes de relaciones: reflexiones para una historia más global. In: _____. **Redes familiares y patronazgo: aproximación al entramado social del País Vasco y Navarra en el Antiguo Régimen (siglos XV- XIX)**. Bilbao: Universidad de País Vasco, 2001, p. 1-28.

_____. Actores, redes, procesos: Reflexiones para una historia más global. **Revista da Faculdade de Letras**. História III série, v. 5, p.115-139, 2004.

IZECKSHON, Vitor. Quando era perigoso ser homem. Recrutamento compulsório, condição masculina e classificação social. In: DEL PRIORE, Mary e AMANTINO, Márcia (Orgs.). **História dos homens no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2013, p. 267 -297.

JAEGER, Luiz Gonzaga. As primitivas Reduções Jesuíticas do Rio Grande do Sul (1626-1636). In: PORTO, Aurélio (Org.). **Terra Farroupilha**. Porto Alegre: Globo, 1937.

JAQUES, Maria Helena Gomes. **Os coveiros enquanto recursos humanos**. Vila Nova de Gaia: ISLA, 2012, 119 F. (Dissertação de Mestrado).

JEHA, Silvana Cassab. **A galera heterogênea: naturalidade, trajetória e cultura dos recrutas e marinheiros da armada nacional e imperial do Brasil, c. 1822-c. 1854**. Rio de Janeiro: PUC-Rio - Pós-Graduação em História Social, 2011, 242 F. (Tese de Doutorado).

JOHNSON JR., Harold B. **Para um modelo estrutural da freguesia portuguesa do século XVIII**. Conferência dada na Universidade Nova de Lisboa, em 11 de nov. 1985. Disponível em: <http://www.people.virginia.edu/~hbj8n>, acesso em 02/2014.

KARSBURG, Alexandre de Oliveira. A micro-história e o método da microanálise na construção de trajetórias. In: VENDRAME, Maíra Ines et al. **Micro-história, trajetórias e imigração**. São Leopoldo: Oikos, 2015, p. 32-52.

KERN, Arno. **Missões: uma utopia política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

KLEP, Paul M.M. Introduction to special issue: contradictory interests of offsprings and parents, 1500-2000. **History of the family**, v. 9, p. 349-354, 2004. Disponível em linkinghub.elsevier.com/retrieve, acesso em 06/2010.

KORNDÖRFER, Ana Paula. **É melhor prevenir do que curar: a higiene e a saúde nas escolas públicas gaúchas (1893-1928)**. São Leopoldo: UNISINOS - PPGH, 2007, 179 F. (Dissertação de Mestrado).

KUBO, Elvira Mari. **Aspectos demográficos de Curitiba, 1801-1850**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1974, 125 F. (Dissertação de Mestrado).

KÜHN, Fabio. **O Projeto reformador da diocese do Rio de Janeiro: as visitas pastorais no Rio Grande de São Pedro (1780-1815)**. Porto Alegre: UFRGS-IFCH, 1996, (Dissertação de Mestrado).

_____. **Gente da fronteira: Família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa – Século XVIII**. Niterói: UFF - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2006, 479 F. (Tese de Doutorado).

_____. Rivalidades ibéricas no sul da América portuguesa (1762-1801). In: NEUMANN, Eduardo Santos e GRIJÓ, Luiz Alberto (Orgs.). **O Continente em armas: uma história da guerra no sul do Brasil**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

_____. **Gente da fronteira: Família e poder no Continente do Rio Grande (Campos de Viamão, 1720-1800)**. São Leopoldo: Oikos, 2014.

KÜLZER, Glaucia Giovana Lixinski de Lima. **De Sacramento a Boca do Monte: A formação patrimonial de famílias de elite na província de São Pedro (Santa Maria, RS, Século XIX)**. São Leopoldo: UNISINOS - PPGH, 2009, 206 F. (Dissertação de Mestrado).

KUSNESOF, Elizabeth Anne. “Ilegitimidade, raça e laços de família no Brasil do século XIX: uma análise da informação de censos e batismos para São Paulo e Rio de Janeiro”. In: NADALIN, Sergio Odilon et al. **História e população: estudos sobre a América Latina**. São Paulo: Abep, 1990, p. 164-174.

LABROUSSE, Ernest. **Flutuaciones económicas y historia social**. Madrid: Tecnos, 1962.

LANGENDONCK, Madame Van. **Uma colônia no Brasil: narrativa de viagem ao Rio Grande do Sul em 1862**. Florianópolis: Ed. Mulheres, Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

LANDE, Carl Herman. Introduction: The Dyadic Basis of Clientelism. In: SCHIMIDT; Steffen. W. et al. (Eds.). **Friends, Followers and Factions**. Berkeley: University of Califórnia Press, 1977, p. xxii-xxxviii.

LANNA, Marcos. Nota sobre Marcel Mauss e o ensaio sobre a dádiva. Curitiba: **Revista Sociologia Política**, n. 14, p. 173-194, jun. 2000. Disponível em <http://www.scielo.br>, acesso em 07/2010.

LARA, Silvia H. No jogo das cores: liberdade e racialização das relações sociais na América portuguesa setecentista. In: XAVIER, Regina C. L. (Org.). **Escravidão e liberdade: temas, problemas e perspectivas de análise**. São Paulo: Alameda, 2012, p. 69-93.

LE GOFF, Jacques. **O nascimento do purgatório**. 2. ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

LEBRUN, François. O sacerdote, o príncipe e a família. In: BURGUIÈRE, André et al. (Dir.). **História da família: o choque das modernidades: Ásia, África, América, Europa**. Lisboa: Terramar, 1998.

LEEUWEN, Marco H. D. van e MAAS, Ineke. Homogamia social na História. In: BOTELHO, Tarcísio R. e LEEUWEN, Marco H. D. van (Orgs.). **História social: perspectivas metodológicas**. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2012, p. 15-39.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1992.

_____. **Herança imaterial: A trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. Reciprocidad mediterránea. **Tiempos Modernos: Revista Electrónica de Historia Moderna** v. 3, n. 7. 2002. Disponível: <http://www.tiemposmodernos.org/>, acesso em 03/2010.

_____. Reflexões sobre a família e parentela. In: VENDRAME, Maíra Ines et al. **Micro-história, trajetórias e imigração**. São Leopoldo: Oikos, 2015, p. 12 - 29.

LIMA, Henrique Espada. **A micro-história italiana: indícios e singularidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LIBBY, Douglas Cole e ZEPHYR, Frank. Voltando aos registros paroquiais de Minas colonial: etnicidade em São José do Rio das Mortes, 1780-1810. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 29, n. 58, p. 383-415, 2009.

LIBBY, Douglas Cole. A empiria e as cores: representações identitárias nas Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX. In: PAIVA, Eduardo França; IVO, Isnara Pereira e MARTINS, Ilton Cesar (Orgs.). **Escravidão mestiçagens, populações e identidades culturais**. São Paulo: Annablume, Belo Horizonte: UFMG; Vitória da Conquista: Edições UESB, 2010.

LODOÑO, Fernando Torres. **A outra família: concubinato, igreja e escândalo na colônia**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

LOPES, Eliane Cristina. **O revelar do pecado: os filhos ilegítimos na São Paulo do século XVIII**. São Paulo: Annablume, 1998.

LÓPEZ, Antonio Irigoyen. Clérigos y castidad. A propósito de un manuscrito sobre el celibato de comienzos del siglo XIX. In: GHIRARDI, Mónica; CHACÓN JIMÉNEZ, Francisco (Ed.). **Dinámicas familiares en el contexto de los bicentenarios latinoamericanos**. Córdoba: CIECS (CONICET – UNC), 2011, p. 79-111.

LÓPEZ, Pilar Muñoz. **Sangre, amor e interés: La familia en la España de la restauración**. Madrid: Marcial Pons, 2001.

LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (Org). **Jogos de escalas: A experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

LUFT, Marcos Vinícius. **“Essa guerra desgraçada”**: recrutamento militar para a Guerra da Cisplatina (1825-1828). Porto Alegre: UFRGS - PPGH, 2013, 238 F. (Dissertação de Mestrado).

LUGON, Clovis. A república comunista cristã dos guaranis. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MACFARLANE, Alan. **História do casamento e do amor**: Inglaterra, 1300-1840. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

MACHADO, Cacilda. **A trama das vontades**: Negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social do Brasil escravista. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

MAEDER, Ernesto J. A. **Misiones del Paraguay**: conflicto y disolución de la sociedad guaraní. Madrid: MAPFRE, 1992.

MAEDER, Ernesto J. A. e GUTIÉRREZ, Ramón. **Atlas territorial y urbano de las misiones jesuíticas de guaraníes**. Argentina, Paraguay y Brasil. Sevilla: Instituto Andaluz de Patrimonio Histórico, 2010.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **Caçara**: terra e população - estudo de demografia histórica e da história social de Ubatuba. São Paulo: Paulinas/CEDHAL, 1986.

_____. A irmandade da Santa Casa de Misericórdia e a assistência à crianças abandonada na história do Brasil. In: _____. (Org.). **Família, mulher, sexualidade e igreja na História do Brasil**. São Paulo: Edições Loyola, 1993, p. 149-156.

_____. **História social da criança abandonada**. São Paulo HUCITEC, 1998.

MARQUES, Rachel dos Santos. **Por cima da carne seca**: Hierarquia e estratégias sociais no Rio Grande do Sul (c. 1750-1820). Curitiba: UFPR-PPGDH, 2011, 174 F. (Dissertação de Mestrado).

MARTINS, Ilton Cesar (Org.). **Escravidão mestiçagens, populações e identidades culturais**. São Paulo: Annablume, Belo Horizonte: UFMG; Vitória da Conquista: Edições UESB, 2010.

MARTINS, Maria Cristina Bohn. "Da Virgem" e "de São Miguel": Congregações leigas nas Reduções Jesuítico-Guaranis do Paraguai. Belo Horizonte: In: **Anais Eletrônicos do V Encontro da ANPHLAC**, Belo Horizonte: 2000. Disponível em: http://anphlac.fflch.usp.br/sites/anphlac.fflch.usp.br/files/maria_cristina_bohn_martins.pdf, acesso em 12/2015.

MARTINY, Carina. **“Os seus serviços públicos e políticos estão de certo modo ligados à propriedade do município”** Constituindo redes e consolidando o poder:

uma elite política local (São Sebastião do Caí, 1875-1900). São Leopoldo: UNISINOS - PPGH, 2011, 366 F. (Dissertação de Mestrado).

_____. **Saber negociar: A inserção da elite local na estrutura de poder do Estado Brasileiro (Na transição do Império a República).** In: BESSONE, Tânia Maria; NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira e GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. **Elites, fronteiras e cultura do Império do Brasil.** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2013.

MATEO, José. **Bastardos y concubinas la ilegitimidad conyugal y filial en la frontera pampeana bonaerense (Los Lobos 1810-1869).** Boletín do Instituto de História da Argentina y Latino America “Dr. Emilio Ravignani, n. 13, 1996.

MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. Participação de segmentos sociais fluminenses nas procurações passadas na capitania de Minas Gerais (1711-1730). **História & Perspectivas**, v. 40, p. 227-250, 2008. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/19213/10350>, acesso em 02/2016.

MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista (Brasil, século XIX).** 3. ed. Campinas: Unicamp, 2013.

MATTOSO, Kátia de Queirós. **Ser escravo no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 2001.

MAUAD, Ana Maria e MUAZE, Mariana. A escrita da intimidade: história e memória no diário da viscondessa do Arcozelo. In: GOMES, Angela de Castro. **Escrita de si, escrita da História.** Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 197-228.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia: Ensaio sobre a dádiva - forma e razão da troca nas sociedades arcaicas.** São Paulo: EPU, 1974. Vol. II.

MELO, Karina Moreira Ribeiro da Silva e. **A Aldeia de São Nicolau do Rio Pardo: histórias vividas por índios guaranis (séculos XVIII-XIX).** Porto Alegre: UFRGS - PPGH, 2011. 167 F. (Dissertação de Mestrado).

MENDES, Fábio Faria. Família, História e redes sociais. In: BOTELHO, Tarcísio R. e LEEUWEN, Marco H. D. Van (Orgs.). **História social: perspectivas metodológicas.** Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2012, p. 40-79.

MENDONÇA, Pollyana Gouveia. **Parochos imperfeitos: justiça eclesiástica e desvios do clero no Maranhão colonial.** Niterói: UFF – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2011, 341 F. (Tese de Doutorado).

MENEGAT, Carla. **O tramado, a pena e as tropas: família, política e negócios do casal Domingos José de Almeida e Bernardina Rodrigues Barcellos (Rio Grande de São Pedro, Século XIX).** Porto Alegre: UFRGS – PPGH, 2009, 205 F. (Dissertação de Mestrado).

MENZ. Maximiliano Mac. **Tesouro das Missões: A Integração do Espaço Oriental Missioneiro na Economia Sul-Rio-Grandense.** São Leopoldo: UNISINOS - PPGH, 2001, 163 F. (Dissertação de Mestrado).

MERCER, José Luiz da Veiga e NADALIN, Sergio Odilon. Um patrimônio étnico: os prenomes de batismo. **Topoi**, v. 9, n. 17, p. 12-21, jul./dez. 2008. Disponível em: www.revistatopoi.org/, acesso em 12/2009.

MIGUEZ, Eduardo. Microhistoria, redes sociales e historia de las migraciones: ideas sugestivas y fuentes parcas. In: BJERG, María e OTERO, Hernán. **Inmigración y redes sociales en la Argentina moderna**. Tandil: CEMLA-IEHS, 1995.

MITCHELL, James Clyde. The concept and use of social Networks. In: _____. **Social Networks in urban situations: Analyses of Personal Relationship in central African Towns**. Manchester: University of Manchester at the university press, 1969, p. 1 -50.

MONTEIRO, Charles. Urbanização e modernidade em Porto Alegre. In: BOEIRA, Nelson e GOLIN, Tau (Coord.). **República Velha**. Passo Fundo: Méritos, 2007, p. 229-260.

MONTEIRO, Jhon M. Os planos de civilização dos índios. In: SCOTT, Ana Silvia Volpi e FLECK, Eliane Cristina Deckmann. **A corte no Brasil: população e sociedade no Brasil e em Portugal no início o século XIX**. São Leopoldo: Oikos Editora/ Editora Unisinos, 2008, p. 195-213.

MONTOYA, Antonio Ruiz de. **Conquista Espiritual feita pelos religiosos da Companhia de Jesus nas Províncias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape**. 2. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. **Os cativos e os homens de bem: experiências negras no espaço urbano**. Porto Alegre – 1858-1888. Porto Alegre, EST Edições, 2003.

_____. **Entre o deboche e a rapina: Os cenários sociais da criminalidade popular em Porto Alegre**. Porto Alegre: Armazém Digital, 2009.

_____. Fragmentos de um enredo: nascimento, primeiras letras e outras vivências de uma criança parda numa vila fronteiriça (Aurélio Viríssimo de Bittencourt/Jaguarão, século XIX). In: PAIVA, Eduardo França; IVO, Isnara Pereira e MARTINS, Ilton Cesar (Orgs.). **Escravidão, mestiçagens, populações e identidades culturais**. São Paulo: Annablume, Belo Horizonte: PPGH-UFGM; Vitória da Conquista: Edições UESB, 2010.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt e GARCIA, Natália Pinto. Negro não se casa: um balanço da historiografia sobre a família escrava no Rio Grande do Sul. In: SCOTT, Ana Silvia Volpi et al. **História da família no Brasil Meridional: temas e perspectivas**. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2014. Coleção Estudos Históricos Latino-Americanos – EHILA, E-book Vol. 2.

MOREIRA, Uerisleida Alencar. **Laços afetivos e familiares: Relações parentais legitimadas nos ritos católicos em Caravelas, BA, entre 1840 e 1860**. Santo Antônio de Jesus: UNEB -PPGH, 2014, 197 F. (Dissertação de Mestrado).

MOREIRA, Vânia Maria Losada. De índio a guarda nacional: cidadania e direitos indígenas no Império (Vila de Itaguaí, 1822-1836). **Topoi**, v. 11, n. 21, p.127-142, jul./dez. 2010. Disponível em: www.revistatopoi.org/, acesso em 01/2011.

_____. Vestir o uniforme em índios e torná-los cidadãos. Reflexões sobre recrutamento militar, reclassificação social e direitos civis no Brasil imperial. In: MUGGE, Miquéias H. e COMISSOLI, Adriano (Orgs.). **Homens e armas: recrutamento militar no Brasil - Século XIX**. São Leopoldo: Oikos, 2011, p. 65-94.

_____. Deslegitimação das diferenças étnicas, “cidanização” e desamortização das terras de índios: notas sobre liberalismo, indigenismo e leis agrárias no México e no Brasil na década de 1850. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 4, n. 8, p. 68-85, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/>, acesso em 10/2015.

MORENO, José Luis. **Historia de la familia en el Rio de la Plata**. Buenos Aires: Sudamericana, 2004.

_____. Hacia un paradigma de la historia de la familia que incluya la pobreza estructural: el caso de Rio de la Plata. In: GHIRARDI, Mónica; CHACÓN JIMÉNEZ, Francisco (Ed.). **Dinámicas familiares en el contexto de los bicentenarios latinoamericanos**. Córdoba: CIECS (CONICET – UNC), 2011, p. 43-76.

MOTT, Luiz. Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu. In: SOUZA, Laura de Mello e NOVAIS, Fernando A. (Orgs.). **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. Vol. 1, p. 155-220.

MOTTA, Marcia Maria Menendes (Org.). **Dicionário da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 427-431.

MOUTOUKIAS, Zacarias. Narración y análisis en la observación de vínculos y dinámicas sociales: el concepto de red personal en la historia social y económica In: BJERG, María e OTERO, Hernán. **Inmigración y redes sociales en la Argentina moderna**. Tandil: CEMLA-IEHS, 1995.

_____. **Familia patriarcal o redes sociales: balance de una imagen de la estratificación social**. Buenos Aires: Universidad Nacional del Centro, 2000. Anuário v. XLIX, Enero-Marzo, 2000, n. 3.

MUAZE, Mariana. **As memórias da viscondessa: Família e poder no Brasil Império**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

MUGGE, Miquéias H. **Prontos a contribuir: guardas nacionais, hierarquias sociais e cidadania (Rio Grande do Sul – século XIX)**. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2012.

MUGGE, Miquéias H. e COMISSOLI, Adriano. **Homens em armas: recrutamento militar no Brasil – Século XIX**. São Leopoldo: Oikos, 2013, p. 65-94.

NACIF, Paulo Cezar. **Diante da pia batismal:** As alianças de compadrio em Minas Gerais durante o período colonial. Niterói: UFF – ICHF, 2014, 192 F. (Dissertação de Mestrado).

NADALIN, Sérgio Odilon. **A demografia numa perspectiva histórica.** Belo Horizonte: ABEP, 1994.

_____. A população no passado colonial brasileiro: mobilidade versus estabilidade. **Topoi**, v. 4, n. 7, p. 222-275, jul./dez. 2003. Disponível em www.revistatopoi.org/, acesso em 06/2009.

NASCIMENTO, José Antônio Moraes. **Derrubando florestas, plantando povoados:** A intervenção do poder público no processo de apropriação da terra no norte do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: PPGH –PUCRS, 2007, 400 F. (Tese de Doutorado).

NETTO, Rangel Cerceau. População e mestiçagens: A família entre mulatos, crioulos e mamelucos em Minas Gerais (séculos XVIII e XIX). In: PAIVA, Eduardo França; IVO, Isnara Pereira e MARTINS, Ilton Cesar (Orgs.). **Escravidão, mestiçagens, populações e identidades culturais.** São Paulo: Annablume, Belo Horizonte: PPGH-UFMG; Vitória da Conquista: Edições UESB, 2010.

NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira e GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. **Elites, fronteiras e cultura do Império do Brasil.** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2013.

NEUMANN, Eduardo Santos e GRIJÓ Luiz Alberto (Orgs.). **O continente em armas:** uma história da guerra no sul do Brasil. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010, p. 45-68.

_____. “O serviço das armas”: A participação indígena na Guerra dos Farrapos (1835-1845). In: NEUMANN, Eduardo Santos, GRIJÓ Luiz Alberto (Orgs.). **O império e a fronteira:** A província de São Pedro no oitocentos. São Leopoldo: Oikos, 2014.

NEVES, Guilherme Pereira das. Administração eclesiástica. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Cord.). **Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil.** Lisboa: Verbo, 1994.

NUNES, Heliane Prudente. História da família no Brasil e em Goiás: tendências e debates. In: CHAUL, Nasr Fayad e RIBEIRO, Paulo Rodrigues (Orgs.). **Goiás:** Identidade, paisagem e tradição. Goiânia: UCG, 2001.

NUNES, Zeno Cardoso e NUNES, Rui Cardoso. Dicionário de Regionalismo do Rio Grande do Sul. 12. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2010.

OLIVEIRA, Vinicius Pereira de. **Sobre águas revoltas:** cultura política maruja na cidade portuária de Rio Grande/RS (1835 a 1864). Porto Alegre: UFRGS - PPGH, 2013, 296 F. (Tese de Doutorado).

OLIVEN, Ruben George. **A Parte e o Todo:** A diversidade cultural no Brasil - nação. Petrópolis: Vozes, 1992.

OSÓRIO, Helen. **Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino**. Porto Alegre: UFRGS – PPGH, 1990, (Dissertação de Mestrado).

_____. **Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da Estremadura portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822**. Niterói: UFF - ICHF, 1999, (Tese de Doutorado).

_____. Comerciantes do Rio Grande de São Pedro: formação recrutamento e negócios de um grupo mercantil da América Portuguesa. São Paulo: **Revista Brasileira de História**, v. 20, n. 39, p. 99-134, 2000. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882000000100005&script=sci_arttext, acesso 08/2009.

OTERO, Hernán. Introducción: De la demografía histórica a la historia de la población. In: CELTON, Dora; GHIRARDI, Mónica; CARBONETTI, Adrian (Coord.). **Poblaciones históricas: fuentes, métodos y líneas de investigación**. Rio de Janeiro: ALAP, 2009, p. 13-39.

PAIVA, Eduardo França. **Dar nome ao novo: uma história lexical das Américas portuguesa e espanhola, entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagem e o mundo do trabalho)**. Belo Horizonte: UFMG, 2012. 286 F. (Tese de Livre Docência).

PAULA, Thiago do Nascimento de. **Teias de caridade e o lugar social dos expostos da freguesia de Nossa Senhora da Apresentação - Capitania do Rio Grande do Norte, Século XVIII**. Natal: UFRN, 2009, 197 F. (Dissertação de Mestrado).

PEDROZA, Manoela da Silva. Capitães de bibocas: casamentos e compadrios construindo redes sociais originais nos sertões cariocas (Capela de Sapopemba, freguesia de Irajá, Rio de Janeiro, Brasil, século XVIII). Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. **Topoi**, v. 09, n. 17, p. 67-92, jul./dez. 2008. Disponível em www.revistatopoi.org/ acesso em 02/2010.

PERARO, Maria Adenir. **Bastardos no Império: família e sociedade em Mato Grosso no século XIX**. São Paulo: Contexto, 2001.

PEREIRA, Ana Luiza de Castro. **Unidos pelo sangue, separados pela lei: família e ilegitimidade no Império Português, 1700-1799**. Braga: Instituto de Ciências Sociais/ Universidade do Minho, 2009, 284 F. (Tese de Doutorado).

PERUSSATTO, Melina Kleinert. **Como se de ventre livre nascesse: Experiências de cativo, parentesco, emancipação e liberdade nos derradeiros anos da escravidão – Rio Pardo/RS, c.1860 - c.1888**. São Leopoldo: UNISINOS - PPGH, 2010, 305 F. (Dissertação de Mestrado).

PINA CABRAL, João de. Outros nomes, histórias cruzadas: apresentando o debate. Lisboa: **Etnográfica**, v. 12, n. 1, p. 5-16, maio 2008. Disponível em: <http://etnografica.revues.org/1589?lang=en>, acesso 09/2014.

PINSKY, Jaime (Org.). **Práticas de Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2004.

PINSKY, Jaime e PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). **História da cidadania**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

PINTO, Antonio P. **Apontamentos para o Direito Internacional**: Collecção completa dos Tratados Celebrados pelo Brasil com diferentes nações estrangeiras. Rio de Janeiro: Typografia nacional, 1869. Tomo IV.

POSSAMAI, Paulo César. **“Dall’Italia siamo partiti”**: A questão da identidade entre os imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875-19145). Passo Fundo: UPF, 2005.

PORTO, Aurélio (Org.). **Terra Farroupilha**. Porto Alegre: Globo, 1937.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1977.

QUEVEDO, Júlio Ricardo dos Santos. **As missões**: crise e redefinição. São Paulo: Ática, 1993.

_____. (Org.). **Rio Grande do Sul**: 4 séculos de História. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1999.

_____. **Guerreiros e jesuítas na utopia do Prata**. São Paulo: EDUSC, 2000.

RAIMANN, Luiz Gustavo. **Primórdios da colonização no Sertão**. Mata [?], 2013.

RAISON, Jean Pierre. Migração. In: ROMANO, Ruggiero (Ed.) **Enciclopédia Einaudi**, v. 8: Região. Lisboa: Imprensa nacional, 1986, p. 488-517.

RAMBO, Arthur Blasio. A igreja da restauração católica no Brasil meridional. In: DREHER, Martin Norbeto. **Populações Rio-Grandenses e modelos de igreja**. Porto Alegre/São Leopoldo: Edições EST/Editora Sinodal, 1998.

RAMELLA, Franco. Por un uso fuerte del concepto de red en los estudios migratorios. In: BJERG, María e OTERO, Hernán. **Inmigración y redes sociales en la Argentina moderna**. Tandil: CEMLA-IEHS, 1995.

RAMOS, Donald. Teias sagradas e profanas: o lugar do batismo e compadrio na sociedade de Vila Rica durante o século do ouro. **Varia Historia**, Belo Horizonte: n. 31, p. 41-68, 2004.

REGUERA, Andrea. **Patrón de estancias Ramón Santamarina**: una biografía de fortuna y poder en la pampa. Buenos Aires: EUDEBA, 2006.

REIS, João José. **A morte é uma festa**: Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas**: A experiência da Microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

_____. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 45, p. 434-444, set./dez. 2010.

RIBEIRO, Jaleca Ayoub Jorge. **A desagregação do sistema escravista no Maranhão (1850-1888)**. São Luís: SIOGE, 1990.

RIBEIRO, José Iran. **Quando o serviço os chamava: Milicianos e guardas nacionais no Rio Grande do Sul (1825-1845)**. Santa Maria: UFSM, 2005.

_____. Tão longe, tão perto: o povo de Santa Maria e as situações de guerra na primeira metade do século XIX. In: WEBER, Beatriz Teixeira e RIBEIRO, José Iran. **Nova história de Santa Maria: contribuições recentes**. Santa Maria: [s.n.], 2010.

_____. **O Império e as revoltas: Estado e nação nas trajetórias do Exército imperial no contexto da Guerra dos Farrapos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013.

_____. A Guarda Nacional e o império: Cidadãos militarizados em defesa da ordem imperial e de interesses privados. In: NEUMANN, Eduardo Santos, GRIJÓ Luiz Alberto. (Org.). **O império e a fronteira: A província de São Pedro no oitocentos**. São Leopoldo: Oikos, 2014.

RIBEIRO, Max Roberto Pereira. **Estratégias indígenas na fronteira meridional: os guaranis missionários após a conquista lusitana (Rio Grande de São Pedro, 1801-1834)**. Porto Alegre: UFRGS-PPGH, 2013, 150 F. (Dissertação de Mestrado).

RIOS, Ana Maria Lugão. **Família e transição: Famílias negras em Paraíba do Sul, 1872-1920**. Niterói: UFF - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 1990, (Dissertação de Mestrado).

RODRIGUES, Cláudia. A cidade e a morte: A febre amarela e seu impacto sobre os costumes fúnebres no Rio de Janeiro (1849-50). **História, Ciências, Saúde, Manguinhos**, v. 6, n. 1, p. 53-80, mar./jun. 1999.

_____. **Nas fronteiras do Além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 2005.

ROTERMUND, Wilhelm. **Os dois vizinhos e outros textos**. São Leopoldo/Porto Alegre: SINODAL/Edições EST, 1997.

ROWLAND, Robert. Práticas de nomeação em Portugal durante a Época Moderna: ensaio de aproximação. **Etnográfica**, Lisboa: v. 12, n. 1, p. 17-43, maio 2008.

SABOURIN, Eric. Marcel Mauss: da dádiva à questão da reciprocidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 66, p. 131-138, fev. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br>, acesso em 07/2010.

SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: ERUS, 1987.

SAMARA, Eni de Mesquita. Os agregados: uma tipologia no fim do período colonial (1780-1830). **Estudos econômicos**, v. 11, p. 159 – 168, 1981.

_____. **As mulheres, o poder e a família**. São Paulo, século XIX. São Paulo: Marco Zero, 1989.

_____. **Família, mulheres e povoamento**: São Paulo, século XVII. Bauru: EDUSC, 2003.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. **Nas trincheiras da cura**. As diferentes medicinas no Rio de Janeiro imperial. Campinas: UNICAMP/Cecult, 2002.

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. Famílias e negócios: a formação da comunidade mercantil carioca na primeira metade do setecentos. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de e SAMPAIO, Carlos Jucá de (Orgs.). **Conquistadores e negociantes**: História de elites no Antigo Regime nos trópicos. América Lusa, Séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. Batismos, casamentos e formação de redes: os homens de negócio cariocas nas fontes paroquiais setecentistas. In: FRAGOSO, João; FERREIRA, Roberto Guedes e SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de (Orgs.). **Arquivos paroquiais e história social da América Lusa – séculos XVII e XVIII**: técnicas de pesquisa na reinvenção de um corpus documental. Rio de Janeiro: MauadX, 2014.

SANTIROCCHI, Italo. **Os ultramontanos no Brasil e o regalismo do segundo império** (1840-1889). Roma Pontificia Universidade Gregoriana, 2010, 667 F. (Tese de Doutorado).

SANTOS, Armindo Nunes Fernandes dos. **Antropologia do parentesco e da família**. Lisboa: Instituto Piaget, 2006.

SANTOS, Gustavo Augusto Mendonça dos. Colaboração entre o Tribunal Episcopal e a Inquisição na capitania de Pernambuco: as transgressões do clero secular nos tribunais do império português (1750-1800). In: MATTOS, Yllan & MUNIZ, Pollyana Gouveia Mendonça (Orgs.). **Inquisição e justiça eclesiástica**. Jundiaí: Paco editorial, 2013.

SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Sherol. **Apesar do cativo**: família escrava em Santo Antônio da Patrulha (1773-1810). São Leopoldo: UNISINOS - PPGH, 2009, 184 F. (Dissertação de Mestrado).

SANTOS, Vera Maria dos. Um livreiro na “São Cristóvão” setecentista. Natal: UFRN, **Mneme – Revista de Humanidades**, v. 9. n. 24, set./out. 2008. Disponível em: http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais/st_trab_pdf/pdf_st1/vera_santos_st1.pdf, acesso em 01/2013.

SBRAVATI, Myriam. **São José dos Pinhais, 1776-1853**: uma paróquia paranaense em estudo. Curitiba: UFPR, 1980.

SCHMIT, Roberto. **Población, migración y familia en el Rio de la Plata**. El oriente entrerriano, 1820-1850. Anuário do IEHS 15 (2000), p. 289-313.

SCHWARTZ, Stuart. **Segredos internos**. Engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: companhia das Letras, 1988.

SCOTT, Ana Silvia Volpi. **Família, casa e fortuna**: os grandes proprietários de escravos em São Paulo (1765-1836). In: Boletín de la Asociación de Demografía Histórica. San Sebastián: IV Congreso ADEH, 1995, p. 91-139. Disponível em: <http://www.adeh.org/pt/biblio/keyword/>, acesso em 06/2009.

_____. **Famílias, formas de união e reprodução social no noroeste português (Séculos XVIII e XIX)**. Guimarães: NEPS - Universidade do Minho, 1999. Coleção monografias.

_____. **Da reconstituição de famílias à reconstituição de comunidades históricas**: um exemplo do Noroeste de Portugal. 2008a. Disponível em: http://historia_demografica.tripod.com/, acesso em 03/2010.

_____. Família e relações intergeracionais: Limites e possibilidades a partir de um estudo sobre o sul da América Portuguesa nos anos Setecentos. In: **III Congresso Latinoamericano de Población, 2008, Cordoba. III Congresso Latinoamericano de Población - La población de América latina y el Caribe: retos en torno de la dedigualdad y la diversidad**. Cordoba: Alap Asociación Latinoamericana de Población, 2008b. Disponível em: <http://www.alapop.org/2009/images/>, acesso em 02/2010.

_____. As teias que a família tece: uma reflexão sobre o percurso da história da família no Brasil. **História: Questões e Debates**, Curitiba, n. 51, p. 13-29, jul./dez. 2009.

SCOTT, Ana Silvia Volpi e BACELLAR, Carlos Almeida Prado. Crianças abandonadas em áreas sem assistência institucional. In: VENÂNCIO, Renato Pinto (Org.). **De Portugal ao Brasil**: uma história do abandono de crianças, séculos XVIII-XX. Belo Horizonte: PUCMG, São Paulo: Alameda, 2010.

_____. A Historiografia do Cambridge Group: contribuições ao estudo da população, da família e do grupo doméstico. **Revista Estudos Amazônicos**, v. IX, n. 1, p. 01-31, 2013.

_____. “Descobrimdo” as Famílias no passado brasileiro: uma reflexão sobre a produção historiográfica recente. In: SCOTT, Ana Silvia Volpi et al. **História da Família no Brasil Meridional**: temas e perspectivas. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2014. Coleção Estudos Históricos Latino-Americanos – EHILA, E-book Vol. 2.

SEIDLER, Carl. **Dez anos no Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2003.

SELISTER, Michele Raupp. “**A viúva rica com hum olho chora e com outro repica**”: viúvas no Rio Grande de São Pedro na segunda metade do século XVIII. Porto Alegre: UFRGS -PPGH, 2014. 144 F. (Dissertação de Mestrado).

SERNA, Justo e PONS, Anaclét. O buraco da agulha. Do que falamos quando falamos de micro-história? In: MARTINS, Maria Cristina Bohn e MOREIRA, Paulo Roberto Staudt (Orgs.). **Uma história em escalas**. A microanálise e a historiografia latino-americana. São Leopoldo: Oikos/Unisinos, 2012.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter. **A Escrita da História**. Novas Perspectivas. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 1992.

SILVA, Francisco C. T. da e LINHARES, Maria Yedda L. Região e História Agrária: Rio de Janeiro. **Estudos Históricos**, v. 8, n. 15, p. 17-26, 1995.

SILVA, Jonathan Fachini da. Destinos incertos: Um olhar sobre a exposição e a mortalidade infantil em Porto Alegre (1772-1810). Ouro Preto: UFOP, **Revista Cadernos de História**, ano 7, n. 1, junho de 2012. Disponível em: www.ichs.ufop.br/cadernosdehistoria/ojs/index, acesso em 02/2014.

_____. Apresentados à graça de Deus – expostos batizados na Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre. Maringá: UEM, **Revista Brasileira de História das Religiões**, v. V, n. 15, jan/2013. Disponível em: <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pub.html>, acesso em 02/2014.

_____. **Os filhos do destino**: A exposição e os expostos na freguesia Madre de Deus de Porto Alegre (1772-1837). São Leopoldo: UNISINOS - PPGH, 2014, 226 F. (Dissertação de Mestrado).

SILVA, Marcos A. (Org.). **República em Migalhas**: História Regional e Local. São Paulo: Marco Zero, 1990.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Sistema de casamento no Brasil colonial**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1984.

_____. **Vida privada e quotidiana no Brasil na época de D. Maria I e D. João VI**. Lisboa: Estampa, 1993.

_____. **Donas e plebéias na sociedade colonial**. Lisboa: Estampa, 2002.

SILVA, Maria da Conceição. Catolicismo e casamento civil na Cidade de Goiás: conflitos políticos e religiosos (1860-1920). São Paulo: **Revista Brasileira de História**, v. 23, n. 46, p. 123 -146, 2003.

SILVA, Sidney Pereira da. Os registros de batismo e a ilegitimidade entre a população escrava de Valença (Província do Rio de Janeiro – 1823-1835). Rio de Janeiro: **Revista do IHBG**, a. 166, n. 428, jul/set. 2005.

SILVA, Vera Alice Cardoso. Aspectos da função política das elites na sociedade colonial brasileira - o 'parentesco' espiritual como elemento de coesão social. **Revista Varia História**, Belo Horizonte, v. 31, p. 97-119, 2004.

SILVA JUNIOR, Adhemar Lourenço da. **As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas** (estudo centrado no Rio Grande do Sul- Brasil, 1854-1940). Porto Alegre: PUCRS, 2004, 574 F. (Tese de Doutorado).

SILVEIRA, Anny Jackeline Torres da; NASCIMENTO, Dilene Raimundo do. A doença revelando a história. Uma historiografia das doenças. In: NASCIMENTO, Dilene R. e CARVALHO, Diana Maul de (Orgs.). **Uma história brasileira das doenças**. Brasília: Paralelo 15, 2004, p. 13-30.

SILVEIRA, Hemetério José Velloso da. **As Missões Orientais e seus antigos domínios**. Porto Alegre: ERUS, 1979.

SIRTORI, Bruna. **Entre a cruz, a espada, a senzala e a aldeia**. Hierarquias sociais em uma área periférica do Antigo Regime. (1765-1784). Rio de Janeiro: UFRJ-PPGH, 2008, 210 F. (Dissertação de Mestrado).

SLENES, Robert W. Senhores e subalternos no Oeste Paulista. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.) **História da vida privada no Brasil**. Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. Vol. II, p. 233-290

_____. **Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava**. Campinas: UNICAMP, 1999.

SOCOLOW, Susan Migden. Amor y matrimonio en la América Latina. In: GHIRARDI, M. Mónica. (Comp.). **Cuestiones de familia a través de las fuentes**. Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba, 2005.

SOUZA, Susana Bleil. Fronteiras na História: Os espaços norte americano e platino no século XIX. **Revista de Integração Latino-Americana**. Ano 2, n. 3, 2005.

TAU GOLIN, Luiz Carlos. **A fronteira**. Porto Alegre: LPM, 2002. Vol. I.

_____. **A fronteira**. Porto Alegre: LPM, 2004. Vol. II.

TAVARES, Mauro Dilmann. **Irmandades religiosas, devoção e ultramontanismo em Porto Alegre no bispado de Dom Sebastião Dias Laranjeira (1861-1888)**. São Leopoldo: UNISINOS - PPGH, 2003. 279 F. (Dissertação de Mestrado).

THOMPSON, Edward Palmer. **Senhores e caçadores**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1997.

_____. **Costumes em comum: Estudos sobre cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **Formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2001.

TOMACHEWSKI, Claudia. **Caridade e filantropia na distribuição da assistência: A irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas – RS: 1847-1922**. Porto Alegre: PUCRS, 2007, 257 F. (Dissertação de mestrado).

UBERTI, Hermes Gilber. Assumindo outros papéis: o caso da viúva Francisca Pereira Pinto. **Revista História em Reflexão**, v. 4 n. 7, 2010. Disponível em: www.periodicos.ufgd.edu, acesso em 06/2014.

_____. **“A benção que se pede e a benção que se dá”**: Redes sócio-familiares de camadas intermediárias (Randolpho José da Silva Pereira, 1841-1914). São Leopoldo: UNISINOS - PPGH, 2011, 222 F. (Dissertação de Mestrado),

_____. O Vale do Jaguari no processo de construção da fronteira oeste do Rio Grande do Sul. **Revista História em Reflexão**, v. 6, n. 11, 2012a. Disponível em www.periodicos.ufgd.edu, acesso em 07/2012.

_____. O barão, o comerciante e o estancieiro: o poder da pena e as redes clientelares. In: MARTINS, Maria Cristina Bohn e MOREIRA, Paulo Roberto Staudt (Org.). **Uma história em escalas**. A microanálise e a historiografia latino-americana. São Leopoldo: Oikos/Unisinos, 2012b.

_____. “Ao meo compadre e verdadeiro amigo Randolpho”: tecendo redes, discutindo hierarquias sociais no Vale do Jaguari. In: **Mostra de Pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul**: produzindo história a partir de fontes primárias. Porto Alegre: CORAG, 2013.

URICOCHEA, Fernando. **O minotauro imperial**: a burocratização do estado patrimonial brasileiro do século XIX. São Paulo: Difel, 1978.

VAINFAS, Ronaldo. Moralidades Brasílicas: deleites sexuais e linguagem erótica na sociedade escravista. In: Laura de Mello e Souza (Org.). **Cotidiano e vida privada na América Portuguesa**. São Paulo. Companhia das Letras, 1999. Coleção História da Vida Privada no Brasil. Vol. I, p. 221, 274.

VARGAS, Jonas Moreira. **Entre a paróquia e a corte**: os mediadores e as estratégias familiares da elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889). Santa Maria: UFSM, 2010.

_____. “Um negócio entre famílias”: A elite política do Rio Grande do Sul. In: HEINZ, Flávio M. (Org.). **História social das elites**. São Leopoldo: Oikos, 2011.

_____. **Pelas margens do Atlântico**: Um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (Século XIX). Rio de Janeiro: PPG História Social da UFRJ, 2013a. 505 F. (Tese de Doutorado).

_____. Inventários: as relações sociais por detrás dos bens. In: **Anais da XI Mostra de Pesquisa do APERS: Produzindo História a partir de fontes primárias**. Porto Alegre: CORAG, 2013b, p. 153-179.

VENÂNCIO, Renato Pinto. “A madrinha ausente”: condição feminina no Rio de Janeiro (1750-1800). In: COSTA, Iraci Del Nero da (Org.). **Brasil: História econômica e demográfica**. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1986, p. 95-102.

_____. **Famílias abandonadas – assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – séculos XVIII e XIX**. São Paulo: Papirus, 1999.

_____. Infância e pobreza no Rio de Janeiro, 1750-1808. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 36, p. 129-159, 2002.

_____. [et. al]. O compadre governador: redes de compadrio em Vila Rica de fins do século XVIII. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 26, n. 52, 2006. Disponível em: www.scielo.br/, acesso em 06/2010.

_____. Redes de compadrio em Vila Rica: um estudo de caso. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de e ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de (Org.). **Exercícios de micro-história**. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p. 239-261.

_____. Maternidade Negada. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.) e BASSANEZI, Carla (coordenadora de textos). **Historia das mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

VENDRAME, Máira Ines. “**Lá éramos servos, aqui somos senhores**”: a organização dos imigrantes italianos na ex-colônia Silveira Martins (1877-1914). Porto Alegre: PUCRS - PPGH das Sociedades Ibéricas e Americanas, 2007, 236 F. (Dissertação de Mestrado).

_____. **Ares de vingança: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre imigrantes italianos no sul do Brasil (1878-1910)**. Porto Alegre: PUCRS - PPGH das Sociedades Ibéricas e Americanas, 2013, 479 F. (Tese de Doutorado).

_____. Mobilidade, redes e experiências migratórias: algumas reflexões sobre as estratégias de transferência dos imigrantes italianos para o Brasil meridional. In: VENDRAME, Máira Ines et al. **Micro-história, trajetórias e imigração**. São Leopoldo: Oikos, 2015, p.

VÉSCIO, Luis Eugenio. **O crime do padre Sório: Maçonaria e Igreja Católica no Rio Grande do Siul – 1893-1928**. Santa Maria/Porto Alegre: UFSM/UFRGS, 2001.

VIANA, Larissa. **O idioma da mestiçagem: as irmandades de pardos na América Portuguesa**. Campinas: Unicamp, 2007.

VIANA, Oliveira. **Populações meridionais do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2005. Vol. 27.

VILLALTA, Luiz Carlos. Os leitores e os usos dos livros na América portuguesa. In: ABREU, Márcia. (Org.) **Leitura, História e História da leitura**. São Paulo: FAPESP, 1999.

VOVELLE, Michel. Sobre a morte. In: _____. **Ideologia e mentalidades**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

ZARTH, Paulo Afonso. **História agrária do planalto gaúcho, 1850-1920**. Ijuí: Unijuí, 1997.

_____. **Do Arcaico ao Moderno: O Rio Grande do Sul agrário do século XIX**. Ijuí: Unijuí, 2002.

ZETTEL, Roberta França Vieira. **De mútuo consentimento: os significados das relações familiares cativas para senhores e escravos na freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo (1845 a 1865)**. Porto Alegre: UFRGS – PPGH, 2011, 169 F. (Dissertação de Mestrado).

ZONABEND, Françoise. Da família: olhar etnológico sobre o parentesco e a família. In: BURGUIERÉ, André (Org.). **História da Família: mundos longínquos**. Lisboa: Terramar, 1998, p.13-66.

WEBER, Beatriz Teixeira. **As artes de curar: medicina, religião, magia e positivismo na república Rio-Grandense (1889 -1928)**. Santa Maria/ Bauru: UFSM/ EDUSC, 1999.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. **Os comos do nome: desencontros e encontros entre microanálise e estudos de nominação. Um balanço historiográfico e uma proposta de pesquisa**. In: MARTINS, Maria Cristina Bohn e MOREIRA, Paulo Roberto Staudt (org.). **Uma história em escalas. A microanálise e a historiografia latino-americana**. São Leopoldo: Oikos/Unisinos, 2012.

_____. **A gente da Felisberta. Consciência histórica, história e memória de uma família negra no litoral rio-grandense no pós-emancipação (c. 1847-tempo presente)**. Niterói: UFF - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2013, 475 F. (Tese de Doutorado).

WILDE, Guillermo. Orden y ambigüedad en la formación territorial del Río de la Plata a fines del siglo XVIII. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 9, n.19, p.105-135, julho de 2003.

_____. **Religión y poder en las misiones de guaraníes**. Buenos Aires: SB, 2009.

WITT, Marcos Antônio. Sobre imigração e política: origem, produção e encaminhamentos. In: SIDEKUM, Antonio; GRÜTZMANN; ARENDT, Isabel Cristina (Orgs.). **Campos múltiplos: identidade, cultura e história. Festchrift em homenagem ao prof. Arthur Blasio Rambo**. São Leopoldo: Nova Harmonia/Oikos, 2008a, p. 105-121.

_____. **Em busca de um lugar ao sol: Anseios políticos no contexto da imigração e da colonização alemã (Rio Grande do Sul – Século XIX)**. Porto Alegre: PUCRS, 2008b, 428 F. (Tese de doutorado).

_____. A imigração alemã no Rio Grande do Sul: a Colônia de São Leopoldo como estudo de caso In: VENDRAME, Máira Ines et al. **Micro-história, trajetórias e imigração**. São Leopoldo: Oikos, 2015, p. 224 -244.

WITTER, Nikelen Acosta. **Dizem que foi feitiço:** As práticas de cura no sul do Brasil (1845-1880). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

_____. Apontamentos para uma história da doença no Rio Grande do Sul (séculos XVIII e XIX). **História em revista**, v. 11, 2005. Disponível em <http://www.ufpel.edu.br/ich/ndh/>, acesso em 11/2012.

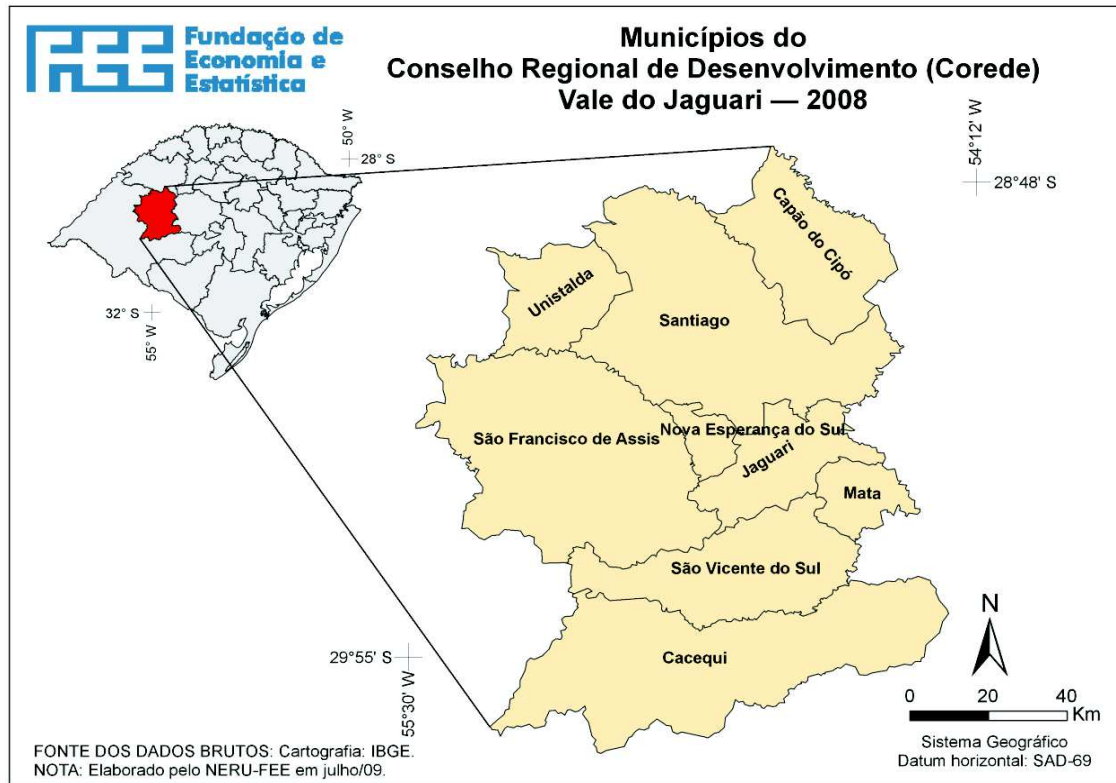
_____. **Males e epidemias:** sofredores, governantes e curadores no sul do Brasil (Rio Grande do Sul, século XIX) Rio de Janeiro: UFF- Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2007. 292 F. (Tese de doutorado).

_____. Os muitos obséquios das senhoras: mulheres em Santa Maria, século XIX. In: WEBER, Beatriz Teixeira e RIBEIRO, José Iran. **Nova história de Santa Maria:** contribuições recentes. Santa Maria: [s.n.], 2010.

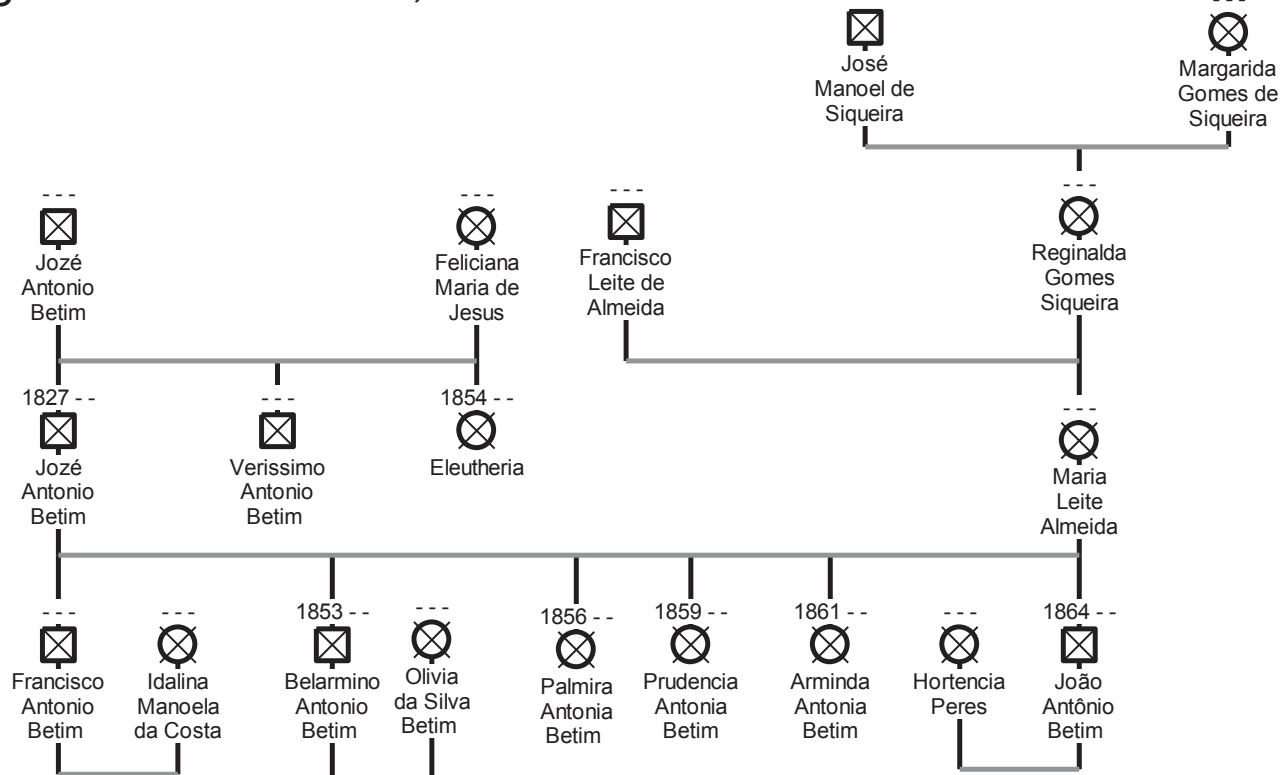
WRIGLEY, Edward Antony. **Historia y población:** Introducción a demografía histórica. Barcelona: Critica, 1994.

ANEXOS

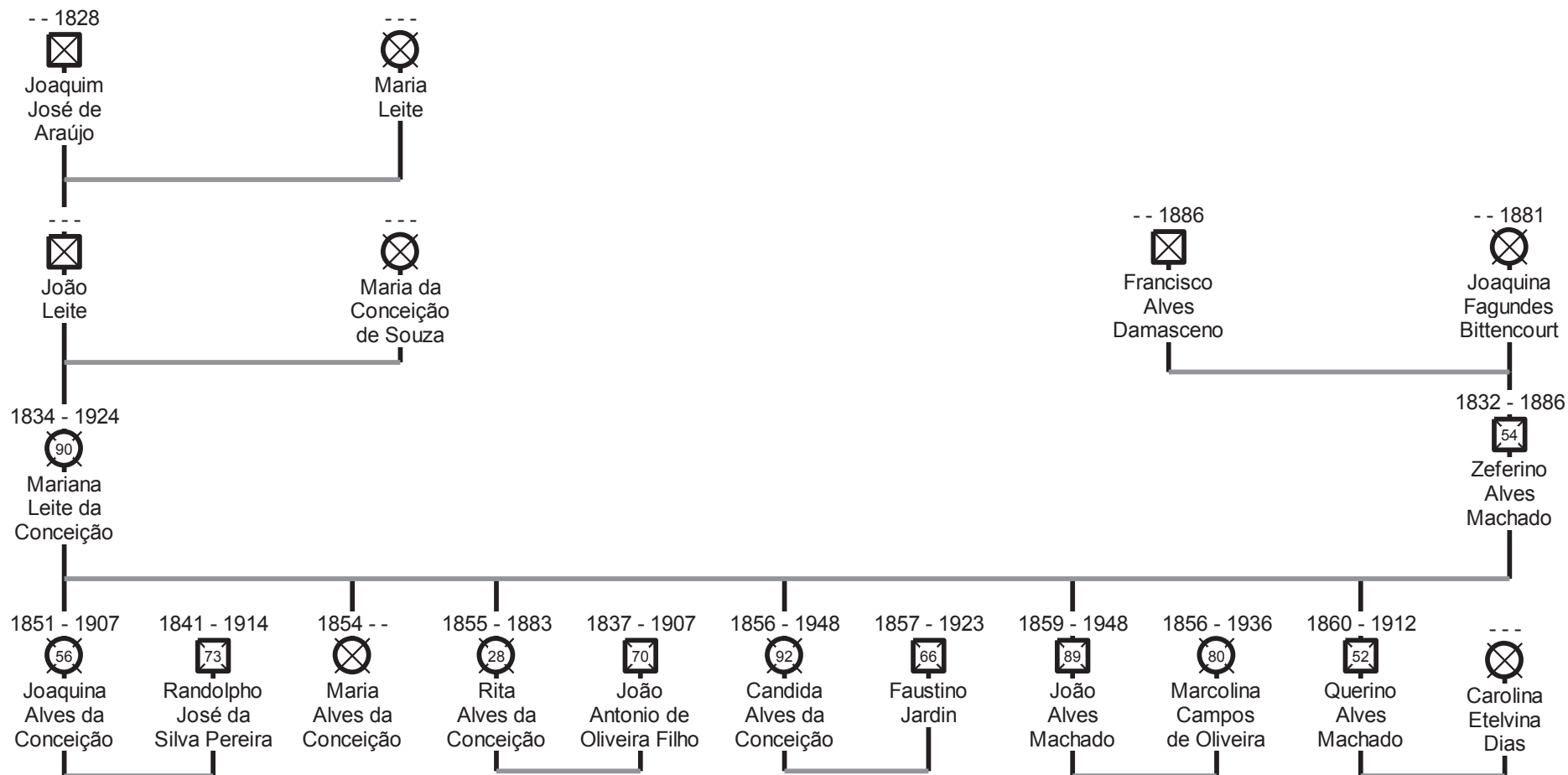
Figura 1 - A micro-região do Vale do Jaguari



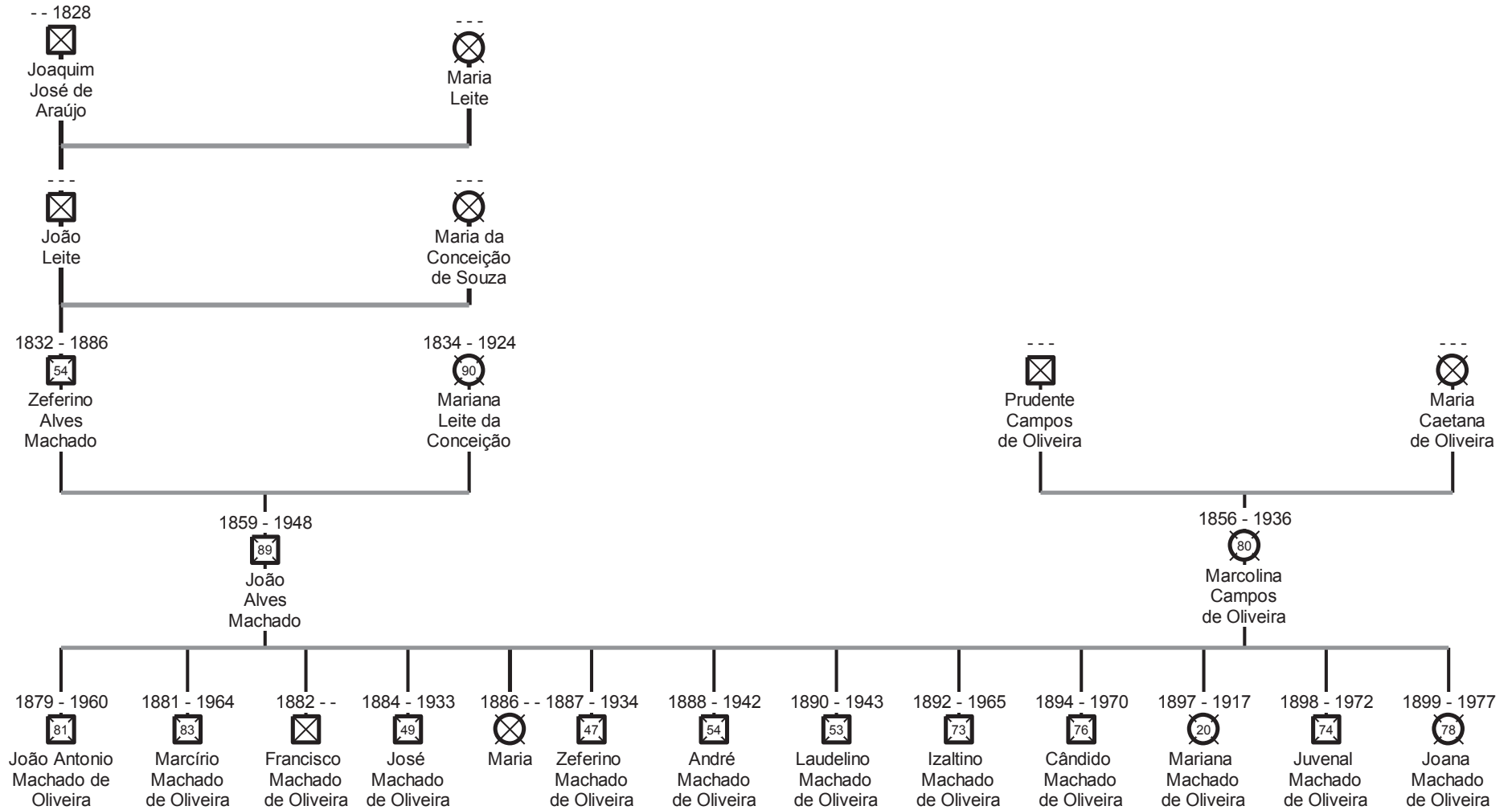
Genealogia 1 - Ascendentes, colaterais e descendentes de Jozé Antônio Betim



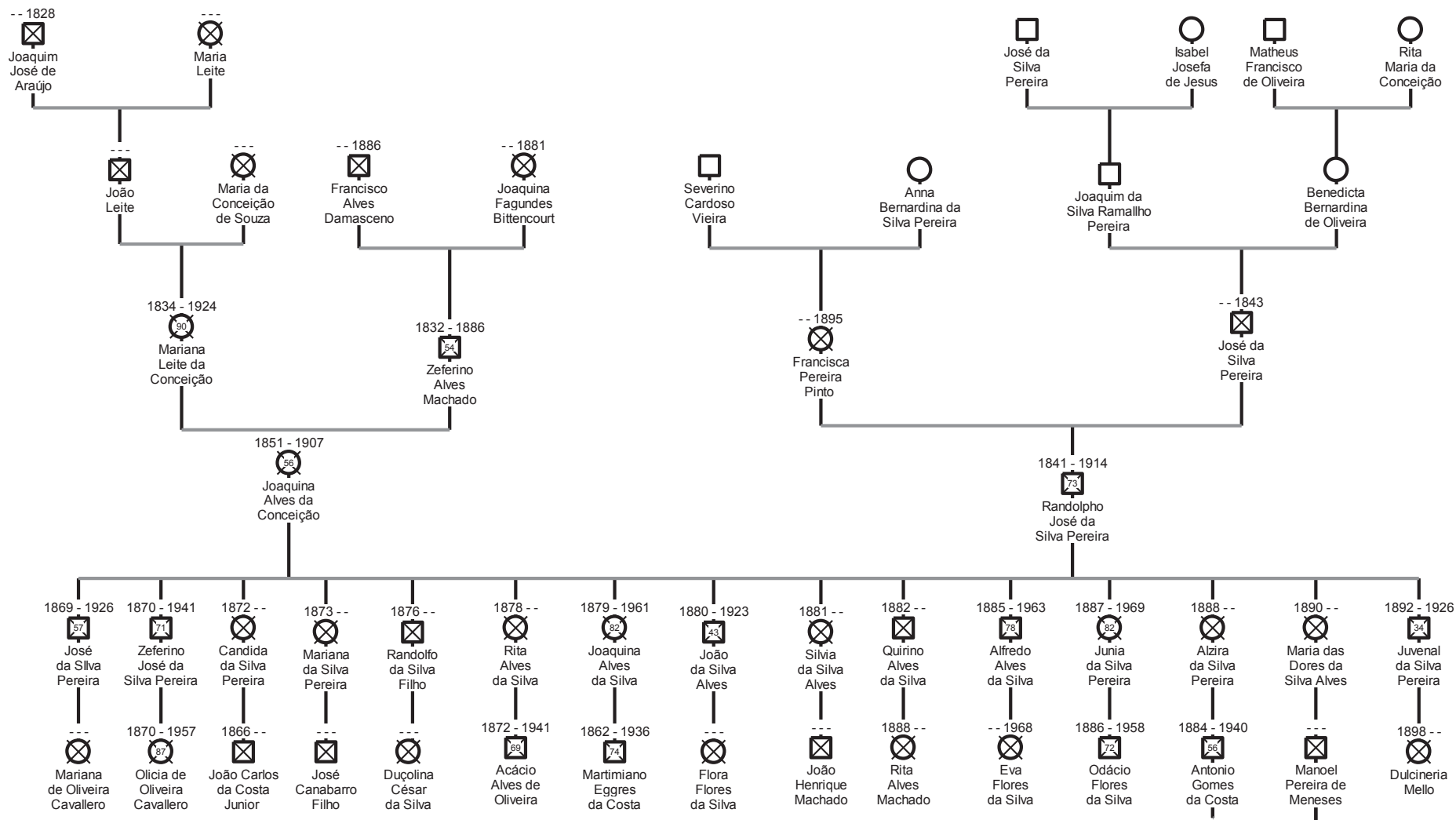
Genealogia 2 - Alves Conceição



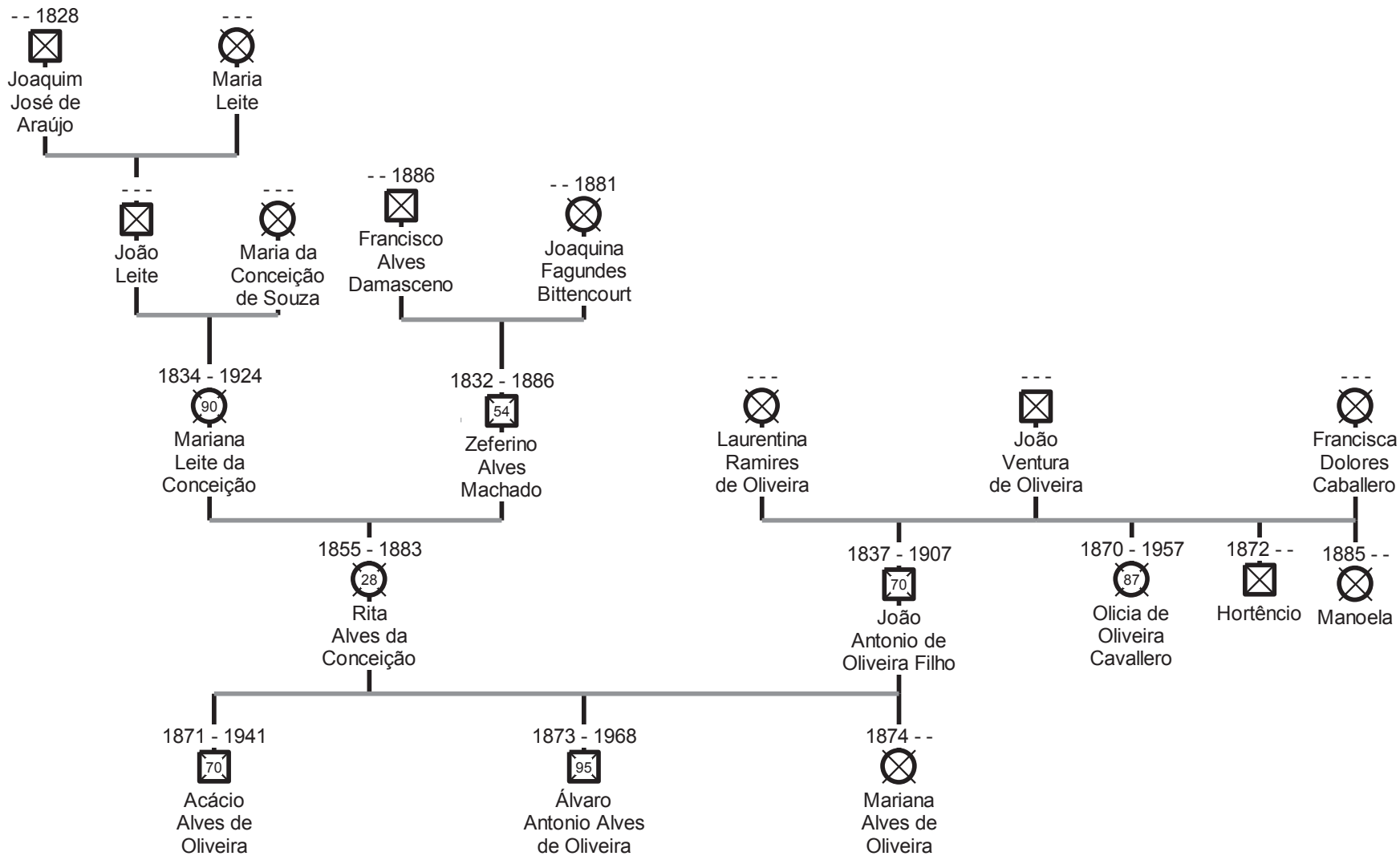
Genealogia 3 - Alves Campos



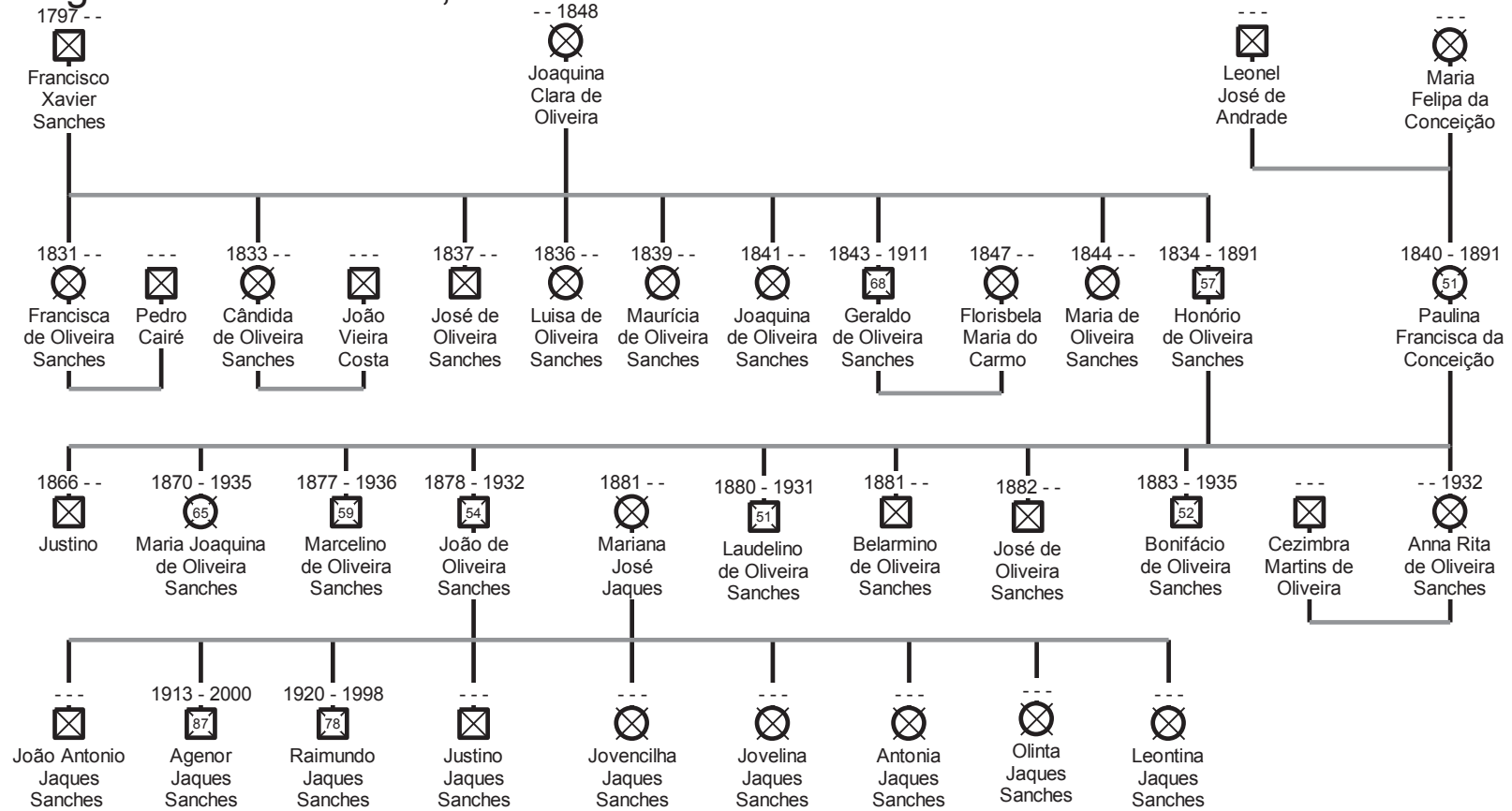
Genealogia 4 - Ascendentes e descendentes de Joaquina Alves da Conceição e Randolpho José da Pereira



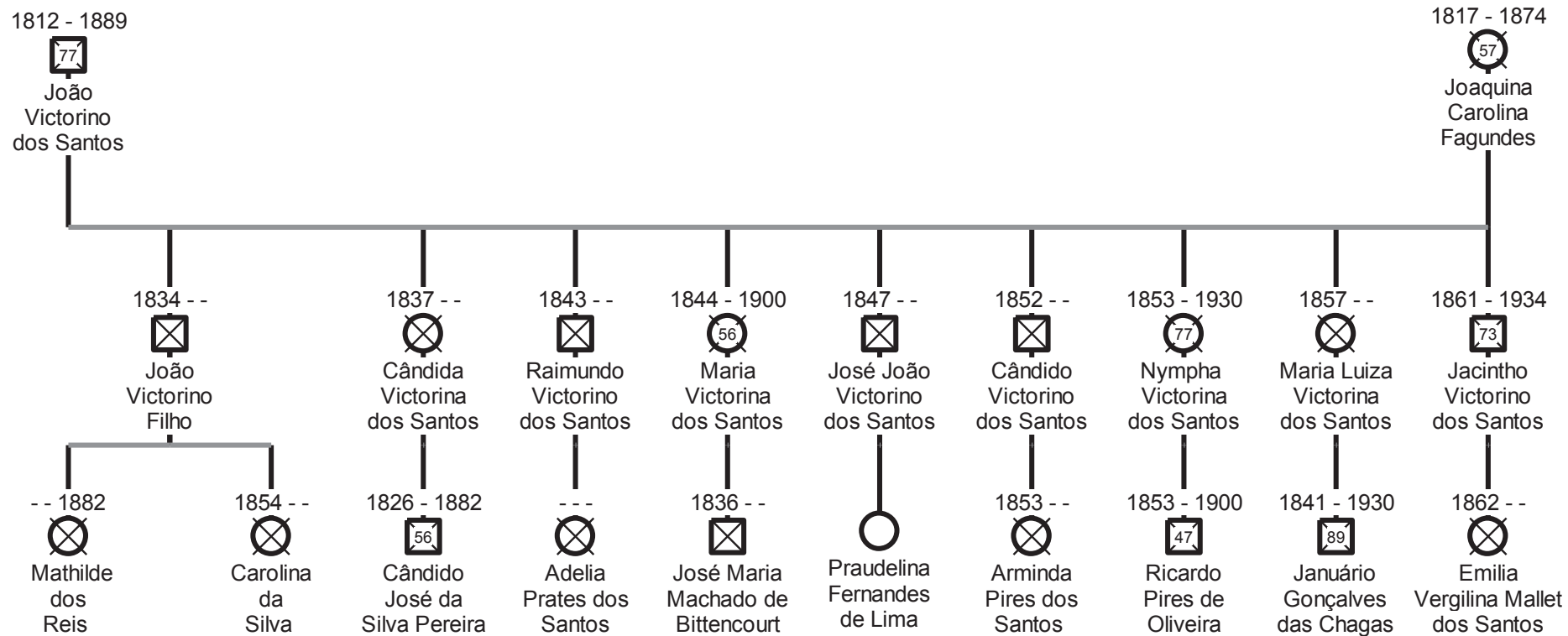
Genealogia 5 - Ascendentes e descendentes de Rita Alves da Conceição e João Antônio de Oliveira



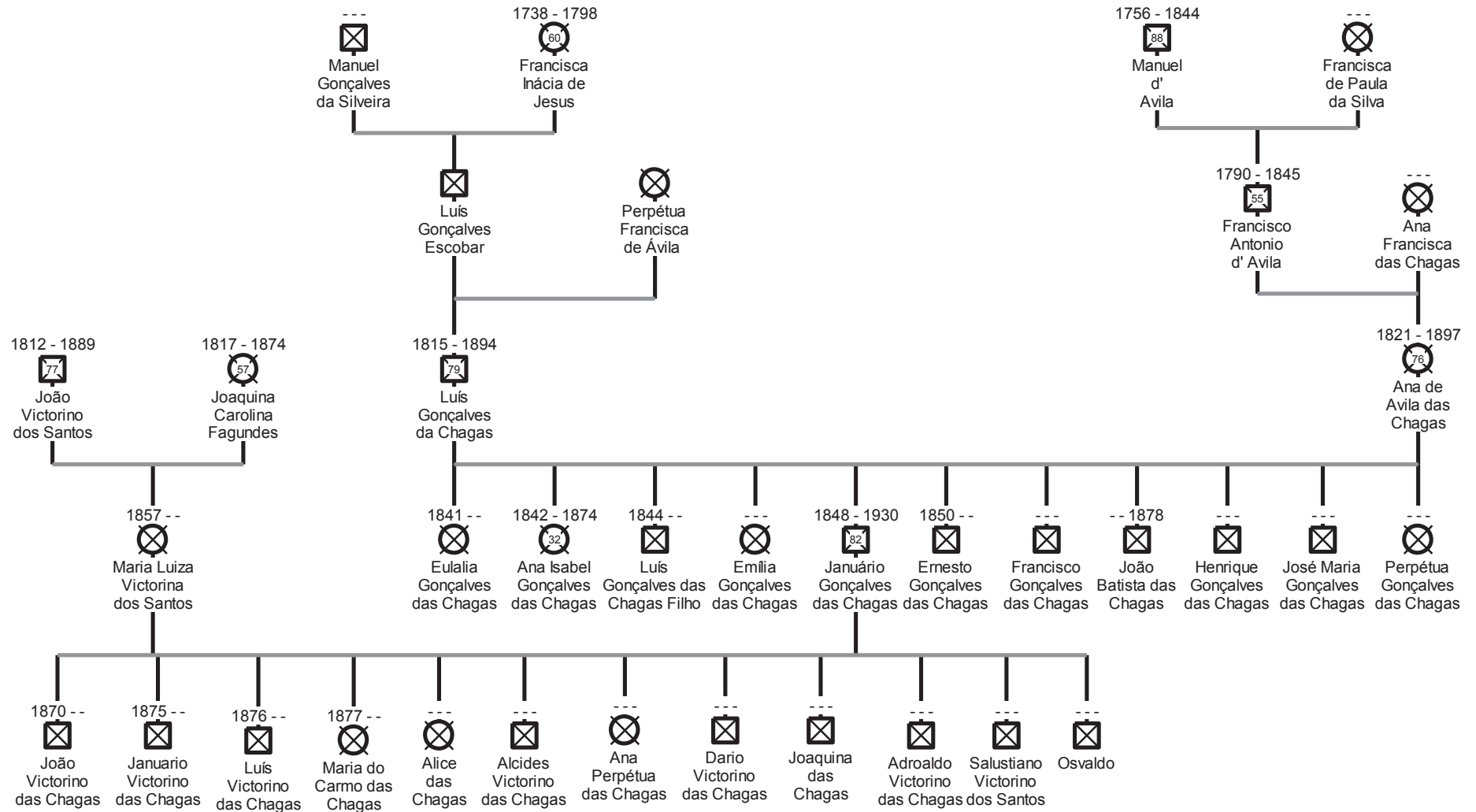
Genealogia 6 - Ascendentes, colaterais e descendentes de Honório de Oliveira Sanches



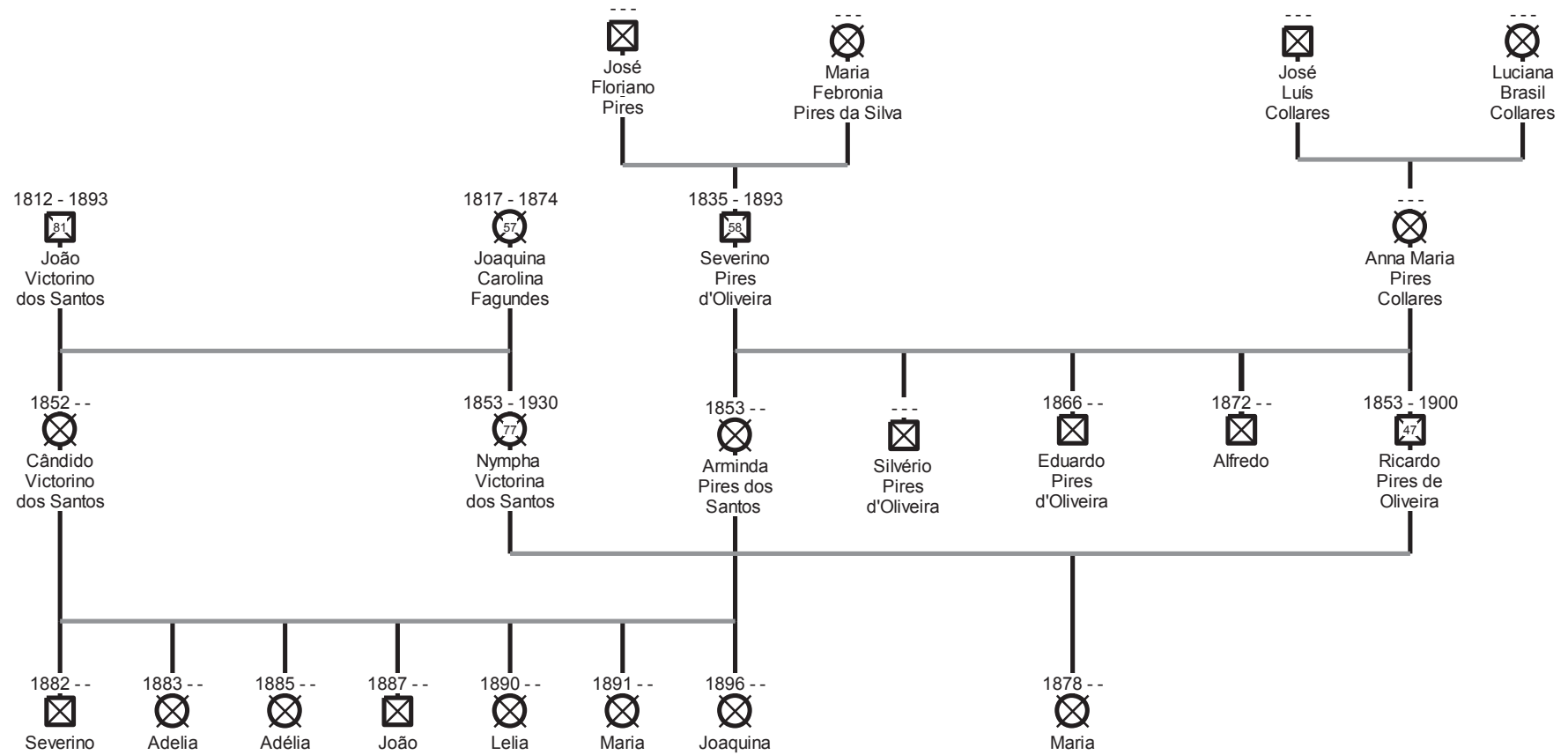
Genealogia 7 - Victorino dos Santos



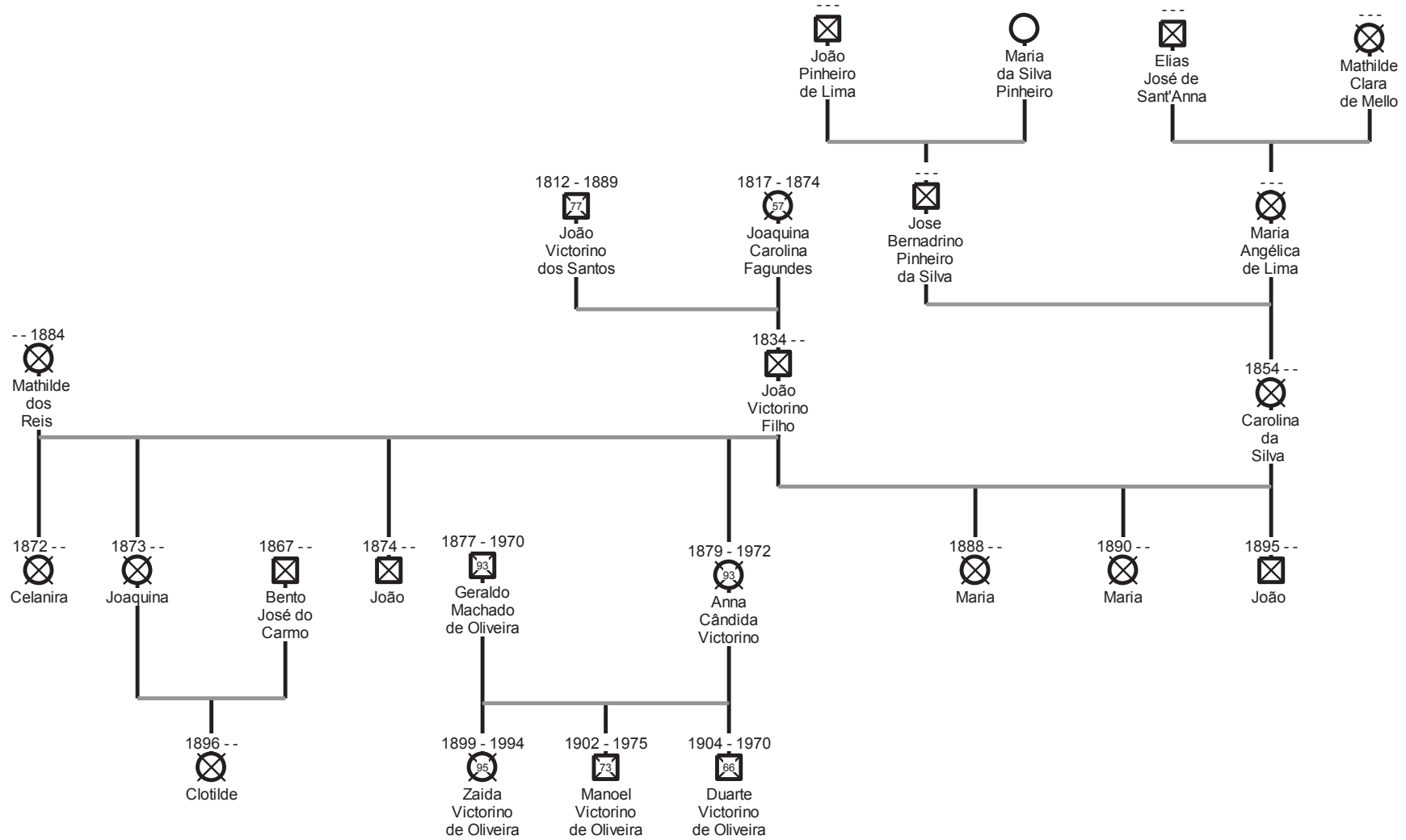
Genealogia 8 - Victorino dos Santos e Gonçalves das Chagas



Genealogia 9 - Victorino dos Santos e Pires d'Oliveira



Genealogia 10 - João Victorino Filho ascendentes e descendentes



Genealogia 11 - Ascendentes, colaterais e descendentes de Boaventura Garcia

